



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

LÚCIO WILLIAN MOTA SIQUEIRA

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL: os programas de transferência de renda e seu papel na economia dependente brasileira

BRASÍLIA - DF
2022

LÚCIO WILLIAN MOTA SIQUEIRA

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL: os programas de transferência de renda e seu papel na economia dependente brasileira

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Política Social.

Orientador: Newton Narciso Gomes Junior

BRASÍLIA – DF
2022

Mota Siqueira, Lúcio Willian
MS618p POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ACUMULAÇÃO DO
CAPITAL: os programas de transferência de renda e seu papel na economia
dependente brasileira / Lúcio Willian Mota Siqueira; orientador Newton Narciso
Gomes Junior. -- Brasília, 2022.
287 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) --Universidade de
Brasília, 2022.

1. Política de Assistência Social. 2. Acumulação de Capital. 3.
Transferência de Renda. 4. Consumo. I. Gomes Junior, Newton Narciso,
orient. II. Título.

LÚCIO WILLIAN MOTA SIQUEIRA

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL: os programas de transferência de renda e seu papel na economia dependente brasileira

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Política Social.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Junior
(Orientador - SER/UnB)

Profa. Dra. Michelly Elias Monteiro
(Membra Titular - SER/UnB)

Profa. Dra. Raquel dos Santos Sant'Ana
(Membra Titular – UNESP/Franca)

Prof. Dr. Raimundo Pires Silva
(Membro Titular – FESPSP)

Evilasio da Silva Salvador
(Membro Suplente – SER/UnB)

Dedico este trabalho a minha família que, direta e indiretamente, acreditaram nos meus sonhos, me incentivaram nos momentos difíceis e se reservaram quando preciso, respeitando meu silêncio e meu espaço.

Em dedicação especial ao meu pai (*in memoriam*).

E, a todos os trabalhadores e trabalhadoras, que sobrevivem à moenda do capital.

AGRADECIMENTOS

Os primeiros agradecimentos vão para minha mãe Terezinha, meus irmãos Eleidiane e Lucas, meu sobrinho Diego, meu avô paterno Benedito e Fernando, meu cunhado. Este meu núcleo familiar de apoio soube com todas as questões que me cercam me apoiar, me incentivar, se fazer presente nas horas em que eu precisei e, principalmente, respeitaram meu silêncio e meu espaço. Cada um à sua maneira me ofereceu o que havia de melhor dentro de si, o que fez toda a diferença na caminhada.

Agradeço especialmente meu pai Lúcio Antônio (*in memoriam*) e minha avó paterna Aparecida (*in memorian*). Pessoas que foram e são fundamentais na minha trajetória. Estas duas pessoas sonharam por mim, acreditaram e ofereceram o que podiam de melhor: amor, carinho e dedicação. Com vocês, meus queridos, aprendi a viver essa vida com a força e a dureza necessária que os dias me demandavam, mas, também, usar da alegria, dos sorrisos largos, da honestidade e cumplicidade com aqueles com quem caminho e compartilho a minha vida. Aprendi a resistir e a esperar em dias melhores.

Aos meus amigos do convívio diário: Natan e Rafaela, um casal de amigos que me acompanham a muitos anos e em todos os momentos, sejam de alegrias ou adversidades, foram e continuam sendo companheiros. Beatriz, pessoa querida que tive a sorte de me aproximar em Brasília, fazer parte de sua família e da sua vida, nutrimos hábitos de tomarmos café para tratar da vida e discutir teoria-política. Ana Carolina e Débora, essas duas foram dois achados no meio de um caos, são doces e solidárias, se fizeram presentes na minha vida e no dia a dia da minha família. Kataline com quem me aproximei por afinidades políticas em grupos em comum e, que, estreitamos laços de amizade e de trabalho, além do que, não sai da minha casa, todos os dias toma café da tarde, religiosamente.

Aos companheiros do grupo do doutorado que contribuíram para construção e consolidação do objeto de pesquisa e participaram de momentos de descontração: Jorge, Júlia, Marcelo, Rosimeire, Maiara e Olívio.

Ao André Parente que desde que cheguei a Brasília se tornou um amigo imprescindível. Ouvido paciente. Humanidade e solidariedade sem igual. Sou grato por tudo, por me deixar entrar em sua família e por fazer parte da minha família.

A Eurídes Rodrigues pelas horas de escuta, de apoio, de conselhos nesta fase acadêmica que é muito solitária, trabalhosa e, que, se agravou com a conjuntura nacional e da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Obrigado pelo amor fraterna. Agradeço a Domingas Carneiro, nossa querida e estimada funcionária administrativa da pós-graduação. Pessoa de um aguçado e muitas vezes não reconhecido humor. Séria na maior parte do tempo. Se tornou uma amiga com quem pude contar em muitos momentos difíceis e alegres do doutorado. Vida longa a você.

A Profa. Dra. Sandra Oliveira Teixeira que me orientou até o início deste ano, participou ativamente na elaboração de parte dessa tese e com quem pude contar com a imensa humanidade, solidariedade e compreensão.

Ao Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Junior, que muito antes da qualificação do projeto de tese já havia prestado ricas contribuições, sempre precisas e provocações instigantes em prazerosos encontros para discussão. E, também, agradeço pelo compromisso firmado em assumir a minha orientação nesta reta final. Este ano foi um ano de muito crescimento na sua companhia sagaz. Obrigado pela parceria, pelo companheirismo, solidariedade e humanidade com que conduz a vida.

A Profa. Dra. Raquel dos Santos Sant'Ana que me acompanhou desde a primeira ideia do tema da tese, traçou comigo as primeiras linhas da estrutura e continuou me acompanhando muito de perto. Obrigado pelo apoio, torcida e carinho a mim dirigidos. A Profa. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias, uma pessoa de um compromisso e rigor ético-político irrepreensíveis. Meu muito obrigado por aceitar entrar nesta banca final e contribuir com a minha trajetória acadêmica e de vida. Ao Prof. Dr. Raimundo Pires Silva, que aceitou essa empreitada final, foi pego de surpresa, mas que muito gentilmente se prontificou e se comprometeu, como bom militante, a construir o conhecimento em todos os espaços a partir de bons debates.

Agradeço a Deus por tudo. Essa tese de doutorado é um sonho de muito tempo, desde o fim da graduação eu me coloquei este propósito, e, sempre com consciência de classe, pois sabia da importância e do peso do que eu me propunha. E, assim se fez, com muitos momentos tensos, mas, também, de grandes alegrias; esperancei, confiei e me dediquei. Acredito que somos agraciados quando o caminho traçado constrói, agrega, tem justiça, tem solidariedade e é revolucionário.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

RESUMO

Esta tese de doutorado constitui um estudo do papel das transferências de renda na economia recente do Brasil. Se analisa a relação das transferências de renda e o processo de acumulação de capital a partir do resgate histórico da dependência ao centro imperialista que subordina e define papéis para a economia brasileira na divisão internacional do trabalho. Como a industrialização a partir de empresas transacionais e os modelos de desenvolvimento econômico contribuíram para a criação de um exército de desempregados, subempregados, informais e lumpesinato e sua reprodução pelo subconsumo. Perpassa pelo processo de financeirização e neoliberalização da economia na década de 1990, apontando os principais elementos: Reforma Administrativa do Estado, ajuste fiscal permanente, Plano Real, privatizações, construção do bloco no poder e sua ideologia e os impactos deste processo para as políticas sociais. E, analisa a partir dos anos 2000 a gênese das transferências de renda em toda América Latina, dando ênfase no Brasil para o programa Bolsa Família. Discute o entendimento de combate à pobreza de consumo advindo do Banco Mundial e conceitos como mínimos sociais, necessidades humanas, círculo virtuoso, lulismo. Problematiza a (re)inserção das famílias que se reproduziam pelo subconsumo no mercado de mercadorias, as curvas de consumo, a ascensão de classes ou nas franjas das classes C, o papel ideológico-político e econômico das transferências de renda e, por conseguinte, seus impactos sociais e no processo de acumulação do capital. Utilizou da teoria social crítica o método que melhor contribui para as aproximações à realidade e confere sustentação teórica. Teve por objetivo investigar e contribuir para a análise das mudanças do mercado de consumo brasileiro a partir da consolidação e expansão dos programas de transferência de renda. Realizou-se pesquisa bibliográfica para localizar livros e artigos que se orientam a partir da perspectiva crítica marxista de cada tema selecionado da Tese; analisou-se documentos dos diferentes organismos multilaterais, mas principalmente do Banco Mundial e suas orientações para os países latinos sobre as transferências monetárias diretas. A ideia força da tese é que as transferências de renda constituem uma engrenagem auxiliar e atua na amplificação do consumo de mercadorias melhorando as condições de acumulação do capital.

Palavras-chave: Política de Assistência Social, Acumulação de Capital, Transferência de Renda, Consumo.

ABSTRACT

This doctoral dissertation constitutes a study of the role of income transfers in the Brazilian recent economy. It analyzes the relation between income transfers and the capital accumulation from the historical rescue of the dependency on the imperialist center, which subordinates and defines roles for the Brazilian economy of the international division of labor. How the industrialization out-of transnational companies and the economic development models contributed with the creation of an army of unemployed, sub employed, informal and lumpemproletariat and their reproduction by sub consumption. It runs through the financialization process and economic neoliberalization on the 1990 decade, pointing to the main elements: Estate Administrative Reform, permanent fiscal adjustment, *Plano Real*, privatizations, bloc construction in the power and its ideology and the impacts of this process on the social politics. This work also analyzes the genesis of income transfers all over Latin America during the 2000's, emphasizing in Brazil with the *Bolsa Família* program. It discusses the understanding of the battle against poverty of consumption coming from the World Bank and other concepts such as social minimum, human needs, virtuous circle and lulism. It problematizes the (re)insertion of families that reproduced along with the sub consumption of the commodities market, consumption curves, the rising of classes or on the C classes fringes, the ideological-political and economic role of the income transfers and, therefore, their social impacts on the capital accumulation process. It utilized the critical social theory as a method which better contributed to the approximations to reality and provides theoretical support. Its objective was to investigate and contribute to the analysis of the Brazilian consumption Market changes from the consolidation and expansion of income transfer programs. Extensive bibliographic research was performed in order to find source materials oriented by the Marxist perspective of each selected theme of the thesis; a variety of documents of different multilateral organisms were closely examined, but mostly those related to the World Bank and its different orientations for the Latin countries on the direct capital transfers. The driving idea of the thesis is that the income transfers constitute a gear which aids and operates on the commodities consumption amplification, improving the capital accumulation conditions.

Keywords: Social Assistance Politics, Capital Accumulation, Income Transfer, Consumption.

RESUMEN

Esta tesis doctoral es un estudio de la importancia de las transferencias de ingresos en la economía emitida de Brasil. Se analiza la relación entre las transferencias de ingresos y el proceso de acumulación de capital a partir del rescate histórico de la dependencia del centro imperialista que subordina y define roles de la economía brasileña en la división internacional del trabajo. Cómo la industrialización a partir de empresas transaccionales y modelos de desarrollo económico contribuyeron a la creación de un ejército de desempleados subdesempleados, informales y lumpesinato y su reproducción a través del subconsumo. Pasa el proceso de financiarización y neoliberalización de la economía en la década de 1990, señalando los principales elementos: Reforma Administrativa del Estado, ajuste fiscal permanente, Plan Real, privatizaciones, construcción del bloque de poder y su ideología y los impactos de este proceso en las políticas sociales. Y, analiza a partir de la década de 2000 el génesis de las transferencias de ingresos en toda América Latina, con énfasis en Brasil en el programa Bolsa Familia. Se discute la comprensión del combate a la pobreza de consumo proveniente del Banco Mundial y conceptos como mínimos sociales, necesidades humanas, círculo virtuoso, lulismo. Problematisa la (re) inserción de las familias que reprodujeron a través del subconsumo en el mercado de mercancías, las curvas de consumo, el ascenso de clases o al margen de las clases C, el papel ideológico-político y económico de las transferencias de ingresos y, por tanto, sus impactos sociales y sobre el proceso de acumulación de capital. Se utilizó la teoría social crítica como el método que mejor contribuye a las aproximaciones a la realidad y proporciona sustento teórico. Su objetivo fue investigar y contribuir al análisis de los cambios en el mercado consumidor brasileño a partir de la consolidación y expansión de los programas de transferencia de ingresos. Se realizó una búsqueda bibliográfica para localizar libros y artículos que se orienten desde la perspectiva crítica marxista de cada tema seleccionado de la Tesis; Se analizaron documentos de diferentes organismos multilaterales, pero principalmente del Banco Mundial y sus lineamientos para países latinos sobre transferencias monetarias directas. La idea principal de la tesis es que las transferencias de renta constituyen un engranaje que ayuda y actúa en la amplificación del consumo de bienes, mejorando las condiciones para la acumulación de capital.

Palabras clave: Política asistencial, acumulación de capital, transferencia de ingresos, consumo.

Lista de Abreviaturas

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CF – Constituição Federal
COLLOR – Fernando Collor de Melo
EUA – Estados Unidos da América
FAF – Fundo de Aplicações Financeiras
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LULA – Luís Inácio Lula da Silva
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSs – Organizações Sociais
PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo
PBF – Programa Bolsa Família
PCA – Programa Cartão Alimentação
PCS – Programa Comunidade Solidária
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFL – Partido da Frente Liberal
PFZ – Programa Fome Zero
PND – Programa Nacional de Desenvolvimento
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTR – Programas de Transferência de Renda

Lista de Ilustração

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Programas de Transferência de Renda nos Países da América Latina.. | 195 |
| Quadro 2- Desenho Inicial do Programa Fome Zero – 2003..... | 207 |
| Gráfico 1. Tempo Médio Despendido na Procura de Trabalho (em meses) - 1985-2009..... | 240 |
| Gráfico 2 – Taxa de Formalidade (16 A 64 ANOS) Em %..... | 241 |
| Gráfico 3. Série histórica valores das transferências de renda (PBF e BPC) 2005 a 2013..... | 267 |
| Gráfico 4 - Distribuição de Pessoas por Posse de Bens – 1998/2008..... | 268 |

Lista de Tabelas

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 - Evolução do salário mínimo real urbano no Brasil – 1980- 1988..... | 88 |
| Tabela 2 - Evolução temporal da extrema pobreza e pobreza no Brasil em %..... | 237 |
| Tabela 3 - Taxa anual de crescimento do PIB brasileiro (%) 1996 – 2009..... | 238 |
| Tabela 4 - Exportação Brasileira por Fator Agregado – 2003 a 2014..... | 242 |
| Tabela 5 - Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos – Gasto Mensal* – Total da Cesta (em R\$)..... | 243 |
| Tabela 6 - Composição relativa da renda dos estratos – Brasil (2003 e 2011) (Em%)..... | 264 |
| Tabela 7 - População de cada estrato que vive em famílias que recebem cada fonte de rendimentos – Brasil (2003 e 2011) (Em %)..... | 266 |
| Tabela 8 - Indicadores de acesso das famílias a bens de consumo duráveis por estrato de renda – Brasil (2003 – 2011) (Em %)..... | 268 |

Se eu conversasse com Deus
Iria lhe perguntar:
Por que é que sofremos tanto
Quando viemos pra cá?
Que dívida é essa
Que a gente tem que morrer pra pagar?
Perguntaria também
Como é que ele é feito
Que não dorme, que não come
E assim vive satisfeito.
Por que foi que ele não fez
A gente do mesmo jeito?
Por que existem uns felizes
E outros que sofrem tanto?
Nascemos do mesmo jeito,
Moramos no mesmo canto.
Quem foi temperar o choro
E acabou salgando o pranto?

Leandro Gomes de Barros (1823 – 1907)

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| PARTE I – PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL RECENTE: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E POSICIONAMENTOS | 36 |
| CAPÍTULO 1 – SUBDESENVOLVIMENTO COMO CONDIÇÃO PERIFÉRICA: A CONSTRUÇÃO DA DESIGUALDADE E DO LUMPESINATO BRASILEIRO | 52 |
| 1.1 Modernização da indústria, planos de desenvolvimento econômico e crescimento forçado. | 64 |
| 1.2 A teoria da dependência-associada e sua compatibilidade com o neoliberalismo | 99 |
| PARTE II – FINANCEIRIZAÇÃO E NEOLIBERALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS: NOVA FASE DA DEPENDÊNCIA? | 109 |
| CAPÍTULO 2 – CONTRARREFORMAS DO ESTADO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA PRÁTICA HISTÓRICA E EM RÁPIDA EVOLUÇÃO | 125 |
| 2.1. Governo Collor (1990-1992) e Governo Itamar Franco (1992-1994): a liberalização do mercado de câmbio e de capitais e a euforia dos banqueiros | 125 |
| 2.1.1 A economia política do governo FHC: da teoria da dependência-associada ao paraíso financeiro – bloco no poder, dependência e contrarreformas | 139 |
| 2.1.2 Os impactos sociais do Plano Real e das “reformas” administrativas do Estado: um projeto criado para ser inacabado | 160 |
| PARTE III – AS POLÍTICAS SOCIAIS NOS ANOS 2000 E O SURGIMENTO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA | 180 |
| CAPÍTULO 3 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL NOS GOVERNOS PETISTAS DE 2003-2015: PROTEÇÃO SOCIAL, COMBATE ÀS PRIVAÇÕES DE CONSUMO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL | 199 |
| 3.1 Políticas de proteção social e transferência de renda: do Programa Fome Zero ao Programa Bolsa Família – o ajuste das velas | 203 |
| 3.2 Lulismo e as transferências de renda: reorganização e realinhamento político da classe subalterna | 225 |
| CONCLUSÕES | 251 |
| REFERÊNCIAS | 273 |

INTRODUÇÃO

Desvelar e descrever os movimentos da realidade não é um trabalho fácil, é preciso estar pronto e disposto a empreender um enorme esforço teleológico, capturar as particularidades mais sensíveis dos fenômenos, compreender os desdobramentos e suas conexões a partir de uma base teórica e ideológica que ilumine o processo de pesquisa. Assim, se torna um desafio caracterizar e delinear o *impacto das transferências de renda no mercado de consumo nacional* (objeto de pesquisa) em um país de economia periférico-dependente.

Entender o período histórico em, que, ao mesmo tempo se expande o consumo nacional das classes subalternas e a hipertrofia da política de assistência social se mostra um desafio necessário, pois na contemporaneidade, há visões que tendem a atribuir às transferências de renda a potencialização do consumo interno a partir da teoria da propensão marginal ao consumo e do impacto direto no crescimento do PIB e, há visões e entendimentos que reconhecem a importância das transferências de renda para destravar as privações de consumo, seu potencial na economia e no processo de acumulação do capital no Brasil, apontando, também, seu potencialidade em capturar o imaginário social da classe trabalhadora pela via do consumo.

O que não se pode fazer, em hipótese de incorrer a erros analíticos, é atropelar as condições estruturais do mercado de consumo brasileiro forjado pela dependência ao capital imperialista. Caminho de maneira a percorrer o movimento do real sem perder o fio da história e, hoje caminhamos num momento onde o tempo histórico se aligeira com a celeridade das transformações sociais, políticas e econômicas e em direção ao aprofundamento da barbárie, da desumanidade, o que dificilmente pode ser amortecido com reformas, programas de governamentais e instituição de políticas sociais hipertrofiadas e ao mesmo tempo esvaziadas que reafirmam os elementos desumanizadores do capital por novas vias “aceitáveis”.

Conforme nos diz Martins (2015 p. 60- 61), as estruturas se dão num espaço-tempo, e o seu tempo se remete aos padrões civilizatórios que alicerçam a construção e desenvolvimento dos padrões sociais estabelecidos. Logo, as regularidades cíclicas de desenvolvimento da sociedade e de suas relações vão influir significativamente nas estruturas sociais e também as modifica, isto a depender do tempo das conjunturas, deste modo, “as conjunturas combinam, portanto, irreversibilidades, regularidades e imprevisibilidades”.

Para que seja possível determinar o marco geral e caminhar para os elementos mais específicos da conjuntura e tempo histórico do capitalismo recente do Brasil, é preciso compreender que a imprevisibilidade e a regularidade estão intrinsecamente ligadas e são limitadas pela irreversibilidade imediata da conjuntura que estabelece as linhas de atuação das relações sociais e de seu desenvolvimento determinado.

A teoria social crítica possui neste movimento de desvelamento histórico do capitalismo brasileiro na contemporaneidade um papel primordial: possui e confere os instrumentos necessários para que se possa explicar a combinação das regularidades e das irreversibilidades das estruturas, conjunturas e do cotidiano, e deste modo, descrever as balizas universais das diferentes conjunturas que se combinam e se estabelecem no país em determinado período.

No caminho da história é que entendemos o presente, e, portanto, entendemos as conjunturas que se estabelecem em cada espaço-tempo, assim, diante o cenário complexo que se firma no Brasil dos anos de 2000 a 2013 que, conjugou conciliação da condução da política macroeconômica neoliberal com produção de superávits primários, controle dos preços da cesta básica de alimentos, controle da inflação e câmbio flutuante com ampliação dos programas sociais de transferência de renda, principalmente o Programa Bolsa-Família e o Benefício de Prestação Continuada, elevação real do salário mínimo – ao mesmo tempo ocorria o subfinanciamento de outras ações da própria política de assistência social e de outras políticas do sistema de seguridade social, tais como: a política de saúde e previdência social, criando uma espécie de hipertrofia da Política de Assistência Social. A partir desta conciliação de fatores que se pensou no *tema de estudo: O papel das transferências de renda no capitalismo recente brasileiro.*

Esta proposta ganha sustentação e solidez ao passo que no período a ser analisado – 2005 a 2013 -, os programas de transferência de renda no Brasil, como em toda América Latina, ganham centralidade nas ações da política de assistência social e se torna um instrumento ou ferramenta garantidora do acesso dos trabalhadores ao consumo de bens e mercadorias que, supram em maior ou menor medida, as necessidades mínimas de subsistência. Estas transferências monetárias diretas se constituíram como engrenagem de ligação entre a população e o dinheiro, a ponte necessária que pudesse melhorar as privações históricas do consumo da classe trabalhadora que se reproduzia pelo subconsumo.

Parto, para pensar este projeto, da conjuntura recente em que as transferências de renda se mostraram como engrenagem auxiliar das economias periféricas no combate à pobreza e investimento em capital humano. O desenho das transferências de renda sai da ponta das canetas dos organismos multilaterais e de pensadores como o economista indiano Amartya Sen, e de pensadores da chamada Terceira Via, como o sociólogo Anthony Giddens e Ulrich Beck. Cabe ressaltar que, o entendimento estabelecido nos documentos dos organismos multilaterais a pobreza a ser atacada não é apenas aquela vinculada a fome e a desigualdade, mas a pobreza de consumo, logo, é a busca pela incorporação dos indivíduos que pouco participavam ou quase nada participavam do consumo de mercadorias nos mercados internos desses países periféricos.

O cenário que antecede a criação das transferências de renda no Brasil é um campo de índices elevados de pobreza e extrema pobreza ocasionadas pelos diversos planos econômicos de arrocho salarial, taxaço de bens duráveis, mercado consumidor frágil com força de trabalho superexplorada e, posteriormente, já no início da década de 1970, pelas políticas neoliberais e de aprofundamento da exploração e dependência do país pelo capital financeiro imperialista.

O quadro social de extrema precariedade de reprodução da vida se aprofundou na Era Dourada com uma massa de desempregados e subempregos gerados pelo período de substituição de importações modelando uma sociedade que se produzia e reproduzia socialmente pela via do trabalho informal com grande exército industrial de reserva e ao mesmo tempo um lumpemproletariado (lumpencidadãos) sem função no sistema, mas que não deixa de estar em função do mesmo sistema, isto porque são economicamente marginalizados, politicamente destituídos e socialmente descartáveis. Os lumpencidadãos se tornam um peso morto pelo fato de todo seu conhecimento ser descartável.

A pobreza, nas economias dependentes, é estrutural e intrínseca ao desenvolvimento capitalista mais selvagem, é o resultado de um processo histórico de exploração das riquezas naturais, superexploração da força de trabalho, expropriação e destituição dos direitos da classe trabalhadora, concentração da renda e riqueza socialmente produzida e do poder. Diante destas múltiplas determinantes que são partes constitutivas do processo de construção histórica das economias periféricas, portanto do Brasil, e, principalmente o bolsão de trabalhadores miseráveis

e subempregados, não foi possível que se desenvolvesse um componente essencial do desenvolvimento das forças produtivas: um mercado consumidor forte.

A particularidade do desenvolvimento dependente dos países latino-americanos possui a seguinte base de sustentação: superexploração da força de trabalho, transferência de valor aos centros imperialistas e, no padrão determinado de organização da produção na região. Decorre desta associação de fatores a superexploração pela forma de extração de mais-valia absoluta que combina abundante força de trabalho disponível e salários muito aquém do valor da força de trabalho, que, não possui, as condições de garantir o mínimo para reprodução social dos trabalhadores.

Outro aspecto que identifica as economias dependentes é a precariedade e debilidade do Estado Social enquanto regulador social e econômico que inserisse a classe trabalhadora mais pauperizada no consumo e no acesso de serviços, tendo como desdobramento dessa “ausência”: políticas sociais frágeis e ineficientes com forte ranço patrimonialista e clientelista. É a apropriação do Estado pela burguesia associada-submissa brasileira para satisfação de suas necessidades e subserviência ao capital imperialista com o propósito de assegurar ganhos extraordinários.

É característica dos sistemas de proteção social latino-americanos a fraca uniformização e universalização das políticas sociais, principalmente de proteção do trabalho, altamente seletivo afastando os trabalhadores informais em sua grande maioria, assistencialista e com apelo à solidariedade social. Esta configuração da proteção social brasileira deixa a desejar em todos os seus aspectos, dadas as particularidades nacionais: econômicas, sociais, culturais e de luta de classes, o que atribui aspectos e características próprias às políticas sociais – ineficientes em dimensão e cobertura mínima para satisfação das necessidades mais básicas para milhões de trabalhadores brasileiros.

Neste sentido, a tríade que se combina, reforça a dinâmica do intercâmbio desigual com incapacidade de romper com os mecanismos de superexploração e transferência de valor aos países imperialistas fazendo com que no âmbito doméstico haja uma sobreapropriação de mais valia violenta – diferentemente do centro capitalista que migra da retirada de mais valia absoluta para relativa, uma vez que a mais valia relativa está intrinsecamente ligada ao barateamento dos bens-salários, e que nos capitais centrais só foi possível dada a função que foi atribuída aos países

latino-americanos de prover os alimentos em larga escala exigido pelos operários fabris da Europa. A mais valia produzida na periferia do capital é, portanto, apropriada e concentrada no centro.

Para compensar a perda de mais valia os países periféricos devem “aumentar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração da força de trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada” de trabalho (MARINI, 2011, p. 146) ou pela combinação de ambos os mecanismos em detrimento da readequação e/ou reequilíbrio “entre preços e valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho) (Ibidem, p. 146 – 147).

Deste modo, o modo de produção capitalista na periferia diferentemente do centro não se firma na capacidade interna de consumo e produtividade do trabalho – gerando um duplo caráter do trabalho: produtor e consumidor, mas se apoia no grande volume de exportações de matéria prima e alimentos para os países centrais; crescente exploração dos assalariados e localiza o consumo dos bens suntuários na alta esfera, o consumo conspícuo.

Neste sentido, a circulação se separa da produção e a mercadoria se realiza no mercado externo, o consumo individual interno não interfere neste processo, mas participa da taxa de mais valia a ser retirada, deriva-se dessa condição a não preocupação com a reprodução do operariado brasileiro, não se cria as condições mínimas para sua reprodução, mas ao contrário, o capital adentra no fundo de vida e consumo destes trabalhadores.

As economias dependentes sacrificam o consumo individual dos trabalhadores em “favor da exportação para o mercado mundial”, deprimindo, desta forma, a demanda nacional brasileira e estabelece como solução única o mercado externo para a produção. As expectativas de consumo não encontram materialidade na produção interna devendo ser satisfeitas pelas importações (MARINI, 2011, p. 157).

Esta conjuntura não se altera com o processo de industrialização, tampouco no período de industrialização forçada pelo processo de substituição de importações, não modifica substancialmente as estruturas do consumo interno, pois a produção industrial não visava os produtos populares, mas uma produção voltada para alta circulação (consumo conspícuo) e parcela da classe média melhor assalariada. A

massa trabalhadora brasileira se desenvolveu/ desenvolve sem que tenha poder de compra, se reproduzindo pelo subconsumo, de mercadorias de pouca ou nenhuma qualidade, são supridas suas necessidades mínimas de existência.

A economia brasileira no fim da expansão econômica em 1980 já estava aprisionada pelos organismos multilaterais pela dívida externa, Sader (2001) nomeia esse aprisionamento como “hipoteca” das economias por consequência da dívida externa. Com a “década perdida”, o endividamento e a necessidade de novos financiamentos permitiram aos organismos multilaterais como braço mestre do Banco Central estadunidense ter controle das negociações e de determinar a ação de retomada dos países devedores.

Ao seguir o tripé econômico inspirado pelo Banco Mundial: a) contenção do consumo interno; b) equilíbrio da balança exterior e; c) redução do déficit público ocasionaram, no caso brasileiro, um sistemático subfinanciamento das políticas de proteção social, principalmente avançando nas políticas universalistas como educação e saúde e manifestadamente deterioraram sobre medida a condição de vida dos trabalhadores pobres (PEREIRA, 2018). O neoliberalismo como projeto econômico, político, social, culturais e ideológico transfere os custos da crise para os trabalhadores, expropriando-os ainda mais de seus direitos, ao passo que, adota programas de transferência de renda na forma de repasses financeiros diretos para que estes pauperizados possam consumir mercadorias essenciais, uma recomposição do mínimo de sobrevivência e de acesso a uma renda constante considerando o declínio da renda com o aumento do desemprego, subemprego, informalidade como condição do mercado de trabalho periférico-dependente e aumento das franjas do lumpesinato.

A década de 1990 foi marcada pela abertura rápida do Estado brasileiro ao capital financeiro e a condução neoliberal do Consenso de Washington. Os governos pós-redemocratização e da CF. 1988 empreenderam uma guerra em campo aberto contra os direitos sociais e trabalhistas dada a exigência dos sócios investidores do capital internacional, proveu a contrarreforma do Estado e estabeleceu âncoras para moeda nacional com o Plano Real. A política de altos juros atuou de forma a garantir os ganhos extraordinários do capital financeiro, detentores dos títulos da dívida estratosférica brasileira. A década de 1990 foi, para além do fim da década dourada, o período de aprofundamento das agruras da questão social em todo continente.

Apontado alguns elementos fundamentais da conjuntura que antecede e que forma os programas de transferência de renda, ocorre a partir dos anos 2000 da hipertrofia da política de assistência social, esta como política de integração em substituição ao trabalho, com centralidade na expansão das transferências monetárias nos países latino-americanos, investimento em capital humano: educação e saúde como elementos de potencializar as capacidades dos sujeitos. A multiplicação dos programas se deu de forma rápida, o contexto era de forte retração econômica, aumento da pobreza e extrema pobreza, desemprego estrutural onde a renda do trabalho equivalia a baixo percentual na participação da atividade econômica e, um mercado consumir estagnado.

A priori, o governo estabeleceu um discurso equitativo como meio de justificar político-ideologicamente o estabelecimento dos repasses monetários para as famílias. Estes repasses evocam a ideia de solidariedade burguesa, em que os repasses poderiam melhorar a vida das pessoas pobres; ser eficiente porque com pequenos repasses às famílias possibilitaria a interrupção do ciclo intergeracional da pobreza é um instrumento a potencializar os investimentos em capital social. Este é o discurso oficial dos governos e organismos multilaterais, porém, a realidade e as pesquisas destas realidades mostram que a pretensão foi de injetar e/ou alocar capital em setores da economia que antes estavam estagnados, pouco dinamizados ou mesmo destruídos, além de amortecer conflitos sociais entre as classes, uma forma de arrefecer a potência da classe trabalhadora pauperizada e melhorar as condições para acumulação do capital, pois as barreiras da luta de classe estariam amornadas.

O Banco Mundial, um dos maiores financiadores dos programas de transferência de renda na América Latina, em suas orientações técnicas e cadernos, promove uma leitura das transferências de renda como instrumento de reinserção ao consumo das famílias excluídas, ou mesmo, às concebe na perspectiva de expedientes necessários para a nova lógica neoliberal-financeira no continente.

É certo que o caso brasileiro de um mercado consumidor frágil e constituído historicamente para excluir os trabalhadores do circuito de certas mercadorias essenciais para reprodução, ou mesmo que pudesse auxiliar nos ganhos de qualidade de vida, como: fogão a gás, geladeira, itens eletroeletrônicos e aspiradores de pó que poupam algum tempo de trabalho doméstico para proporcionar descanso pós-jornada se altera após os anos 2000 – contudo não podemos afirmar que este movimento

acontece unicamente pelo ingresso de uma massa de mais de 14 milhões de famílias (aproximadamente 45 milhões de pessoas) a um novo padrão de consumo.

Mas certo de que, as transferências de renda se tornaram forte instrumento de elevação do poder de consumo das famílias dos trabalhadores desempregados, subempregados e de parte dos informais; a assistência social absorveu estas famílias com repasses contínuos, sendo única renda ou complemento da renda informal, todas elas capturadas no circuito urbano de apropriação.

Junto às transferências de renda se somam as políticas de controle dos preços dos componentes da cesta básica de consumo, isenção do IPI da linha branca (fogão, micro-ondas, máquina de lavar, geladeira, tanquinho de lavar-roupas entre outros mais modernos e equipados com equipamentos poupadores de energia e gás que liberam renda), controle do preço do gás de cozinha que, em 2003 um botijão de 13 kg custava em média R\$ 29,35 e no final do segundo mandato de Lula custou R\$ 38,38 – o que equivale uma redução do preço real 26,2% e, no governo Dilma, o mesmo botijão se inicia com preço médio de R\$ 38,34 e em seu último ano de mandato custou R\$ 56,38 uma variação real mensal de -0,11% (FPA, 2018); controle no valor da energia elétrica; aumento real do salário mínimo e acesso ao crédito e crediário facilitado às famílias da classe C¹.

Estes elementos quando direcionados ao propósito de melhorar o consumo das famílias contribuíram na ampliação e aceleração da produção e circulação de mercadorias, conferindo maior celeridade ao esquema produção-circulação-consumo, acelerando a realização de mercadoria e da mais-valia contida. Além do quesito da melhora no poder de compra das famílias, as transferências monetárias ao (re)inserir parcela significativa da população brasileira ao consumo elevando-os dentro da curva de consumo D e E para curva C e, aqueles da baixa curva C para as franjas mais altas

¹ Ressalta-se que, utiliza-se neste trabalho o conceito de “estrato social” (A, B, C, D e E), de acordo com a renda familiar adotada pelos organismos nacionais como critérios de classificação econômica da população. Cabe ressaltar que o conceito de estrato social em suas subcategorias como classificação econômica, de representação do poder de consumo, poder aquisitivo, melhora o entendimento do assunto proposto. Aliás, é preciso pontuar a distinção entre os conceitos, portanto as classes sociais na teoria marxiana, compreende: classe trabalhadora, como aquela que vive da venda de sua força de trabalho (proletariado) e a burguesia, como o grupo detentor dos meios de produção e, que, se apropriam e concentram a renda e riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora na forma de lucros. Na concepção marxiana não se impõe a distinção de renda de forma a criar subcategorias para a classe trabalhadora, mas utilizamos do estrato de renda de maneira crítica como elemento facilitador.

dela mesma, criou a ideia de ascensão social e sentimento de pertencimento pelo consumo.

Neste quesito se visualiza o poder da ideologia do capital. Vê-se a captura do imaginário social e o transformismo das políticas sociais, há um processo permanente de pertencimento pelo consumo, dos produtos adquiridos como referência de poder e da ideia de cidadania. A questão neste processo é que se cria uma falsa ilusão para os trabalhadores: 1) de um lado, há a falsa sensação de que ascenderam socialmente e possuem um poder de compra que lhes permita adquirir mercadorias consideradas da elite, há de fato o suprimento das inquietações do campo do desejo e das sensações que são frutos do apelo e devoção ao consumo, é o capital como religião se universalizando pela mercadoria e, 2) do outro lado, ocorre um processo de pacificação dos conflitos de classe; a conciliação de classes operada pelo lulismo atuou de forma a institucionalizar muitos movimentos sociais e fazer crer que a classe trabalhadora estava no comando do país operando uma política social de proteção, esta ação em nada beneficia a classe trabalhadora, ao contrário, permitiu que o capital avançasse com maior facilidade na retirada dos direitos trabalhistas, na maior captura do fundo público para amortizações e pagamento dos juros da dívida pública, precarização da política de saúde, previdência, educação e mobilidade urbana (o que fizeram eclodir os movimentos de junho de 2013 pela falência do modelo de desenvolvimento petista), políticas públicas que associadas possuem a capacidade de garantir para além dos mínimos sociais de sobrevivência, garantiria as necessidades humanas básicas, permitindo aos sujeitos terem potencializadas sua autonomia crítica, capacidade de agir e saúde plena.

As transferências de renda em sua forma e significado estabeleceram o entendimento de dignidade humana alicerçada sobre o pensamento da dignidade de possuir renda, participar do mercado de consumo e ascender no escalão social. O que se fez foi conferir novo entendimento aos conceitos de dignidade humana e cidadania – se transformaram em cidadão-consumidor e dignidade de renda e consumo reduzindo-a a estes fatores de mercado, é esvaziada de humanidade. Neste processo de ressignificação do conceito de políticas sociais de proteção, passam a ser compreendidas e difundidas pela lógica do mercado aprofundando os sentimentos anti-Estado presente na sociedade, facilitando os nichos de mercado para as políticas de proteção.

Frente aos fatores aqui trazidos para discussão, do entendimento que o Banco Mundial trabalha a leitura das transferências de renda como elemento que atua contra a pobreza de consumo e as alterações do consumo interno brasileiro a partir da década de 2000 com os governos progressistas do Partido dos Trabalhadores, esta tese partiu da seguinte pergunta: *em que medida os programas de transferência de renda contribuíram para ampliação do consumo e, com isso, na acumulação do capital na economia dependente brasileira?*

Após essa pergunta norteadora, construiu-se a seguinte hipótese principal: *Os programas de transferência de renda nos países de economia dependente, cujo índice de pobreza e extrema pobreza é elevado e de frágil mercado consumidor, atuam na ampliação e diversificação do consumo de mercadorias melhorando as condições de acumulação do capital.*

Esta proposta de estudo tem como *objetivo geral investigar e contribuir para a análise das mudanças do mercado de consumo brasileiro a partir da consolidação e expansão dos programas de transferência de renda;* e teve como objetivos específicos *debater a historicidade da formação do mercado consumidor nacional a partir do olhar de uma economia periférico-dependente; analisar o mercado de consumo brasileiro apontando os seus mecanismos de reprodução no contexto contemporâneo da chamada “financeirização”; problematizar os impactos das transferências de renda no consumo brasileiro de economia periférica; identificar o tipo de consumo dinamizado pela transferência de renda; verificar em que medida os programas de transferência de renda atuam como engrenagem no processo de acumulação do capital.*

A presente tese se estrutura da seguinte maneira:

1. Parte I, Capítulo I: aborda aspectos fundamentais da formação sócio histórica do Brasil à luz da teoria da dependência procurando evidenciar o processo e as mediações da formação do mercado consumidor interno e suas implicações na reprodução do capital nacional. Faz-se uma análise da dependência aos países imperialistas, do processo de industrialização nacional fomentado pelo grande capital internacional, o papel do Estado nas garantias de acumulação do capital em detrimento às demandas proletárias; se discute o processo de aprofundamento da questão social e suas múltiplas expressões; o alargamento das franjas do proletariado, do desemprego, subemprego; a mecanização do campo com a implementação da agroindústria em um processo de modernização; a crise e a “nova”

fase da dependência na era da financeirização. Ao final deste capítulo é abordada a teoria da dependência-associada de Cardoso e Falleto como forma de evidenciar a proximidade teórico-política e associações com o neoliberalismo.

2. Parte II, Capítulo II: este capítulo aborda os fundamentos e o processo de financeirização da economia mundial e brasileira e o papel do Estado neste processo. A abertura econômica mais acentuada ao capital imperialista e a implementação de ajustes fiscais como resposta aos mandos dos organismos multilaterais e a compatibilidade dos planos de governos da década de 1990 com o projeto neoliberal – principalmente no trato com a questão social com a precarização das políticas sociais e investidas nos direitos constitucionais conquistados pela classe trabalhadora. O Plano Real será detalhado a fim de demonstrar como nele estão presentes elementos importantes de subordinação ao BM à exemplos das âncoras, câmbio flutuante, e como estes elementos contribuíram para uma atuação bifronte: remunerar os títulos da dívida pública nas mãos dos imperialistas e, de outro lado, conter o consumo da população. Adentra na contrarreforma do Estado operada por FHC, na precarização das políticas sociais e retorno da solidariedade burguesa e do clientelismo de ocasião, além da destruição de setores estratégicos da sociedade: energia, telefonia, infraestrutura, bancos públicos. Este capítulo demonstra o modelo contemporâneo de reprodução do capital através da concentração de renda com reiteradas políticas de rebaixamento de salários e controle da pobreza.

3. Parte III, Capítulo III: Com o quadro de pobreza e miséria que assolava o Brasil e a condução neoliberal que intensifica o quadro, dada as sucessivas contrarreformas, política de ajuste fiscal, aumento de juros, câmbio flutuante, ataques aos direitos sociais e espraiamento da ideia de uma cultura da crise o terceiro capítulo sistematiza e promove algumas análises a partir de produções sobre o tema sobre a gênese dos programas de transferência de renda condicionada como instrumento de combate à pobreza e a miséria. Ademais, dialoga com os documentos dos organismos multilaterais e com a realidade que se conforma nos países dependentes, procurando entender os efeitos das transferências monetárias no mercado de consumo interno, as funções ideológicas que elas carregam e possível impacto na acumulação de capital. Há presente neste capítulo, também, uma breve análise da mudança ideológica do Partido dos Trabalhadores e a gênese do lulismo, do Programa Fome Zero e Cartão Alimentação e o Programa Bolsa Família. Aqui neste item também há

dados do consumo das famílias beneficiárias da transferência de renda, do consumo destas famílias e do acesso a bens e serviços. Encerrando com uma análise da compatibilidade entre as transferências de renda e a acumulação do capital, ou seja, por conseguir capturar o imaginário social, um instrumento eficaz econômica e ideologicamente.

Método e Procedimentos metodológicos

“Uma prática sem uma sólida teoria que o ilumine é uma atividade cega”

Ivo Tonet

No modo de produção capitalista que busca constantemente lucros e superlucros através da superexploração da força de trabalho há a necessidade de se considerar métodos e estratégias para sua reprodução, a principal estratégia é manter subordinada a classe trabalhadora, pacificar e diminuir os tensionamentos entre as classes fundamentais para que o capital se reproduza sem entraves ou revezes políticos e ideológicos.

Nas condições das nossas sociedades – sociedades de classes, em que se confrontam interesses diversos e contraditórios –, há sempre projetos societários em concorrência e em disputa; tais projetos são macroscópicos e abrangentes e visam seja à manutenção das estruturas sociais vigentes, seja à transformação dessas estruturas. (NETTO, 2015, p. 236).

Um mecanismo historicamente adotado para arrefecimento da potência da classe trabalhadora que se coloca em luta é a política social. Estas políticas sociais possuem um caráter contraditório, pois, ao mesmo tempo em que atende a classe trabalhadora a suprir suas necessidades e permitir sua reprodução social, também traz ganhos ao capital. As transferências de renda condicionada, são exemplos de programa social implementado pela via da Política de Assistência Social – uma estratégia de distribuição de renda para a população pauperizada, estrato mais baixo de renda, para potencializar e incluí-los ao consumo de bens e mercadorias e, ao mesmo tempo, oferece uma segurança de pequena renda mensal que significa para os beneficiários uma proteção social (ainda que insuficiente para satisfazer todas as necessidades). O fim da política social é sua gênese – o modo de produção capitalista.

Portanto, recorre-se à teoria social crítica para compreender a sociedade de classes, desvelar e investigar os processos de reprodução do capital na era financeira. Para que toda pesquisa possa se desenvolver e alcançar seus resultados esperados, ou não, é preciso que se estabeleça um método de análise que guiará o pesquisador. Neste estudo se adotará o método da Teoria Social Crítica.

A teoria social crítica, através do método como um dos seus pilares, nos possibilita compreender a sociedade de classes, desvelar e investigar os processos do capital monopolista-financeirizado, seu modo de produção e reprodução, pensar o pauperismo, o desemprego estrutural e as muitas expressões do embate entre capital e trabalho através do imediatamente dado, é “reivindicar uma relação crítico-ontológica entre a ordem que alimenta o metabolismo do capital” (SILVA; CARMO, 2013, p. 85) e uma sociabilidade humanamente emancipada deste modo de produção que desumaniza o homem e humaniza as coisas.

É um caminhar contínuo, reflexão permanente, dialética, que nos impõe a necessidade de ultrapassar a aparência e perseguir a essência, ou seja, da parte para o todo, do singular para o universal, e vice-versa, “levando em conta o modo de constituição, a maneira pelo qual se constitui a realidade” (IANNI, 2011, p. 411). O método em Marx é um construto social que não pode ser dissociado da teoria, logo “não se vincula a qualquer abstração, ainda que jamais se renda às diferentes formas de materialismo que se limitam a constatar o imediatamente sensível” (SANT’ANA; SILVA, 2013, p. 186).

Logo, o método não se trata de um conglomerado de conhecimentos que quando aplicados de maneira correta irão conduzir o pesquisador a encontrar a verdadeira essência do fenômeno, não se trata de uma “cartilha” científica que possa ser utilizada como conhecimento teórico-metodológico especializado direcionado a aplicabilidade da prática, da investigação e da pesquisa. O método nos auxilia a não cair nos desejos teoricistas ou praticistas de explicar o objeto em análise, como aponta Netto (2011, p. 21), “o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador”.

A teoria do método em Marx é a reprodução ideal do movimento real do objeto que está sendo pesquisado e, é pela teoria que o pesquisador irá construir em seu

pensamento analítico as conformações, os processos e relações mais ou menos complexas do objeto de pesquisa. Junto ao método, nas análises deste objeto, obrigatoriamente nos utilizaremos de sua relação indissociável com a teoria do valor e da perspectiva histórica da revolução.

Este tripé, necessariamente explicável na sua unidade-diversa, ou seja, unidade dos diferentes que não os identifica (mas os particulariza na totalidade da vida social) é orientado pelo ponto de vista ontológico, isto é, por uma razão que mira a vida real de seres reais (...) que vivem em dada historicidade construída a partir de determinado legado sócio-histórico. (SANT'ANA; SILVA, 2013, 184)

Certamente, não trataremos de forma idealista que cria em torno de si a realidade e a fundamenta a partir de um mundo totalmente abstrato; mas o que nos possibilita analisar o objeto em sua dinâmica do real e como ele se relaciona no modo de produção capitalista com as demais determinações que lhe dão corpo e vida é o materialismo histórico. Materialismo este que em tudo difere das concepções materialistas que não ultrapassam o imediatamente dado, fica na superfície da aparência fenomênica e não captura a sua essência, além do que, ignora os homens como atores de sua história e que fazem história.

A teoria social em seu tripé: método, teoria do valor e perspectiva de revolução nos permite compreender que os processos não são estanques e que não há sobreposições de determinantes na análise, deveremos compreender a totalidade das transferências de renda, suas contradições e as mediações que a conformam. Iremos saturar este objeto de determinações considerando, deste modo, subsidiados pelas categorias de totalidade, contradição e mediação a partir do entendimento de que as transferências monetárias diretas fazem parte da dinâmica e das conexões do capital em seu processo de valorização.

É preciso ressaltar que a totalidade concreta não se resume nas partes que integram o todo do fenômeno, mas é uma totalidade complexa, dinâmica, contraditória, articulada e estrutura com graus de complexidade maiores ou menos. Tratar deste do papel que assume as transferências de renda no capitalismo recente do Brasil é perceber as totalidades concretas e complexas que irão se compor, se conectar e entrelaçar e, muitas vezes, se fundir e formar uma totalidade maior – macroscópica.

Ao passo que estas relações contraditórias não aparecem de forma nítida nas relações sociais de modo direto, se expressarão na vida cotidiana de modo mediado por diferentes níveis de complexidade e por diferentes estruturas de complexidade. E, nesse processo de inter-relação de complexidades da realidade que é “rica em determinações, saturadas de múltiplas mediações que explicam a dinâmica de complexos sociais materialmente existentes (trabalho, classe social, consciência, ideologia, pauperismo, entre outros)” (SANT’ANA; SILVA, 2013, p. 188) se expressará na vida corriqueira, nas relações despreziosas e de aparente normalidade dos homens, de modo a transparecer apenas uma de suas faces – o imediatamente visível – se colocando como um complexo aparentemente simples. A teoria social crítica em seu tripé nos ajuda a ultrapassar essa face aparente das transferências de renda, a aprofundar nos seus meandros, suas implicações diretas e indiretas na vida dos homens e identificar sua essência enquanto produto das relações capitalistas.

O processo de pesquisa que se dará e que tem se desenvolvido, é um momento pela busca das mediações e das relações que compõem essa totalidade das transferências de renda condicionada e não somente seu complexo simples; é a busca pelas múltiplas determinações da sua dinâmica na realidade e os múltiplos questionamentos e apontamentos para conseguirmos nos aproximar gradualmente e termos a totalidade do processo que explica e constitui esse objeto de pesquisa enquanto fenômeno como uma totalidade a ultrapassar a forma de aparição inicial: que no caso é o combate à pobreza e a desigualdade social.

Um exemplo trazido por Sant’Ana e Silva (2011) ilustra esta assertiva:

(...) a mercadoria sapato ao ser exposta, ao ser exposta em uma vitrine, elimina todo processo necessário à sua produção; todavia, esse processo produtivo está contido, naquele par de sapatos como trabalho socialmente acumulado que, devidamente analisado (para além da face imediata), explica não somente a mercadoria sapato, mas todo o processo que constituiu por meio da produção de valor objetivada pelo trabalho humano. *Ora trata-se de relações socialmente construídas!* O segredo desse contexto, seu fetiche, está em aparentemente eliminar a sua gênese processual *descartada*, assim, *toda chave explicativa necessária para apanhar a vida social como totalidade social*. Ao fazer isso, não apenas fetichiza a mercadoria, mas as relações sociais como um todo, tomando parte de um processo como sendo ele por inteiro, a aparência como essência, o imediato como mediato. (SANT’ANA; SILVA, 2011, p. 188)

A aparência do fenômeno pode se confundir e ser entendida como a figura ou análise mais imediata, é a primeira forma de manifestação que será nosso primeiro contato e primeira apreensão do objeto realizada por meio dos sentidos. A aparência fenomênica é a apreensão das mercadorias e das relações coisificadas através da sua representação mais imediata e que neste momento a apreensão acontece pela familiaridade ou pela intuição do fenômeno, portanto “no trato prático-utilitário” sem pretensões ou preocupação de intuir ou analisá-lo teoricamente (KOSIK, 1986).

O materialismo histórico permitirá ao pesquisador romper com a aparência do objeto de pesquisa, e que para Kosik (1986), a aparência do fenômeno se expressa na pseudoconcreticidade, que é constituída pelo conjunto de fenômenos que se manifestam no movimento do real de forma imediata, sem mediações, conexões, contradições e historicidade, é a mercadoria ou coisa em si. Ou seja, é entender que os fenômenos se expressam em sua forma independente, sem mostrar sua historicidade e esconde os processos e as imersões de sua existência. O cotidiano que é a atmosfera mais simples da vida dos homens e de suas relações rege e penetra com seu efeito imediatista, descontextualizado e fragmentado a consciência dos indivíduos que observaram os fenômenos e seus desdobramentos como naturais e independentes.

No percurso investigativo o objetivo que o pesquisador deve perseguir e ultrapassar é a forma primeira com que o objeto se põe na dinâmica da realidade e se expressa de forma ideológica no cotidiano. O primeiro e fundamental passo é alcançar o conhecimento teórico do objeto, da sua dinâmica e estrutura, da forma como ele é em si e, a partir de então, revelar as mediações, contradições, impactos da essência que revela a essência do objeto.

A investigação/pesquisa é fruto da leitura que o pesquisador faz ao observar, analisar, reconstruir e construir o objeto em sua relação e determinação no real. E, neste processo de investigação, o pesquisador precisa partir da constatação inicial de que a teoria é a própria reprodução do movimento real do objeto. Como afirma Marx (2013, p. 28) em *O Capital*, “a investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, de perquirir a conexão íntima que há entre elas”.

A prioridade é objeto, é a matéria. Deste modo, a missão do pesquisador é capturar a objetividade da matéria. Por fim, a teoria como reprodução ideal do objeto

dado na realidade, o método como um dos elementos da teoria social crítica é a ferramenta que auxilia a razão no exercício de apreensão do objeto e, é dialético porque a história é em si dialética. O pesquisador tem seu ponto de partida na materialidade do cotidiano, não como este último se apresenta em sua imediaticidade.

Por todos os pontos elencados é que acreditamos que o método [materialismo histórico] junto à teoria do valor e a perspectiva de revolução como referencial metodológico nos apoiam e subsidiam no processo de análise a atingir o objeto da pesquisa e reproduzir as mediações e as multideterminações mais e menos complexas do objeto que escolhemos para investigar.

A metodologia é o percurso do pensamento rumo à concreticidade do objeto em sua imersão na realidade. Desta feita, a metodologia está no centro das teorias e ao mesmo tempo se refere a elas, é a maneira como se articulam teorias, conteúdos, pensamentos e a existência do objeto pesquisado, mas também a existência do homem em suas relações. Logo, para o pesquisador, a metodologia abarca em si a concepção teórica escolhida para análise dos fenômenos, o potencial criativo e intuitivo do pesquisador como, também, um conjunto de técnicas e instrumentos que permitem o desvelamento da realidade em suas relações contraditórias e complexas.

O marco teórico escolhido, que no nosso caso é o materialismo histórico a partir da teoria social crítica marxiana, caminhará em conexão íntima e indissociável com a metodologia como uma associação de diferentes técnicas e abordagens, mas, que por sua vez, deve possuir instrumentos claros, bem elaborados, coerentes e coesos que permitam o pesquisador observar, analisar e resolver os obstáculos teóricos para o desafio prático da reconstrução do objeto, da prática.

Como salienta Minayo (2001, p. 10), “o campo científico, apesar de sua normatividade é permeado por conflitos e contradições”, é a existência de unidades-diversa. Frente à unidade-diversa o trabalho o pesquisador no seu processo de investigação aceita “os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, imbuem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído (...) O objeto das Ciências Sociais é *histórico*” (ibidem, p. 13). Frente à afirmação da autora, concluímos que o objeto da Ciência Social possui *consciência histórica, identidade entre sujeito e objeto, intrínseca e extrinsecamente ideológica e é essencialmente qualitativo.*

Por compreendermos que a realidade social é a reprodução ampliada da dinâmica das relações entre os homens em sua vida individual ou coletiva carregada de uma riqueza infinita de significados que dela é transbordante, optamos pela pesquisa quanti-qualitativa que nos auxiliará a abordar e responder questões particulares e gerais. A pesquisa quanti-qualitativa no campo filosófico pode ser bem entendida quando Gramsci argumenta o seguinte:

Afirmar, portanto, que se quer trabalhar sobre a quantidade, que se quer desenvolver o aspecto “corpóreo” do real, não significa que se pretenda esquecer a “qualidade”, mas, ao contrário, que se deseja colocar o problema qualitativo da maneira mais concreta e realista, isto é, deseja-se desenvolver a qualidade pelo único modo no qual tal desenvolvimento é controlável e mensurável. (GRAMSCI, 1995, p. 50)

Desta maneira, a pesquisa quanti-qualitativa trata das relações e condições materiais da vida humana, lida de fenômenos materiais decorrentes da dinâmica do real, confere a estes fenômenos um sentido concreto aos dados extraídos. Não há contradição entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa, uma vez que, do ponto de vista analítico todo dado quantitativo deve ser qualificado, explorado e saturado com as determinações do real. A análise qualitativa e quantitativa são abordagens complementares dadas as particularidades de cada objeto a ser estudado, segundo Minayo e Sanches (1993, p. 247), esta relação não é de oposição.

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa.

A teoria social crítica como referencial teórico não nos possibilita ultrapassar as raias da reflexão a partir do concreto ao abstrato e seu caminho de volta, nos oferece as ferramentas para atribuir valor e grandeza aos dados extraídos da realidade e oferecer a eles tratamento e significado inserindo-os na dinâmica de uma realidade multifacetada. Por fim, “a qualidade dos fatores e das relações sociais são suas propriedades inerentes, e que quantidade e qualidade são inseparáveis e interdependentes, ensejando-se assim a dissolução das dicotomias quantitativo/qualitativo, macro/micro (...) o método dialético, (...) recusa-se a reduzir” (MINAYO, 1996, p. 11 – 12).

Pesquisa Bibliográfica

Delimitado o tema, objeto, as hipóteses, objetivos e referencial teórico norteador: a teoria social crítica marxista e, a partir desta base teórica buscamos encontrar um caminho para uma melhor análise da realidade dinâmica em que o objeto é parte e participa ativamente. Portanto, o caminho pressupõe levantar temas e categorias à serem discutidas, investigadas, refletidas, negadas ou aceitas frente a realidade, segundo Ianni (2018, p. 404), “o compromisso do pensamento com o pensado é muito grande e isso, que é bastante geral na história das Ciências Sociais, é particularmente fundamental no pensamento dialético, é por isso que chegamos à construção da categoria”.

Neste sentido, as categorias decorrem do processo de aproximação com a realidade numa explicação dialética, apreendendo o movimento do real de maneira lógica, partindo do concreto ao abstrato da reflexão. Como estradas que se cruzam, com vias de sentido duplo, nos diversos momentos de idas e vindas é preciso tomar firme no processo lógico de reflexão a historicidade do real. A historicidade não compreende isoladamente ações de governos, transformações societárias, surgimento de líderes relevantes é algo a mais, diz respeito à busca das raízes profundas, isto porque, as conjunturas são múltiplas e diversas, críticas e acríicas passível de diferentes visões e opções.

Tendo a teoria social crítica como alicerce de análise realizou-se um levantamento qualificado de bibliografias, como apontam Lima e Mito, este processo não pode ser aleatório, deste modo, a partir da temática, hipótese e objeto delimitados elegemos alguns temas para guiar neste processo investigativo:

- a) *Capitalismo dependente, desenvolvimento e industrialização;*
- b) *Estado, financeirização, neoliberalismo e política social;*
- c) *Necessidades humanas básicas, programas de transferência de renda, governos do Partido dos Trabalhadores, acumulação e consumo;*
- d) *Estudos empíricos acerca das avaliações e análises dos programas de transferência de renda e seus possíveis impactos do padrão de consumo da classe trabalhadora beneficiária.*

Pesquisa Documental

Para além do levantamento da literatura que assumimos ser a mais pertinente para compreender e situar o objeto de pesquisa dentro da história nacional e de seus desdobramentos, esta pesquisa possui um caráter documental, pois se utiliza da mesma forma de publicações de referência dos organismos multilaterais, relatórios técnicos e estatísticos dos organismos de pesquisa nacional para captar o papel dos programas de transferência de renda que ganha força nos anos 2000 e se torna no Brasil um dos principais programas de combate à pobreza, proteção social e potencializador do consumo das famílias beneficiárias, cerca e 14 milhões de famílias e aproximadamente 45 milhões de indivíduos.

Como base de informações e dados foram selecionados nestes documentos, estudos, relatórios e análises nas diversas plataformas, impressas e digitais, como:

- a) *Dados do trabalho e renda – neste item foram levantados os dados pertinentes ao percentual real do aumento do salário mínimo na série histórica de 2005 a 2013; rendimento médio mensal dos trabalhadores assalariados e informais: Fontes: IBGE através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005 a 2013, Ipea Data; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).*
- b) *Dados do consumo – microdados da POF 2002/2003, 2008/2009 e 2018/2019 sobre o consumo das famílias dos décimos mais baixos de renda até aquelas com renda de 1.5 salários; composição dos gastos e consumo das famílias segundo rendimentos que permitiram verificar e comparar com pesquisas anteriores, as mudanças expressivas nas despesas e tendências do mercado de mercadorias; participação na despesa de consumo média familiar segundo tipos de despesa; distribuição dos principais gastos; despesa total.*
- c) *Dados e estudos para Transferência de renda: Relatórios, Estudos e Série de documentos sobre proteção Social e Transferência de Renda do Banco Mundial (<http://www.worldbank.or/sp>); Publicações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Centro Internacional da pobreza (CIP)*

(<http://www.undp-povertycentre.org>); Cadernos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Ministério da Cidadania (antigo MDS); VIS DATA – sistema de gerenciamento e monitoramento dos diversos programas de transferência de renda do Ministério da Cidadania. (Neste item, é importante salientar que devido as mudanças no governo central como órgão gestor das informações o VIS DATA deixou de disponibilizar muitos dados e materiais, o que impactou na consulta, construção e leitura dos dados para pesquisa); CEPAL – Panorama Social (visite: <http://www.cepal.org/pt/publications/type/social-panorama-latin-america>).

Foi a partir da articulação destes estudos e dados (primários ou secundários) com o arcabouço teórico levantado sob a condução do método da teoria social crítica que, se chegou no produto final desta Tese, com o exercício dialético da reflexão, ou seja, percorri os caminhos (ida e volta do objeto) para responder à pergunta norteadora e alcançar o objetivo proposto que, em nossas análises, confirmaram a hipótese

PARTE I – PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL RECENTE: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E POSICIONAMENTOS

O desenvolvimento do capital na periferia possui características específicas: é um desenvolvimento pautado na transferência de valor, industrialização assentada em empresas transnacionais e burguesia brasileira sem projeto de país, a qual, porém, mantém-se moderna, associada e subalterna ao capital imperialista, ao poder político-econômico que constitui um processo de acumulação pelo campo e industrializar o país, ao passo que, concomitantemente, reprime os camponeses e movimentos operários e, principalmente, funda-se, sem limites e sem escrúpulos, no grande exército industrial de reserva e lumpemproletariado². Trata-se de trabalhadores pobres e miseráveis que veem o capital se apropriar e violar o fundo de vida³; são afetados pelas carências biológicas (desnutrição, subnutrição), físicas (habitação, vestimenta, transporte), culturais e de direitos. Estes fatores se agravaram na região com as políticas neoliberais e de financeirização das economias.

O quadro social latino-americano foi se deteriorando rapidamente à medida que os ideais de Washington impunham derrotas nos modelos desenvolvimentistas, que em muito foram pautados pelo endividamento externo e pelo modelo agroexportador como financiador das estruturas internas de industrialização.

Com o avanço do neoliberalismo, impõem-se os desígnios dos acordos com os organismos multilaterais, tendo, no Banco Mundial, a principal figura de emprestador e financiador das economias periféricas. Em 1985, o Banco Mundial sinalizou que, na

2 Adotamos a conceituação de lumpemproletariado nesta tese considerando que este estrato é um produto do modo de produção e reprodução capitalista e se caracteriza em uma condição **economicamente marginalizada** por ter seu conhecimento descartado para o mundo do trabalho, **socialmente excluído**, dada sua condição descartável e **politicamente destituída** de todos os direitos humanos básicos de sobrevivência por seu estado de lumpencidadão.

3 Para compreender o capitalismo latino-americano, é preciso entender o papel central da superexploração da força de trabalho para aliviar as perdas das transferências de valor ao centro tecnologicamente desenvolvido. Assim, a superexploração é uma categoria de análise que define a violação da força de trabalho ou a compra da força de trabalho por um preço aquém do valor histórico-moral. Essa violação vai ocorrer de duas formas: pela violação do fundo de consumo e pela violação do fundo de vida do trabalhador. A apropriação e a violação do fundo de vida do trabalhador ocorrem pelo aumento da extensão da jornada de trabalho e/ou da intensidade do trabalho para além dos níveis “normais”, o que acarreta um desgaste e esgotamento precoce do trabalhador. De um lado, o aumento do desgaste eleva o valor da força de trabalho, ao passo que se faz necessário elevar o consumo de novos valores de uso como forma de compensar o desgaste. De outro lado, existe uma expansão no desgaste e esgotamento do trabalhador que não pode ser compensado pela elevação do consumo de valores de uso: há, então, um desgaste físico e psíquico profundo. (LUCE, 2012).

América Latina, havia 70 milhões de pessoas em situação de pobreza e, destas, 50 milhões em situação de indigência. Um cenário de terra arrasada e de luta pela sobrevivência, um contingente de seres humanos buscando suprir as necessidades do estômago diariamente para se manterem minimamente vivas. Cabe ressaltar que são trabalhadores descartados econômica, política e socialmente; é a negação pelo Estado do reconhecimento do *status* de cidadania liberal.

O ajuste estrutural neoliberal insistente nas correções da política macroeconômica de estabilidade fiscal, monetária e cambial elevou o número de pobres absolutos e relativos em toda a região. É um equívoco acreditar que o ajuste erradicará a pobreza; em contrapartida, a estabilidade é importante para o processo de acumulação de capital, aumento da taxa de lucros da burguesia. A estabilidade, enquanto processo de conciliação entre as classes fundamentais ou arrefecimento da potência da classe trabalhadora pelos mecanismos opressores do Estado, aliada à intensificação da ideologia burguesa como projeto, apenas corrobora para que o processo de acumulação ocorra sem entraves e, como desenha Marx (1988), à proporção que cresce a produção de capital, produz-se na mesma medida o número de pobres.

O espelho do crescimento econômico é sua perfeita imagem com o crescimento da pobreza, relativa ou absoluta. Portanto, para que haja desenvolvimento da economia, da sociedade e das forças produtivas em todas suas dimensões, é imprescindível que se encontre uma alternativa ao modo de produção capitalista em sua vertente neoliberal de crescimento econômico. É preciso um novo modelo em que, enquanto fundante do ser social, o trabalho materializa-se fora das raias da exploração e da mais-valia, possibilitando que o conjunto dos trabalhadores supra suas necessidades humanas básicas e desenvolva-se em todas as esferas e dimensões da vida.

Na América Latina, cada país adotou e implementou os ajustes neoliberais macroeconômicos e sociais em tempos e modelos diferenciados, observando a conformação e grau de tensões entre as classes sociais; ademais, a resposta política também se deu de acordo com cada especificidade (MISHRA, 2003). No geral, os ajustes fiscais e contrarreformas sociais ocorreram por condições de acesso a financiamento junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) ou ao Banco Mundial (BM).

As economias periféricas já aprisionadas pela dependência ao centro tecnologicamente desenvolvido tornam-se mais uma vez prisioneiras dos organismos multilaterais emprestadores. Devido às condições de acesso aos empréstimos, suas economias são submissas e passam a ser conduzidas pelo grande capital financeiro das instituições bancárias internacionais. O poder econômico imperialista passa a dizer quais e como serão as políticas implementadas e para quem serão direcionadas; o modelo proposto para o acesso normalmente se dá pautado na focalização de grupos considerados “vulneráveis”.

Para além do sequestro dos rumos do desenvolvimento econômico, os sucessivos ajustes fiscais provocaram o aumento exponencial da pobreza e da privação dos mínimos de sobrevivência, alargando o já volumoso contingente de pobres e miseráveis. Assim, houve elevação do desemprego, subemprego, informalidade e redução salarial, o que agravou o quadro existente de remuneração muito abaixo do valor da força de trabalho e reduziu as condições de existência dos trabalhadores. Com a desregulamentação econômica e a maior abertura ao capital internacional financeirizado, as economias dependentes são integradas a um novo modelo de reprodução do capital global e, conseqüentemente, diminuem bastante a autonomia nacional.

As economias latino-americanas no fim da expansão econômica em 1980 já estavam aprisionadas pelos organismos multilaterais pela dívida externa. Sader (2001) nomeia esse aprisionamento como “hipoteca” das economias por consequência da dívida externa. No Brasil, com a década perdida, o endividamento e a necessidade de novos financiamentos permitiram aos organismos multilaterais como braço mestre do Banco Central estadunidense ter o total controle das negociações e determinar a ação de retomada dos países devedores.

O capital, em sua fase neoliberal-financeira na América Latina, desnudou o seu lado político e ideológico e propagou com grande intensidade a ideia de que não há alternativa para o desenvolvimento econômico e social fora dos seus pressupostos, de modo que se faz necessário que as relações sejam adaptadas e moldadas às suas diretrizes e normas. À medida que os estados-nacionais se curvam à hegemonia neoliberal, eles são enfraquecidos de seu poder decisório; suas estruturas de poder deixam de ser autodeterminadas, uma vez que as burguesias são associadas e submissas ao imperialismo. Com isso, torna-se regra que o destino das nações seja

determinado por planos, relatórios e programas formulados por organismos financeiros, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

É nesse sentido de controle que estes organismos financeiros reformularam suas funcionalidades e seu modo de operar e começaram a atuar de uma nova forma com uma nova presença junto aos países subdesenvolvidos: tornaram-se instituições limitadoras e propositoras da criação, gestão e coordenação e implementação de “novas” políticas econômicas para o desenvolvimento das economias em âmbito mundial. Essas instituições assentaram e difundiram procedimentos e táticas para o desenvolvimento econômico, político e social das economias periféricas latino-americanas, em especial, para “todos os que deixaram de ser *países em desenvolvimento* para se tornarem em *mercados emergentes*” (LIMA, *et al.*, 2014, p. 49).

No Brasil, as ideias e diretrizes do neoliberalismo ganham força e fôlego a partir da década de 1990 com o governo de Fernando Collor de Mello. Cabe pontuar que a inserção tardia ao neoliberalismo pode ser entendida em seu aspecto ideológico e melhor amadurecida das bases de desregulamentação, em que a “liberalização do marco regulatório da economia brasileira, a comercial e a financeira foram anteriores” e este amadurecimento da década de 1990 ganhou hegemonia nos anos de 1995 (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 733). Collor, para garantir a taxa de lucros em altos patamares ao capital, adotou os sucessivos planos de estabilização coordenados pelo FMI.

A proposta dos planos de estabilização consistia na redução de gastos públicos em amplos setores com redução do Estado para minimizar o déficit público. A justificativa pautava-se no oferecimento de serviços e políticas sociais de qualidade com redução da pobreza e criação de empregos, o que é uma falácia. O quadro social resultante desse modelo falhou na estabilização e controle da inflação, pois as taxas foram maiores do que dos governos ditatoriais: em 1989, a inflação atingiu 56,11%; em 1990, foi a 67%, elevando-se a 85% em março do mesmo ano, com a revelação de um quadro de hiperinflação.

Os planos anti-inflacionários no decorrer dos anos não surtiram efeito, a não ser pontualmente em momentos específicos da expansão econômica. O Plano Collor,

com seu pacote financeiro de confisco das poupanças, atingiu com vigor o fluxo de capital interno, tocou diretamente na moeda e congelou parte dos recursos para financiar as estruturas operantes do Estado. Como efeito colateral, salários foram controlados num país que viveu sob uma política de arrocho salarial aos níveis de sobrevivência mínima, o que fez com que a renda das famílias e a sua condição de vida fossem derruídas⁴. A insegurança social aumentou para os trabalhadores assalariados e elevou os quadrantes do pauperismo nos desocupados, alargando o exército industrial de reserva e as franjas do lumpesinato. O quadro de crise social nos países periféricos latino-americanos foi agravado multiplicadas vezes pela configuração histórica dos aspectos estruturais decorrentes da dependência e aprofundado pelas “novas” políticas econômicas neoliberais que intensificaram o processo histórico de empobrecimento e de restrições aos trabalhadores. Ao seguir o tripé econômico inspirado pelo FMI – a) contenção do consumo interno; b) equilíbrio da balança exterior; e c) redução do déficit público – ocasionaram-se sistemáticos cortes nos orçamentos nacionais das políticas de proteção social, principalmente avançando nas políticas universalistas, como educação e saúde, e, ainda, manifestamente deterioraram sobremaneira a condição de vida dos trabalhadores pobres.

Com o aumento sistemático dos índices de pobreza absoluta no continente, o pouco avanço na retomada do crescimento econômico e os mercados nacionais pouco dinâmicos, diversos entes políticos internacionais reuniram-se em Genebra na primeira Conferência Mundial de Copenhague, no ano de 1995, para discussão do avanço da pobreza e miséria em nível mundial e traçar estratégias para seu combate. No ano 2000, também em Copenhague, realizou-se a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas que elaborou um documento denominado de “Consenso de Copenhague”, em que mais de 100 países assinam um termo de compromisso para o desenvolvimento social e melhora nas condições de vida dos miseráveis e pobres.

Dentre as 10 medidas do acordo firmado, destaca-se: a) produzir um cenário econômico, político, social e cultural (com transformações jurídicas) que possibilite o desenvolvimento social e humano das pessoas; b) erradicar a pobreza no mundo –

4 O Plano Collor e o aprofundamento do neoliberalismo nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso e suas consequências para a reprodução social dos trabalhadores serão abordados no Capítulo 2.

atacar a pobreza global por meio de ações mais contundentes com olhar multidimensional e integrado em participação com o conjunto da sociedade civil dos países e cooperação internacional; c) estimular uma política de pleno emprego e promover a capacitação do capital social e humano para que a população alcançada consiga obter condições e meios de vida seguros (STEIN, 2006).

A partir do encontro de Copenhague (1995), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) direciona seus esforços para formular um estudo sobre a pobreza e instituir estratégias, ações e assessoria aos países “necessitados” para combatê-la. Estabelece-se o entendimento de que é necessário estimar os índices de pobreza pela pobreza de renda, seja geral ou extrema, e definir objetivos claros e metas concretas para redução dos índices de pobreza (geral e extrema) que se materializam pela via de planos nacionais que guiam as ações do governo central e dos governos locais (PNUD, 2000).

No cenário nacional, a pobreza e a miséria aumentaram. O Estado brasileiro, sob a condução de Fernando Henrique Cardoso e sua corrida em implementar as medidas neoliberais em marcha recorde, resultou em déficits crescentes na balança comercial, crise fiscal e desemprego estrutural em níveis alarmantes. Além disso, houve aumento do endividamento com empréstimos tomados juntos ao FMI, elevação das taxas de juros, remunerando os grandes conglomerados internacionais financeiro-especulativos, desnacionalização dos bancos estatais e do setor de infraestrutura e desindustrialização, o que acarretou um custo social imenso.

Diante da reestruturação e dos ajustes do capital no Brasil, o governo FHC deu início à contrarreforma das políticas sociais, uma espécie de remodelagem dos direitos sociais que seguiram três diretrizes que ocorreram concomitantemente: a) deixou-se de pensar as políticas sociais como insumo essencial para a reprodução dos trabalhadores; b) perdeu-se o sentido universalizador de proteção social para políticas que visam a atender as necessidades mais prementes dos pobres e miseráveis de caráter assistencialista; c) implementaram-se políticas sociais transitórias a partir de programas sociais com “portas de saída” implicando na tensão entre assistência e trabalho (PEREIRA, 2010, p. 275).

Dada a resignificação das políticas sociais e o aumento da pobreza em níveis mundiais, grande parte da população tornou-se não-protegida. No caso brasileiro de economia dependente-periférica, as contrarreformas neoliberais tornaram letra morta

os avanços da classe trabalhadora conquistados na Constituição Federal de 1988 (CF. 1988) por meio das mobilizações populares e sindicais, das comunidades eclesiais de base e do movimento da reforma sanitária. A implementação de uma seguridade social e de políticas universalizadoras que davam corpo ao Estado Social brasileiro acabou retrocedendo, principalmente em financiamento público, retardando novamente a instauração de um Estado Social.

Em face do quadro social de terreno pantanoso das economias dependente-periféricas, em 1997, o PNUD, após instituir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como mecanismo de mapear, mensurar e diferenciar a pobreza por índices de desenvolvimento (social e humano) geral de um país, criou mais três parâmetros: i) Índice de Pobreza Humana (IPH), que traduz a distribuição dos avanços e mede as privações; ii) Índice de Potencialização de Gênero (IPG); e iii) Índice de Desenvolvimento Relativo ao Gênero (IDG) (PNUD/RDH, 1997). É a partir da criação desses índices analíticos e interpretativos que o PNUD afirma que a situação de pobreza global, pela face do desenvolvimento humano, refere-se à privação de oportunidades e meios para se viver aceitavelmente, com foco no que as pessoas podem ou não fazer para desenvolver suas potencialidades e capacidades de viver dignamente. A pobreza nesta perspectiva analítica e conceitual da teoria das capacidades e do capital humano torna-se basilar para a delimitação e o enfrentamento da pobreza e miséria nos países dependente-periféricos, uma vez que são incorporadas pelos organismos multilaterais, os quais ditam as regras do desenvolvimento econômico-social no mundo do subdesenvolvimento. A pobreza pautada sobre as bases da teoria das capacidades coloca o trabalhador pobre como indivíduo único e responsável pelas mudanças para si e para seu núcleo familiar e não dependente do auxílio do Estado para sua manutenção.

A inclusão social a qual o BM objetiva é a de “incorporar o maior número de pessoas à vida econômica, promover a igualdade de acesso aos benefícios do desenvolvimento” (STEIN, 2006, p. 96). Desse modo, a pobreza, enquanto tema principal das discussões dos organismos internacionais para América Latina e Caribe, não configura uma “atenção às necessidades básicas” dos pobres, mas “ao controle da ameaça que constitui para os países ricos”, riscos ao pleno desenvolvimento do capital, das relações de produção e de acumulação do capital (Ibid, p. 96).

A ideia central deste pensamento consiste em duas vias de atuação que se conectam: a primeira é um modelo de crescimento econômico eficiente e de longo prazo, em que os trabalhadores pobres e miseráveis participam do crescimento por meio de seu trabalho; a segunda, os Estados devem investir em capital social: educação, saúde e serviços sociais para os mais “vulneráveis”.

Essa proposta de combate à pobreza focaliza a prestação dos serviços públicos em um grupo específico e, ao chamar os diversos atores sociais para o combate à pobreza, visa-se a estabelecer um “pluralismo de bem-estar” com uma rede de segurança e programas sociais de responsabilidade da sociedade civil, do mercado e do Estado. Essa proposição não vai ao encontro da satisfação das necessidades humanas básicas para o desenvolvimento humano; é contrária à direção humanitária, pois não há compatibilidade entre políticas de ajuste estrutural, contenção de gastos públicos que ajusta os gastos conforme o aumento da demanda com políticas de caráter universal que visem a garantir a participação de forma autônoma e crítica de sua existência em sociedade.

Segundo os organismos multilaterais, em especial do BM, em seus relatórios para a América Latina e Caribe, a grande pobreza do continente não é ocasionada pelas falhas e crises do mercado, pela busca de superlucros e pela reiterante dependência ao centro que não permite o desenvolvimento autodeterminado com acesso ao avanço tecnológico, mas a pobreza e a miséria latino-americana provêm das deficiências e singularidades dos trabalhadores. Assim, segundo os relatórios, é necessário fortalecer o capital humano e social por meio de programas sociais focalizados para interromper o ciclo intergeracional da pobreza, como se a pobreza se reproduzisse pelas falhas humanas e pelas deficiências dos trabalhadores em não se capacitar, como se o capital permitisse a todos um padrão ótimo de condições e igualdade sem os pesos da história e do próprio mecanismo de produção e reprodução do capital na busca desenfreada por superlucros.

Vincular a pobreza a deficiências de especialização dos trabalhadores é uma forma de culpabilizá-los por sua condição de vida e reprodução do seu núcleo familiar. O discurso hegemônico neoliberal não encontra bases materiais na realidade; as diretrizes neoliberais estão vinculadas à “flexibilização das formas de organização do trabalho e da produção” (LIMA et al., 2014, p. 41). Essas estratégias consistem, “essencialmente, na adoção de formas atípicas de contratação da força de trabalho,

tais como: trabalho temporário, trabalho em tempo parcial, subcontratação de trabalho a domicílio”, fragilização do poder de negociação dos sindicatos e a inserção de práticas que se tornam um padrão de negociação que beneficiam “a negociação direta e individualizada entre patrão e empregado” (Ibid, p. 41).

Como plano de combater a pobreza na região, os governos passam a integrar, no rol de proteção social, as políticas de inserção em detrimento das políticas sociais de integração. A primeira é o oposto da segunda, possui caráter residual e focalista com pequenos repasses financeiros para os grupos mais vulneráveis. Esse modelo de proteção social focalizada nos grupos mais vulneráveis, em primeiro momento com política de inserção, deu-se na forma de programas de renda mínima de caráter emergencial em períodos de crise, pois havia a necessidade de uma resposta pontual. Posteriormente, transformou-se nas rendas mínimas de inserção que tem por essência distribuir uma pequena renda para famílias, como ferramenta de combate à pobreza e à miséria. Teoricamente, falam de abrir portas de entrada para (re)inserção dos trabalhadores beneficiários dos programas no mercado de trabalho e consumo.

Dentro desses programas de renda mínima ou programas de transferência monetária está presente o pensamento teórico-metodológico e político-ideológico da teoria do capital humano e da teoria das capacidades para a ideia e concepção de pobreza e da responsabilização do indivíduo. Esse referencial tem como pressuposto geral a necessidade de investimento e planejamento por parte dos Estados em políticas de formação educacional e de mão de obra que, numa simbiose, promoveria o aumento da renda individual e da riqueza social.

Partindo desse ponto, o desemprego, o subemprego e a condição de “inempregável” ou “inintegrável”, desempenho profissional e de produtividade no trabalho são particularidades dos indivíduos; logo, os investimentos em educação e formação da força de trabalho se convertem num “valor econômico”, como na teoria econômica neoclássica, e reitera de modo cruel a ideia de que capital e trabalho são equivalentes, possíveis de comparação justa nesse modo de produção e, portanto, são igualmente simples fatores de produção.

Esse entendimento é justificado pela perspectiva clássica liberal ou neoliberal, ao conceber o trabalho, a tecnologia, a educação como fatores de produção. Assim, a educação e a formação humana são definidas pelas demandas do processo de acumulação de capital, nas suas diferentes formas históricas de sociabilidade, sendo reguladas e

subordinadas pela esfera privada e sua reprodução. (SILVA, 2014, p. 90)

Os organismos internacionais absorveram essas teorias e elaboraram diversos relatórios em que o capital humano e social deve ser considerado na periferia como plano de desenvolvimento dos países dependente-periféricos que funcionaria como mola propulsora para a mobilidade social de consumo. Os programas de transferência de renda condicionada surgem neste cenário crítico de aumento da pobreza e da miséria, desaceleração do crescimento econômico e aumento da dívida externa com estagnação do mercado de consumo e acumulação gerados pelo emprego do ajuste fiscal permanente e das demais diretrizes neoliberais.

O arcabouço desse pensamento aponta para o carecimento de se satisfazer as necessidades imediatas para reprodução social dos trabalhadores pela via das transferências monetárias junto ao investimento de educação básica e capacitação de jovens e adultos pelo Estado, a fim de que se rompa com o ciclo intergeracional da pobreza, com complemento da política de saúde na primeira infância, vacinação, nutrição e porta de trabalho. Para este último, predomina o discurso de que “a elevação da inversão de recursos públicos para as políticas sociais de caráter assistências [...] serviria para criar uma força de trabalho mais preparada para atender às novas demandas do capital, além de contribuir para dinamização das economias” (SILVA, 2015, p. 111) nacionais em âmbito local pela inserção de milhões de famílias que estavam à margem do consumo de mercadorias.

Os subsídios analíticos da pobreza na perspectiva dos organismos internacionais pautam-se, quase que exclusivamente, pela ausência de renda, justificando os repasses monetários como engrenagem de distribuição de renda de caráter compensatório. A pobreza, em seu caráter multidimensional, é desqualificada; a dimensão estruturante da geração de pobreza no capitalismo é levada para o campo das individualidades e capacidades. Assim, o que se adota são políticas sociais que mitiguem a pobreza e causem impactos no consumo das famílias marginalizadas; retira-se um contingente de famílias e seus membros da reprodução pelo subconsumo. O neoliberalismo, com sua hegemonia político-ideológica junto à burguesia periférica aliada ao capital internacional que rege as relações de poder e atuação do Estado, trabalha para estabelecer um novo modelo de proteção social com as transferências monetárias compensatórias e serviços sociais complementares.

O ajuste fiscal permanente que ataca os investimentos em políticas públicas de proteção social e desestrutura o sistema de seguridade social dos países guia um movimento de sucessivas “reformas” para criação de um novo modelo/padrão de proteção social e seguridade que tenha como forte coluna vertebral a política de assistência social com ações e benefícios voltados para os pobres e miseráveis. Para os trabalhadores assalariados precarizados, permanece a lógica do seguro social e contributivo, o reforço da proteção social pelo trabalho formal, excluindo até mesmo os informais.

Há a tentativa de criação de uma “nova” rede de seguridade social com um modelo dual: um assistencialista e um contributivo. Esse modelo dual é defendido pelos gestores como estratégia eficiente no combate à pobreza, pois o Estado direciona melhor seus recursos para os verdadeiramente pobres que necessitam do socorro estatal. Assim, os programas de transferência de renda são postos como elementos de proteção social na nova fase de desenvolvimento capitalista para os países dependente-periféricos que, historicamente, não consolidaram um sistema de proteção do trabalhador sendo emergencial e pontual; logo, a transferência monetária e a rede assistencial, de modo compensatório e complementar, logram sucesso ao permitir uma proteção social mínima para combater a extrema pobreza na maioria dos países da região.

Para Schwartzman (2005; 2006), em estudo publicado na *Global Conference on Education Research in Developing Countries* sobre programas de transferência de renda, os valores transferidos são pequenos e, aliados à má gestão, não contribuem ou não se tornam programas responsáveis pela queda dos índices de pobreza e miséria. Em relação à macroeconomia, o autor acredita que é uma política fiscal que diminui a taxa de poupança, provocando um desinvestimento derivado, certamente, dos aumentos contínuos do número de repasses de valor. Essa política, por ele denominada de “pró-pobre”, teria como decorrência a queda do potencial efeito do crescimento econômico dos países em reduzir de fato a pobreza, desdobrando-se na queda do bem-estar social, no nível de satisfação das necessidades humanas.

Uma das conclusões do autor em seus estudos sobre a pobreza é que a desigualdade social e a pobreza possuem tendência de queda ao longo dos anos com alterações recentes que são igualmente ou mais significativas e, para tal, as principais medidas ou causas da redução dos índices são: “a melhoria progressiva do acesso à

educação e da disponibilidade e custos reduzidos e bens de consumo duráveis” (SCHWARTZMAN, 2006, p. 16). Atua como fator limitante da queda da pobreza e desigualdade social o baixo crescimento econômico.

O escritor francês Lautier (2013), em artigo publicado na revista *revue tiers monde* com o nome *universalisation de la protection sociale et protection des plus vulnérables*, aponta que, no início dos anos 2000, há um objetivo comum entre os organismos financeiros multilaterais em torno da pobreza que se direcionam em uma dupla análise: “relação entre crescimento econômico e redução da pobreza” e “políticas específicas (‘direcionada’)” (LAUTIER, 2013, p. 187, tradução nossa). Com a implementação das políticas de transferência de renda, sendo política direcionada, países como o Brasil viram o aumento das taxas de matrículas e alfabetização dos jovens e melhoria no acompanhamento em saúde pré-natal, da primeira infância e dos cuidados básicos em saúde (elementos essenciais da teoria do desenvolvimento do capital humano).

O autor argumenta, também, que o impacto dessas transferências de renda se dão nos “mais vulneráveis” e nas regiões onde estão concentrados – nestas áreas geográficas, é possível perceber melhoria na diminuição da volatilidade de renda pode ser traduzida na manutenção ou perspectiva de projetos de médio prazo. Segundo o que consta do artigo *Les politiques sociales à l' épreuve des reformes de marché*, Lautier (2010) indica que, de forma geral, as transferências de renda condicionadas colocam-se como estratégia de empoderamento das famílias pobres, dado o fato de, com os recursos monetários, elas ultrapassarem as balizas da limitação alimentar e passarem a fazer escolhas econômicas. As famílias pobres permitem-se fazer cálculos racionais e mostram sua capacidade de “homines economici”, ou seja, capacidade administrativa de maior prazo.

Lautier (2013) acredita que essas políticas de transferência monetária direcionadas podem constituir-se como mecanismos eficazes enquanto entendidas como direito de cidadania e, que, essas transferências de renda nos últimos 10 anos produziram e vêm produzindo efetivamente o desenvolvimento da consciência de cidadania nos beneficiários. Assim, sustenta que é imprescindível que haja a inclusão da proteção dos “mais vulneráveis” num processo de universalização da proteção social e, acrescenta, que as transferências monetárias devem ser implementadas em uma “perspectiva gradualista de avanço para a universalização da proteção social”;

logo, “é obviamente necessário identificar categorias prioritárias” (LAUTIER, 2013, p. 215, tradução nossa).

Em publicação de Barrientos e Santibanez (2009) denominada *News forms of social and the evolution of social protection in Latin America*, os autores afirmam que, quando os programas de transferência de renda estão combinados ao acesso a serviços de promoção a educação e saúde, o que chamam de serviços básicos, nos países subdesenvolvidos, há uma sensível redução da pobreza em suas múltiplas dimensões. Salientam que esses programas direcionados têm como um dos alicerces o desenvolvimento humano, com ênfase no melhoramento dos níveis educacionais das crianças e jovens e a atenção primária à saúde. São esses índices que medem, teórica e analiticamente, as alterações do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. Os autores complementam, ainda, que nesse aspecto de condicionalidades de acompanhamento educacional e de saúde é que há a possibilidade de acompanhar e enfrentar os riscos sociais como uma dimensão adicional, pois o combate à pobreza não visa apenas a distribuir ou complementar a renda das famílias em curto prazo, mas também a médio e longo prazo, de maneira que esses elementos que tem como fundamento o desenvolvimento do capital humano sejam potencializados e alcancem as famílias de forma integral, de modo a interromper a intergeracionalidade da pobreza.

Como forma complementar a algumas análises aqui apresentadas, principalmente àquelas que acreditam que os programas de transferência monetária aliados a condicionalidades contribuem com o desenvolvimento humano, o BM (que é o principal financiador) argumenta que a forma de pagamento realizado por instituição bancária é uma maneira de escapar dos enlances clientelistas e, com isso, evitar que o patrimonialismo e o coronelismo presentes nas representações políticas em alguns países, como o Brasil, pudessem interferir diretamente na escolha e entrega do repasse monetário.

O repasse monetário às famílias pobres possibilita um vínculo entre elas e o sistema bancário. Essa nova relação teria efeito positivo para os beneficiários ao passo que se torna um instrumento de promoção da identidade e autoestima, como o desenvolvimento das relações com os mecanismos modernos da sociabilidade. Como o benefício em sua maioria é de titularidade da mulher, ocorreria tanto no processo de desenvolvimento e empoderamento quanto, principalmente, na autonomia da escolha

de onde empregar o repasse financeiro e de como direcionar os gastos com a melhoria da qualidade de vida e educação dos filhos (GOMES, 2011).

Diante do marco teórico, político e ideológico dos programas de transferência de renda aqui apresentados e das críticas nos seus pesos e contrapesos, é importante frisar que este trabalho não se associa à nenhuma das posições e aos componentes materializadores das transferências monetárias. A posição adotada neste trabalho e as críticas direcionadas aos repasses financeiros não significam convergência com qualquer dos modelos e seus similares de críticas e, principalmente, do fundamento, essência das transferências de renda condicionada, ambos apresentados nesta primeira parte e que serão analisados de forma mais incisiva no Capítulo 3.

A crítica está direcionada aos fundamentos e estruturas das transferências de renda. Quando, em todas as suas dimensões teórica-política-ideológicas é confrontada com a garantia das necessidades humanas básicas, a transferência de renda mostra-se incapaz, por sua estrutura/forma, de avançar, restando apenas a função de suprir os mínimos sociais⁵. A sociedade promovida é a de consumo, reiterado o fetiche da mercadoria e os valores fetiches que são alienantes no modelo de produção capitalista. As transferências de renda condicionadas são incompatíveis com a universalidade do acesso, do ótimo, da vida digna que somente se alcançará à medida de certas necessidades basilares da sociabilidade humana (comum a todos) supridas. Portanto, como engrenagem auxiliar do capital ao limitar a satisfação dos mínimos sociais a partir da ideia de consumo, acaba-se por impor danos às aspirações humanas e cria-se uma falsa sensação de proteção social. Sua essência, quando voltada para a superação da pobreza de consumo e condicionalidades de acesso para

⁵ Para a referência a necessidades humanas básicas, tomo como base teórica Len Doyal e Ian Gough (1991). Os autores formulam sua teoria a partir das características de universalidade e objetividade, com ênfase na dimensão política de satisfação das necessidades. Partem de três premissas fundamentais: autonomia crítica, capacidade de agir e saúde plena. Essas premissas são precondições universais para que os sujeitos participem da vida em sociedade e desfrutem de sua cidadania plena. Logo, os sujeitos devem ter entendimento de si e da sua cultura, ter a capacidade de decidir e fazer escolhas consequentes e possuir as capacidades cognitiva e emocional saudáveis, principalmente a saúde mental. Torna-se um equívoco, assim, pensar a satisfação das necessidades humanas como elemento ou estado fixo; trata-se de precondições básicas e necessárias para toda e qualquer ação dos sujeitos em qualquer contexto. Os autores, ainda, apresentam um conjunto de necessidades intermediárias necessárias ao pleno desenvolvimento dos homens: a) água e alimentação nutricional adequada; b) moradia adequada; c) ambiente de trabalho seguro; d) ambiente físico seguro; e) cuidados com a saúde apropriados; f) infância protegida; g) relacionamentos primários significativos; h) segurança física; i) segurança econômica; j) orientação e controle de natalidade seguros; k) educação básica. Desse modo, conforme Gough e Doyal (1991), para análise das necessidades humanas básicas, é preciso mensurar os níveis nos quais essas necessidades intermediárias estão satisfeitas para todos os indivíduos da sociedade, visto que é um direito universal.

o desenvolvimento de capital humano, não contribui para que a classe trabalhadora beneficiária desses repasses monetários potencialize sua autonomia crítica, saúde plena e capacidade de agência.

Essa potenciação, de um lado, não se faz possível pela própria configuração e inserção da classe trabalhadora beneficiária ao mundo do trabalho, mundo, este, pautado na superexploração da força de trabalho, desregulamentação das leis protetoras dos trabalhadores, terceirizações, precarização e flexibilização das formas de contrato aliado ao quadro social de grande contingente de desempregados, desalentados, subempregados, informais e grande franja de lumpesinato.

Com a falsa ideia de proteção social pela capacidade de consumo, seja de mercadorias, bens e serviços e uma pequena proteção social, acontece um processo de ressignificação do real sentido de proteção social e esse aspecto do capital; com isso, a proteção pela via do mercado torna-se o ideal. Espraia-se no chão social da vida dos trabalhadores esta ideia de cidadania e ascensão social pela via do consumo, o que choca frontalmente duas forças. Nestes moldes, não se pode realizar a autonomia crítica que conduz os sujeitos à capacidade de agência, tampouco promove a saúde plena, mas leva à não promoção da participação: os sujeitos não se tornam autônomos nas escolhas e na realização dos seus objetivos de vida em sociedade e não conseguem questionar a sua existência e as formas de vida e organização nesta sociedade.

As transferências de renda condicionada possuem um fator ideológico, como mencionado, e é ele quem promove uma captura da consciência social, promovendo o apassivamento da classe trabalhadora (re)inserida ao consumo de mercadorias que, historicamente pela formação social brasileira, esteve à margem. O sentido do cidadão consumidor torna-se universal nas relações sociais e esvazia a ideia de cidadão ou cidadania portador de direitos sociais universais. Sucede, portanto, que a necessidades prementes a ser satisfeitas são as necessidades individuais e de consumo, de alívio da pobreza e miséria, as necessidades do estômago e a recomposição do fundo de vida, empurrando para a vala comum do esquecimento, dada a ressignificação, as necessidades humanas básicas que verdadeiramente contribuem para o adequado exercício da cidadania plena para uma vida adequada.

Dessa forma, este trabalho não nega a necessidade e a importância da existência das transferências de renda para reprodução social de grande contingente

de trabalhadores e suas famílias, principalmente em uma economia dependente-periférica como a brasileira, que se forma a partir da superexploração da força de trabalho, informalidade, arrocho salarial, largo exército industrial de reserva com volumosa franja de lumpensinato, índices elevados de pobreza e miséria dentre outras vicissitudes endógenas do modo de produção capitalista, mas realiza uma crítica de seus fundamentos teóricos, políticos e ideológicos e de seu papel como engrenagem auxiliar de melhora do processo de acumulação, o que as tornam incapazes de promover a cidadania plena e proporcionar a satisfação das necessidades humanas básicas.

É sobre esta estrutura que caminharei e formularei o pensamento. O capítulo que segue analisa alguns pontos que considero chaves na formação social brasileira de capitalismo dependente e que contribuíram para a elevada desigualdade social, pobreza e miséria, desigualdade regional, concentração de capital, ausência de Estado Social, alargamento do exército industrial de reserva e surgimento do lumpesinato brasileiro – os lumpencidadãos. Com este quadro histórico desenhado, poderemos compreender adiante o papel das transferências de renda na economia brasileira, seja no que denominam de combate à fome, de combate à miséria e a pobreza, seja como elemento de proteção social dos “vulneráveis”.

CAPÍTULO 1 – SUBDESENVOLVIMENTO COMO CONDIÇÃO PERIFÉRICA: A CONSTRUÇÃO DA DESIGUALDADE E DO LUMPESINATO BRASILEIRO

Neste primeiro capítulo, resgato e ressalto a formação social brasileira e como se constitui a desigualdade de renda e apropriação da riqueza pela burguesia brasileira e transnacional. A desigualdade, pobreza e miséria dos trabalhadores brasileiros combinam-se na causa mais relevante para as tragédias e males sociais, políticos, culturais e econômicos que afligem o país e, como moenda dos engenhos de cana-de-açúcar, trituram os trabalhadores até que sejam bagaços descartáveis, sobras de um longo processo de exploração do solo à vida.

Parafraseando o autor Reinaldo Gonçalves (1999, p. 51), o Brasil é multicampeão em concentração de riquezas e, como louros à burguesia brasileira, comemora o grave quadro que se desdobra. Os níveis de extrema pobreza e pobreza como da desigualdade são decorrentes dos desdobramentos dos processos históricos e não da escassez de ativos financeiros do fundo público nacional.

Nos países de capitalismo dependente-periférico, há um acirramento das tensões entre as classes fundamentais e coloca-se na pauta do dia do poder econômico a ressignificação ou mutação do sistema de proteção social. Na realidade, estamos diante de ataques do capital transnacional contra as conquistas e vitórias da economia política do trabalho, como denomina Marx, e, com essas investidas, busca-se recompor e reconstruir a dinâmica pura da economia política do capital com desdobramento planejado: “restauração das condições próprias de um capitalismo ‘selvagem’, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado” (COUTINHO, 2010, p. 37).

Feito esse apontamento inicial sobre o contexto que determina os moldes do Estado brasileiro e da existência contemporânea das políticas sociais, questiono: i) *em que medida os programas de transferência de renda contribuíram para ampliação do consumo e, com isso, para a acumulação do capital na economia dependente brasileira?* ii) *qual a função dos programas de transferência de renda nas alterações no consumo nacional de uma economia dependente que, ao longo do seu desenvolvimento, limitou a classe trabalhadora a participar do subconsumo?*

A resposta a essas questões só será possível se retomarmos os fundamentos constitutivos da formação político-econômica e social do Estado e de sua inserção na

divisão internacional do trabalho, que marca sua condição de dependência e de subdesenvolvimento. Para este trabalho, é fundamental compreender a dinâmica das relações desiguais no apontar as determinações da construção de uma sociedade extremamente desigual e sua ligação com o projeto de industrialização associado ao capital imperialista.

Guiado a partir da teoria da dependência, construo melhor a concepção de que o capitalismo dependente brasileiro tem sua gênese no momento de sua integração ao sistema de divisão internacional do trabalho que se estabelece com a eclosão e o estabelecimento da grande indústria europeia. A partir da consolidação da grande indústria na Europa, as economias latino-americanas, parte das africanas e asiáticas são integradas ao movimento dinâmico do mercado internacional com papel e funções essenciais já definidas pelos países centrais para o desenvolvimento capitalista (MARINI, 2011; TEOTÔNIO, 2011, 2007).

São duas as funções fundamentais designadas às economias dependente-periféricas para o pleno desenvolvimento da grande indústria europeia do século XIX: a) exportar grande quantidade de matéria-prima; e b) contribuir com a elevação da oferta de alimentos em nível mundial (MARINI, 2011). A obrigatoriedade da oferta mundial de alimentos por parte destas economias periféricas foi condição para o rápido avanço industrial no centro capitalista, com crescimento exponencial da classe trabalhadora assalariada e em vias de assalariamento.

Nesta inserção na divisão internacional do trabalho, o Brasil ficou e, na contemporaneidade de forma renovada fica, condicionado à produção volumosa de alimentos para atender à demanda dos mercados centrais. De forma complementar e da mesma forma condicionada, tem-se a necessidade de maior produção de matérias-primas para responder à evolução do processo produtivo industrial, o qual impulsiona a produtividade e exige volumes grandiosos de matérias-primas (MARINI, 2007).

Aos países periféricos, coube suprir a demanda ampliada de meios de subsistência baratos, dado o aumento no número de trabalhadores fabris nos países centrais. Nesses países centrais, estava em curso a expansão da grande indústria e dos avanços produtivos que se concentravam no aperfeiçoamento e na evolução da produção de manufaturas, os quais eram possibilitados pelo aumento de alimentos em escala mundial e de produção de matérias-primas advindas dos países periféricos.

A alta produtividade e oferta de alimentos e matérias-primas produzidas na América Latina e a queda do preço no mercado mundial de bens-primários possibilitaram aos países centrais, por meio do comércio internacional, adquirir por baixo preço os meios de subsistência e agrupá-los à constituição dos bens-salários dos operários fabris, o que permitiu uma redução do tempo socialmente necessário à reprodução da força de trabalho nestes países. Como consequência, houve a redução do valor real da força de trabalho: liberado pelo impulsionamento da produtividade a elevação das taxas de mais-valia (MARINI, 2007).

Nessa perspectiva, o Brasil com maior expressividade e os demais países latino-americanos auxiliaram a ampliação da grande indústria dos países centrais e, também, viabilizaram que o eixo de acumulação do capital nessas economias se movesse da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, fazendo com que o processo de acumulação dependesse muito mais da elevação da capacidade produtiva do trabalho do que da própria exploração dos trabalhadores.

O que se tem de fato é que a ampliação da capacidade produtiva tem a ver com o consumo mais que equivalente de matérias-primas; logo, a ascensão da mais-valia une-se, ao mesmo tempo, à elevação do valor do capital constante. Decorre desse processo uma queda tendencial da taxa de lucro que será compensada pelos países dependente-periféricos com o aumento de sua participação na elevação da produção de matérias-primas industriais e alimentícias.

[...] é mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional que a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão. (MARINI, 2011, p. 141-142)

É importante que, nesse processo de caracterização da dependência econômica brasileira e, conseqüentemente, dos países latino-americanos ao centro capitalista, não nos esqueçamos do que Marini (2011) enfatiza sobre a participação da periferia no comércio internacional, que consiste no caráter desigual das relações estabelecidas entre centro-periferia. Nessa troca desigual entre centro-periferia, há, de modo oculto, uma transferência de valor e de mais-valia: os países centrais industrializados, ao fabricarem bens e manufaturas que os países dependentes não produzem com a mesma facilidade e/ou intensidade ou não produzem eficazmente,

fixam os preços de seus produtos acima do valor real. Esse modelo de troca burla a lei do valor, o qual é definido pela quantidade de trabalho que é incorporado nas mercadorias. Para compensar a perda de renda devido à deterioração dos preços de seus produtos primários no comércio internacional, os países dependente-periféricos ampliam a exploração do trabalhador na esfera interna de produção em vez de seguir no sentido de correção do desequilíbrio dessa relação entre o preço e o valor de seus produtos.

Em outras palavras: a perda de mais-valia que a burguesia dos países dependentes estava sujeitada era corrigida pela ampliação da massa de valor trocada entre os países e, por conta desse processo de compensação de perdas, expande-se a oferta de alimentos e matérias-primas mundialmente, o que é viabilizado pela superexploração do trabalho.

Assim, conclui-se que, para que a massa de valor produzida seja aumentada, é preciso que a burguesia local acione o mecanismo de maior exploração da força de trabalho e, para isso, combinam-se: intensificação do trabalho, que se contrapõe “às desvantagens resultantes de uma menor produtividade do trabalho, já que permite a criação de mais valor no mesmo tempo de trabalho” (MARINI, 2011, p. 148); prolongamento da jornada de trabalho, que pode ser traduzida como extração de mais-valia absoluta; e diminuição do consumo da massa trabalhadora para além da medida usual – ou seja, “o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital, implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente” (Ibid, p. 148).

Em síntese: a burguesia nacional, enquanto classe dominante, a fim de estancar a sangria de mais-valia direcionada ao centro capitalista que não pode ser solucionada pelo aumento da produtividade, repassa essa perda para a classe trabalhadora por meio da superexploração da força de trabalho e da redução dos custos da produção pelo rebaixamento dos salários, elevação da jornada de trabalho sem aumento equivalente da remuneração e aumento da intensidade do trabalho.

As economias dependente-periféricas latino-americanas estão assentadas num modelo de produção que prima pela maior exploração do trabalhador e não pelo progresso e ampliação da capacidade produtiva. Desse modo, há nos países latino-americanos uma conformidade entre o baixo grau de desenvolvimento das forças

produtivas com o padrão da atividade econômica exportadora, permitindo que, por meio do uso intensivo e extensivo da força de trabalho, amplifique-se significativamente a produção de riqueza sem que seja preciso a inserção adicional de capital: há, então, a elevação simultânea das taxas de mais-valia e de lucro (MARINI, 2011).

A realidade que se mostra é que esses três mecanismos acionados de forma individual ou combinados são características estruturais do modelo de desenvolvimento dependente. Deles decorre a negativa de recomposição do desgaste sofrido pela força de trabalho – a associação da intensificação do trabalho com o prolongamento da jornada força impõe maior dispêndio de força, muito superior aos níveis classificados como proporcionalmente normais, e a redução do consumo da massa trabalhadora além do usual conduzem ao subconsumo, que, no caso dos trabalhadores, é a possibilidade de consumir apenas o indispensável para sua sobrevivência.

Com a atividade econômica nacional voltada para as grandes exportações, a realização da produção será concretizada nos mercados internacionais e, portanto, ocorre uma cisão entre dois momentos da nossa economia dependente-periférica: a separação entre produção e a circulação de mercadorias. Os desdobramentos dessa cisão expressam-se na incompatibilidade entre capitalista e trabalhador, este último como produtor e consumidor das mercadorias produzidas. Essa contradição intrínseca ao modo de produção capitalista molda-se no Brasil a partir de contornos diferenciados e específicos daqueles empreendidos nas economias centrais.

O que quero dar ênfase é que, no Brasil, os consumos individuais dos conjuntos dos trabalhadores, quando acomodados no subconsumo de produtos populares de massa e não partícipes do consumo de bens intermediários ou de luxo não interferem positivamente na realização do elevado grau de produção que se completa no comércio internacional, Isto é visceralmente diferente do que acontece nas economias centrais, as quais construíram um modo de produção de bens e mercadorias associado à formação do mercado consumidor interno forte, em que o consumo individual do conjunto de trabalhadores se conforma como pilar fundamental e não no subconsumo para a criação de demanda para as mercadorias produzidas.

A maneira que estes processos acontecem entre centro e periferia são distintos: a maior diferença está na forma de consumir dos trabalhadores e na restrição

de setores de consumo. A partir dessas condições e seguindo o pensamento de Santos (2011, p. 8-9), com o qual guardo proximidade de análise para a forma contemporânea da dependência, a restrição do consumo no mercado dependente pode ser explicada: a) a renda nacional é majoritariamente composta por recursos oriundos da exportação e destinados parte para aquisição de novos insumos para produção, parte para o consumo suntuário da burguesia nacional; b) a força de trabalho nacional esteve e se encontra sujeita às formas severas de superexploração e expropriações que limitam sua capacidade e diversificação do consumo; c) o consumo dos trabalhadores nacionais se dava e se dá com formas atualizadas pelo subconsumo e, em períodos de crise, pela economia de subsistência; d) o excedente de capital obtido pela exploração das terras nacionais pela burguesia transnacional é remetido ao exterior na forma de lucros e dividendos não tributáveis, fato que também limita o consumo interno e, principalmente, não retorna em investimento.

Quando o consumo individual dos trabalhadores é forçadamente deprimido ao passo que se amplia as taxas de lucros dos capitalistas, têm-se o movimento de reduzir a demanda interna e aumentar a expectativa do consumo satisfeito pelas importações de bens de luxo; logo, há a estratificação do consumo no mercado interno e a separação das esferas de circulação. Nessa diferenciação das camadas de consumo interno, aos trabalhadores destinam-se, de um lado, a “esfera baixa de circulação” – consumo baseado em baixos salários e produtos populares nacionais – e, de outro lado, em contraposição, a “alta esfera da circulação”, representada pelo consumo da burguesia – consumo sobre as bases da mais-valia não acumulada e satisfeito por intermédio de importações.

É a partir destas determinantes que a dependência se realiza e, com a cisão entre as esferas de circulação: “esfera baixa” e “esfera alta”, se condicionará o processo de industrialização destes países, à exemplo do Brasil, conjuntamente se condiciona não apenas as relações internacionais (...), mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política (SANTOS, 2011, p. 8).

É sobre essas bases que se desenvolveu a industrialização tardia brasileira. João Manuel Cardoso de Mello (1982), um cepalino e autocrítico, apresenta hipóteses do processo de constituição do capitalismo periférico brasileiro e da industrialização

sem formalismos e etapismos da generalização das relações mercantis, forçando o assalariamento da força de trabalho brasileira. Ao trabalhar o processo de industrialização brasileira, o autor contribui para a compreensão das articulações e mediações entre a economia nacional e as economias dominantes centrais, pontuando que o período que se estende de 1888 a 1933 marca a gênese e o fortalecimento do capital industrial, o qual foi gestado pelo intenso desenvolvimento do capital cafeeiro.

O novo período de industrialização que se inicia em 1933 e perdura até meados de 1955 é denominado pelo autor de industrialização restringida, isso, porque

[...] as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial (MELLO, 1982, p. 110).

A autodeterminação do desenvolvimento nacional não encontra condições de se realizar, uma vez que ocorre de forma induzida de fora para dentro, apontando quais as estruturas e dinamismos que podem ser absorvidos.

Para Mello (1982), a industrialização brasileira constrói-se de forma restringida e num padrão de acumulação “horizontal”, em que a capacidade produtiva não se eleva à frente da demanda, tampouco há significativas alterações tecnológicas. É a partir de 1950, com um conjunto vultoso de investimentos, que uma genuína “onda de inovações” acontece no país, transformando radicalmente a estrutura do sistema produtivo com acentuado avanço tecnológico – e, do outro lado, a elevação da capacidade produtiva muito além da demanda existente.

O novo padrão de acumulação que se estabelece no processo de desenvolvimento nacional marca um novo período da industrialização, esboçando um “processo de industrialização pesada” (MELLO, 1982, p 118). A industrialização pesada no Brasil não pôde se desenvolver e avançar a partir do desdobramento do capital nacional aplicado às indústrias leves (têxteis, por exemplo), dadas as escassas possibilidades de instrumentos para centralização de capitais. A expansão da indústria brasileira não teve outro caminho senão se apoiar no Estado e “no novo capital estrangeiro que se transfere sob a forma de capital produtivo” (MARINI, 2011, p. 118).

Frisa-se que a maquinaria introduzida no país pelas transnacionais adentra nosso setor produtivo como capital e não como mercadoria.

Mello (1982) afirma que tanto o Estado quanto as grandes empresas oligopolistas internacionais guiaram, incontestavelmente, o andamento e as etapas de industrialização pesada e que “a burguesia industrial nacional não poderia afrontar por si só os problemas da industrialização pesada (acesso à tecnologia externa, financiamento interno e externo)” (MELLO, 1982, p. 119) por ser uma burguesia com frágil poder de acumulação de capitais. A burguesia industrial brasileira não possuía poder econômico e poder político capaz de se alinhar ao Estado para desenvolver estratégias e planos de acumulação para promover um processo de industrialização nacional em que o centro do comando das decisões não está dentro do Estado (e da burguesia nacional como poder político) e sim nas mãos do capital transnacional.

A burguesia brasileira tornou-se um “espectro” alienado dos meios de produção e poder decisório relevante para intervir na realidade e, por sua incapacidade e debilidade de assumir o poder na condução do desenvolvimento industrial e nacional, considerou cômodo este processo. Uma das explicações possíveis é o interesse em apropriar-se da riqueza social sem esforços e por não estar disposta a se comprometer com altos investimentos e formação da força de trabalho e possuir característica de ser transnacionalizada (Ibid, p. 119).

Não há interesses por parte desta burguesia brasileira associada e submissa à burguesia transnacional de avançar e desafiar o monopólio tecnológico internacional; ela opta por ser coadjuvante no desenvolvimento nacional em que o poder econômico internacional monopolizou o poder e a condução do desenvolvimento do Brasil. Com isso, ela pôde desfrutar das condições monopolísticas internas.

Sua fraqueza política (*da burguesia nacional*), que correspondia à sua fragilidade econômica, retirava-lhe, por outro lado, qualquer esperança de “privatizar” no futuro o Estado. Por isso mesmo, o capital industrial nacional “optou” pela entrada do capital estrangeiro nos novos setores e pelo papel relativamente limitado do Estado como empresário. (MELLO, 1982, p. 120 – *grifo nosso*)

Florestan Fernandes (1972) afirma que “as economias dependentes foram transformadas em mercadorias, negociáveis a distância, sob as condições seguras e ultralucrativas” (FERNANDES, 1972, p. 17) para os países imperialistas. O segundo período de industrialização nacional depois do pós-guerra de 1945 tem seus campos

industriais alicerçados na expansão das indústrias transnacionais, além de que o cenário internacional de guerra fria surfava num movimento intenso dos EUA em acelerar o processo de internacionalização do capital, aprofundando e assegurando as relações sociais capitalistas nas economias dependentes.

As duas guerras e o período de grande depressão econômica foram os “detonares” históricos do processo de industrialização por substituição de importações da economia brasileira, pois ocorreu no mercado mundial grande dificuldade para importar bens e produtos industrializados. Esse período do pós-guerra pode ser caracterizado como um período de “parcial isolamento” das economias dependentes latinas e de severas restrições no mercado externo, pressionando o coeficiente de importações das economias dependentes para baixo.

A substituição de importações foi um processo imposto pelo capital internacional junto ao asseveramento da divisão internacional do trabalho e não um processo autodeterminado. O capital imperialista impôs a esses países a satisfação de algumas necessidades de bens e produtos industrializados por meio de produção interna, “sobretudo pela substituição dos bens não-duráveis, consumo final” e no Brasil, avançou-se “até a categoria dos produtos intermediários e dos bens de capital”. (TAVARES, 1972, p. 37).

Dentro do formalismo-etapista cepalino, há a afirmativa de que a busca por um desenvolvimento autodeterminado com graus e etapas de industrialização nacional não prosperou, tampouco se investiu e empreendeu esforços para criação de um planejamento estatal para que a produção de tecnologia industrial fosse verdadeiramente feita de dentro. A CEPAL cria a ideia de que a industrialização ocorreria por fases de substituição de importações, tratando-se de substituir o consumo final pela importação de maquinarias produtoras dessas mercadorias. Essa primeira fase da industrialização consistiu na substituição do consumo de bens leves pela importação de maquinarias, fase esta, que, em grande medida, é cumprida pelo país. (MARTINS, 2017).

Com certo êxito, a primeira fase da industrialização auxiliou o Brasil no rompimento unilateral com o pagamento da dívida externa com os países imperialistas, diante do caos sistêmico do capital entre os anos de 1920 e 1940. O país utiliza desses recursos para financiar o desenvolvimento nacional e consegue impor algumas condições de negociação com os imperialistas, o que possibilitou a

desvalorização radical da dívida pública externa. Os anos de 1930 e 1940 compreendem o período em que a América Latina ganha forças para impulsionar seu desenvolvimento sem a entrada de capital estrangeiro, o qual retornará somente nos anos de 1950, período em que as ideias desenvolvimentistas ganham força e se alçam ao poder Juscelino Kubitschek.

Neste momento em que se arranca para uma segunda fase da industrialização de internalização da produção de produtos e bens duráveis, é necessária uma escala tecnológica maior e mais complexa com maquinarias de elevado valor. Ocorre, assim, em escala global, a reorganização do sistema capitalista e a gênese de uma transnacionalização do capital com intensas transformações, tanto qualitativa quanto quantitativa, do padrão de exportação de capitais. O investimento direto na indústria de manufatura se dá em escala ampliada, globalmente – no espaço e no tempo.

Portanto, com a reorganização internacional do sistema capitalista e a transnacionalização do capital, a industrialização brasileira da década de 1950 vai acontecer num momento de transformação da divisão internacional do trabalho, em que foram transferidas para os países dependente-periféricos as etapas inferiores da produção, enquanto, aos centros industriais, preservaram-se as etapas superiores da produção industrial: o monopólio e o controle do progresso técnico-científico. Desenvolveu-se nesses moldes no país uma industrialização subordinada, em que a substituição de importações indicou uma elevação da participação nacional na produção industrial para satisfação de um mercado já estabelecido com a participação de entidades internacionais presentes no sistema econômico, uma vez que o país não possuía capacidade dinâmica de estabelecer uma estrutura financeira capaz de assegurar financiamento.

No período do pós-guerra, os mercados dependente-periféricos podem ser classificados como reconquistas do capital imperialista, não mais pela via do comércio, mas sim pela via da produção e da desnacionalização do sistema produtivo nacional com apoio da burguesia nacional. Essa reconquista, por meio de investimentos e de instalação de indústrias externas no processo produtivo interno, integrou a economia brasileira em uma economia capitalista mundializada, o que, com todas as limitações e subordinação, permitiu que o Brasil e os demais países latino-americanos pudessem, em um breve período de tempo, modernizar suas técnicas e desenvolver os aparelhos produtivos.

Celso Furtado (1992), autor preocupado em entender a problemática do desenvolvimento, do subdesenvolvimento e da dependência econômica como fatores particulares do nosso país e dos países latino-americanos, desenvolve o pensamento de que, diante do processo de “reconquista” pela via da desnacionalização do parque produtivo, temos, neste momento, uma redução profunda do acesso das economias dependentes aos bens e produtos manufaturados importados do centro, o que força a burguesia brasileira e suas frações a buscar alternativas às restrições para continuar a atender a demanda nacional já constituída.

Para tanto, a alternativa possível encontrada foi a industrialização substitutiva. O avanço na substituição de bens de produção e consumo duráveis procurou, no primeiro momento, responder ao padrão de consumo requintado da alta burguesia dominante, o que terminou por evidenciar uma das deficiências da industrialização substitutiva; a outra deficiência foi percebida no caminho modernizante tomado.

A face deficiente desnudada pelo caminho modernizante de um capitalismo tardio/atrasado, a princípio com baixo nível de acumulação histórica, precisava ser superada no Brasil. A resposta para essa problemática centrou-se na busca por viabilizar o processo de nacionalização da produção de manufaturas que eram importadas dos países centrais e popularizá-las, pois, até o momento, eram consumidas pela alta burguesia e pelas frações médias com maior poder de compra. O processo, em parte, foi frustrado, dada a fragilidade do mercado interno que mantém os trabalhadores no subconsumo e dá ao mercado o consumo conspícuo. Outro fator relevante a ser considerado é a concentração de renda e riqueza e a extrema desigualdade social originada pelo modelo de desenvolvimento.

Os processos de modernização da indústria nacional e de popularização de mercadorias foram a meta a ser perseguida, contudo esse modelo impôs novamente uma progressiva concentração da renda nacional e requeria, para o progresso técnico-científico, técnicas mais sofisticadas e avançadas monopolizadas pelos países tecnologicamente desenvolvidos do centro.

Com o ingresso de maquinarias como bens de capital, um conjunto de trabalhadores com baixos salários e um mercado consumidor voltado a atender a “alta esfera”, oportunizando a grande concentração de renda, esse modelo idealizado de substituições fez com que o contorno da demanda fosse modificado negativamente na direção do agravamento da modernização: trata-se de sinais contrários que criam

um círculo vicioso. Esse círculo vicioso pode ser considerado a medula ou o fundamento do que alguns teóricos denominam de subdesenvolvimento.

Com a equalização na esfera da alta circulação entre oferta e demanda, devido ao esvaziamento da reserva de mercado que vigorou até meados do fim de 1940, tinha-se a urgência de popularizar o consumo das manufaturas. Entretanto, a possibilidade de difundir o consumo de massa mostrou-se inexecutável, pois o modelo de sociedade e de relações de trabalho construído sustenta-se sobre as bases da superexploração do trabalho, da troca desigual e desvirtuamento do valor e da condição de modernização retardatária.

Diferentemente do início do século XX (dos anos de 1920 até meados de 1940), a produção da indústria local teve um avanço considerável, com a máxima utilização da capacidade instalada aliada à redução de importações de maquinarias e bens de consumo, o que impactou e potencializou os setores locais de consumo, com destaque aos gêneros alimentícios, fabricação de reparos de maquinaria para a indústria, borracha e outros bens de consumo. Nesse período, as indústrias nacionais tinham como objetivo atender a demanda do mercado local e regional, o que fez com que o mercado fosse basicamente organizado pelo consumo nacional, associado a uma tarifa elevada que repercutiu na considerável diminuição das importações de algumas manufaturas.

No entanto, com o modelo de substituição de importações, a entrada da maquinaria como bem de capital e a desnacionalização dos parques industriais operados por uma burguesia brasileira transnacional que se mostrou incapaz de equalizar os setores de consumo da “alta e baixa esfera”, instalou-se uma contradição: a popularização do consumo e a impossibilidade de satisfazê-lo. A saída apresentada pelo conjunto das frações burguesas orientado pelo poder econômico do centro capitalista foi a ampliação da demanda da classe média melhor remunerada e da burguesia com sérias dificuldades de destravar a acumulação de capital.

Como forma mais fácil de destravar os problemas da acumulação, recorreu-se ao capital transnacional na busca de soluções para o estrangulamento da capacidade nacional de importação. O setor agroexportador com elevadas divisas da exportação não se mostrava capaz, por não serem suficientes de destravar a acumulação e equalizar a balança de pagamentos. A priori, tinha-se a visão de que o ingresso de capital internacional era um mecanismo de elevação da taxa de investimento e

poupança interna. Contudo, como apontado pela teoria da dependência em sua vertente marxista, esse capital não é uma poupança e não eleva a capacidade nacional de investimento no médio e longo prazo como imaginado pela burguesia nacional; ao contrário, promove uma descapitalização.

1.1 Modernização da indústria, planos de desenvolvimento econômico e crescimento forçado.

Para que a burguesia brasileira pudesse desfazer as contradições apresentadas e aumentar a produtividade do capital em queda, foi preciso avançar para uma segunda etapa da substituição de importações. A solução encontrada foi recorrer ao capital internacional, que introduziu no país os setores de bens de consumo duráveis, como, por exemplo, o setor automobilístico.

A introdução de novos setores de bens de consumo deu-se por meio do plano de desenvolvimento econômico do Plano de Metas (1956-1961) que teve como alicerce o fortalecimento dos bens de produção duráveis por meio do “tripé econômico”: Estado, capital nacional e capital internacional. Coube a este último, com as indústrias transnacionais, estruturar o parque industrial nacional que exigia maior grau de complexidade tecnológico-científico e maior volume de capital investido, o que possibilitou, no âmbito interno, uma economia de divisas por parte do capital nacional. A consequência dessa escolha é a condição de sócio menor do capital nacional na estrutura industrial e pouco poder decisório nos rumos tomados, o que faz da burguesia brasileira um poder político sem poder de mando.

Por meio do apelo ao capital internacional, ocorre a modernização dos padrões de consumo nacional: foi transferida ao país uma sofisticada tecnologia e um novo padrão de produção; todavia, com tecnologia já ultrapassada/obsoleta nos países centrais. Isso fez com que a produtividade nacional fosse potencializada e caminhasse a largos passos sob as bases de um mercado de trabalho cujo custo da força de trabalho é insignificante.

Como em todo o modelo de desenvolvimento nacional e industrialização, os ganhos de produtividades oriundos do ingresso da nova tecnologia aceleram rapidamente o processo de concentração da renda nacional; a acumulação anteriormente travada é impulsionada e com qualidade. Esse salto de qualidade na

acumulação pode ser atribuído à transferência de tecnologia: maquinaria que corresponde a trabalho morto potencializando a reprodução do capital (OLIVEIRA, 2008).

Com o destrave da acumulação graças ao capital internacional e a elevação da produtividade com a incorporação de nova tecnologia, o mercado passou a explorar basicamente o “poder de compra das classes de altas rendas” (TAVARES, 1972, p. 49) devido a dois motivos fundamentais:

[...] 1) a alta densidade de capital por unidade de investimento e de produto impede a absorção de grandes quantidades de mão-de-obra; 2) o alto valor unitário dos bens produzidos só permite a incorporação aos mercados consumidores de reduzidas camadas da população. [...] Os inconvenientes de ordem geral também são bastante conhecidos e podem ser resumidos do seguinte modo: para um dado volume de produto a substituir, a quantidade de capital exigida é muito grande e o emprego gerado relativamente pequeno. (TAVARES, 1972, p. 49)

Diante disso, demonstra-se que o modelo de substituição de importações implementado, ao se deslocar da produção de bens de consumo não-duráveis, direcionado às camadas mais populares, com vias de expansão do consumo nacional para a produção de bens de consumo duráveis, transfere o foco a um setor de consumo mais restrito e faz isso redefinindo as relações internas entre capital-trabalho.

As transformações das relações capital-trabalho se desdobram em ampliação do exército industrial de reserva e elevação dos mecanismos de exploração, velocidades assimétricas entre crescimento dos proventos salariais e produtividade da indústria que também expressa a velocidade diferencial entre a renda dos trabalhadores e os preços dos produtos essenciais, fatores estes que também reforçam a acumulação. Fica evidente que a industrialização nacional foi orientada para responder às necessidades da acumulação da burguesia brasileira transnacionalizada e não às necessidades do consumo (OLIVEIRA, 2008).

De um lado, o ingresso de nova tecnologia no processo de industrialização voltada à produção de bens duráveis a serem consumidos na alta esfera de consumo (consumo conspícuo das classes mais abastadas) é o responsável pela elevação da produtividade alicerçada na superexploração da força de trabalho, o que leva à maior concentração de renda e riqueza socialmente produzida. De outro lado, com a

tecnologia poupadora de força de trabalho, há o aumento do número de trabalhadores expulsos do mercado de trabalho. Marx (2013, p. 471), em *O Capital*, define a forma de produção e reprodução do capital ao afirmar que, quanto maior for a potência de acumulação da riqueza, proporcionalmente maior será a grandeza do exército industrial de reserva e, quanto maior for o exército industrial de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a superpopulação. Logo, uma grande massa da superpopulação representa em sua igualdade maior pauperismo.

É da condição estrutural do processo de reprodução do capital potencializado pela dependência econômica ao centro tecnologicamente desenvolvido que o quadro econômico-social e o mundo do trabalho brasileiro é moldado e conformado por meio do subemprego, da informalidade, do desemprego e do desalento que, quanto maiores, em igual medida é o aumento do exército industrial de reserva que se constitui como elemento fundamental da manutenção da exploração do trabalho e do alargamento do lumpemproletário.

Adotamos a conceituação de lumpemproletariado nesta tese considerando que esse estrato é um produto do modo de produção e reprodução capitalista e caracteriza-se em uma condição **economicamente marginalizada**, por ter seu conhecimento descartado para o mundo do trabalho, **socialmente excluída**, dada sua condição descartável, e **politicamente destituída** de todos os direitos humanos básicos de sobrevivência, por sua condição de lumpencidadão.

A desproteção do trabalho decorre da ausência de um Estado Social, o qual considero inexistente até 1988, período marcado pela fragilidade em proteger os trabalhadores dos efeitos deletérios do capital. Note-se que, quando pressionado na correlação de forças, o Estado tende a adotar medidas de proteção mínima e de forma condicionada ao trabalho formal, desconsiderando a realidade brasileira. Logo, essas medidas de proteção mínima revelam-se como um acesso à proteção social deficiente e precário de um setor regulado da sociedade. Assim, não vislumbro a possibilidade de esse Estado ser considerado como um Estado Social.

A superexploração da força de trabalho e o modelo de substituição de importações com alteração da base produtiva são fatores que elevaram a desigualdade econômica em níveis abissais, tanto que naturalizam o descarte de parte dos trabalhadores de sua existência, não sendo considerados peças de reposição.

Prosseguimos com Marini (2011) apontando os efeitos desse modelo. O autor afirma que:

É assim como, incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência para remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real. Para isso contribuiu decisivamente a vinculação de novas técnicas de produção com setores industriais orientados para tipos de consumo que, se tendem a convertê-los em consumo popular nos países avançados, não podem fazê-lo sob nenhuma hipótese nas sociedades dependentes. (MARINI, 2011, p. 169)

Da gênese da industrialização até meados dos anos 2000, fatores como a desigualdade econômica em níveis abissais entre as classes fundamentais brasileiras e o controle da alta burguesia na condução da produção de mercadorias voltadas para a esfera da alta circulação impossibilitaram que os trabalhadores pudessem adquirir produtos como geladeiras, aparelhos domésticos, automóveis etc. Ao concentrar esses produtos na esfera da alta circulação do consumo, impactam-se negativamente as condições de reprodução social dos trabalhadores para além das demais expropriações de direitos e do tempo de vida e não trabalho. Esse cenário é superado, como aponto no Capítulo 3, quando os bens duráveis se tornam acessíveis à classe subalterna por meio de associação de políticas sociais direcionadas para a superação das privações de consumo em um contexto econômico internacional favorável.

Logo, por não se apresentarem como produtos destinados ao consumo da massa popular, o aumento da produtividade obtido pela incorporação de nova tecnologia não levaria a maiores lucros pela via da elevação da taxa da mais-valia, mas somente e necessariamente pelo “aumento da massa de valor realizado”.

A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor – e, portanto, de mais-valia – que da taxa de mais-valia. (MARINI, 2011, p. 169)

Pontuamos, também, que a essência mais pura dessa questão reside na variável de qual tipo de bem se produziria sem tocar no valor da força de trabalho. Levantada essa questão, conclui-se que a burguesia nacional não encontrou estímulos para o desenvolvimento interno da produtividade, uma vez que não se

mostrava viável elevar a taxa de mais-valia pela via da desvalorização em patamar real da força de trabalho, reiterando, desse modo, a superexploração.

Para Teotônio dos Santos (1998), a industrialização que se promoveu no Brasil não ofereceu autonomia de decisão autodeterminada. Nos termos de Furtado (1992), esse processo foi comandado por investimentos externos, em que as empresas multinacionais foram as bases do campo industrial que estava sendo formado; com isso, o centro de decisão e poder ficou nas mãos dos países centrais.

Ademais, esse modelo de industrialização não distribuiu renda por se fazer e desenvolver num período de forte oligopolização e financeirização do capital, o qual tende a concentrar em grandes grupos a riqueza e o poder econômico. Há um paradoxo que não se resolve, pois, ao passo que a moderna tecnologia introduzida valorizava os trabalhadores com boa qualificação, também provocava uma significativa diferenciação de renda no interior dos trabalhadores assalariados.

Uma breve observação é necessária: Marini (2011) aponta para a necessidade de trabalhadores melhor qualificados, com elevação da escolaridade como um quarto fator que compõe os mecanismos da superexploração. Portanto, o autor argumenta que essa elevação da qualificação da força de trabalho nos países dependentes não significaria, ao contrário, elevação de ganhos salariais.

Para Tavares (1972), “a incorporação e expulsão passam a ser duas tendências simultâneas e contraditórias do processo de expansão e modernização que assume, então, em sua plenitude, um caráter desigual e combinado” (TAVARES, 1972, p. 192). Além desses fatores pontuados pelos autores, é importante salientar que a tecnologia adquirida no processo de modernização foi poupadora de mão de obra, pois o desenvolvimento da industrialização dependente/de caráter desigual e combinado, como chama Tavares (1972), não criou postos de emprego que fossem capazes de absorver a força de trabalho liberada no setor rural e as atividades de autoconsumo.

Esse modelo é implementado num momento em que se oferece uma farta mão de obra concomitantemente à tecnologia poupadora de trabalho vivo e a uma paulatina orientação dos investimentos direcionados aos processos produtivos que exigiam vultoso capital. Disso decorre a manutenção dos salários em níveis estáveis e desassociados dos níveis de produtividade.

Cabe pontuar que, entre as décadas de 1960 e de 1980, ocorreu um movimento de disponibilização de grandes contingentes de mão de obra das regiões rurais que migraram para as regiões urbanas. Isso associado com a destruição das economias de autoconsumo culminou num movimento cada vez mais intenso e crescente da marginalidade urbana concentrada nas metrópoles.

Os trabalhadores abandonavam o campo a caminho das metrópoles em consequência da destruição destas economias de auto-consumo, devido ao avanço das relações capitalistas no campo, mas não encontravam os meios de converter-se na sua maioria, em operários urbanos, como no começo da industrialização europeia. Estava aí o germen do que na época chamava-se já a marginalidade urbana. (SANTOS, 1998, p. 105)

Para Santos (1998), a marginalidade urbana e a violenta desigualdade social são frutos do aprofundamento e do aumento do subemprego e do desemprego que podem ser explicados pela crise econômica instalada nos anos de 1970 e que perdura até os dias de hoje. Desse modo, pode-se afirmar que o prolongamento no espaço-tempo da situação de desemprego e/ou subemprego se metamorfoseia em um significativo alargamento da marginalidade e, principalmente, na manifestação/surgimento de uma economia informal.

De acordo com Oliveira (2008), nesta etapa do desenvolvimento econômico brasileiro, o Estado foi a entidade responsável por hierarquizar os interesses econômicos e sociais para impulsionar o desenvolvimento econômico, ao passo que se aprofundavam as contradições entre capital e trabalho – questão social, fazendo com que a desigualdade social chegasse a níveis espantosos. É importante pontuar, também, que a aceleração do desenvolvimento econômico por meio da absorção de novas tecnologias (que para o centro já eram obsoletas) impactará fortemente “a relação salário real – custo de produção da força de trabalho urbana” (OLIVEIRA, 2008, p. 85).

Para Marx (1988), a força de trabalho é mercadoria vendável no mercado e, portanto, está sujeita às tendências de reprodução do capital em determinados períodos de seu desenvolvimento, não obstante as determinações globais de troca que determinam seu valor. Quando se trata da venda da força de trabalho e da sua compra pelos capitalistas, não há uma troca de equivalentes que se expressam no valor salário; o que prevalece é a transgressão do valor. O trabalho como mercadoria

disponível possui um movimento de desvalorização diferente das outras mercadorias graças às suas características específicas e particulares de não apenas criar valor, mas de também permitir aprofundar a extração de mais valor sem alterar a composição orgânica do capital.

A relação entre o custo da força de trabalho que expandiu numericamente nos centros das metrópoles e o salário/salário real reproduz-se numa situação de desequilíbrio, porque, como apontado por Marx (2013), o salário pago é um valor aquém do preço real da força de trabalho; dessa maneira, não é capaz de suprir o custo da reprodução da força de trabalho que se concentrou nos centros urbanos das grandes metrópoles. Nessa condição de operariado urbano, há uma imposição para sua reprodução social das leis de mercado que se colocam e se impõem e, assim, os elementos constitutivos das relações urbanas passam a ser elementos que influem no custo da reprodução da força de trabalho.

Darcy Ribeiro (1995) aponta que a expulsão da população do campo para as cidades em números elevados fez com que esses trabalhadores, agora urbanos, fossem condenados à marginalidade social e territorial. O Brasil, neste momento, tem um *boom* extraordinário nas relações sociais, econômicas e políticas na vida urbana: alterou significativamente e em definitivo o modo de ser e de se desenvolver nas metrópoles. Dentro das novas relações urbanas, há o aumento das pressões sociais dos trabalhadores que reivindicavam melhores condições de vida, uma vez que estavam abandonados e sua reprodução social ainda mais precarizada pelos novos elementos que compõem os custos da cidade.

Oliveira (2008) afirma que os custos da reprodução da massa proletária urbana se industrializam e se mercantilizam, e

Em termos concretos, o transporte, por exemplo, não pode ser resolvido pelo trabalhador senão pelos meios institucionalizados e mercantizados que a sociedade oferece, a energia elétrica que ele e sua família utilizam também não comporta soluções “primitivas”, a educação, a saúde, enfim, todos os componentes do custo de reprodução se institucionalizam, se industrializam, se transformam em mercadorias: o consumo de certos produtos também passa, necessariamente, pelo mercado [...] nas condições concretas do sistema capitalista, para não falar em direitos, tanto as classes médias como as classes trabalhadoras têm “necessidades” de consumir e de utilizar os novos meios técnicos, culturais, para sua reprodução; a esse respeito, as diferenças existentes são diferenças de renda. (OLIVEIRA, 2008, p. 85)

Os elementos urbanos, como moradia, transporte, parte significativa da alimentação (a qual, antes, no meio rural, podia ser produzida como meio de subsistência e, agora, passa a ser comprada) e impostos territoriais, por exemplo, alteraram a reprodução social dos trabalhadores e devem compor o preço da força de trabalho urbana, elevando-a.

Porém, na realidade dependente de superexploração, a relação/proporção do valor da força de trabalho e salários pagos é extremamente distante e, portanto, a elevação de valor da força de trabalho pela inclusão dos novos componentes de reprodução social da vida urbana não foi repassada para os salários reais; logo, há um rebaixamento dos salários e uma deterioração das condições de vida. À medida “em que o custo de reprodução da força de trabalho urbana se desruralizava e, por oposição, se industrializava, o desequilíbrio começou a agravar-se” (OLIVEIRA, 2008, p. 85).

Portanto, as alterações ocorridas no interior da divisão internacional do trabalho, a troca de tecnologia e o aprofundamento da situação de dependência e subdesenvolvimento como condição dos países latino-americanos são desdobramentos e efeitos das contradições provenientes da grande expansão das empresas transnacionais na organização/conformação interna das economias latinas. Contudo, essa expansão das transnacionais entrará em conflito com as limitações do mercado interno nacional e com o arranjo exportador e de autoconsumo (SANTOS, 1998).

A introdução de nova tecnologia poupadora de mão de obra provocou mudanças na estrutura interna de produção e, além disso, aprofundou a precarização do trabalho e das relações de trabalho com sua incapacidade de absorver os trabalhadores pouco qualificados, desempregados, subempregados aumentando o exército industrial de reserva. Soma-se a esses elementos citados a inexistência de um mercado consumidor interno amplo com capacidade de consumir os bens duráveis produzidos, fato que inviabiliza a industrialização a alcançar outro nível de desenvolvimento.

O que se percebe nesse processo de industrialização nacional e de mudanças nas estruturas internas da produção é a afirmação e a expansão das empresas transnacionais que, com seu poder econômico, impõem-se no controle da acumulação

de capital e da produção. Nesse cenário, as contradições nacionais de subdesenvolvimento e dependência são aprofundadas, e a economia se vê imersa numa estagnação e numa crise econômica de grandes proporções⁶. Concomitantemente ao processo de industrialização, há um avanço da formação dos centros urbanos e da sua mercadorização dos espaços que afetam a reprodução da classe trabalhadora, mas que não alteram o valor da força de trabalho e da superexploração do trabalho. Segundo Furtado (1992), uma estrutura agrária de característica antissocial entra em conflito com o desenvolvimento do campo industrial que, por sua vez, dada a crise do capitalismo dependente, não consegue mais avançar.

Nessa contradição entre desenvolvimento industrial e estrutura fundiária, surge a necessidade da reforma agrária que, para Santos (1998), é o momento em que a burguesia nacional descobre

[...] que o caminho do aprofundamento da industrialização exigia a reforma agrária e outras mudanças em direção de um amplo mercado interno e a geração de uma capacidade intelectual, científica e técnica capaz de sustentar um projeto alternativo. Tais mudanças implicavam no preço de aceitar uma ampla agitação política e ideológica no país que ameaçava seu poder. (SANTOS, 1998, p. 27)

O capitalismo industrial europeu ultrapassou as raias clássicas de sua expansão: a inexistência de um mercado interno, portanto, a indústria brasileira em sua gênese e expansão deparou-se com o seu maior desafio – a concentração agrária e dela os seus desdobramentos: população majoritariamente agrária e sem renda, ou seja, uma população excluída desse mercado. Para resolução deste imbróglio, a burguesia brasileira industrial que controlava as estruturas do Estado, a espinha dorsal do poder, impôs uma redefinição da concentração da propriedade da terra, confrontando os interesses dos grandes oligarcas e possibilitando aos camponeses o acesso à parte dessas terras.

⁶ Vânia Bambirra afirma que a crise do capitalismo dependente tem sua raiz cingida nas contradições provenientes das etapas e desenvolvimento da integração monopolista internacional. A autora acrescenta que, nos anos de 1964 no Brasil, ocorre um “descenso do movimento de massas”, que, em grande parte, estava relacionado a três fatores que se articulam: 1) crise do capitalismo dependente; 2) ofensiva imperialista no plano internacional; 3) nova estratégia do imperialismo na América Latina. Ela acrescenta posteriormente um novo ponto: a imaturidade político-ideológica e o pensamento reformista das organizações da esquerda brasileira. (BAMBIRRA, 1971, p. 34-35)

Essa “democratização” da propriedade da terra nos países centrais foi denominada de Reforma Agrária Clássica, que possui como características fundamentais: 1) reforma imposta pela burguesia industrial; 2) criação e potencialização do mercado interno por meio da democratização da propriedade da terra; e 3) transformação de camponeses e camponesinos em pequenos produtores e potenciais consumidores de mercadorias (SANTOS, 2014). Essa transformação na estrutura fundiária desses países consolidou-se como etapa necessária para a industrialização nacional, criação de um mercado consumidor interno que marca o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo.

Portanto, como aponta Marx (2013, p. 701-702), é preciso proletarizar o camponês (trabalhador assalariado) e derruir sua “economia natural” para que seja possível a criação de bases ou fundamentos para o progresso e difusão do modo de produção capitalista. Em outras palavras, é o aprofundamento da divisão social do trabalho na sociedade que tem como elemento mediador a troca de mercadorias; logo, para tal, é preciso que haja uma cisão entre a cidade e o campo e que o campo tenha suas necessidades sociais condicionadas e niveladas às da cidade.

O modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, entre agricultura e indústria sobre a base de suas configurações antiteticamente desenvolvidas. Com predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista [...]. (MARX, 2013, p. 702)

No Brasil, o processo de industrialização de 1930/1960 e 1964/1980 compreende um período de intensas mudanças sociais, políticas e econômicas, em que o país deixa de ser predominantemente rural/agrário para se tornar uma sociedade urbano-industrial. Porém o capitalismo industrial em expansão não rompe com a dependência econômica dos latifúndios, uma vez que o capital industrial brasileiro tem sua gênese no capital agrário, principalmente o cafeeiro.

Oliveira (2001) comenta que o desenvolvimento do modo de produção capitalista brasileiro ocorreu por meio da fusão entre o capitalista e o proprietário da terra, isso numa única pessoa. Desse modo, a burguesia nacional possuía laços

inseparáveis com a velha estrutura fundiária, derivando desta relação umbilical o sepultamento de qualquer projeto de reforma agrária no país:

[...] assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. (OLIVEIRA, 2001, p. 185)

O que se pode afirmar, portanto, é que as alterações da estrutura fundiária por meio da reforma agrária como primeiro passo do processo de industrialização e criação de um mercado consumidor não ocorreu no Brasil. Firmou-se um modelo de coexistência pacífica entre ambos, no qual a burguesia industrial não impôs a bandeira das reformas necessárias para sua expansão e fortalecimento nacional.

A herança da colonização que, por mais de cinco séculos ainda resiste sob a forma de uma estrutura agrária organizada e que persiste em organizar as diretrizes econômicas para atender a demanda internacional de produtos primários, reforça a dependência ao centro tecnologicamente desenvolvido sob uma nova forma de desenvolvimento e fase do capital.

Ou seja, a histórica dependência desde a invasão portuguesa e a organização e estrutura fundiária brasileira determinam e influenciam as esferas de poder. Todas elas, seja no poder político ou no poder econômico, seja na estrutura social (rural e urbana), reproduzem e unem ao longo do espaço-tempo três elementos indissociáveis: “grande exploração latifundiária, monocultura destinada à exportação e, trabalho degradante, seja num primeiro momento a escravidão, num segundo o colonato e por último um assalariamento precário” (SANTOS, 2014, p. 2).

Tanto no I PND quanto no II PND, entre 1965 e 1980, a autocracia-burguesa implementou uma política ilusória no que tange ao acesso à terra e à reforma agrária. Contudo, o bloco de poder nos documentos supracitados vendeu a ideia de uma política consistente para saída e minimização da desigualdade do acesso à terra com a política de “colonização dos vazios demográficos do Centro-Oeste e do Norte do País” (Ibid, p. 2). A massa rural expulsa no processo de modernização da industrialização do campo foi deslocada para as fronteiras agrícolas, revelando, na realidade, uma tentativa maquiada e falsificada de criar uma reforma agrária. O que de fato, no entanto, ocorre é a criação de assentamentos isolados da dinâmica do

capital e sua inserção no circuito do capital produtivo, mantendo a concentração e centralização da terra nas mãos dos oligarcas.

O governo autocrático-burguês, por meio da modernização conservadora, com a “colonização dos vazios” numa falsa reforma agrária, maquiou a estrutura agrícola e o seu perfil. Para tanto, apoiou-se na expansão da indústria, na fase de expansão econômica (milagre econômico). O reposicionamento do regime autocrático a partir do II PND de subserviência automática aos EUA contribuiu para o aumento do crédito rural subsidiado e de grandes incentivos à produção das monoculturas e à “internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde” (MARTINE, 1991, p. 10).

A aliança entre capital industrial e capital agrário fez com que a agricultura e o mundo do campo perpassassem por mudanças radicais. A “convivência harmônica” entre os capitais no Brasil integrou a agricultura à dinâmica industrial e provocou a expansão do complexo agroindustrial. O maquinário rudimentar do campo deu espaço a uma nova base técnica com melhores equipamentos fornecidos pela indústria e isso provocou um duplo efeito: expansão da produção industrial fornecedora de meios de produção para o campo e, como consequência, aumento da produção agrícola – alimentos e matérias-primas para exportação.

Esse processo de potencializar a produção agrícola por meio do pacote tecnológico e da modernização do campo só foi acessado pelos grandes latifundiários, centralizando e concentrando ainda mais a terra.

[...] a concessão de crédito altamente subsidiada e vinculada à utilização de insumos e práticas pré-determinadas induziu um padrão de modernização “compulsória”, capaz de obter resultados significativos em pouquíssimo tempo. A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente; *grosso modo*, maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso ao crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria. Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados para terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos. (MARTINE, 1991, p. 10)

O processo chamado de “modernização” da industrialização da agricultura nacional foi um programa que direcionou o crédito e elevou os subsídios aos grandes

monocultores. A partir de 1974/1975, o Brasil promoveu um reposicionamento político nas relações internacionais sob o comando de Azeredo e Silva, denominado por Geisel de “pragmatismo responsável”. Já não havia um alinhamento automático à política dos EUA, devido à eleição do democrata James Carter que direta e indiretamente fez críticas ao governo brasileiro e se posicionou em defesa dos direitos humanos. As tensões políticas cresceram no momento em que os estadunidenses impuseram uma sobretaxa às importações de produtos brasileiros.

Para tentar reverter ou minimizar o quadro, o governo brasileiro no II PND agrega na estratégia de “crescimento forçado” o Programa Nacional de Álcool – Pro-Álcool que tinha como meta a larga produção de cana-de-açúcar para produção de álcool anidro, objetivando sua mistura com a gasolina, uma vez que os primeiros carros movidos a álcool anidro já eram uma pequena realidade (NETTO, 2014). Trata-se de uma política de subsídio que se estendeu para as *commodities* que possuíam maior impacto para o desenvolvimento da agricultura de larga escala e que, em si, detinham um alto poder de valorização – caso da soja, laranja, café, cacau e da própria cana-de-açúcar. Esses latifundiários foram altamente financiados e subsidiados, fato que fez com que a área de produção de alimentos fosse reduzida.

A tentativa de uma modernização conservadora da estrutura fundiária brasileira, além de concentrar grandes propriedades e focalizar os subsídios e financiamentos nas mãos dos grandes empresários agrícolas, afetou as relações de produção no campo, afastou os pequenos produtores do centro comercial e reduziu-os a uma produção de sobrevivência sem induzir um pequeno mercado consumidor.

Agravou-se, assim, a pobreza no campo e, com o processo de mecanização e fortalecimento da agroindústria, expulsou-se grande contingente de mão de obra para os centros urbanos das metrópoles: aproximadamente 30 milhões de trabalhadores rurais deixaram o campo entre 1960 e 1980; dentre esses trabalhadores residentes agora no espaço urbano, uma parcela tornou-se assalariada agrícola ou diarista (boia-fria) (SILVA, 1998).

O auge da integração entre indústria e campo no Brasil ocorreu no final da década de 1970 quando os interesses desses setores se somaram ao setor financeiro, consolidando o complexo agroindustrial brasileiro. Essa “orquestração de interesses” que consolida os complexos agroindustriais no país foi a responsável por aprofundar a centralização e concentração de capital aplicado na agropecuária e na concentração

da propriedade da terra nas mãos de grandes monopólios; ademais, aumentou sua influência nas relações políticas e econômicas do Estado.

Além do novo caráter da propriedade fundiária como ativo especulativo, também o Estado passa a desempenhar novos papéis nesse novo padrão de desenvolvimento agrícola que podem ser sintetizados na ideia de uma regulação estatal visando financiar, patrocinar e administrar a captura das margens de lucro na agricultura, no sentido de beneficiar os capitais integrados e garantir sua autovalorização. (SILVA, 1998, p. 29)

Como visto até aqui, a superexploração da força de trabalho é o que rege as relações no capitalismo dependente e é o instrumento pelo qual a burguesia nacional se utiliza para repor/compensar a parte de mais-valia capturada pela burguesia imperialista. Logo, com a reforma agrária, a enorme concentração de terra chegaria ao fim e a consumação de ganhos reais no salário para trabalhadores urbanos e rurais provocaria um estrangulamento na extração da mais-valia e, por consequência, culminaria numa crise.

Vamos nos aprofundar um pouco mais neste ponto para subsidiar as discussões futuras que envolveram a criação de uma estrutura de trabalho informal-desprotegido no campo e o seu reflexo para proteção social destes trabalhadores na contemporaneidade.

A ausência de uma reforma agrária, manutenção do monopólio da terra e a incapacidade da burguesia industrial nacional em substituir a economia no campo criaram um caso de acumulação, conservando as particularidades da dependência (TRASPADINI, 2016). Tanto no Brasil como na América Latina a renda da terra é o que sustenta o padrão de produção dependente.

Ao contrário do movimento da taxa de lucro, há uma tendência de valorização da renda da terra frente ao crescimento populacional com aumento da perspectiva de vida e crescimento considerável das cidades. A tecnologia absorvida no campo possui características particulares diante a rotação mais lenta do capital no campo.

Portanto, no Brasil e na América Latina, há quadro contínuo de expropriação e monopólio da terra, que visa à garantia da valorização da renda da terra e à manutenção da superexploração da força de trabalho como forma de compensação à transferência de valor ao centro imperialista.

À medida que o desenvolvimento tecnológico industrial avança e a ciência estrutura uma dinâmica social concreta à tecnologia, a mesma é empregada em todos os ramos de produção, inclusive na terra, e provoca, via expansão comercial e urbana, novos desafios de aumento da produtividade média do trabalho no campo em meio a um ciclo de reprodução do capital cuja capacidade é bem mais lenta na terra. Com a concorrência capitalista e seus desdobramentos no processo de expansão da produção de mercadorias para a troca mercantil, outras rendas conformam o capitalismo no campo e, junto com a renda absoluta, oriunda do monopólio da propriedade da terra, tecem o sentido industrial na e da agricultura. (TRASPADINI, 2016, p. 150)

A renda e o monopólio da terra por meio da busca constante da expropriação e superexploração do camponês e do trabalhador rural no Brasil compõem a esfera da produção das mercadorias, fato que é de fundamental importância para compreendermos o desenvolvimento e as particularidades dos ciclos e da acumulação de capital no país.

Nesta esteira dos ciclos de acumulação, tanto Ruy Mauro Marini quanto Theotônio dos Santos discutiam os ciclos da dependência em que haveria períodos de grande ingresso de capital reforçando a balança de pagamentos e um período posterior de evasão dessas divisas, visto que sua função é remunerar um capital externo em busca de sua valorização. Há, desse modo, um déficit, pois a médio e longo prazo as saídas de capital são maiores do que as entradas.

Retomando: com a crescente industrialização pela expansão das empresas transnacionais, a permanência do grande monopólio da terra, o avanço da tecnologia em direção ao campo e a conseqüente expulsão de grande massa da população para os centros urbanos, ocorre o processo de metropolização e favelização e de marginalidade de massas. Esse processo provocou uma estagnação no desenvolvimento, além de subordinar ainda mais o Estado. A população brasileira, neste momento histórico, torna-se predominantemente urbana, com inchaço das cidades que desenvolveram seus parques industriais mais robustamente.

O extensivo fluxo migratório dos trabalhadores rurais descartados pela maquinização para os centros urbanos consiste noutro ponto negativo do Plano de Metas: para além da concentração de capitais, sua diretriz de desenvolvimento esteve pautada também na exclusão e polarização da diretriz que se verifica nos planos de desenvolvimento econômico posteriores, acentuando as desigualdades regionais.

O aumento dos desequilíbrios regionais corresponde a uma tendência natural de concentração de atividade econômica em torno da região polarizada do sistema, agravada por uma política econômica de incentivos à industrialização que na prática correspondia à transferência de renda das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas (TAVARES, 1975, p. 106).

Desdobra-se para além do exposto até aqui o aumento da dívida externa, a concentração da produção setorial, que torna poucas áreas de produção rentáveis, e a concentração de investimentos em setores econômicos específicos. Isso demonstrou o grave problema financeiro brasileiro, o qual contribuiu para aprofundar os gargalos econômicos e potencializar o aumento da inflação, pois o financiamento por parte do Estado pautou-se, até o fim do Plano de Metas, na emissão de papel moeda – fonte de financiamento inflacionário.

Para Teotônio dos Santos, o golpe militar de 1964 foi um movimento necessário para que se entregasse o poder e o controle do país nas mãos dos monetaristas que tinham o “objetivo de assegurar a estabilidade monetária contra a proposta estruturalista de ampliar os mercados nacionais pela via da reforma agrária e outras reformas capazes de distribuir a renda e ampliar o consumo” (SANTOS, 2006, p. 33).

A ala monetarista do governo autocrático-burguês por meio do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) diagnosticou que a instabilidade do país estava assentada sobre a escalada inflacionária e que dela derivava a causa primeira para o desequilíbrio: “inconsistência da política distributiva”. Essa política era responsável por dois desequilíbrios, segundo os economistas: o primeiro é o orçamentário – Estado gastava mais que arrecadava; e o segundo decorria de problemas na condução macroeconômica – havia uma discrepância entre a “propensão ao consumo, determinada pela política salarial, e a propensão ao investimento, decorrente da política de crédito” (VILLARINO, 2015, p. 442).

O déficit público entre os determinantes concretos (salários e consumo, crédito e déficit público) foi considerado o principal objetivo a ser combatido, e os demais determinantes seriam enfrentados secundariamente à medida que se programassem as medidas de combate à inflação e ao déficit.

Para a redução do déficit público, inverteu-se a sua forma de financiamento: passou-se da emissão de papel-moeda para a emissão de títulos de dívida pública, o que, segundo os economistas, não geraria pressão inflacionária; logo, seria uma fonte de financiamento não inflacionária. A política anti-inflacionária empreendida tinha o

objetivo, por si só, de reduzir em níveis aceitáveis a inflação e dissipar a instabilidade. Ela não alterava o valor dos salários da classe trabalhadora, os quais só poderiam ser alterados por meio da elevação dos níveis de produtividade e do crescimento e desenvolvimento industrial e econômico.

Assim, tratou-se de implementar uma política salarial dura, estabelecendo uma fórmula matemática complexa e pouco clara que tinha como diretriz para o reajuste salarial tomar o valor do salário real médio dos 24 meses anteriores e somar a ele o aumento da produtividade dos últimos 12 meses e o índice futuro de inflação para o próximo ano. Esse modelo, composto de inúmeras deficiências e gargalos, não estabeleceu em legislação específica qual seria o índice inflacionário que se utilizaria para a recomposição salarial, tampouco estabelecia como competência do Ministério da Fazenda a atribuição da definição do coeficiente da produtividade e qual seria a expectativa futura do índice inflacionário. Dessa forma, os salários perderam significativo poder de compra no período, delimitando o perfil de consumo dos trabalhadores para garantir a retomada da valorização do capital a ampliar a acumulação.

Ao abordar o desenvolvimento nacional, o plano de ação indica, em relação ao consumo, que há no país uma “produtividade social que não reflete adequadamente na rentabilidade dos investimentos e nos sistemas de preços”, apontando para a existência de uma “dimensão econômica ótima para além do mercado” (VILLARINO, 2015, p. 411). Como resultado, propõe um comedimento ao consumo de bens considerados supérfluos por meio de um imposto gradual sobre eles.

Segundo Villarino (2015), o PAEG não diferencia o que seriam os bens supérfluos dos bens essenciais à reprodução social dos indivíduos e acaba, por meio da taxação dos produtos, não regulando/constrangendo apenas o consumo dos bens supérfluos. Qual o objetivo de constranger esse tipo de consumo? Os objetivos seriam: 1) fazer com que os recursos que se destinariam para esse tipo de consumo fossem destinados para investimentos e/ou poupança, com a finalidade de serem operados pelo capital bancário, e, também, para enxugar capitais; 2) atenuar as desigualdades, ou seja, fazer com que o padrão de vida entre as famílias não fosse tão discrepante; porém, essa justificativa de justiça social não se sustenta, pois os fundamentos da desigualdade social de renda não podem ser explicados com base

em uma análise meramente qualitativa do padrão de vida a partir do consumo das classes.

Isto posto, não há uma diferenciação de produtos para que se pudesse estabelecer o que seria um bem supérfluo ou de necessidades, visto que a alta taxação incluía produtos de ordem básica tanto para a classe média quanto para a classe subalterna, como os eletrodomésticos em geral, bebidas e alguns itens alimentícios. As justificativas não se mostram apenas econômicas para formação de poupança, mas também extraeconômicas, de cunho moralista e de pressão aos trabalhadores.

Assim como o Plano de Metas, o PAEG também estabeleceu uma política de desenvolvimento econômico-social que polarizava o desenvolvimento regional. Prezou-se por um desenvolvimento em que os investimentos fossem centralizados em determinadas regiões que já possuíam um parque industrial mais avançado para facilitar a rapidez na acumulação de capital, como também para se ter uma eficiência econômica a curto prazo.

O Plano de Ação, apesar de reconhecer e apontar a necessidade de fomentar o desenvolvimento das regiões fora do eixo Sul-Sudeste, teve, nesta região, sua primazia no desenvolvimento econômico com o objetivo de assegurar um processo contínuo e acelerado de aumento da renda *per capita* nacional, sem, contudo, criar um plano de metas de desenvolvimento para as outras regiões em atraso do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas industriais. O Estado, numa primeira tentativa de atrair volumosos recursos para estas regiões localizadas principalmente no Norte-Nordeste, propõe uma "política de estímulos diferenciais fiscais e de créditos" (VILLARINO, 2015, p. 411) que acabou por não surtir o efeito esperado.

Segundo Marini (2011), neste momento de desenvolvimento nacional e dada a sua construção, a ampliação do mercado interno a partir da distribuição de renda consistia num caminho inviável, uma vez que não representava solução ao problema de realização do capital imperialista. A autocracia-burguesa brasileira, para o autor, é a representação mais fiel da política do grande capital, é a expressão da hegemonia do capital monopolista industrial e financeiro – nacional e internacional. A forma como se assume esse modelo de desenvolvimento aprofundou ainda mais as contradições típicas do capitalismo dependente: endividamento internacional, concentração econômica e de renda e exclusão social.

Houve, mais uma vez, um reposicionamento no centro dinâmico da economia nacional que vinha sendo alterado desde o início do processo de substituição de importações. Os monetaristas do regime apostaram que a criação de poupança e o desenvolvimento econômico nacional seriam retomados com intensidade por meio do retorno de uma política cambial que favorece as exportações de matéria-prima, fato que formaria, para eles, o caminho para emancipação econômica à medida que permitiria ser menos dependente da ajuda externa.

O Plano de Ação levou o país a uma perda de competitividade e à retomada da exportação primária com programa setorial agrícola, o qual incluía, além de programas específicos de crédito, produtividade e mecanização, programas de incentivos à produção primário-exportadora pela eliminação das restrições do câmbio e de controle dos preços.

Por conseguinte, com a crise do petróleo no fim da década de 1960 e início da década de 1970, o Brasil viu agravar e ser encorpado com rapidez o seu endividamento interno e externo. Porém, salienta-se que a estratégia de desenvolvimento empreendida pelo governo autocrático-burguês nesse período foi a de promover o desenvolvimento nacional por meio da expansão do endividamento com a captação do crédito internacional barato, apostando que a crise do petróleo fosse passageira.

Essa escolha em seguir o crescimento pelo endividamento se justificou para sanar a desigualdade na balança interna, pois, apesar do arrocho salarial aliado a uma política de taxaço ao consumo (médio e popular) e das desigualdades regionais, os investimentos não se elevaram e nem foi criada uma robusta poupança para tal.

A análise de Furtado (1992) sobre os objetivos estratégicos a serem perseguidos pelo II PND do período autocrático-burguês sintetiza de forma bastante didática o pretendido: houve uma 1) tentativa de alargar a base do sistema industrial e, conseqüentemente, 2) ampliar o grau a inserção nacional na divisão internacional do trabalho. Contudo, o autor aponta que essas pretensões não foram alcançadas. A opção de crescer pelo endividamento, por meio de captação de financiamentos externos, e a inserção mais ampla do Brasil no sistema de divisão internacional do trabalho tiveram como derivações do processo a deterioração de financiamento público nos amplos setores. Ademais, aconteceu uma perda de competitividade e capacidade do Estado.

Dada a retração dos investimentos públicos e os altos juros mantidos para remunerar a dívida, foi preciso que o Estado socializasse esses custos, principalmente com sobrepeso à classe subalterna que sofria com o arrocho salarial, o desemprego e a falta de políticas sociais que pudessem garantir mínimas condições de sua reprodução social. O Brasil, neste momento, possuía uma economia em desaceleração cíclica, alto grau de endividamento externo e interno e altas taxas de juros e, ainda assim, forçou um crescimento econômico e industrial buscando lucros extraordinários. No entanto, esse conjunto de fatores macroeconômicos aliados às crises do capital internacional do fim da década de 1960 e meados de 1970 impuseram limitações ao pleno desenvolvimento do II PND e às pretensões do governo autocrático-burguês (HADLER, 2013).

Tavares (1972) afirma que a tentativa de manter os altos índices se fez de forma que a pressão inflacionária se agravasse junto ao aumento exponencial tanto da desigualdade social como regional e elevação do endividamento interno e externo. Ainda segundo a autora, a deterioração da capacidade do Estado nacional em realizar investimento e planificar foi fruto da transnacionalização dos interesses político-econômicos e do surgimento do capital financeiro.

Nos planos de desenvolvimento nacional, pode-se verificar, para além do aprofundamento da situação de dependência e da desigualdade social, a criação de um lumpesinato que se reproduziu por longa data por meio da ignorância e da reprodução da pobreza. Contudo, já no período autocrático-burguês, de dentro do lumpen emanam diversos movimentos sociais combativos contra o golpe militar-burguês pela luta da terra e moradia e pela luta do proletariado, os quais, por sua vez, foram duramente reprimidos.

Os planos de desenvolvimento econômico empreendidos em sua maioria encontraram resistência política e social, mas, por meio da força repressiva do Estado, os planos forçaram seu acontecimento, promovendo uma reorganização produtiva com redução do preço do capital variável (e arrochos salariais) e concentrando e centralizando a renda e as oportunidades. Santos (2006) salienta que, neste momento histórico, há

[...] a implantação do capital financeiro na região, o que levaria ao triunfo do enfoque monetarista. Em seu primeiro momento, esse enfoque se mostrava capaz de enxugar o aparelho produtivo deixado

pelo protecionismo à outrance⁷, gerado pela prática estruturalista (...) Esse caminho de desenvolvimento autoritário e concentrador explicava-se também pelas dificuldades do capital multinacional em superar as tensões geradas no centro do sistema mundial, devido aos limites que se impunham ao processo de acumulação do capital naquela conjuntura. Os mercados externos tendiam a esgotar-se. (...) Apostar na sua expansão tinha altos custos políticos que as grandes metrópoles não queriam pagar. (SANTOS, 2006, p. 33 – 34)

A partir do que Santos (2006) expõe, compreendemos os motivos pelos quais o centro desenvolvido operou a mudança de parte expressiva da atividade industrial de pouco valor agregado para as periferias de desenvolvimento médio, criando um “modelo de desenvolvimento secundário exportador” (SANTOS, 2006, p. 34).

O papel da autocracia-burguesa foi o de concretizar os ajustes estruturais fundamentais para nova integração imperialista e arrefecimento da potência da classe trabalhadora. Cumpriu sua função de garantir as condições de acumulação do capital, mobilizando todo o aparato da política econômica a partir do substrato fundamental: o rebaixamento forçado dos salários, além de buscar garantir a superpopulação. Essa tarefa tinha como meta a concentração e centralização do capital, em particular, do capital imperialista, possibilitando à afirmação e fortalecimento do capital monopolista – um cenário em que os monetaristas atenderam, a rigor, os interesses e ideais do regime autocrático-burguês de “produzir crescimento sem distribuição de renda e sem rompimento com as multinacionais” (Ibid, p. 34).

Essas contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo periférico-dependente foram intensificadas na década de 1980, fato que potencializou a retomada das lutas sociais pela redemocratização⁸, luta pela terra, movimentos sindicais dos trabalhadores da indústria e siderurgia. Essa década, chamada de década perdida, foi o período em que se entrecruzam em nível mundial a reorientação geopolítica dos Estados Nacionais hegemônicos e a rearticulação do capital monopolista financeiro como forma de reverter a crise do capital principiada com a crise do petróleo (petrodólares).

Para a economia dependente brasileira, a década de 1980 – década perdida – , foi marcada pela diminuição dos preços dos produtos agrícolas e semi-industriais, pela elevação dos preços dos bens e produtos importados e, principalmente, marcada

7 Significado: “ao extremo”, “com exagero”, “sem tréguas”.

8 Para Florestan Fernandes (1972), trata-se de uma transição lenta, segura ao capital e gradual.

pela aceleração do crescimento da dívida pública, uma combinação de fatores que tornou o país ainda mais dependente e alinhou de modo submisso a política de desenvolvimento autônomo sob comando e direcionamento do capital transnacional.

Traspadini (2016) afirma que, ao se analisar a década perdida em sua real complexidade dialética, encontra-se como resultado da análise dois sentidos dialógicos tangíveis:

1) O redimensionamento da contradição crise-vitória do capital sobre o trabalho no plano internacional, demarcada pelo aumento da rotação do capital, intensificação da composição orgânica do capital no uso intensivo de tecnologia e uma drástica intensificação da exploração da força de trabalho; e 2) uma nova fase de crise-vitória do capitalismo no âmbito mundial, o que impactou não só a perspectiva histórica da luta de classes em todo o mundo, mas instaurou um novo sentido ideológico da sociedade em geral e criou, no imaginário social mundial como um todo, a ideia do fim da luta de classes, do fim do trabalho, do fim dos sujeitos políticos que fazem e fincam as histórias ocultadas da história oficial. (TRASPADINI, 2016, p. 219)

A crise-vitória do capital que a autora se refere são as funções e determinações que as economias nacionais cumprem na divisão internacional do trabalho, ou seja, é o papel que a elas foi atribuído após a reformulação “interna do pacto internacional do desenvolvimento desigual e combinado” (Ibid, p. 219). Esse movimento dialético intrínseco à crise-vitória do capital com a crise mundial iniciada em princípios dos anos de 1970 abriu as vias necessárias para a retomada das ideias liberais econômicas, contudo a partir de novas bases técnico-científicas – neoliberalismo.

Dentre as diversas alterações que se encaminharam no sistema econômico-político a partir dos anos de 1970 e que se aprofundam mundialmente na década de 1980, consideramos, neste trabalho, que a alteração que melhor nos ajuda a dar solidez na problematização do objeto e a responder a pergunta norteadora é o elemento apontado por Traspadini (2016) ao dissertar que a dialética vitória-crise do capital se consolida num modelo/forma em que a crise e a dependência estrutural das economias periféricas estão subordinadas à era da dívida, isso porque a especulação se torna a engrenagem de produção e transferência de valor por meio da vertente do capital fictício.

O capital financeiro que materializa esse modelo de produção e extração de (mais) valor na era das dívidas públicas dos países dependente-periféricos de modo a separá-los, de forma puramente aparente, da produção, é, contudo,

substancialmente reformulado “no seu poder de controle e apropriação do valor”. A década perdida nos países dependente-periféricos significou um período em que os termos de troca para os produtos desses países se deterioraram, além do que se assegurou, na perspectiva valor-trabalho, o aprofundamento da recomposição da “extração, apropriação e acumulação, a partir da intensificação das transferências do Sul para o Norte e da ocupação produtiva, nos territórios do Sul, pelo capital financeiro monopolista do Norte” (TRASPADINI, 2016, p. 220).

Como decorrência, privilegiaram-se as filiais das grandes empresas estrangeiras, pois elas possuíam acesso facilitado à tecnologia mais avançada e sofisticada que o país necessitava para seu processo de industrialização e diversificação. Conseqüentemente, assegura-se um lucro extraordinário constante e suas posições e comando são fortalecidas. Desse arranjo estabelecido é que os salários abaixo do valor da força de trabalho e a constante de lucros extraordinários apresentam-se como mecanismos de um processo de monopolização acelerado que, nas condições de dependência, amola sua progressiva desnacionalização (SANTOS, 1998; MARINI, 2011).

Entre o fim da década de 1970 e o decorrer da década de 1980, a indústria composta em grande parte por empresas transnacionais também se instalou no setor agrícola com a criação dos complexos agroindustriais, subordinando-os à dinâmica da indústria, bem como a uma supremacia do trabalho urbano sobre o trabalho rural; uma reestruturação que definiu a continuidade do modelo de desenvolvimento alicerçado na presença e convivência de grandes latifúndios, com produção de monocultura e trabalho pessimamente remunerado ou nada remunerado – superexplorado.

Os anos de 1980 no Brasil, com a crise econômica e o fim das políticas de desenvolvimento forçado dos governos militares, tiveram como resultado uma realidade perversa com os trabalhadores: a desigualdade de renda aumentou rapidamente, corroendo o pouco poder econômico das famílias e aumentando o desemprego rural e urbano. Contudo essa realidade é ainda pior para os trabalhadores rurais.

O número de ocupação no trabalho rural teve queda significativa entre os anos de 1985-1989 com redução de 1,3 milhões de empregos, pois, em 1985, eram 15,2 milhões de trabalhadores ocupados e, em 1989, passaram a ser 13,9 milhões de

ocupados. Essa redução é equivalente, na época, a 10% dos trabalhadores rurais totais, uma redução em cerca de 2,3% ao ano. Esse cenário tende a piorar drasticamente, visto que, dos trabalhadores ocupados, 27% eram não-remunerados; trabalhadores rurais por conta própria correspondiam a 31,1%; empregados permanentes representavam 26,9% e os volantes, cerca de 10% dos trabalhadores, segundo dados de 1989 (SILVA, 1993).

Se tomarmos o indicador de insuficiência de renda, resulta que os pobres do campo necessitavam de um aumento de 45% na renda que percebiam em 1981 para deixarem de ser considerados pobres; em 1990, esse aumento tinha que ser de 78%. [...] estudo sobre a pobreza rural em 114 países em desenvolvimento feito pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) – *no ano de 1992, colocou* – o Brasil em 6º lugar entre os países cuja população rural tem renda inferior à linha de pobreza (73%). (SILVA, 1993, p. 9, grifos nossos)

Toda a alteração no campo provocou uma debandada em massa dos trabalhadores rurais para a cidade. Uma união de fatores concorreu para isso: aumento da pobreza e desemprego, concentração da propriedade da terra e expulsão dos pequenos proprietários e posseiros, inexistência de auxílios e financiamento para o pequeno produtor e uma política econômica recessiva que se aprofundou entre 1980 e 1983. A recessão econômica impactou o centro dinâmico da indústria de transformação e desacelerou significativamente o crescimento econômico; há, assim, um empobrecimento em massa e uma queda considerável da renda.

Diante da crise e da recessão econômica, o país deixa de ser um atrativo para o capital externo, fato que fluía com considerável tranquilidade até o ano de 1980; assim, acontece a marcha inversa: há uma significativa fuga de capitais. O Brasil passa a ser um exportador líquido de capital; logo, a trajetória de endividamento externo para o crescimento econômico tornou-se um peso grande a ser carregado, peso ainda maior com a intervenção dos organismos multilaterais (emprestadores) para a implementação de políticas de ajuste que, mais uma vez, penalizavam os mais pobres.

A dívida externa nacional saltou de 12 bilhões de dólares em 1973 para 64 bilhões de dólares em 1980 e, o pagamento de juros da dívida saltou da casa de 500 milhões de dólares para 6 bilhões de dólares nos anos respectivos. “O Brasil, entre 1979 e 1987, pagou US\$ 83,5 bilhões de juros aos credores externos, pagamento que

representou o equivalente a 28.512.000 salários mínimos” (SANTAGADA, 1990, p. 123). Segundo a ONU (1989), a dívida externa brasileira, uma herança do crescimento por endividamento e alta taxa de juros do período autocrático-burguês, alcançou no ano de 1988 a quantia de 114 bilhões de dólares, que, nos cálculos das Nações Unidas, representou, à época, um terço da dívida latino-americana.

O país mantinha uma política de arrocho salarial e taxaço dos bens considerados supérfluos, dada a fragilidade do mercado consumidor interno. Com a recessão econômica aliada ao aumento do desemprego e da informalidade pouco remunerada, a queda na taxa de consumo dos assalariados, que foi corroída pela inflação exorbitante, e a queda nos salários reais provocaram um quadro social de elevada miséria e pobreza, causando um sofrimento sem medida aos trabalhadores. Do outro lado, os trabalhadores assalariados médios e altos e a burguesia que vive da renda/remuneração de capital conservaram seus níveis de consumo e padrão de reprodução social.

Em suma, merece destaque, neste período, a forte centralização e concentração de capital e da propriedade da terra, a deterioração do salário mínimo e a perda do valor de compra/consumo. Foi uma conjuntura inflacionária que, como descreve Santagada (1990), “os preços ao consumidor chegaram a 933,6% - em 1988, e, já em 1989, o acumulado de janeiro a novembro era de 1.11,5%” (SANTAGADA, 1990, p. 124, grifos nossos). O alto imposto inflacionário que recai sobre o consumo de mercadorias recai pesadamente sobre os trabalhadores assalariados e, principalmente, sobre os de baixa renda, sabendo que, do outro lado da classe social, há uma burguesia industrial-agrária-financeira que percebia lucros extraordinários ao custo da grande inflação.

O salário mínimo urbano da década de 1980 acumulou defasagens em decorrência desses fatores, enormes perdas, como aponta a tabela abaixo:

Tabela 1 - Evolução do salário-mínimo real urbano no Brasil – 1980-1988

| Discriminação | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 ⁽¹⁾ |
|--|------|-------|-------|-------|------|------|------|-------|---------------------|
| Índices médios anuais⁽²⁾ | 100 | 104,4 | 104,9 | 93,0 | 86,0 | 88,8 | 87,1 | 71,2 | 67,1 ⁽³⁾ |
| Varição percentual⁽⁴⁾ | 2,6 | 4,4 | 0,5 | -11,3 | -7,5 | 3,3 | -1,9 | -18,3 | -7,4 |

Fonte: SANTAGADA, 1990, p. 125. *A situação social do Brasil nos anos 80.*

Notas: (1) Cifras preliminares. (2) Base 1980 = 100. (3) A média é referente ao período de janeiro a outubro. (4) Em relação a igual período do ano anterior.

Como já analisado e pontuado por Marini (2011), a superexploração da força de trabalho acontece dada a violação do valor da força de trabalho; portanto, é a negação do valor real da força de trabalho, é a não equivalência entre valor e salário pago, é a tomada do fundo de vida dos trabalhadores para dar vida à acumulação de capital, reduzindo o tempo de vida.

A lei do valor é simultaneamente a assunção e negação do valor. [...] É simultaneamente o pagamento da força de trabalho próxima de seu valor e o pagamento abaixo do seu valor. É tanto o consumo da força de trabalho em torno de seu valor, quanto seu consumo acelerado esgotando-a prematuramente. [...] A força de trabalho, na superexploração, além de estar submetida a exploração capitalista, está também subordinada às determinações específicas desta [...] que atua de modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, provocando desgaste prematuro da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais. (LUCE, 2018, p. 155)

A retração do salário-mínimo que evolui na década de 1980 é elemento que demonstra a violação do valor da força de trabalho; assim, impacta o fundo de vida e consumo dos trabalhadores. A apropriação pela via do consumo se dá pelas incessantes investidas de rebaixamento do valor da força de trabalho e, portanto, isso significa maior rebaixamento do fundo de consumo, intrinsecamente ligado à redução dos salários e sua relação extremamente negativa com o real valor da força de trabalho.

Na realidade dependente-periférica, os níveis salariais mais baixos, de acordo com Luce (2018), possuem causas basilares que são estruturantes do desenvolvimento econômico na América Latina, sendo: o grande exército industrial de reserva e a ausência da necessidade da realização do capital interno produzido na esfera do consumo. Esses fatores que se coadunam demonstram que, na região, o capital não se realiza internamente, mas no interior das economias imperialistas viabilizado pela superexploração da força de trabalho na periferia.

Para Osório (2020), a superexploração da força de trabalho é fator limitador da participação dos assalariados no mercado interno, fato que “alimenta a pobreza em todas as duas, assim como a massa de trabalhadores desempregados ou subempregados” (OSÓRIO, 2020, p. 10).

Um estudo da ONU (1985) que analisou 10 países latino-americanos⁹ e classificou a pobreza como a falta de renda necessária para o custeio da cesta básica de alimentos aponta que a pobreza, nestes territórios somados, era equivalente, em 1970, a 112 milhões de pessoas; em 1980, a 130 milhões; e estimavam que, no ano 2000, os índices de pobreza alcançariam 170 milhões de pessoas. Entre 1970 e 1985, a pobreza urbana deslocou-se da grandeza em números relativos: de 31% para 61% da população. Dentre os países estudados pela organização, o Brasil, em 1970, possuía 46,7 milhões de pessoas pobres; em 1980, 52,6; e, em 2000, uma expectativa de 65,6 milhões.

Considerando esses números juntamente ao exposto até o momento, é possível compreender a criação de um bolsão da pobreza (lumpesinato) no Brasil e, com isso, a intensificação dos conflitos sociais entre as classes fundamentais. Ademais, aprofundam-se as causas externas: de variação/disparidade no valor de troca e da transferência líquida de capital para o centro capitalista; e, em aspecto interno: a crise impacta os salários, eleva a pobreza e concentra nas regiões urbanas o desemprego.

Santagada (1990) aponta que, em 1985, a distribuição espacial da população pobre no país assumiu uma figura urbana: 55% da população que vivia em condição de pobreza, tomando em consideração que a pobreza, nesta análise, leva em conta a renda *per capita* de menos da metade do salário-mínimo vigente no período, e 45% das pessoas pobres ainda estavam no campo. “Essas informações confirmam para o Brasil o deslocamento relativo de pobreza rural para o setor urbano, comportamento semelhante ao ocorrido no resto da América Latina” (SANTAGADA, 1990, p. 127).

O modelo econômico de desenvolvimento empreendido no fim da década de 1980 não foi capaz de avançar nas pautas de rompimento com a dependência econômica ao centro tecnológico desenvolvido e promover, na concepção cepalina, um desenvolvimento autodeterminado; não promoveu as reformas necessárias para modernização do país; ao contrário, aliou setores que resultaram na permanência de uma estrutura retrógrada e de um Estado dominado por uma burguesia arcaica.

Decorre dessa estrutura nacional moldada a não garantia da reprodução da força de trabalho, uma dificuldade em generalizar o trabalho assalariado no campo e

9 Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Honduras, México, Panamá, Peru e Venezuela. (*La pobreza em America Latina: dimensiones y políticas*. Santiago de Chile, ONU: 1985)

na cidade como fase essencial ao desenvolvimento do capital. Portanto, não há nenhuma condição para a garantia da reprodução dos trabalhadores pela via do mercado, não há um mercado consumidor capaz de atender as demandas à substituição de importações e de produtos voltados para a alta circulação. Criou-se no país um modelo que expulsa a parcela majoritária dos trabalhadores do consumo de mercadorias. Logo, os trabalhadores, por estarem fora do mercado de trabalho, em assalariamento precário em trabalhos superexplorados, também estão à margem do consumo, fato que potencializa as agruras da questão social sobre suas vidas.

Sobre o consumo da classe trabalhadora, é importante assinalar que, do pequeno salário corroído pela alta inflação, no findar da autocracia-burguesa, os trabalhadores despendiam 74,38% com a alimentação essencial. Esse elevado índice deixa mais que perceptível que as condições de reprodução social e da vida dos trabalhadores estão condicionadas única e exclusivamente em garantir a cesta básica de alimentação. Logo, não há espaço para que tenham as condições necessárias de adquirir os serviços básicos da vida urbana, como pagar os serviços de eletricidade, de água, transporte, ter algum tipo de lazer, impostos. Além do que, fica impossibilitada a compra de bens de consumo duráveis, como geladeira, fogão a gás, televisor, móveis e eletrodomésticos em geral.

Essas determinantes são frutos da construção de uma estrutura centralizadora e concentradora de capital dependente do centro econômica, pautada nos baixos salários, na proletarização, na ausência de um mercado consumidor de massa e superexploração da força de trabalho, permitindo aos trabalhadores apenas adquirir de maneira limitada os produtos e mercadorias para sua reprodução biológica. Costa (1996, p. 43) ilustra o período e aponta que, em 1963, era preciso cerca de 98h20 para adquirir uma cesta básica de alimentos e, em 1973, já se fazia necessário trabalhar 147h04 para adquiri-la; em 1980, por sua vez, eram necessárias 156h31 de trabalho e, finalmente, no fim do regime militar, nos anos de 1984, os trabalhadores eram obrigados a despendar 194h38 de trabalho para comprar a mesma cesta.

No Brasil e em toda América Latina, desenvolveu-se um padrão predatório do capital para se alcançar lucros extraordinários que, em sua maior parte, são transferidos para os países de economia central:

[...] segundo dados dos sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo [...] só na Volkswagen estavam trabalhando 300 horas extras por mês, o

que *permitia* a empresa a aumentar sensivelmente sua produtividade, assim a jornada de trabalho na década de 1970 a 1980 se estendia a 12 horas diárias com pequenos intervalos para alimentação [...] sobre o processo de intensificação do trabalho nos setores de ponta [...]. Na Usiminas a produção anual por trabalhador cresceu de 129,1 toneladas em 1969 para 247 toneladas em 1993, o mais alto índice da América do Sul (COSTA, 1996, p. 46-47, grifos nossos)

Os ciclos de desenvolvimento político-econômico no Brasil se transformaram em ciclos-viciosos: a burguesia nacional dominante, para compensar a transferência de valor ao capital central desenvolvido, acelera o processo de acumulação de capital, utilizando uma combinação de artifícios que, juntos, acentuam a superexploração do trabalhador. Há uma expropriação do tempo e das forças vitais, fato que não permite ao operariado a responder à situação vivida. Isso se deve à má formação política dos precários e débeis sindicatos dominados por décadas a fio pelo patronato ou pelas mãos firmes das ditaduras. Outro fator no Brasil que acelera o processo de acumulação pela extração de mais-valor em níveis extraordinários é o grande contingente da superpopulação relativa que se formou, pressionando os baixos salários ainda mais para baixo do mínimo de sobrevivência.

A diretriz dos planos de desenvolvimento econômico são todos eles pautados no processo de acumulação predatória que além de remunerar o capital com lucros extraordinários, também beneficiou parte da classe média melhor assalariada e, do outro lado, elevou o grau de exploração do trabalhador, prolongou a jornada de trabalho, rebaixou os salários muito aquém do valor real da força de trabalho e formou um lumpemproletariado de grande proporção. “Todas essas características configuram no Brasil um padrão de reprodução e acumulação do capital, cujo produto social foi uma sociedade extraordinariamente desigual” (COSTA, 1996, p. 17).

Em tal caso, diante dos resultados da política econômica do período militar, entendemos que a política de Estado que se impõe no país teve como horizonte a construção de um modelo de acumulação de capital sobre as bases de extração violenta de mais-valor absoluto em consonância com uma política de corrosão/depreciação do valor da força de trabalho para, em resposta às demandas do capital, ampliar as taxas de lucro dos oligopólios transnacionais e intensificar o processo de acumulação.

Os planos de desenvolvimento nacionais, ao tempo que consomem esse modelo de acumulação, também cristalizam como normal a crescente desigualdade

social, em virtude de terem promovido um alargamento acelerado da lumpemproletarização, a qual, por sua vez, já se encontrava em altos patamares. Assim, elevou-se o desemprego, o subemprego, os empregos mal remunerados e, conseqüentemente, eleva-se, ainda, a exploração da classe trabalhadora e deprecia-se o valor da força de trabalho.

No campo com a falta de uma reforma agrária nos moldes clássicos, o Brasil não promoveu uma proletarização do camponês, diferentemente do ocorrido nos países centrais com a revolução industrial, aqui com o “fechamento da fronteira” na década de 1980 foi dado o início a formação de uma “lumpenização dos camponeses”, - estes trabalhadores rurais não foram transformados em proletários e tampouco fazem parte do exército industrial de reserva como os trabalhadores diaristas/boias-frias (COSTA, 1996; IANNI, 1984)

Esses trabalhadores, em sua maior parte, compõem a superpopulação relativa agrícola, ou seja, não possuem sua força de trabalho remunerada por estarem na prática do trabalho familiar; outros, diferentemente, são expulsos para os grandes centros urbanos e vão se instalar nos aglomerados e “barracos”. No Brasil, conforme os marcos da dependência e das necessidades do modo de produção capitalista, a tendência é de ampliação da desigualdade, empobrecimento e alargamento da miserabilidade que submete o país e as demais economias periférica-dependentes à reprodução do capital.

A divisão internacional do trabalho, à qual o país está subordinado, aprofunda as formas variadas de exploração, dominação e expropriação dos trabalhadores, principalmente a superexploração. Nesse sentido, cria-se, dentro do exército industrial de reserva, uma franja de indigentes/miseráveis: o lumpemproletariado. Em Marx, o conceito de lumpemproletariado foi, no seu tempo histórico, utilizado para determinar um grupo ou camada social que se reproduz pelo subemprego ou atividades consideradas marginais, como, por exemplo: mendigos, traficantes de drogas, roubos, prostituição, rufianismo etc. Para o filósofo, essa camada social era incapaz de realizar qualquer ação que ameace a sociedade capitalista, qualquer coisa contrária à ordem estabelecida; portanto, uma camada social sem consciência social e indigente.

A reprodução dos trabalhadores é um momento da reprodução do capital, e a acumulação de capital equivale ou resume-se à expansão do proletariado. Mas, de outro lado, Marx (1988) argumenta que a contração e a expansão dos movimentos

industriais “dispensa” continuamente parte da força de trabalho, tornando-os novos desempregados ou subempregados. É perene para o processo de acumulação de capital o crescimento da proletarização e, ao mesmo tempo, da gama de trabalhadores que não conseguiram emprego.

Assim, a produção da *superpopulação relativa* se dá por dois fenômenos: 1) a demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital; e 2) a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora. No primeiro, a demanda de trabalho depende do *capital variável*, o qual se mostra decrescente ao longo do tempo em relação ao capital total. No segundo, o crescimento populacional e a incorporação de novas populações ao mercado de trabalho não são acompanhadas pelo crescimento da oferta de trabalho pelas empresas. O Capital utiliza-se da interação desses dois mecanismos concomitantemente para garantir que o crescimento absoluto da *população trabalhadora* seja sempre mais rápido que o crescimento do *capital variável*, cujo volume regula o trabalho. Em processo paralelo, a produção da *superpopulação relativa* avança ainda mais rapidamente do que a *revolução técnica* do processo de produção. (ESTENSSORO, 2003, p. 266)

Na esteira do pensamento de Marx (1988), o conjunto de trabalhadores desempregados ou desocupados parcialmente compõe a superpopulação relativa (dividida em: flutuante, latente e estagnada). Porém, o pauperismo é a camada mais profunda da superpopulação relativa; logo, para o filósofo, o pauperismo não deve ser confundido com os níveis da superpopulação. No nosso entendimento, o lumpemproletariado compõe a superpopulação relativa como camada de sedimento mais profundo.

Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho. [...] Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade [...] são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. São notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho. [...] O pauperismo constitui o asilo para os inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição existente da produção capitalista e da riqueza. (MARX, 1988, p. 273)

Vejamos bem, Marx inclui ao pauperismo os trabalhadores aptos para o trabalho – ao nosso ver, os miseráveis, ou seja, trabalhadores que não estão inseridos no exército industrial de reserva, porém pertencem à superpopulação relativa. Os milhões de trabalhadores miseráveis aptos para o trabalho, por estarem numa condição de peso morto do exército industrial de reserva, constituem-se como camada social que não funciona como este exército de reserva, no entanto não deixa de ser fundamental para a produção e a reprodução do capital e da riqueza.

Na visão de Florestan Fernandes (1968, p. 70), “nem sempre uma posição ativa nas relações de produção incorpora o agente econômico ao mercado”. Há aqueles trabalhadores que não encontram ocupação e/ou colocação no mercado de trabalho no sistema capitalista de produção que cria as condições de “libertação” desse mercado. Trata-se de proletários que não contam como mercadoria – “os condenados do sistema”. Para o sociólogo, “os condenados do sistema” não se constituem como parte do exército industrial de reserva:

Dessa perspectiva global, os “não-possuidores de bens” dividem-se em duas categorias, entre as quais existe uma vasta gama de transições: os que estão imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico [...]; os que se assalariam de uma ou de outra maneira e os que estão em via de proletarização se proletarizam. A primeira categoria não constitui um “exército industrial de reserva”, embora, como é normal nas fases de constituição e de expansão de uma economia capitalista, nela se recrutam grandes massas de candidatos à proletarização [...]. Ela forma, antes, o que se poderia chamar como *os condenados do sistema*, o setor humano marginal de sua ordem econômica. (FERNANDES, 1968, p. 70-71)

Esse setor social na América Latina, enquanto economia dependente-periférica, torna-se um paradoxo, pois, à medida que se eleva a importância desse grupo de condenados do sistema, lumpemproletariado, pauperizados, diminuem ou inexistem os determinantes para alcançar a condição de cidadania conferida pelo Estado (essa camada condenada do sistema sem cidadania reconhecida são os lumpencidadãos), tampouco se almejam alterações nas relações sociais a ponto de provocar melhoria na condição de vida e sua reprodução. A questão principal para essa anomia é a ausência da consciência de classe para organização política e social.

No Brasil da década de 1980, o proletariado torna-se praticamente urbano, influenciando de forma direta nas estruturas e no conflito de classes no país. Logo,

essa transformação rural-urbana determina a consciência social de classe como produto real-prático determinado pelo modo de reprodução urbano.

Como as relações de dominação e subordinação de nossas sociedades aparecem como relações “*naturais, abstratas e separadas*” devido ao grau de *alienação* do homem [...] Consequentemente, a transformação das relações sociais ocorre quando os grupos dominados e expropriados adquirem consciência de que essas relações são *sociais, historicamente determinadas e fazem parte de uma totalidade articulada*. (ESTENSSORO, 2003, p. 271)

No sistema de produção capitalista, há uma divisão inerente, conforme aponta Marx (1988) na lei geral da acumulação: de um lado, os que se apropriam da riqueza e, de outro, os pobres expropriados do seu produto e, neste andar, há abaixo da pobreza a miséria extrema que, numa justa equação, cresce à medida que cresce a acumulação de capital pela burguesia. O lumpesinato desloca-se, como mencionado, para os centros das grandes metrópoles e forma bairros operários de maioria migrantes e camponeses.

Pode-se afirmar que a década de 1980 constitui-se como a primeira fase do ciclo de desenvolvimento econômico nacional verdadeiramente urbano. Porém, o processo de urbanização não ofereceu garantias e tampouco foi um modelo que permitiu à massa trabalhadora da cidade e do campo ter real acesso às mínimas condições de vida digna e de se reproduzir em condições ideais. “Garantias estas que, para além de sobreviver, permitissem à classe trabalhadora reproduzir sua força de trabalho com garantias-chaves de políticas públicas planejadas” (TRASPADINI, 2016, p. 221).

O mundo do trabalho no período ditatorial foi marcado principalmente por uma condução autoritária de cunho paternalista e com forte corporativismo que travava os interesses dos trabalhadores e de suas representações. A industrialização nacional, por meio do seu modelo de acumulação de capital, não permitiu ou contribuiu para a gênese de um processo melhores condições de vida, de trabalho e de proteção da classe trabalhadora.

No Brasil, perpetuou-se em seu desenvolvimento enquanto Estado-Nação a deficiência e/ou debilidade na constituição do Estado Social por sua apropriação pelo bloco político e econômico, a fim de satisfazer as suas necessidades e do capital imperialista. Isso é uma das particularidades históricas do capitalismo dependente,

cujo efeito, para a classe que vive do trabalho, foi a sujeição ainda mais acentuada da superexploração e a opressão dos países latino-americanos. A estrutura social que se formou decorrente da dependência só pode ser marcada por níveis extremos de desigualdade. Dessa forma, tem-se seriamente comprometida sua capacidade de absorver as massas ao trabalho produtivo e ao consumo.

Para Furtado (1992), o traço característico do subdesenvolvimento nacional é a lenta incorporação da massa trabalhadora (absorção de mão de obra), que se materializa num quadro de desemprego estrutural e na compressão dos baixos salários dos trabalhadores não especializados, ou seja, um rebaixamento ainda maior da remuneração da força de trabalho em níveis que não asseguram sua reprodução. “O que se vem chamando de ‘sociedade de serviços’ constitui uma mistura de elevada taxa de desemprego com uma parcela expressiva de população trabalhando em tempo parcial e precariamente” (FURTADO, 1992, p. 30).

A transnacionalização que se operou no país possui um efeito desestruturante e, na condição de subdesenvolvimento, ela se apresenta em patamares dramáticos, impondo, na esteira da presença maciça destas empresas, custos sociais crescentes para os trabalhadores. Esses custos passam por meios abertos ou disfarçados de desemprego, subemprego e trabalho informal, alargamento da distância da renda entre as classes e as estratificações da classe.

O Brasil chega ao final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 com um cenário de desigualdade extrema: alto índice de desemprego e ocupações precárias, baixíssimos salários, economia estagnada e em crise, mercado consumidor destruído, parque industrial desnacionalizado, extrema pobreza em patamares de calamidade, mortalidade infantil, subnutrição e subnutrição crônica e, contínua superexploração do trabalhador.

Chesnais (2000) afirma que há nos países periféricos o aprofundamento e a reaparição das piores calamidades que a pobreza causa ao povo, ou seja, fome, doenças, epidemias e pandemias devastadoras.

Essas calamidades não são “naturais”, assim como não o são, nos países da OCDE, o aumento do desemprego, das precariedades e dos sem-teto. Elas atingem populações que são marginalizadas e excluídas do círculo da satisfação das necessidades básicas, portanto bases da civilização, em razão da sua incapacidade de transformar essas necessidades imediatas em demanda solvente, em demanda

monetária. Logo essa exclusão é de natureza econômica. (CHESNAIS, 2000, p. 23-24)

O cenário apontado pelo autor agravou-se em todos os países latino-americanos. Em certos casos, piorou exponencialmente, comparado com a situação dos anos de 1970. A exclusão econômica é fruto direto da “destruição sob o efeito da desregulamentação e da liberalização dos câmbios” (Ibid, p. 23), não apenas do emprego,

[...] mas de sistemas de produção inteiros que asseguravam antes a reprodução social de comunidades de camponeses, pescadores, artesãos. É neste contexto de marginalização, senão de exclusão de tantos países do sistema mundial de trocas, que se coloca o aumento da fome, das pandemias e das guerras civis em inúmeras partes do mundo. (CHESNAIS, 2000, p. 24)

O Estado encontra-se, frente aos domínios do capital monopolista transnacional, alienado das possibilidades, meios, recursos e de seu poder de ação e intervenção na realidade, dada a debilidade que se encontra para assumir o centro das decisões. Na esteira desse desmonte do aparato estatal está a deterioração da situação da massa trabalhadora pauperizada, imobilizada nas demarcações convencionais de conflito social e político. Há um processo de estagnação da formação política da classe trabalhadora, afetando a formação de uma consciência de classe. Esses fenômenos acontecem especialmente pela submissão incontestada da burguesia brasileira às novas disposições e propensões do capital e da superexploração da força de trabalho que vê seu fundo de vida e consumo serem precarizados, além das estruturas que oprimem os sujeitos e que individualizam a questão social.

A necessidade de expansão da acumulação do capital encontrou na transnacionalização e suas inerentes contradições um meio de se metamorfosear para uma nova fase: a globalização financeira, impondo um novo modelo político-ideológico, uma realidade ainda mais cruel e mais dura: a lógica neoliberal.

1.2 A teoria da dependência-associada e sua compatibilidade com o neoliberalismo

Nesta seção, não adentramos nas contradições entre a teoria da dependência marxista e a teoria desenvolvida pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Apenas pontuamos, sucintamente, alguns pontos do que este autor entende como desenvolvimento dependente-associado e apontaremos, ainda, como esta teoria na contemporaneidade se mostra bastante coerente com as diretrizes neoliberais.

No centro do pensamento de Cardoso e Faletto (1975), encontram-se duas interpretações sobre o período de industrialização nacional brasileira de 1960 e 1970, período autocrático-burguês: 1) a primeira interpretação aponta para a limitação da análise dos teóricos da dependência brasileira e da insuficiência da teoria imperialista, uma vez que ambas, em suas conclusões, não reconhecem a possibilidade do desenvolvimento das economias periféricas pela “via capitalista e dependente”; 2) a segunda interpretação, em relação à teoria da CEPAL, compreende que a submissão brasileira ao capital internacional nos governos de Fernando Henrique Cardoso é compatível à ideia de sua teoria e de Enzo Faletto sobre o desenvolvimento dependente-associado, entendendo que a nova característica da dependência econômica suprimiria o antagonismo entre ela e o desenvolvimento. Para os autores, o modelo de dependência a que o Brasil está submetido não é uma submissão imposta dos países centrais, logo “de fora para dentro”, visto que a dominação que impõe às raias da dependência está presente nas relações internas entre as classes sociais nacionais e internacionais. Assim, trata-se de um fenômeno que tem sua gênese interna nas economias dependente-periféricas (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

A situação de “subdesenvolvimento nacional” supõe um modo de ser que por sua vez depende de vinculações de subordinação ao exterior e da reorientação do comportamento social, político e econômico em função dos “interesses nacionais”; isso caracteriza as sociedades nacionais subdesenvolvidas não só do ponto de vista econômico, mas também da perspectiva do comportamento e da estrutura dos grupos sociais. [...] A dependência encontra assim não só “expressão” interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica ao exterior. (CARDOSO, FALETTO, 1975, p. 30-31)

Diante desta afirmativa dos autores, podemos concluir que, para eles, a dependência econômica não se situa como fator de imposição dos países tecnologicamente desenvolvidos do centro capitalista. É possível considerá-la a partir da análise da conformação nacional do “sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito das nações dependentes” (Ibid, p. 30-31). A dinâmica das economias periféricas não possuía uma burguesia ascendente como classe econômica fundamental para pensar o desenvolvimento nacional, uma vez que não havia consenso entre os interesses diversos e eficiência para tal.

Ainda nesse pensamento supracitado, as causas internas da dependência perpassavam pela ausência de uma classe dominante dirigente do processo de desenvolvimento econômico-social que não aglutinava os interesses gerais dos grupos sociais, impossibilitando que o mercado agisse de acordo com sua função de adequar e regular os interesses nacionais, gerais, dos interesses dos blocos dominantes nacionais.

A partir do Plano de Metas, com o ingresso de um contingente expressivo de capital internacional no país, Cardoso e Faletto (1975) consideram as mudanças na caracterização do molde de dependência brasileira associada a esses investimentos externos, o que provocou uma nova relação de dependência. O Brasil se distancia do modelo anterior de exportador de bens primários conforme demandas dos capitais imperialistas que determinavam o ritmo do desenvolvimento das suas estruturas econômicas e sociais.

A conjuntura que se estabelece no momento de industrialização nacional coloca a burguesia nacional como sócia minoritária no processo, porém limitando-se a operar nos setores tradicionais nacionais e, com isso, abrindo o terreno de dominação para os setores mais dinâmicos da indústria (produção, circulação e consumo). A postura governista mantém-se no campo do desenvolvimentismo e, segundo os autores, “neutra” no que concerne às atividades concretas de controle da economia. Logo, não há imposições ao controle externo que, por sua vez, essa dominância externa não seria surpresa, o que se constitui novidade pois está nas formas e nos efeitos diversos que a dominância assume com bases inalteradas ou referenciadas no tipo de relação de “dependência entre as classes e o Estado” (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 141).

[...] na América Latina é possível determinar duas situações básicas de relacionamento das classes entre si, com o Estado e com o sistema produtivo, em função do modo de controle da produção. Num caso ressaltamos a especificidade das “economias de enclave”, noutra o controle nacional do sistema exportador. [...] Com efeito, nem a relação de dependência, no caso das nações dependentes, ou do “subdesenvolvimento nacional” implica a inevitabilidade da história nacional tornar-se o puro reflexo das modificações ocorridas no polo hegemônico externo, nem estas irrelevantes para a autonomia possível da história nacional. Existem vínculos estruturais que limitam as possibilidades de ação, a partir da própria base material de produção disponível num país e do grau de desenvolvimento das forças produtivas [...]. (CARDOSO, FALETTTO, 1975, p. 140).

Ainda nesta esteira de análise da condição de “subdesenvolvimento nacional” aos olhos de Cardoso e Faletto, os autores apontam os vínculos limitantes da ação do desenvolvimento econômico e das forças produtivas. Eles incluem como fator limitante a própria ação dos grupos e movimentos sociais e as organizações de classe que se reproduzem perpetuamente numa dinâmica interna com características próprias que conferem inteligibilidade ao “curso dos acontecimentos” nacionais. Desse modo, ao apontar uma nova forma interpretativa de dependência, os autores destacam que, com a internacionalização do mercado interno e com a dominação das transnacionais no parque industrial nacional, haveria uma resposta melhor ao controle progressivo do sistema econômico nacional. Portanto, a atual situação ultrapassa as ideias de oposição tradicional entre os conceitos de desenvolvimento e dependência.

Logo, nesta etapa histórica das relações do capital dependente brasileiro, haveria a possibilidade de impulsionar o desenvolvimento mesmo que se mantivesse e se redefinisse a relação dependente. Isso tornaria possível, segundo os autores, que esse novo modelo pudesse estar apoiado num outro pilar político de alianças que não mais asseguraria a hegemonia externa como no passado. O pilar de apoio que regeria os novos rumos do desenvolvimento não mais responderia aos interesses das oligarquias agrárias exportadoras que sujeitavam e colocavam as amarras no mercado interno e, tampouco, os interesses urbanos estariam subsumidos ou em expressão de dominação aos interesses do setor agroindustrial.

[...] a especificidade da situação atual de dependência está em que os “interesses externos” radicam cada vez mais no setor de produção para o mercado interno [...] e, conseqüentemente, se alicerçam em alianças políticas que encontram apoio nas populações urbanas. Por outro lado, a formação de uma economia industrial na periferia do

sistema capitalista internacional minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista e busca solidariedades não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas etc. (CARDOSO, FALETTO, 1975, p. 141-142)

Aventa-se a possibilidade real do capital internacional imperialista estar com interesses em investir no processo produtivo nacional com vistas à produção de mercadorias e bens para o mercado interno, uma espécie de fortalecimento desse mercado como forma de subsídio necessário para uma nova etapa do desenvolvimento industrial. Essa visão não observa a condição de mercado interno nacional restrito à produção de bens suntuários, além de desconsiderar o fato de os planos de desenvolvimento econômico implementados contribuírem para uma maior concentração da renda e provocarem maior desigualdade regional. Primordial, é a análise da condição de trabalho da classe trabalhadora assalariada e da sua forma de reprodução pela superexploração como condição fundamental como um dos mecanismos de recomposição das perdas entre as trocas periferia-centro.

Para os autores supracitados, a dependência que assume nova característica que possibilita um desenvolvimento com dependência, a evolução das etapas industriais e os novos patamares de desenvolvimento eliminam a contração existente entre ambas – dependência e desenvolvimento –, fato que abre novas possibilidades para o crescimento econômico e permite a alteração da dinâmica entre as classes e grupos sociais, além de sugerir que uma economia mais aberta aliada aos interesses políticos da burguesia nacional junto às formas jurídicas que regulam as relações econômico-sociais possibilita que haja no Brasil e nos países latino-americanos “a ideia de ‘economia industrial em sociedades dependentes’” (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 143).

Segundo Teixeira e Pinto (2012), os elementos mais centrais que permitem aos países periféricos se desenvolverem por meio da “nova dependência” podem ser caracterizados como: a) alteração no tipo de dependência, em que esta se desloca do campo do mercado externo para uma dependência de investimentos e, principalmente, da tecnologia internacional; b) ainda que se mantenha na situação de dependência do capital estrangeiro, há um movimento de internalização do mercado interno; as transnacionais, em tese, voltam-se para as plantas industriais dos países dependente-periféricos na busca por seus mercados; c) há uma nova aliança entre o

capital nacional e o capital internacional; reaproximação dos laços entre as elites em que, ao fim e ao cabo, a burguesia nacional apresenta-se como sócia minoritária do desenvolvimento do capital e dos interesses dos países centrais; e, d) não menos importante, a “nova situação” que se estabelece entre centro e periferia, ainda que se mantenha a dependência, as formas e vínculos transformam-se e alteram-se na medida que não se vislumbra a oposição entre dependência e desenvolvimento; esse fato se deve às empresas transnacionais tomarem um papel importante no processo de industrialização dos países periféricos, no qual, segundo Cardoso e Faletto, foi fundamental no processo de superação do subdesenvolvimento da periferia do capital.

Nesse processo, a burguesia nacional abre mão e cede espaço de hegemonia e poder para um projeto de desenvolvimento industrial nacional, mas principalmente do poder político em favor do capital internacional. Logo, o movimento realizado apenas permitiria solucionar ou minimizar as carências e/ou ausências das bases técnicas e financeiras do capital nacional, deslocando o Estado restrito à prestação de serviços, à atuação nos setores básicos e de infraestrutura e no desenvolvimento de ações para abertura da economia aos investimentos diretos estrangeiros no parque industrial, principalmente de bens de consumo duráveis e da indústria pesada.

Para romper com os nós e enlaces que travavam a acumulação, o bloco no poder e o poder político brasileiro teriam necessariamente que se transformar e se adequar às novas relações e correlações de forças desse desenvolvimento dependente-associado. Os grupos nacionais que se alinham mais facilmente à nova forma de desenvolvimento econômico, social e política ganham ainda mais força com o apoio do capital internacional, uma vez que se submetem às suas exigências. É dessa reorganização política do bloco no poder que, para Cardoso, seria possível consolidar nas economias dependente-periféricas um novo padrão de desenvolvimento capitalista que permitiria esses países lograrem êxito nas novas etapas do desenvolvimento do capital.

Em antítese às ideias de teoria da dependência de Ruy Mauro, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, Cardoso (1975) sustenta que, a partir do redirecionamento do capital num movimento de internacionalização em direção às periferias, com o investimento direto no setor produtivo, possibilita-se uma nova configuração das indústrias e alterações no mercado interno, trazendo uma nova configuração imperialista.

Essa nova relação imperialista que possibilitaria elevar a um nível superior a industrialização nacional, dada a tendência de internacionalização, pode ser afirmada, segundo o autor, quando:

[...] a relação entre economias centrais e periféricas se redefine em um novo sistema de divisão internacional do trabalho, organizado pelos conglomerados multinacionais, e não mais na tradicional oposição entre economias industrializadas e economias primário-exportadoras. (HADLER, 2013, p. 50).

Para Cardoso (1993), o imperialismo que outrora foi um empecilho ao desenvolvimento das economias periféricas industriais e dos mercados internos torna-se o impulso/estímulo para um determinado modelo de industrialização.

Nesse sentido, segue o autor dissertando que, com as alterações políticas nacionais do bloco no poder e do padrão de acumulação do capital monopolista, num período em que o capital e as leis do mercado assumem dimensões globais, redefinem-se as formas imperialistas e altera-se a condição de dependência em diversos países de economia periférica, visto que, com a internacionalização do capital e sua entrada como investimento direto na produção, as filiais das empresas transnacionais que compunham o parque industrial teriam, por ocasião, interesse em dinamizar o mercado interno que, com o processo histórico das substituições de importações, foi se formando de maneira restrita, incluindo apenas classes dominantes e parcela da classe média assalariada.

Sem suprimir completamente as formas de exploração imperialista pretéritas, baseadas na preservação da periferia como fonte de matérias-primas e força de trabalho barata, o novo marco histórico as torna as relações imperialistas mais complexas, suprimindo a correlação necessária entre imperialismo e tendência às anexações e à intensificação da opressão nacional. (...) Os investimentos industriais orientados para o mercado interno, que aportam tecnologia avançada e recursos financeiros, atenuam as formas de exploração colonial ou neocolonial. (HADLER, 2015, p. 51)

Na teoria do desenvolvimento de Cardoso e Faletto (1975), uma economia periférica em industrialização tem relaxadas as amarras e opressões do modelo anterior colonial, ou seja, há um abrandamento dos efeitos de exploração do capital em sua vertente colonial. Desse modo, há a reformulação do bloco no poder econômico e político nacional que se rege sob as “novas” relações imperialistas e com

“nova” divisão internacional do trabalho, o que concebe as chances de aliar desenvolvimento econômico e imperialismo, diferentemente da teoria do imperialismo de Lênin.

Diversamente da teoria marxista da dependência, que não vislumbra possibilidade de romper com a dependência ao centro e conciliar o desenvolvimento das forças produtivas com as investidas do imperialismo, para a teoria do desenvolvimento isso se torna possível, pois há uma reorganização e uma reformulação da associação de dependência dentro do mercado interno brasileiro. Com as filiais das transnacionais voltadas ao mercado nacional, a realização desses produtos ocorreria em âmbito interno, melhorando e destravando o mercado nacional de consumo e faria da industrialização periférica e do progresso das forças produtivas algo do interesse do capital.

Pensar nessa possibilidade de conciliação entre imperialismo e desenvolvimento econômico com potencial de mercado interno pressupõe que as “novas” relações sejam de solidariedade entre o capital externo e a abertura para os espaços econômicos internos.

Um equívoco nessa interpretação é perceber que haverá um pacto de solidariedade entre capital nacional e internacional voltado para o mercado interno em que as grandes empresas multinacionais ficariam condicionadas, no seu processo de produção, às determinantes nacionais, as quais provocaram, por sua vez, uma aproximação mais estreita de vínculos com extensão duradoura no tempo entre esses capitais para desenvolvimento interno e o mercado nacional. Por força dessa solidariedade e mediação do Estado, seria possível ajustar ou mesmo negociar as condições de dependência.

O desenvolvimento dependente-associado conforma em sua concepção a combinação de contrários em um sistema de harmonia, ou seja, “dependência, capitalismo monopolista e desenvolvimento” não são termos opostos, contraditórios entre si; nos países subdesenvolvidos, eles se combinariam na forma de um desenvolvimento integrado, “na forma de expansão monopolista” (CARDOSO, 1993, p. 195).

Ao fim e ao cabo, essa concepção de dependência-associada é analisada como compatível com a ideia de desenvolvimento nacional. Na realidade, ela se dissolve com o antagonismo entre capital nacional e capital imperialista. Assim,

quando as condições de desenvolvimento interno não estão postas ou não são favoráveis em determinado período, as possibilidades que serão acionadas para tal desenvolvimento serão as necessidades de produção do capital internacional. Para Cardoso (1993), as ideias de desenvolvimento que antagonizam capital nacional e Estado com as empresas transnacionais ficam comprometidas nesta visão do desenvolvimento associado, visto que, com a nova articulação econômica entre “periferia-centro” de solidariedade econômica resultaria em crescimento do mercado interno pelo dinamismo das transnacionais com participação do Estado.

Seguindo esse pensamento, os autores apontam em seu desenvolvimento teórico e político a ideia de que determinados países da periferia do capital, principalmente aqueles que possuem suas forças produtivas em níveis mais avançados, seriam impulsionadas a partir da entrada do capital industrial financeiro, pois se elevaria a extração de mais-valia relativa pela intensificação da produção. Em um primeiro momento, geraria certo grau de desemprego quando o ciclo do capital estivesse em retração; porém, ocorreria um efeito contrário no ciclo expansivo: aconteceria maior absorção da força de trabalho disponível, assemelhando-se à dinâmica das economias centrais com coexistência dos fenômenos de riqueza e pobreza e absorção e expulsão do trabalho.

O modelo de desenvolvimento dependente-associado não seria algo que contemplaria a totalidade dos países periféricos, uma vez que há diferenças no nível de desenvolvimento das forças produtivas e econômicas. Portanto, esse modelo não seria um passo de desenvolvimento generalizável para todo o continente latino-americano. Diante do pensamento de Cardoso acerca do desenvolvimento dependente-associado, o que podemos afirmar na contemporaneidade e conforme se segue a seu governo na presidência da República é que não há incompatibilidade entre os pressupostos basilares da dependência-associada ao ideário neoliberal.

De forma geral, destacamos duas similitudes de estrutura entre o pensamento de desenvolvimento de Cardoso e os fundamentos neoliberais: 1) possibilidade de progresso econômico e social a partir do desenvolvimento do capitalismo na periferia; assim, ao passo que o capitalismo se desenvolve, encontra melhores estruturas para sua reprodução e amplia as relações comerciais, tornando-se mais dinâmico; esses fatores trariam o progresso desejável; 2) há tanto nos preceitos neoliberais quanto na teoria da dependência-associada a ideia de que o desenvolvimento periférico só seria

possível ao passo que as economias se abrissem ao capital estrangeiro; uma desregulamentação econômica ampla e uma livre circulação de capitais, principalmente o financeiro (HADLER, 2015).

Esses dois elementos que só são passíveis de associação entre si, tornam-se possíveis extrapolando as analogias abstratas para o campo da realidade dinâmica. Assim, o que permite o entendimento é a conjuntura histórica. Teixeira e Pinto (2012) afirmam que,

[...] no caso da afinidade entre a tese do dependente-associado e o neoliberalismo, a conjuntura histórica que a possibilitou foi, por um lado, o colapso do “socialismo real” o qual “desautorizou” as teses dependentistas vistas no socialismo como único caminho para a superação da dependência. Por outro lado, o propalado “esgotamento do modelo de substituição de importações”, enquanto um modelo que buscava a autonomia, ou seja, a consolidação de um parque industrial nacional [...] foi, por sua vez, fruto também de um esgotamento da crise fiscal do Estado desenvolvimentista [...]. (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 7)

No Brasil, esse esgotamento do modelo de substituição de importações representa um espaço estreito de confluência do pensamento dependente-associado e do diverso e mutante pensamento neoliberal que se ajusta conforme as forças econômicas e políticas em cada país. Nessa linha, o que se segue é que, para a visão do capitalismo dependente-associado, o Estado torna-se, com todo o seu processo histórico e de crises dos modelos de desenvolvimento, um instrumento ineficiente, preso ao bloco hegemônico que ocupa os aparelhos estatais com interesses corporativos. Portanto, seria uma força resistente ao progresso econômico advindo da abertura econômica e dos investimentos do capital transnacional.

Esse modelo de interpretação teórica do desenvolvimento histórico do Brasil deixou um vácuo no processo analítico, posto que não compreendeu pontos importantes do processo de desenvolvimento nacional como, por exemplo, a mudança dos rumos capitalistas pós-década de 1970, em que se muda o padrão de acumulação dos países centrais e, conseqüentemente, dos países dependentes. A crise nacional do sistema desenvolvimentista e as mudanças no processo de acumulação global fizeram com que as décadas de 1980 e 1990 fossem de consolidação e maior subordinação ao capital transnacional, dessa vez, em sua forma financeirizada que,

segundo Chesnais (2005), há uma especialização por parte das instituições financeiras e capitais privados na “acumulação pela via da finança”.

Essa direção que a teoria da dependência-associada acredita como modelo de desenvolvimento econômico e social com dinamismo pujante será a direção que FHC seguirá ao assumir a cadeira da Presidência da República, demonstrando, como mencionado, o alinhamento sem restrições às ideias neoliberais advindas em sua essência do consenso de Washington¹⁰ e adaptada em cada país segundo as dinâmicas internas. Desse movimento de atração entre neoliberalismo e teoria da dependência-associada, o que vale ressaltar é que, ao chegar ao posto da presidência nacional, FHC, no que denominou Chasnais (2005) de acumulação pela via das finanças, vai inserir a economia brasileira no novo cenário internacional de maneira forçada e duplamente subordinada, fato, este, que cria uma nova forma de se relacionar, de dependência. O resultado é um quadro social de terra arrasada, índices de desemprego elevados, miséria e pobreza em situação alarmante, mundo do trabalho em processo de desregulamentação e intensa precarização com política salarial deteriorada, altas taxas de juros como forma de manutenção do capital imperialista e, ao fim, um país que inúmeras crianças e adultos cresceram sob o jugo da subnutrição ou desnutrição crônica.

10 O Consenso de Washington é a denominação dada “ao conjunto de receitas de políticas e estratégias de desenvolvimento defendidas pelas instituições egressas de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e pelo governo dos Estados Unidos” (BARUCO, 2005, p. 2), a partir dos anos 90.

PARTE II – FINANCEIRIZAÇÃO E NEOLIBERALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS: NOVA FASE DA DEPENDÊNCIA?

Com a crise do capital da década de 1970 e o enfraquecimento do modelo de desenvolvimento fordista-keynesiano nos países centrais europeus, inicia-se um rearranjo da economia mundial com novas características próprias de um novo ciclo e distintas diametralmente da fase de desenvolvimento do capital e das forças produtivas do pós-guerra de 1945. Há, portanto, alterações nas economias imperialistas centrais em duas faces: a) no que diz respeito ao modelo e performance das economias; b) na sequência reiterada de crises financeiras, dadas as alterações no sistema monetário mundial com a quebra do sistema ouro como lastro global.

O capital no fim do século XX e início do século XXI passa a se reproduzir a partir de novas conformações e elementos que lhe conferem diferente dinamicidade e relevância em termos estruturais da acumulação. Há uma sofisticação e um adensamento da predominância de um modelo de acumulação de capital guiado e instrumentalizado pela esfera financeira. Em outros termos, a produção e a reprodução do capital ocorrem a partir das raias modeladoras do capital portador de juros e de sua característica independente: capital fictício.

Nessa linha, para Cepal (2019) a gênese da financeirização tem sua natureza histórica plantada nas alterações e transformações significativas nas economias imperialistas que conduziram a um novo padrão mundial com a troca:

1) do modelo regulado das finanças e do comércio como pilar da reconstrução econômica da Europa no pós-Segunda Guerra, que se deu na espiral crescente do movimento de internacionalização do capital e na deslocalização do centro para ocupação de novos mercados, seja dentro das próprias economias centrais, seja, principalmente, das periféricas na figura dos oligopólios estadunidenses. Esse modelo foi inaugurado na conferência e no acordo de Bretton Woods, em 1944, que estabeleceu, no cenário mundial, o cumprimento de um objetivo central: promover um padrão monetário consistente e sem variações que estivesse em harmonia com as transnacionais estadunidenses e frear uma nova recessão como a crise de 1929 – regime de câmbio fixo.

2) para uma forma e nível elevado de liberalização financeira e cambial. Essa migração ou substituição de modelo ocorre já no fim de 1960 e início da década de

1970, quando da explicitação da crise imperialista estadunidense. Os déficits econômicos externos acumularam-se crescentemente e impeliram o dólar norte-americano a manter seu poderio econômico-político na organização e ordenação dos processos comerciais e financeiros globalmente. Há, portanto, um enfraquecimento do imperialismo estadunidense diante das demais potências imperialistas, principalmente Alemanha e Japão. Com as pressões dos centros imperialistas sobre os Estados Unidos, principalmente pressões contrárias ao dólar na busca pela conversão da moeda americana em ouro, houve a negativa reação estadunidense aos ataques, impelindo a conversibilidade. Segue-se, como decorrência, a desvalorização em espiral descendente do dólar e a quebra dos acordos pronunciados anteriormente por um regime de taxas fixas do câmbio. Por conseguinte, com a quebra de acordo, o sistema de câmbio fixo é trocado pelo de câmbios flexíveis, traçando um encaminhamento do sistema capitalista mundial para um novo ciclo de grande instabilidade nas taxas de juros e de câmbio.

Com a crise deflagrada do Bretton Woods, por volta do início da década de 1970, colocou-se em xeque o comando regulador do sistema mundial e do seu papel de provisor da liquidez do capital global e da demanda efetiva. O grande capital renova-se constantemente para recuperação e superação da crise econômica em nível global, sobre os fundamentos e arcabouços da base da progressiva dominação das finanças e crescente padrão de liberalização das economias. Isso contribuiu para um processo de forte especulação financeira global.

Para tal, segundo Chesnais (2005), os processos de abertura das economias mundiais e a flexibilização dos câmbios ganharam força no início da década de 1980, no momento em que os operadores do mercado financeiro, os acionistas de grandes monopólios e os especuladores investiram esforços para dominar e/ou sujeitar o empresariado e os gestores das indústrias a criarem as condições e a firmarem, como prioridades internas, os interesses dos acionistas na valorização financeira de ativos.

Constituiu-se, portanto, um padrão monetário mundializado estruturalmente determinado pelas ações, títulos financeiros e especulação financeira de correntes da deliberada liberalização do capital em seu movimento imperialista na busca pela supervalorização do capital. É a lógica da maximização do valor dos portfólios financeiros e, conseqüentemente, da remuneração dos dividendos que, por sua vez,

está acima de qualquer outro objetivo, seja dos industriais, seja dos trabalhadores. A prioridade acionária constituía-se pela lógica dos ganhos rápidos e elevados.

A característica mais patente da financeirização mundial impõe-se sobre as economias pela inconstância dos mercados nacionais derivada do processo de volatilidade do capital. Isso posto, fica mais evidente que a facilidade de transação acionária, apoiada na evolução da ciência da computação, comunicação e informação, por fim, atuam de forma que esta vertente financeira do capital imperialista obriga as demais economias imperialistas com menor força e os países dependente-periféricos a adotarem um sistema de câmbio regulado ou estipulado pelo mercado financeiro.

Um ponto que merece destaque é a decadência das autoridades nacionais monetárias na regulação e na intermediação do capital financeiro. Nessa nova etapa, perderam-se ou diminuíram-se o poder e a envergadura de dominação das atividades e processos bancários que, também, perderam importância enquanto operador financeiro. As intervenções dos agentes reguladores monetários foram reduzidas, principalmente em países dependente-periféricos, quando as instituições bancárias reclamam os empréstimos de liquidez dos Bancos Centrais Nacionais (AMARAL, 2012).

Segundo Amaral (2012), o processo de mundialização financeira exige que analisemos três etapas diversas em separado de sua organização: 1) avanço indireto nas economias fechadas ao processo de internacionalização financeira, com ênfase nas décadas de 1960 e 1980: trata-se de um período histórico em que a massa da riqueza financeira se torna o principal procedimento de empréstimos bancários em um período em que as relações e inter-relações entre os mercados nacionais eram vigorosas ou acentuadas; 2) passagem para um mercado de finanças abertas e diretas, por meio da desregulamentação e da liberação financeira dos mercados nacionais, seja para entrada desse tipo de capital, seja para a facilidade de sua saída das economias; esse processo ganha maior densidade com o declínio da importância dos bancos enquanto agentes financeiros intermediários, já no fim da década de 1970 e meados de 1985; 3) indiscriminada difusão da especulação e anexação dos países de economia dependente-periférica na ciranda financeira – esta etapa ocorre entre 1986 e 1995.

Para Chesnais (2005), o sistema das finanças como dinâmica principal e norma geral não possui a finalidade de elevar a capacidade produtiva ou a produção, mas tem como principal fundamento a valorização do capital fictício, dos ativos: as transações nas bolsas de valores dão o tom e se impõem ao sistema produtivo. Com isso, o mercado de ações ganha poder suficiente para colocar na pauta do dia os interesses da burguesia imperialista financeira e determinar as decisões das empresas e grandes corporações. Da dominação empreendida nas decisões da produção, ocorre uma nova mudança que merece destaque: a deslocalização dos oligopólios internacionais e a fragmentação das cadeias produtivas, forçando uma nova divisão internacional do trabalho com destaque para a ascensão da economia chinesa.

Conforme salienta Cepal (2005), a fragmentação da cadeia produtiva não pode ser entendida como um novo elemento das estruturas internacionais de produção, mas como intrinsecamente ligada ao processo de financeirização do capital mundial. Logo, não se trata de um processo independente, visto que a pujança dos interesses acionistas se sobrepõe à produção para potencializar o valor acionário, o que conduz forçosamente a deslocalização das cadeias produtivas para territórios que permitam tal maximização.

Soma-se a essa soberania da maximização do valor das ações a acentuada competição internacional imperialista com organização de grandes grupos econômicos, cujo objetivo é a deslocalização da produção para países com melhores condições de produção e com economias mais liberalizadas com menor fiscalização dos fluxos de capital, mas que prioritariamente sejam territórios que possibilitem a introdução no mundo local do trabalho pela via das subcontratações. Ou seja, territórios onde se permita, sem maiores entraves, à exploração da força de trabalho local, muitas vezes revelada em força de trabalho qualificada, num mundo do trabalho regido pelos baixos salários na produção de bens e mercadorias que são realizados no exterior.

Autores como Belluzo (1997) e Chesnais (2016) são assertivos ao afirmar que o processo de fragmentação e deslocalização da produção como forma de maximização do capital financeiro possibilita aos industriais remunerar seus acionistas em detrimento do reinvestimento no sistema produtivo, na capacidade produtiva industrial. Expandem-se as cadeias mundiais do valor conjuntamente com as

transferências das terceirizações da produção com contratos de trabalho por tempo determinado e pagamento de baixos salários e, com o auxílio dos avanços de novas tecnologias e comunicação, aumentam a produtividade e a superexploração do trabalhador nas periferias.

Certamente não podemos desconsiderar a reciprocidade e/ou inter-relação que há entre o setor produtivo não financeiro e o setor financeiro. Necessitamos, nesse processo, visualizar as contradições concretas entre a especulação e a acumulação real, pois o capital financeiro se torna, de certa forma, disfuncional e, ao mesmo passo, funcional ao setor produtivo. Ele será funcional quando antecipa divisas ao capital produtivo para operar e circular de maneira a dar celeridade à sua rotação e torna-se disfuncional no mesmo instante que se nutre dos dividendos produzidos pela esfera da produção sem gerá-los verdadeiramente; coloca-se como probabilidade e/ou condição de acumulação de capital concorrente à esfera produtiva, exponenciando as crises (AMARAL, 2012).

Para Lapavitsas (2008, p. 34), a transformação estrutural e sistêmica das economias mundiais com a dominação das finanças em todas as esferas e setores do capital imperialista ou periférico significa dizer que há alterações nos caminhos que rumaram para a autonomia desse capital em relação aos outros capitais. Assim, a financeirização não é a dominação do capital bancário sobre o capital comercial e industrial. A financeirização vai além, supera essa interpretação, porque é a autonomia crescente e sólida do setor financeiro em relação aos demais. Tanto o capital industrial quanto o comercial são aptos e competentes para efetuar empréstimos nos mercados financeiros, em transações financeiras abertas. Trata-se de uma associação recíproca em cooperação oportunista do capital financeiro com o capital industrial e comercial, mas com maior predominância do setor financeiro em relação ao setor industrial, comercial e bancário.

Como traços principais da financeirização, Lapavitsas (2011) estabelece três preciosos e precisos elementos: a) os grandes conglomerados empresariais diminuíram sua submissão e/ou sujeição à tomada de empréstimos bancários, bem como alcançaram envergadura e habilidade nas finanças; b) dilatam-se e diversificam-se as funções de mediar nos mercados financeiros, a exemplo dos empréstimos para as famílias; e c) o conjunto das famílias progressivamente são envoltas e capturadas

no mundo das finanças, seja uma pequena parcela como possuidora de ativos minoritários, seja a grande parcela devedora da tomada de empréstimos.

De acordo com Chesnais (2005) e Duménil e Lévy (2003), estamos vivendo uma segunda fase de dominação das finanças:

- A primeira hegemonia inicia-se em meados do fim do século XIX e perdura até a crise de 1929, sendo interrompida *a posteriori* pelo pacto keynesiano: nesta etapa, o setor das finanças renuncia sua posição de peça ou engrenagem auxiliar das operações e serviços empresariais e do financiamento dos negócios e torna-se “a encarnação do capital enquanto propriedade, frente ao capital enquanto função” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 31); e

- Na segunda hegemonia das finanças, os fundamentos pensados pelos autores se mantêm, porém se deve acrescentar o fato de o capital financeiro inserir-se nos moldes do neoliberalismo, o qual provoca mudanças substanciais nas relações entre a propriedade capitalista e a repartição de renda.

Com o neoliberalismo servindo de marco para reprodução ampliada do capital em sua forma financeira, pontos importantes merecem ser mencionados, como: a ideia de território é subsumida, assim como a ideia de pátria, ou seja, o capital financeiro é internacional, mundializado, sem barreiras nacionais, com exacerbação da competição e hiperflexibilidade da liberalização financeira. Essa forma de reprodução do capital caracteriza-se como nova fase do imperialismo de dominar as economias dependente-periféricas e de competir entre os capitais centrais, tendo como pilar de sustentação as ideias neoliberais não apenas na condução econômica, mas também em seus aspectos políticos e ideológicos.

O neoliberalismo coloca-se como um projeto que tem como horizonte a reorganização do sistema capitalista internacional, ainda antes da crise de 1970 e com maior força e densidade nas décadas de 1980 e 1990. Além disso, coloca-se como um projeto que objetiva instituir e disseminar no chão social um projeto político-ideológico com potência para restabelecer a conjuntura favorável de acumulação e restaurar o poder econômico das elites. Nessa esteira de pensamento, Duménil e Lévy (2005) analisam o neoliberalismo enquanto um momento ou fase específica do desenvolvimento do capitalismo que possui traços imprecisos, porém importantes para seu entendimento, mesmo que ainda se trate de concreto de difícil definição.

Para os autores, há uma definição mais próxima da precisão pretendida a ser alcançada, tomando em conta o neoliberalismo e a neoliberalização: trata-se da reorganização das formas e a reafirmação do poder de classe, da classe dominante. Esse processo de reafirmação de um poder de classe ocorre de diferente maneira, forma e tempo histórico. O neoliberalismo, portanto, que se desenvolve nos Estados Unidos com o Consenso de Washington vai ser revestido e expresso com características particulares próprias, diferentemente do neoliberalismo inglês, alemão, francês e, principalmente, diferente da configuração neoliberal nos países dependente-periféricos.

O neoliberalismo não é contraditório em seu projeto econômico-político-social e ideológico. O que determinará suas características em cada país de forma mais pura ou não serão as dinâmicas do capitalismo nos territórios nacionais e a força da contradição entre a economia política do capital e a economia política do trabalho. Harvey (2012, p. 30) salienta muito bem que, para o exame do neoliberalismo enquanto teoria e pragmática prática-ação, é preciso compreender a sua inserção geográfica desigual, a maior ou menor absorção do ideário de forma mais ou menos assimétrica de Estado para Estado, considerando as particularidades do Estado em sua formação social que atesta um caráter mais ou menos elaborado para as “soluções” neoliberais, para as relações e forças políticas e as tradições e arranjos históricos que moldaram o Estado e suas instituições.

O neoliberalismo e a financeirização como elementos casados do processo de acumulação do capital correspondem, na contemporaneidade, a uma específica forma de poder, de liberdade do mercado, de subsunção real do Estado e de suas funções para gerenciar os compromissos do poder econômico detentor de ativos financeiros. O que se quer dizer é que o neoliberalismo se desenha e se estrutura na centralização de poder nas mãos da burguesia dominante em sua fração mais superior e das estruturas e instituições em que essa fração do poder econômico monopoliza seu poder de influência para garantir saltos cada vez maiores de concentração de riqueza.

Com a dominação das frações superiores do capital imperialista com influência direta e indireta sobre as instituições do Estado, a ideia de Estado Mínimo cai por terra, pois é fato que o Estado neoliberal é interventor, porém certamente se trata de uma outra forma de intervir na política econômica a fim de garantir os interesses do capital portador de juros em detrimento da economia política do trabalho. Portanto a

realidade posta de intervenção mínima ou não intervenção do Estado é a ideia-forma ideológica de mascarar a realidade e capturar a consciência da classe trabalhadora de que não há outra possibilidade senão o projeto neoliberal.

É verdadeiro dizer que o Estado, na fase neoliberal-financeira, jamais deixou ou deixará de ser um Estado interventor, uma vez que sua intervenção é imprescindível e imperiosa para garantir a recomposição da taxa média de lucro, assegurando os mecanismos de superexploração do trabalho na periferia ou no centro – mais-valia absoluta ou relativa em escala mundial. O capitalismo para sua produção e reprodução ampliada e garantia das altas taxas de lucros do sistema das finanças tem cada vez mais necessitado do Estado para garantir seu funcionamento e existência.

Outros elementos que se somam ao neoliberalismo e ao sistema das finanças são a reestruturação produtiva e a reorganização da força de trabalho incentivada pelas inovações tecnológicas da Terceira Revolução e, também, propulsionada na necessidade de deslocamento de capitais no mercado mundial. A reestruturação produtiva vem oferecer mais um aporte ou sustentáculo para o domínio do capital portador de juros sem excluir, como mencionado, a intervenção estatal, pois ela é necessária e indispensável e não dá folga aos Estados nacionais.

Todos estes processos do desenvolvimento do capital e de suas bases fundamentais acentuaram o domínio imperialista e estabeleceram uma nova hierarquização entre as economias, reconfigurando e acirrando a dependência da periferia-centro do capital a propósito da expansão do poder político e econômico, do rentismo operado pelos setores mais altos da burguesia mundial associado ao setor industrial. Assim,

[...] a globalização não seria nada mais do que a transformação do ambiente externo aos países induzida pelos Estados Unidos por meio da abertura das economias domésticas à entrada de produtos, empresas, fluxos e operadores financeiros dos países centrais, tornando-as cada vez mais dependentes de decisões e acontecimentos que se passam nos centros do sistema, em particular Washington e Nova York. (AMARAL, 2012, p. 102)

É certo apontar que o imperialismo contemporâneo está mais robusto e possui novos elementos de expansão nos territórios de dominação política, prática e ideológica, os quais têm se camuflado sob o ideário neoliberal e a agenda de ajuste

fiscal, flexibilização do câmbio, desregulamentação e abertura das economias ao capital financeiro sem regras e uma nova organização e divisão internacional do trabalho, uma nova divisão dos países como período colonial. Nesta nova fase, os Estados Unidos ganharam relevância e tomaram a frente no processo, tendo importância político-econômica com o dólar como dinheiro global das transações financeiras e mantendo, assim, seu *status* de potência econômica hegemônica.

De forma geral com a dominação das finanças sobre as transformações tecnológicas e produtivas, há dois pontos de consequências para a produção e reprodução do capital a longo prazo a serem analisadas: 1) maior centralização de capital, resultante das compras e/ou fusões dos grandes monopólios ordenados pela alta fração do capital financeiro; 2) subordinação das empresas produtivas pelas finanças, regando os interesses dos acionistas-proprietários interiorizados por meio de normativas jurídicas empresariais ou códigos de conduta do poder de mercado de capitais (CHESNAIS, 2005), em que a tendência das bolsas de valores se sobrepõe à produção e a qualquer outro processo industrial.

As finanças alcançaram poder sobre os demais setores: bancário e industrial, principalmente no processo de reestruturação produtiva e deslocalização dos setores da produção sobre os territórios interventores que incidiram negativamente para os trabalhadores e com êxito para o capital, pois os ímpetus rentistas dos acionistas-proprietários guiados pela norma de conduta do capital portador de juros fazem com que, no setor produtivo, acelera-se a retirada das taxas de mais-valia pelo aumento da produtividade, pela busca de força de trabalho barata (superexploração da força de trabalho garantida pelo Estado) e pouco protegida (ausência ou contrarreformas das leis de proteção ao trabalho) e pelas subcontratações na cadeia mundial de produção e de terceirização dentro das subcontratações nos territórios.

Esse movimento do capital pressionado pelo capital portador de juros que tem como objetivo primeiro a busca por superlucros atropela a classe trabalhadora com retirada de direitos, aumento da expropriação, maior retirada de mais-valia tanto relativa quanto absoluta, estagnação e/ou redução de salários, flexibilização dos contratos de trabalho e elevação dos níveis de desemprego, principalmente nas economias dependente-periféricas. Isso sucede pois “a exploração das diferenças de valor e de preços entre países não ocorre nas matérias-primas, mas no preço de compra da força de trabalho e nas taxas de rendimentos permitidas pela ausência de

regulação do trabalho” (CHESNAIS, 2005, p. 55) e da ausência da formação histórica de um verdadeiro Estado Social.

Os Estados de economias dependente-periféricas possuem papel fundamental na nova divisão internacional do trabalho nos moldes já mencionados por cumprir o código e os interesses dos proprietários-acionistas de elevação das taxas de juros, taxas de lucro prospectadas, desregulamentação das leis de proteção do trabalho, abertura econômica para ingresso de capitais dos investidores financeiros. As matrizes do centro industrial e financeiro possuem estratégias operantes nas filiais, a saber: amplificar e disseminar as redes de subcontratação, terceirização, trabalho *part-time* e intermitente como forma de garantir os superlucros aos acionistas-proprietários, o que somente é possível pela via do ataque à economia política do trabalho.

Nessa etapa do desenvolvimento do capital e das forças produtivas, há, para Salm (2005), uma incompatibilidade mundial entre a política econômica e a criação e expansão de postos de trabalho; porém, nos países dependentes que não experimentaram o pleno emprego e, tampouco um Estado Social, essa incompatibilidade é agravada. A situação nas economias dependentes que já possuem um quadro de desemprego e subemprego crônico tem suas proporções agravadas: as transformações tanto no mundo do trabalho quanto das oportunidades ocupacionais são deletérias, dada a impossibilidade da inversão do quadro crônico e de seu agravamento.

Nesse ponto em específico, a reestruturação produtiva com bases no toyotismo coloca novas bases ideológicas no mundo do trabalho diametralmente opostas ao fordismo-keynesianismo, em que o desemprego e a empregabilidade estão umbilicalmente associados à ausência de capacitação e qualificação dos trabalhadores, à exigência da polivalência com elevado grau de conhecimento tecnológico e às etapas produtivas em sua totalidade. Nos países periféricos, a desigualdade e os desajustes na qualificação profissional são condições estruturais do mundo do trabalho, do sistema de formação educacional, da consequência da ausência do Estado Social com políticas sociais que supram as necessidades humanas básicas, das políticas de arrocho salarial e dos planos de desenvolvimento econômico, os quais concentraram renda, aumentaram as desigualdades regionais, elevaram os níveis de pobreza relativa e absoluta, resultando em um alargamento das

franjas do lumpemproletariado, do desemprego crônico piorado com a falta de políticas de emprego e renda e do reforço da dependência ao capital central na retomada da primarização da economia e abertura deliberada ao capital financeiro imperialista.

Nessa metodologia de pensamento, é possível afirmar que a financeirização alterou a forma de produção e reprodução do capital mundial e do processo de acumulação, utilizando sobejamente a periferia para supervalorização ao instituir uma nova divisão internacional do trabalho e, portanto, uma nova característica e fase da dependência. Assim, a periferia é sugada para esse processo, ou para nova configuração da acumulação de capital, no primeiro instante com a crise da dívida externa do começo dos anos de 1980. A reiterada busca de capital internacional no período de desenvolvimento da industrialização e do ingresso de capitais buscando liquidez fez com que o endividamento externo alcançasse patamares extraordinários, principalmente e primeiramente com o choque do petróleo e, posteriormente, com o choque dos juros internacionais (AMARAL; CARCANHOLO, 2012).

A crise da dívida externa expressa a primeira alteração do eixo de acumulação nas economias dependentes. Com o fim do período desenvolvimentista, há uma fratura importante no processo de acumulação produtiva enquanto ganha corpo e forma uma nova dinâmica: o aumento do endividamento para cobrir dívidas passadas, ou seja, um círculo vicioso de empréstimos internacionais junto aos organismos multilaterais, gerando novas dívidas para pagar as antigas. É nessa porta de entrada aberta na periferia latino-americana que a marcha das finanças, do capital portador de juros, generaliza-se e desnuda sua ligação com a industrialização e desindustrialização dos últimos 50 anos. Com a dinâmica do endividamento vicioso, desdobra-se um padrão e/ou objetivos díspares daqueles implementados com o Estado desenvolvimentista, a exemplo do Brasil que retardou, em certa medida, a abertura do mercado e a condução neoliberal.

Os Estados nacionais foram perdendo a capacidade de regular e implementar seus planos de desenvolvimento econômico; logo, no decorrer do tempo e de maneira paulatina, foram se dissolvendo as funções estatais de determinar e regulamentar a demanda efetiva e a proteção do emprego e renda, de regar os fluxos de capitais externos e, principalmente, de proteger e estimular a indústria nacional da concorrência internacional. Este último ponto abordado da concorrência e da

impossibilidade de proteger a indústria nacional é um imperativo da abertura comercial e da economia que expõe a indústria local a um modelo de concorrência extremamente desigual em face da defesa da necessidade de estabilização monetária.

Salm (2005, p. 191) aponta para um processo de rendição forçada do desenvolvimentismo ao ideário macroeconômico de estabilização monetária e estabelecimento de metas para produção de superávit primário, o que fortaleceu os economistas ortodoxos com sua posição neoclássica. O cenário do meio da década de 1980 e início de 1990 na maioria dos países latino-americanos era de baixos crescimentos e incapacidade de gerar e recuperar investimentos e quantidade considerável de empregos. A política econômica desenvolvimentista de industrialização e criação de postos de trabalho (em sua estrutura precária e de baixos salários) não foi capaz de gerar emprego e renda; o novo modelo é incompatível com as dimensões de política econômica e de política de emprego como sinônimos de crescimento e equidade e, portanto, o que se tem é o conflito.

Nesse ponto, Cepal entende o processo em separado, em duas etapas: 1) “na medida em que a transformação produtiva contribua para o crescimento, inegavelmente facilitará a adoção de uma política distributiva”; e 2) “se o crescimento se faz mediante níveis ascendentes de produtividade, se facilitará ainda mais a política distributiva” (CEPAL, 1990, p. 81), porque nasceria a probabilidade de associar a ascensão dos salários com a evolução da produtividade. Esse pensamento toma o mercado como jurisdição responsável pela distribuição e estimula a equidade pensada em relação ao processo de realização da produção (venda) que, em tese, melhoraria pouco a pouco o consumo e aperfeiçoaria as condições para o aumento do investimento para crescimento.

Para Mandel (1982), essa colocação não encontra base de sustentação na nova etapa de reprodução do capital, uma vez que a mundialização em todos seus processos torna mais intensos os diferenciais de produtividade do trabalho e a integração das economias mundiais, pois é próprio da dinamicidade do progresso do capital e de sua reprodução. Desse modo, tomando em conta o quadro histórico estrutural de “dependência torna-se absolutamente impossível a América Latina se desenvolver, sejam quais forem as políticas governamentais adotadas” (DEL PINO, 2001, p. 72), pois a dinâmica global na qual estão inseridas não permitem

transformações profundas, tampouco ações e decisões autodeterminadas que orientem o desenvolvimento.

Na periferia do capital, implementa-se a partir da década de 1980 um novo padrão da organização produtiva reeditada pelas novas diretrizes, interesses e condições da nova divisão internacional do trabalho. Os signos das finanças, do neoliberalismo e da reestruturação produtiva remodelam e revitalizam a dependência e a condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos como variante reprodutiva organizada e conduzida por uma burguesia associada ao capital imperialista que está de costas para os desenvolvimentos nacionais e, principalmente, para as necessidades humanas básicas da massa trabalhadora.

Considerando o que pontuam Mandel (1982), Del Pino (2001) e Osório (2012), a realidade do capitalismo periférico e do subdesenvolvimento, no novo modelo de reprodução do capital guiado pelas finanças, não encontram reflexo na ideia de associação espontânea ou instantânea entre aumento da produtividade, crescente evolução salarial e crescimento econômico, porque há um descompasso que se apresenta de modo distinto: 1) a elevação da produtividade não pode ser encarada ou ser entendida em uma relação automática de expansão da produção e de sua capacidade de gerar emprego e absorver os trabalhadores expulsos; 2) a elevação da produtividade do trabalho não se converte em evolução crescente dos salários; contrariamente, há, na realidade, que a elevação da produtividade intensifica a questão social em suas múltiplas expressões, acentua a desigualdade; 3) na periferia, a industrialização e o progresso técnico realizado com a maquinaria obsoleta do centro imperialista reduziram a demanda de força de trabalho: a maquinaria poupadora de força de trabalho acelerou o desemprego, a expulsão dos trabalhadores menos qualificados do processo produtivo.

Nesse cenário, o novo modelo de produção guiado pelas finanças estabelece uma nova fase da dependência e a geração de emprego e distribuição de renda é apenas uma retórica articulada com o ideário neoliberal e da captura do imaginário social; o conhecido desemprego estrutural e a ausência de proteção social dos trabalhadores contribuem para a má formação de um Estado Social. Aliás, esse padrão das finanças aprofunda os efeitos no mundo do trabalho periférico causados pela maquinaria poupadora de força de trabalho. Há, portanto, o aumento da superexploração da força de trabalho ligada ao aumento do desemprego e

subemprego que as tecnologias implementadas produzem, isso desde o processo de industrialização com maquinaria poupadora de força de trabalho e, agora, com a deslocalização e fragmentação da produção com alta tecnologia computacional do período toyotista.

Houve facilitação da criação de um ambiente de aceitação e defesa da estabilidade monetária e dos ajustes fiscais pela exposição da indústria nacional à concorrência internacional desigual, pela desproteção dos trabalhadores e dos elevados níveis de desemprego e subemprego, abertura comercial, liberalização financeira e privatizações de empresas estatais estratégicas para o desenvolvimento dos países dependente-periféricos e seus mecanismos complementares, os quais se revelam em um conjunto de fatores legais e institucionais inoperantes no controle de capitais, permitindo um perene fluxo de investimento de capital imperialista para cobrir o fechamento das contas externas desreguladas pela dívida externa. Ou seja, há um todo estruturado e programado para garantir a entrada de capital imperialista para sua valorização e, ao mesmo tempo, o ideário neoliberal pressiona o Estado a adotar um regime de metas fiscais e metas inflacionárias que serão controladas a partir da política de juros elevados que é altamente viável na garantia de remuneração para o capital portador de juros em curto prazo, principalmente os capitais voadores.

Com o neoliberalismo materializando o Consenso de Washington, os países periféricos absorvem e implementam uma política monetária e fiscal como fator de busca pela estabilidade que é a engrenagem essencial do processo de financeirização das economias. Esse caminho eleva os ganhos dos rentistas e especuladores e, em passo contrário, a acumulação no setor produtivo perde sensibilidade ou estímulos à taxa de lucros, pois, partindo da premissa de que há recuperação dessa taxa, a acumulação do setor produtivo não está articulada ou segue junto com o crescimento, uma vez que sua preocupação central é a capacidade de valorização do setor financeiro. Em relação à austeridade fiscal como instrumento da financeirização, tem uma dupla função:

[...] se por um lado, a redução dos déficits do governo reduz a necessidade de incremento nos seus débitos, o que faz com que, portanto, caiam os pagamentos de juros rentistas, por outro lado, as reduções no déficit orçamentário reduzem a pressão sobre a inflação, o que pode contribuir para o incremento na taxa real de juros, e por conseguinte, para uma ampliação nos ganhos financeiros. Cumprem

com esse papel as políticas de manutenção de superávits primários por parte da grande maioria dos países latino-americanos nas últimas décadas. (AMARAL, 2012, p. 115)

Essas faces da financeirização neoliberal indicam as transformações das funções do Estado capitalista periférico, em que a imposição de uma dura política de austeridade, estabilidade monetária e ajuste fiscal com superávit primário positivo asfixia/contém os gastos públicos com políticas públicas e serviços sociais de proteção. Assim, diminuem-se a ação e a intervenção estatal em setores de sua responsabilidade por definição. Essa retração impõe perdas sociais aligeiradas e profundas, de forma que os direitos sociais e todas as políticas sociais passam a ocupar um lugar secundário, sejam funcionais ou assessórias aos interesses do capital imperialista financeiro.

Como mencionado, são os interesses e projetos de supervalorização dos ativos que movimentam a ideia de prioridade da cadeia produtiva e as intervenções do Estado no sentido de urgência garantidora da estrutura de acumulação estabelecida. Todas essas colocações aqui postas moldam o sentido e a forma relevante de entender o todo estruturado do processo de desregulamentação e abertura das economias para o capital portador de juros quase que naturalmente. Assim, a posição dos mecanismos associados ao capital financeiro foi conduzida para o controle e fez com que os países fossem simples guardiões da propriedade privada, criadores ou não de um aparato legal que deixe livremente os capitais circularem, permitindo uma fluidez do mercado; em última instância, o Estado continua como responsável pela garantia da segurança nacional, utilizando seu aparato repressor e jurídico.

Desse modo, compreendo, a partir do exposto, que a financeirização enquanto processo imperialista de nova fase desenvolve-se à medida que a acumulação de capital está garantida no poder predominante da

[...] conversão direta da forma monetária em mais valor sob a forma monetária ou financeira [...] a necessidade de conversão indireta através das alocações produtivas das poupanças das famílias e das empresas é reduzida pela detenção de ativos financeiros, por natureza, mais líquido e de menor risco. (BRUNO, 2006, p. 6).

De forma complementar, Gonçalves (2006, p. 27) discorre sobre o entendimento do capital financeiro como aquele que adquire saldos econômicos

essencialmente por meio das ações e práticas rentistas e de “valorização fictícia do capital produtivo”, tendo em mente que a atuação dos rentistas está estruturada no recebimento de altos juros, ao tempo em que a valorização fictícia descarta o desenvolvimento, dinâmica e processamento da produção e se dá pela via de títulos, derivativos e valorização das ações. Em síntese, o processo de acumulação contemporâneo tem como classe dirigente uma aristocracia financeira e grupos rentistas amparados no comando financeiro-monetário aliado aos seus interesses próprios.

Isso posto, verifico que, apesar de a hegemonia das finanças e do neoliberalismo se estabelecer como o padrão de reprodução do capital e do processo de acumulação global comandado pela aristocracia financeira imperialista e dos grupos financeiros na periferia, esse processo converte-se em grandes transformações e abre grandes abismos. Nas economias dependente-periféricas, o comando é externo, operado por grupos rentistas, que fragilizam essas economias e aprofundam os impactos internos de crises financeiras importadas do centro, consolidando ideologicamente nesses países uma cultura política da crise, uma vez que o crescimento econômico é pequeno. Portanto, tal situação de crise só pode ser sanada com estabilização monetária, ajuste fiscal, superávit primário e redução das estruturas do Estado e de suas funções para atuação do mercado. Ou seja, as economias dependente-periféricas tornaram-se plataformas de valorização financeira e de implementação do ideário neoliberal como um sistema de regulações político-sociais e econômicas.

CAPÍTULO 2 – CONTRARREFORMAS DO ESTADO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA PRÁTICA HISTÓRICA E EM RÁPIDA EVOLUÇÃO

Neste capítulo tratarei do processo de financeirização da economia brasileira e das contrarreformas estatais e das políticas sociais, tendo como ponto de partida o governo Itamar Franco, sucessor de Collor de Melo, as quais se aprofundam com o Plano Real. Cabe pontuar que um dos responsáveis pela prévia ideação e implementação do Plano Real foi o então ministro da Fazenda Ciro Gomes, em uma gestão turbulenta, mas com grandes repercussões na abertura da economia e liberação das importações em detrimento da indústria nacional. Na sequência, apresentarei a economia política do governo FHC e seus impactos para o mundo do trabalho e para as políticas sociais e o aprofundamento da desigualdade social. Tratarei, ainda, da tragédia do neoliberalismo e da financeirização posta em prática no Brasil com o apoio incondicional e incontestado do bloco no poder (burguesia agrária, industrial e frações do capital financeiro) e o bloco econômico dominante (capital imperialista).

2.1 Governo Collor (1990-1992) e Governo Itamar Franco (1992-1994): a liberalização do mercado de câmbio e de capitais e a euforia dos banqueiros

Com o agravamento da crise da dívida externa da década de 1980 e a transição democrática nacional pelo alto, com vários acordos costurados pelas oligarquias regionais e pelo capital (nacional e internacional) apoiado pela grande mídia, o governo Collor de Melo dá início ao processo de desregulamentação financeira e de liberalização da economia nacional, fato que permitiu ao país se tornar um celeiro atrativo para entrada do capital financeiro especulativo. O Brasil, neste processo de mundialização das finanças e deslocalização da produção guiada pelos interesses e códigos dos acionistas-proprietários na corrida por superlucros, vai, de forma tardia, incorporar as diretrizes do Consenso de Washington para estabilização monetária e fiscal latino-americana e para o neoliberalismo.

Essa inserção tardia ao neoliberalismo pode ser entendida em seu aspecto ideológico e melhor amadurecida, tendo em vista que as bases da

desregulamentação, “liberalização do marco regulatório da economia brasileira, a comercial e a financeira foram anteriores” (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 733) a este amadurecimento da década de 1990 e da hegemonia do capital fictício a partir de 1995. A adesão acontece em um período de grande instabilidade macroeconômica, política e social, um país que recém reconquista seus princípios democráticos com uma Carta Maior que assegura importantes e imprescindíveis direitos para a classe trabalhadora. Porém, as primeiras e mais urgentes medidas adotadas por Collor no intuito de oferecer garantias ao capital financeiro aconteceram pela via dos sucessivos planos de estabilização coordenados pelo Fundo Monetário Internacional.

O governo de Collor, ao mesmo tempo em que dinamizava a agenda do capital de desregulamentação e abertura da economia nacional, promovia um discurso populista de acabar com privilégios: prometia aumento do salário-mínimo historicamente defasado e combate à pobreza; afirmava que harmonizaria o liberalismo econômico e a justiça social. A proposta de alinhar a redução de gastos públicos em amplos setores com redução do Estado para minimizar o déficit público e oferecer serviços e políticas sociais de qualidade com redução da pobreza e criação de empregos é uma falácia, discurso político-ideológico para captura de base social.

Além da captura do imaginário social para promover suas contrarreformas e desregulamentar a economia conforme as diretrizes do FMI e do BM, o governo foi marcado pelos privilégios concedidos à base de apoio político expressos na composição da reforma ministerial de 1992. A renovação transformou-se em volta ao passado; a falsa reforma da administração pública em andamento como prática histórica e de controle social ficou mais uma vez evidente com o tradicional fisiologismo no exercício do poder, desde o Império à “Nova República”.

Apesar do processo de construção de pontes com partidos do Congresso e das bancadas temáticas, os protestos e movimentos pelo impedimento de Collor de Mello foram crescendo: os meios de comunicação começaram a bombardear os noticiários de possíveis crimes de responsabilidade sua e de seu assessor direto, acusado de lavagem de dinheiro e de outros crimes. Com isso, o caçador tornou-se caça! Pelo desenvolvimento da história do país, os movimentos populares que pediam a queda do presidente não ocorreram apenas por esse fato, mas também pelo quadro econômico e social, visto que Collor falhou no controle da inflação que chegou a taxas ainda maiores do que no fim do período ditatorial: em 1989, era de 56,11%; já em

1990, de 67%, elevando-se a 85% em março do mesmo ano, refletindo um quadro de hiperinflação.

Os trabalhadores viram rapidamente os preços dos alimentos e as condições de vida serem erodidos, enquanto o mercado interno frágil e inconsistente derretia. Para se ter um exemplo palpável, é suficiente seguir as variações dos preços do leite, um produto nacional produzido em grande quantidade e com um histórico de estabilidade robusto no mercado. Exatamente essa estabilidade dos preços decorrente do peso das usinas sobre os pequenos produtores, ao mesmo tempo em que mantém o preço de varejo sem sobressaltos, submete os pequenos produtores a sucessivas perdas e prejuízos, agravando sua dependência em relação aos oligopólios de processamento. O salário-mínimo de 1959, se todo aplicado na compra de leite, permitiria a compra de cerca de 492 litros; se aplicado totalmente em 1989, 199 litros; e, em 1990, apenas 189 litros (VIEIRA, 2015). Ou seja, os trabalhadores viram seu poder de compra derreter em suas mãos e os salários serem desvalorizados a ponto de não garantir a reprodução física.

Nessa mesma linha, podemos verificar a deterioração do poder de compra dos trabalhadores quando criada a relação Salário-Mínimo/Gasto Mensal da Cesta Básica de Alimentos. Assim, nessa relação em 1955, o salário-mínimo, quando utilizado para adquirir a cesta, tinha potencial para comprar 1,54 cestas; em 1989, 1,48 cestas; em 1990, 1,11 cestas; e, em 1993, 1,16 cestas básicas, as quais continham os seguintes itens: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes, pão francês, café em pó, açúcar, óleo, manteiga e fruta. No início da década de 1990, a alta inflação e a degradação dos salários colocaram em equivalência a cesta básica de alimentos e o salário-mínimo, evidenciando o derretimento do poder de compra do salário-mínimo (DIEESE, 2021).

Os planos anti-inflacionários, no decorrer dos anos, não surtiram efeito, a não ser pontualmente em momentos específicos da expansão econômica nacional. O plano Collor, com seu pacote financeiro de confisco das poupanças, atingiu vertiginosamente o fluxo de capital interno, tocou diretamente na moeda e congelou parte dos recursos para financiar o Estado. Como efeito colateral, os salários foram controlados em um país que sempre viveu sob uma política de arrocho, em níveis de sobrevivência mínima, fazendo com que a renda destas famílias e a sua condição de vida fossem derruídas. Instalou-se, assim, uma insegurança social nos trabalhadores

assalariados e uma maior pauperização dos desocupados, alargando o exército industrial de reserva e as franjas do lumpesinato.

Das cadernetas de poupança confiscadas, aproximadamente 10% pertenciam a trabalhadores assalariados que, como forma de segurança financeira para contingências da vida, depositavam suas reservas monetárias: seja para a construção de uma casa (autoconstrução), seja para iniciar um pequeno negócio no seu bairro, para garantir tratamento médico decorrente da velhice ou, ainda, por condições outras dos riscos que é viver em um país onde não há políticas de proteção social que garantam as necessidades humanas básicas, ou seja, para manutenção básica da vida. Esses trabalhadores viram-se numa condição em que o salário-mínimo pago por seu trabalho despencou a níveis inimagináveis, pois, em abril de 1990, seu valor correspondia a aproximadamente 26% do valor de 1940 (VIEIRA, 2015).

Do outro lado, combustíveis, energia elétrica, alimentos da cesta básica e tarifas de serviços públicos variaram para cima de 32% a 83%, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas. A mazela do bloqueio de liquidez, na tentativa de barrar a elevação abrupta e incontrolável da inflação, teve como tentativa direta ou indireta a viabilização do ajuste fiscal exigido na negociação do Brasil com o FMI na obtenção de novos empréstimos. O plano Collor, para além do bloqueio de liquidez e início de ajuste fiscal, contemplava ajustes e reestruturações na política cambial e de renda e, principalmente, da reforma do Estado e da administração pública, alongando-se com a discussão de um Estado pesado e falido em suas finanças: estabelece-se, assim, uma política monetária extremamente restritiva.

Diante desse cenário, a busca pela moeda nacional torna-se instável: seja pela redução na procura, dado o confisco, seja pela ocorrência de uma caça acelerada para conter as perdas. O certo é que a especulação financeira pelo dólar tornou-se a base de segurança. Ocorre que a especulação da moeda nacional em relação ao dólar levou a uma enxurrada de moeda estrangeira na economia nacional, dolarizando-a com efeito colateral extraordinariamente desastroso. Com isso, ocorreu o inverso do proposto: uma hiperinflação. O capital financeiro aproveitou para operar no mercado de ativos e trabalhou nas flutuações da bolsa de valores, revelando um movimento que colidia com o momento da demanda por dólares. A dívida interna e externa aumentou com encurtamento do prazo, dada a rolagem diária dos títulos.

Primeiro ponto: *a monetarização não provocou redução inflacionária*; logo, o pressuposto de congelamento de preços e aquecimento do mercado de consumo com aumento da demanda não ocorreu. Segundo ponto: *a flexibilização dos preços e salários*, que já se torna na gênese um instrumento de contra tendência inviável, ignora a condição histórica da política de arrocho e do mercado de consumo nacional, ocasionando maior recessão. Terceiro ponto: recai sobre o conjunto da sociedade o *aumento da arrecadação pela via de impostos e tributos*. Portanto, o que ocorreu é uma tentativa frustrada de aplicação da política fiscal e monetária para frear a recessão econômica e a inflação que levou a um quadro econômico e social caótico. A inflação acumulada do ano de 1990 foi de 1.476,56% e, de 1991, de 480,2%, segundo o banco de dados da Folha de São Paulo¹¹. O fracasso da política heterodoxa de Collor que aliou congelamento de preços e salários, bloqueio de liquidez, aumento das taxas e impostos públicos e tentativa de redimensionar e reestruturar o Estado por meio da garantia de uma base fiscal em longo prazo (reforma administrativa e fiscal) não foi capaz de obter a tão esperada estabilidade e avanço econômico e do desenvolvimento das forças produtivas geradoras de emprego e renda.

Contudo não há um fracasso total dos planos econômicos I e II, visto que obteve certo êxito na abertura econômica e na inserção forçada do Brasil no mercado global. Na década de 1990, o país, com força de trabalho ociosa em níveis elevados, política de congelamento de salários e juros altos, atraiu ainda mais indústrias transnacionais para ocupar o parque industrial já dominado pelo capital internacional: há uma desindustrialização nacional para industrialização ainda mais transnacional. O Estado, sob o comando das políticas do FMI e do BM, atuou de modo a eliminar a concorrência interna e atuou, também, para quebrar bancos nacionais e indústrias estratégicas.

Aliado aos fatores supracitados, deve-se somar as isenções e vantagens fiscais, tributárias e econômicas, dando destaque para o Investimento Direto Externo suportado nos financiamentos estrangeiros que eram direcionados para a estrutura produtiva nacional. Assim, segundo o IPEA (2006), houve uma influência desta política nos interesses de investimento internacional no país, bem como na facilitação para novas fusões e aquisições, criando os grandes conglomerados monopólicos

11Banco de Dados Folha. Almanaque. <http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro90.htm>

existentes. Há, neste momento, uma euforia do capital bancário imperialista com a intensa desregulamentação e abertura do mercado de capitais brasileiro que se aprofundou sem precedentes em 1991. Os banqueiros internacionais não tiveram dúvidas em entrar no mercado nacional, chamado de emergente, mesmo com ciência do quadro de tensão e possível ruptura político-institucional e do cenário de caos social que havia se instalado no país (TAVARES, 2019).

A desindustrialização nacional estratégica neste período foi acelerada. Há um ponto importante a ser tocado na contrarreforma do Estado operada neste período: o Plano Nacional de Desestatização (PND) avançou significativamente nas privatizações das empresas estatais. Com os preceitos neoliberais de Estado Mínimo, a necessidade de ajuste fiscal e o enxugamento da dívida pública, o governo de Collor, por meio do PND, repassou para a iniciativa privada cerca de dezessete empresas do Estado por meio de leilões públicos, gerando um caixa de 3,4 bilhões de dólares.

Faz-se nota de que esses valores angariados nos leilões permitiram o pagamento “com títulos da dívida pública e outros papéis, sem valor no mercado por serem velhos, até mesmo do começo do século XX” (VIEIRA, 2015, p. 490). Acrescenta Giambiagi (et al., 2011, p. 137) que, para além deste “dinheiro podre”, foi aceito como forma de pagamento das privatizações os cruzados bloqueados. O projeto PND do período de 1990 a 1994 (Governo Collor e Itamar Franco) avançou na área de siderurgia, petroquímica e fertilizante, privatizando 33 empresas desses setores: “o total de receitas obtido foi de US\$ 8,6 bilhões, com transferência para o setor privado de US\$ 3,3 bilhões em dívidas” (Ibid, p. 490).

Não foi possível controlar o câmbio desregulado e a dolarização da economia nacional, tendo em vista as tentativas de contrarreforma do Estado e da política monetária e fiscal no segundo momento em que já se havia provocado retorno da inflação, estagnação do consumo pelo congelamento do salário e o desrespeito pelos empresários em congelar preços e alta taxa de juros. O apoio da burguesia e da mídia durou pouco tempo, mas o tempo necessário para que se criasse um ambiente nacional favorável às privatizações, ajuste fiscal e política monetária, em que as altas taxas de juros beneficiavam a especulação e o grande capital financeiro que já estava instalado no país. O capital financeiro, por meio do Fundo de Aplicações Financeiras (FAF), obteve um rendimento médio acumulado em 1991 de aproximadamente 146%; as taxas de juros, nesse período de março a outubro, ficaram num acumulado de

1.097% e as taxas de juros do *overnight* ficaram acima das taxas mensais da inflação (BURLE, 1992).

Enquanto os rendimentos no mercado financeiro afagavam a burguesia nacional e internacional, a inflação corroía os salários congelados dos trabalhadores e elevava os preços das mercadorias essenciais à reprodução da classe trabalhadora: no acumulado do mesmo período, atingiu 160,2% (BURLE, 1992). Apesar dos esforços do governo em garantir os interesses do capital, a ineficiência em controlar a inflação e a volatilidade da política monetária aplicada que provocava instabilidade e desequilíbrios nas taxas médias de lucratividade das aplicações financeiras do empresariado tornaram o clima com os investidores áspero e pouco aceitável.

Os fatores de oscilações e os escândalos de corrupção acabaram com qualquer outro Plano Collor vindouro, pois a credibilidade em franca queda não permitia qualquer movimento de ação e de reversão da crise político-econômica instalada. O processo de impedimento instaurado forçou uma saída “honrosa” de Collor: a renúncia. Assume, então, Itamar Franco (PFL), político experiente e ligado às oligarquias nacionais que deram condições para a continuidade dos planos de reformas já iniciados.

Itamar Franco buscou um governo de ampla coalizão; seguiu um governo de ambiguidades, discursos populistas e da modernidade prometida. Ponderava que era preciso modernizar sem empobrecer a classe média, o que pontua bem sua conciliação e apoio político. Com amplo apoio das oligarquias e da classe média, foram lançadas as bases para a estabilização econômica e o combate à inflação. Para tanto, foi convocado o governador do Ceará, Ciro Gomes (PSDB), para chefiar o Ministério da Economia com amplo apoio do PFL e das bases oligárquicas nacionais. Junto a outros ministros, como o Senador FHC (PSDB), Ministro do Planejamento, coordena o plano de estabilização. É neste contexto pós-Collor que nasce o Plano Real.

A ideia principal para a estabilização do Plano Real alinhava-se às orientações neoliberais: era preciso ajustar as contas públicas por meio de um ajuste fiscal rigoroso e garantir a estabilidade e segurança para investimentos internos, mas principalmente do capital imperialista.

O Plano Real foi dividido em 3 fases, segundo Castro (2011):

1. *Ajuste Fiscal* – foi acompanhado da desvinculação de receitas como forma de dar maior maleabilidade aos gastos do Estado, o que permitia congelar, reajustar e descumprir algumas exigências constitucionais;
2. *Desindexação* – o planejamento do Real, neste ponto, entendeu que era preciso zerar a memória inflacionária. Sem isso não se acabaria com as taxas exorbitantes, então adotou-se a opção de uma quase moeda, moeda de transição URV, descartando o congelamento de preços (CASTRO, 2011), o que levaria à redução dos preços num período curto de tempo. A estratégia desta fase estava ancorada na “redução do reajuste de preços” para depois desindexar. A premissa norteadora desse pensamento está ligada à ideia de que seria mais fácil atacar a hiperinflação do que por meio de planos e ações duradouras eliminar a alta inflação que estava estruturalmente enraizada nos modelos de desenvolvimento;
3. *Âncora Nominal* – esta terceira fase foi composta por um conjunto de medidas sobrepostas, como alterações institucionais no Conselho Monetário para viabilizar ou dar largos passos em direção da autonomia do Banco Central brasileiro. Houve definição de limite máximo de reserva de base monetária a cada três meses e imposição de base de oferta monetária interna em reserva cambial com paridade de 1 dólar por 1 real (CASTRO, 2011).

Essas medidas tomadas pela equipe econômica ficaram sob suspeitas por sua grande indefinição e o histórico dos insucessos. Contudo, o que justificava o medo da burguesia e do empresariado nacional e internacional era o retorno das pressões inflacionárias. O setor da agroindústria temia a diminuição das exportações com um câmbio valorizado demais que levaria a um fracasso nas exportações e perda de competitividade no mercado internacional (pois o Brasil desempenha, ainda após a reorganização da divisão internacional do trabalho, uma condição exportadora de matéria-prima e de bens pouco transformados em indústrias de baixa tecnologia), o que pioraria em decorrência do aumento dos salários médios dos trabalhadores, dada a equiparação cambial real-dólar.

Ainda que, teoricamente, o Plano Real fosse totalmente amarrado, a realidade periférica exige que a dependência ao centro não seja apenas uma variável a ser analisada, mas uma condição econômica estrutural e estruturante de toda cadeia econômica do país. Portanto, o Plano Real permitiu que duas variáveis de suas fases fossem abertas e não se comportassem como o previsto nas amarrações teóricas: a

política de altos juros e a importância do déficit fiscal para financiar o capital. Com a estabilização da moeda e sua breve equiparação ao dólar, a taxa de juros já elevada ficou em média na casa dos 21%, em termos reais levando em conta como deflator o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) (GIAMBIAGI, 1997); assim, os juros voláteis e em alto patamar consolidaram-se como um porto seguro de remuneração do capital financeiro.

Em relação aos déficits públicos que também se tornam política de remuneração do capital pelos pagamentos dos juros da dívida e dos títulos podres adquiridos, há uma redução quando da estabilização e expansão do ciclo econômico gerado pela nova moeda (política fiscal e cambial). Contudo, a prometida redução permanente começa a se deteriorar logo em seguida, pois a dependência tem sua particularidade de importar crises externas e, com a crise do capital da década de 1990, a fase expansiva proporcionada foi logo abatida pela fase de depressão, uma nova onda de crise do capital mundial.

Nessas condições, as taxas de juros elevadas tornaram-se mais preponderantes no controle dos preços do que o câmbio, pois o inovador do Plano Real no combate à inflação não tocou no que historicamente é marca determinante: a política de altos juros. Logo, o oposto do experienciado no centro capitalista, nas periferias do capital, os juros não se converteram no controle dos preços, visto que, em todos os planos econômicos e determinado pela condição de dependência, utilizaram os juros como arma contra inflação e, a partir do plano Real, muda-se a lógica política macroeconômica da principal âncora (CASTRO, 2011).

O câmbio valorizado e as altas taxas de juros remunerando o capital portador de juros aliado à onda recessiva internacional fizeram com que a economia nacional traçasse uma trajetória que foi do êxito ao menor crescimento histórico, com déficits na balança comercial cada vez mais latentes. Soma-se a esse fato a expansão da dívida externa e interna que fez com que o grande trunfo e glória do combate à inflação tivesse a custos bem maiores, principalmente custos sociais.

Por fim, Itamar Franco dá sequência ao governo de abertura do mercado e da economia brasileira. Não aconteceram alterações significativas para a vida dos trabalhadores, pois o governo permaneceu com uma política de ajuste fiscal nas políticas sociais e controle dos salários. A classe dominante, com a política adotada, passou a importar mais; os industriais estrangeiros, com a abertura, passaram a

investir na reposição de bens de capital, já que a tarifa média de importação, conforme aponta o Banco Central, passou de 32,2% para 14,2%. Desse modo, os bens de capital na composição de importações passaram de 3.963 bilhões de dólares em 1990 para 7.585 bilhões de dólares (elevação de 91,4%).

As importações de carros de luxo tiveram elevação expressiva no período: passaram da quantia de 31 milhões de dólares para 1.435 bilhões de 1990 a 1994, o que mostra o aumento expressivo das importações dos bens de luxo e a remuneração da burguesia brasileira. Por outro lado, o rendimento médio em real no mesmo período variou negativamente, conforme apontam os dados de Sondagem Industrial da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE): em 1990, o rendimento médio real era de 120; em 1991, 99,7; em 1992, 91,8; em 1993, 100,4; e em 1994, 106,7. Esse período foi marcado pelo baixo índice de rendimento com oscilações negativas e pouca elevação. Ademais, se comparadas às taxas de inflação, podem não ter sido recompostas, uma vez que a política salarial permanecia inalterada nos planos anteriores.

Mais que rapidamente, com a abertura escancarada do mercado interno, a elevação das importações multiplicou inúmeras vezes em volume, variedade e valor. As exportações acompanharam com menor vigor, porém também aumentaram. Mercadorias que não se pensava em importar passaram a ser trazidas, por exemplo: batatas fritas, roupas, leite e seus derivados, como queijos e manteiga, eletroeletrônicos e eletrodomésticos; esses produtos, dos mais simples aos mais complexos, inundaram as prateleiras dos supermercados e lojas. Essa desenfreada importação deu um choque na indústria nacional brasileira, pois maioritariamente esses artigos e mercadorias eram produzidos pela indústria nacional e, agora, grande parte é proveniente das indústrias asiáticas, em que o valor da força de trabalho é menor do que a brasileira (SINGER, 1999). Parcela da população brasileira supria seu fetiche da mercadoria e mostrava na sociabilidade do consumo sua ascensão e prestígio.

Em decorrência dessa enxurrada de importações de produtos de países asiáticos a concorrência com os produtos nacionais tornou-se um problema, principalmente para os pequenos e médios produtores de produtos semimanufaturados. Devido à abertura e à concorrência de preços, os empresários brasileiros viram-se pressionados, para não dizer obrigados, a reduzir o preço dos seus produtos e, em muitos casos, a diminuir o número de trabalhadores e da

qualidade dos produtos de maneira acentuada; há, então, uma redução da margem de lucros, acarretando uma depreciação ainda maior dos salários.

Quando se alcança a estabilização dos preços e a queda da inflação pela queda dos preços desses produtos, a realidade brasileira se torna ainda mais perversa com os trabalhadores. O Plano Real, ao não alterar a política salarial de arrocho e desvalorização dos salários, acentuou a precariedade do trabalho ao passo que, ao forçar o rebaixamento dos preços de alimentos puxados em sua maioria “pelo preço de produtos transacionais” (SINGER, 1999), fez com que o valor médio dos salários também fosse rebaixado, uma vez que, com o barateamento dos produtos de cesta básica de reprodução, permitiu que houvesse uma baixa no valor da força de trabalho, ou seja, este foi um dos mecanismos da superexploração da força de trabalho.

O fluxo de capitais manteve-se intenso em todo o período de ajuste fiscal para o desenvolvimento do plano Real; aliás, o ajuste é a premissa essencial desse processo de estabilização. O fluxo de capitais externos em direção aos países periféricos tem como causa ou motivação a conjuntura do final dos anos de 1980 e a recessão global no início dos anos de 1990, atraídos pela lucratividade dos juros altos e pela alta liquidez. Para Singer (1999), “o segredo do sucesso do Plano Real estava no rápido aumento da entrada de capitais externos no país, refletindo no saldo da balança de capitais: 10,1 bilhões de dólares em 1993, 14,3 bilhões em 1994 e 30,7 bilhões em 1995.” (SINGER, 1999, p. 32).

Apesar desse efeito de valorização monetária e queda da inflação, permitindo maior potencial de importação e dolarização da economia, o cenário interno no ano de 1994 para o proletariado foi desastroso, pois, ainda que se verificasse queda nos preços de vários produtos, como artigos de reparo e conservação (2,15%), utensílios diversos (3,54%) e roupas e tecidos (1,43%), há um movimento contrário de elevação no preço dos aluguéis (44,25%) e serviços de saúde (19,71%). O resultado dessa conjuntura econômica foi a elevação em 8,577% do IPCA entre agosto e dezembro de 1994 (SINGER, 1999, p, 31).

Neste cenário é certo que a valorização extremada do câmbio brasileiro foi fator decisivo para a queda do preço dos produtos industriais, principalmente por baratear sobremaneira os produtos importados, o que provocou um descompasso na balança comercial entre exportações e importações com déficits crescentes. Isso, *a priori*, ampliou em curto espaço de tempo o déficit na balança de serviços sobrecarregada

pelo contexto de progressivas e crescentes remessas de capital ao exterior, por pagamentos de juros e rendimentos, além da não tributação do capital financeiro-especulativo.

Sobre a ampliação dos déficits na balança de mercadorias que foram sanados por meio da tomada de empréstimos nos organismos multilaterais e investimento externo direto, o governo de Itamar Franco, representado pela equipe da Fazenda, não se posicionou dando uma explicação plausível. O que poderiam dizer naquele momento é que o país deveria elevar o déficit em conta-corrente para que fosse possível enxugar o enorme volume de capital internacional entrando no Brasil (SINGER, 1999). Em outras palavras, o governo admitia que a condição do país era a obrigatoriedade de gastar sobremaneira para responder às demandas e requisições do capital bancário e dos fundos de investimentos internacionais, um incentivo para os investidores injetarem capital no país. O desenvolvimento econômico-nacional, desse modo, foi dominado pelo capital internacional e não de forma estatal independente.

Este projeto demarca o giro operado pela grande burguesia e seus associados a partir da promulgação da Carta de 1988 e do novo contexto internacional posto pela reestruturação do capitalismo: tratava-se de implementar uma orientação política macroscópica que, sem ferir grosseiramente os aspectos formais de democracia representativa, assegurasse ao Exercício Federal a margem de ação necessária para promover uma integração mais vigorosa ao sistema econômico mundializado – *integração conforme às exigências do grande capital e, portanto, sumamente subalterna*. (NETTO, 1997, p. 79)

O rearranjo da burguesia dominante, após a redemocratização, teve que ser retomado de novo no período do governo Itamar Franco, pois o dispositivo constitucional inserido na Constituinte previa que o Congresso Nacional convocasse um Congresso Revisor cinco anos após a promulgação da CF de 1988, portanto em 6 de outubro de 1993. O presidente em exercício, velho conhecido das oligarquias, exerceu um papel importante nesse encaminhamento das garantias do capital ao operar o grande jogo de negociações políticas e de conversa com a base parlamentar para obter êxito no processo revisional.

Instaurou-se, proforma, uma Câmara Revisional com data fixada em que o quórum de parlamentares não foi obtido. Estabeleceu-se uma disputa interna entre

deputados e senadores contrários à Revisão e aqueles a favor da Revisão Constitucional e iniciou-se de imediato a concorrência por cargos nos espaços de decisão e votação, bem como dentro do próprio grupo predominante no processo. O certo é que, “após cinco anos, a Constituição de 1988 só parcialmente se achava em vigor, porque de seus 350 artigos a exigir legislação complementar, pouco mais de 100 estavam regulamentados [...]. Revisava-se uma Constituição Inacabada” (VIEIRA, 2015, p. 531).

Os pontos fundamentais do artigo 5º que estabelece os direitos e garantias fundamentais individuais muito pouco havia sido concretizado, principalmente os pontos que onerariam o capital e a burguesia, como o imposto incidente sobre grandes fortunas, a participação do empregado nos lucros das empresas, a regulamentação da tributação dos investimentos estrangeiros e das remessas de lucros, a limitação de 12% de juros reais ao ano, a tipificação de crimes de tortura, de crimes hediondos e de tráfico, o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres e perigosas, dentre outros pontos de interesse do povo. Muito pouco se havia avançado nas legislações complementares, tampouco tinham sido regulamentados os dispositivos sociais para garantia de ampla proteção ao trabalhador e os dispositivos econômicos para tributação da burguesia e do capital com o objetivo de financiamento de políticas públicas, como previsto na CF de 1988.

O fim do governo de Itamar Franco foi marcado pela disputa eleitoral antecipada: as forças políticas se organizaram em torno de um candidato que tinha apoio popular e bom trânsito no Congresso para continuar a promover as “reformas” no aparelho do Estado. Contudo, o então presidente tentou frear seus aliados de primeira ordem, evitando que entrassem no jogo político eleitoral, uma vez que o pleito ainda seria meses à frente. Porém, a então ampla coalizão de partidos de Itamar se dissolveu e os partidos começaram a lançar pré-candidatos. Os discursos de campanha começaram muito mais cedo, momento em que o grande capital e a mídia já vislumbravam o sucessor: FHC (PSDB), chamado de pai do Plano Real e do combate à inflação! Ciro é jogado às margens.

Marx (2012), em seu livro publicado originalmente em 1850, denominado *A luta de classes na França*, em seu movimento dialético desenvolve e aprofunda melhor as teorias de Estado e das revoluções e estabelece o entendimento de que a classe trabalhadora, enquanto classe fundamental da revolução, não efetuará sua tarefa na

república burguesa, pois se trata de uma impossibilidade objetiva. Ao trazer esse entendimento histórico e que, aparentemente, torna-se distante no espaço-tempo, notamos que, na realidade, é contemporâneo: permite-nos entender a trajetória histórica da burguesia e do capital brasileiro, principalmente quando o autor observa a democracia vulgar e bancocracia. Marx (2012) afirma:

Todas as revoluções desembocaram no afastamento de determinado domínio classista por outro; porém, todas as classes dominantes até aqui construíram pequenas minorias diante a massa dominada da população. Assim, uma minoria dominante foi derrubada e outra minoria tomou o leme do Estado e remodelou as instituições deste de acordo com os seus interesses. [...] em cada caso, do grupo minoritário que foi capacitado e chamado pelo estado do desenvolvimento econômico para exercer o domínio [...] (MARX, 2012, p. 14)

No Brasil, há um patrimonialismo arraigado nas estruturas que coordenam a sociedade, que se transforma e se reinventa a cada período histórico e se mostra como particularidade política e de dominação, consolidando-se na democracia burguesa como estrutura dominante e decisiva em todas as etapas históricas de desenvolvimento nacional. Frisa-se que, como apontado por Florestan Fernandes (1972), as revoluções foram sempre pelo alto, de forma lenta, gradual e com discurso de distensão, dificultando a organização operária e, principalmente, ainda que houvesse movimentos operários em luta, utilizando de sua potência, mas sem permitir que obtivessem ganhos profundos; logo, sem mudanças radicais.

A minoria dominante nacional aliada ao capital internacional financeirizado escolhe os atores de cada tempo para coordenar as “reformas” necessárias para o capital. Assim, Collor foi um ator e/ou, como bem determina Ricardo Antunes, uma “expressão (bem-sucedida) de um improviso necessário” para garantir o pleno desenvolvimento do capital frente aos riscos que a candidatura do Lula (modelo 1989) apresentava aos desejos e anseios do empresariado (nacional e internacional), principalmente aos acordos firmados pelo país com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Dessa vez, nas eleições de 1994, foi chamado a conduzir o lema do Estado e executar o domínio do desenvolvimento econômico o ex-ministro da Fazenda, FHC. Por meio da estratégia de criar um cenário de falência do Estado (como Mota (1995) detalha como cultura da crise) e de incapacidade de geri-lo para garantir os serviços

essenciais à população, esses assuntos são muito divulgados na grande mídia televisiva e escrita. Avolumou-se uma quantidade de críticas ao tamanho do Estado (o mesmo elefante da campanha de Collor de Mello), com defesa das privatizações como forma de modernização do Estado e dinamicidade da economia, ou seja, era necessário alguém que pudesse dar continuidade e melhorar o processo de abertura econômica iniciado nos anos de 1990.

Para tal continuidade, Itamar Franco (PFL) lança como seu sucessor FHC, ex-Ministro da Fazenda, que logrou êxito nas eleições e foi vendido pela mídia e pela burguesia como o homem mais preparado, o intelectual e o príncipe sociólogo. O representante ideal da burguesia brasileira com popularidade para aprofundar a abertura da economia nacional e implementar irrestritamente as orientações neoliberais e do capital financeiro.

2.1.1 A economia política do governo FHC: da teoria da dependência-associada ao paraíso financeiro – bloco no poder, dependência e contrarreformas

Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo chamado pai do Real, vence as eleições de 1994 no primeiro turno. Cabe pontuar que, nesse pleito, o candidato Lula da Silva não foi igualmente satanizado como em 1989: “não era o comedor de criancinhas comunista”, nem era mais o invasor de casas e apartamentos que aterrorizava a classe média. Contra Lula da Silva foi empreitado um processo persistente, contínuo e forte de desqualificação política, tanto dele quanto do Partido dos Trabalhadores (PT). Os discursos traziam uma cultura classista que beirava o estamento: um analfabeto e operário concorria com um professor culto, poliglota, de família tradicional, ou seja, o candidato mais bem preparado e capaz de governar o país.

Mesmo com seu projeto de reformas profundas “inspiradas” nas orientações e programas das agências internacionais do capital e da aproximação ideológica e de subserviência aos Estados Unidos, FHC foi eleito e, junto a ele, uma base que daria sustentação ligada às velhas oligarquias e ao setor bancário: foram eleitos deputados e senadores “no velho estilo clientelista e fisiológico”.

No primeiro ano de mandato, FHC não mediu esforços para promover as reformas estruturais prometidas e a reforma da CF. 1988. Assim que assumiu, criou a

Secretaria de Administração Federal, mais tarde transformada em Secretaria de Administração Federal e Reforma do Estado que, em seguida, ganhou *status* de Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) com a direção de Bresser-Pereira. O projeto de dominação do capital aprofunda suas raízes sob a condução dos organismos internacionais de financiamento.

Como forma de convencimento social da necessidade das reformas, o governo defendia a necessidade de retomada da reorganização e reforma da gestão pública, difundia o discurso que um Estado burocrático impedia as “boas práticas de governança” e travava os processos fazendo com que levassem muito tempo até sua execução o que, conseqüentemente, atrapalhava que o Estado entregasse melhores serviços num tempo mais curto e a economia ficasse mais forte e dinâmica.

Para o discurso governamental em busca da captura das consciências e subjetividades, o importante, neste momento, era romper com as velhas práticas e avançar em direção ao novo, ao verdadeiramente moderno: a gestão gerencial, que se ocupa em controlar os resultados dos serviços e ações entregues à população; modelo que visa ao interesse público em detrimento do privado, separa-se da burocracia dominada pelos interesses de um pequeno grupo dominante. Uma falácia, um modelo orientado pelos organismos multilaterais e aplicado na economia dependente-periférica brasileira pelo poder político que reúne as oligarquias rurais e os industriais aliados ao poder econômico internacional que comanda os investimentos produtivos da especulação financeira e, são os maiores beneficiários dos pagamentos dos juros da dívida pública e das desonerações.

Segundo o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, a proposta rumo à reforma pública gerencial torna-se uma resposta contundente aos desvios da função do Estado e ao seu agigantamento. Desse modo, trata-se de um ato importante para o desenvolvimento tecnológico e para a inserção da economia mundial globalizada, “constitui um avanço e até um certo ponto um rompimento com a administração burocrática” (PDRE, 1995, p. 16). Para além, os autores do plano apontam que esse modelo gerencial da administração pública deve compor e empenhar-se para as seguintes estratégias: 1) definir precisamente os objetivos da administração pública; 2) garantir autonomia do gestor para atingir os objetivos em sua unidade; 3) controlar, *a posteriori*, os resultados alcançados - soma-se a essas estratégias: 4) competição administrativa interestatal. Para essas estratégias ocorrerem, é preciso um maior grau

de descentralização e de redução dos níveis de hierarquia no plano das estruturas organizacionais. Neste modelo estratégico, desloca-se a ênfase dos meios (procedimentos) para os fins (resultados).

O ponto a ser tocado nesta reforma é o quanto haverá nas organizações e estruturas estatais, a participação e/ou associação dos agentes privados. Desse modo, mantém-se e reforça-se a ideia do público fragilizado e ineficiente, justificando a operação privada dentro das obrigações públicas de proteção social ou da necessidade do Estado operar em áreas estratégicas.

Na realidade, porém, para além de abrir nichos de atuação ao mercado de capitais, mantendo uma dupla porta público-privada, o que se pretende é terceirizar os serviços, privatizar as empresas estatais e bancos públicos e mercantilizar a vida, tendo o mercado como o responsável por todos os serviços. Nessa perspectiva, o Estado atua de forma fragmentada, pontual e com políticas sociais focalizadas para responder àqueles serviços que o mercado não é capaz de oferecer e socorrer os miseráveis para que não morram.

O Ministério da Reforma do Estado foi o responsável em capturar o imaginário social da população em geral, que, historicamente, é alijada de maiores conhecimentos e de informação. Aliás, temos uma sociedade formada para o não exercício da autonomia crítica, o que a torna fácil de ser conduzida. Coube, ainda, ao Ministério convencer a classe política sobre a importância e a urgência em pautar em definitivo um verdadeiro e amplo plano de reforma do Estado e da gestão pública. Sob o comando de Bresser-Pereira, o Ministério, utilizando-se de um diagnóstico e de um estudo das estruturas estatais e das contas públicas, formulou um documento denominado “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” contendo as premissas mais fundamentais e básicas.

Para informar a sociedade civil e, assim, chegar ao seu convencimento, foram implantados espaços concretos de diálogo permanente e discussão a fim de consolidar os caminhos com apoio da sociedade. Contudo, isso não aconteceu, pois, esses espaços já eram natimortos; a ampla discussão e o debate ocorreram apenas dentro do Congresso Nacional.

Não há surpresa neste *modus operandi*, afinal a não consolidação de espaços de discussão e proposição é intencional e estratégica. As frações da burguesia brasileira no poder e os representantes do poder econômico imperialista no país agem

de acordo com os interesses de classe e do capital; logo, estiveram empenhados em impedir as manifestações populares para que não levassem à discussão política seus temas e aprovassem de forma célere o projeto original sem emendas. Essa estratégia ocorre para garantir a reprodução ampliada do capital e dos lucros, dividendos e participações da burguesia brasileira associada-subalterna ao capital imperialista. A não inclusão da sociedade nos espaços de debate reduz ao máximo possível toda e qualquer movimentação da classe trabalhadora em defesa dos direitos conquistados historicamente.

Segundo o documento formulado por Bresser-Pereira e equipe, é preciso que o mercado e o Estado compartilhem do mesmo grau de responsabilidade, de importância na coordenação da política econômica, na qual o Estado teria a função de coordenar a economia e transferir para o mercado amplos setores de atuação do Estado, conforme o julgamento da sociedade. Portanto, segundo esse “compartilhamento”, em uma possível crise, ela estaria ou no Estado, ou no mercado, eximindo o capital e seu modo de produção e reprodução que de tempos em tempos colapsam. Há, no meu entendimento, um equívoco analítico em relação ao Estado, uma vez que se sustentam que o Estado moderno é anterior ao capital, ao contrário, o Estado funda-se pela necessidade do capital e pela constituição do mercado. Era necessária a garantia da propriedade privada, a legitimação da exploração e expropriação de uma classe sobre a outra. Para tanto, a existência de um ente que paira sobre toda suspeita e influências mediará os conflitos.

I) Para os formuladores, é preciso clareza das responsabilidades de cada ente, entender que o processo de compartilhamento e complementariedade entre mercado e Estado são fundamentais e essenciais para que o sistema econômico se fortaleça e se consolide no regime democrático (burguês). É preciso pontuar que esta combinação entre capital e Estado brasileiro como entes independentes não é historicamente aceitável, visto que a formação do Estado-Nação e as dominações estruturais sempre se deram pelas oligarquias agrária e industrial nacional e internacional. O empresariado privado não se desvincula ou se separa da ocupação dos postos de administração pública. Procura-se aplicar um gerencialismo-patrimonialista.

II) O Estado brasileiro encontra-se numa grave crise fiscal piorada nos anos de 1970 e, principalmente, 1980 com o fim do milagre econômico e a explosão

da dívida pública interna e externa. Segundo Bresser-Pereira, a crise fiscal brasileira não tem relação com a ausência crônica de demanda como apontava a teoria keynesiana, tampouco se relaciona ou pode ser vinculada à aceleração do desenvolvimento técnico-científico que, em um determinado momento, causaria desemprego momentâneo, mas seriam todos recuperados com o desenvolvimento das forças produtivas e econômicas. Bresser-Pereira associa a suposta falência do Estado à crise fiscal, pela perda de crédito público e pela dificuldade ou incapacidade de gerar poupança. Decorreria desses dois fatores a imobilização completa do Estado (BRESSER-PEREIRA, 1997).

Seguir nessa linha requer um afastamento das condições estruturais da formação econômica e social brasileira. Exclui-se o capital como gerador das crises e converte-a em crise do Estado em incapacidade de gerar poupança; logo, justifica-se a entrada do capital imperialista financeiro que não vai para o setor produtivo, mas adquire títulos da dívida como forma de financiamento. As privatizações tornam-se essenciais para gerar poupança e melhorar os serviços prestados – o que na verdade é a entrega dos bens e empresas públicas altamente rentáveis aos investimentos estatais para o capital. Aliás, a demanda reprimida brasileira é um fator preponderante na análise, não podendo ser desconsiderada, e essa demanda retrai-se de forma rápida. Ao passo que a política salarial não se altera, os desempregados, os subempregados e os empregados precarizados reproduzem-se pelo subconsumo a patamares mínimos de sobrevivência. E o lumpesinato reproduz-se na indigência humana.

Como mencionado, as crises econômicas da periferia-dependente são importadas do centro e provocam danos superiores àqueles que ocorrem na sua origem. Portanto, toda crise é provocada pelo processo de produção e reprodução ampliada do capital e por sua busca por superlucros. Entretanto, uma das justificativas presentes para a contrarreforma do Estado é oposta: em sua raiz está o agente causador das crises econômicas nacionais que é o próprio Estado. São crises provocadas originalmente por suas estruturas e ação interventora. Qual o ponto de ataque? O Estado tomou proporções indevidas, cresceu demasiadamente e tomou para si funções pertencentes ao livre mercado; portanto, o Plano de Reforma, para além de delimitar o tamanho e o seu alcance, redefiniu o seu papel e lugar nas relações econômicas para uma postura gerencialista do tipo empresarial. Assim,

procurou revisar o conceito de Estado e criar um modelo de relação entre Estado e sociedade.

Refundar a relação entre Estado e sociedade e redefinir o conceito de Estado tem sua essência no caminhar em direção a uma profunda desregulamentação que pudesse garantir ferramentas e recursos ao mercado para controlar a economia, na qual o Estado se comportaria como promotor da competição e não protetor-interventor. Assim como no Brasil, muitos outros países sul-americanos contaram com financiamento do BM, BID e FMI para operar essas contrarreformas do Estado e melhorar os mecanismos de reprodução em larga escala do capital em seus territórios. Esses planos fortalecem os poderes do bloco econômico e das burguesias dominantes, permitindo a elas operarem livremente sem grandes pressões.

Quando uma minoria dominante é dominada, outra imediatamente assume a direção investida para atuar em prol das necessidades do poder econômico. Bresser-Pereira (1997), com este argumento de expansão do Estado, vai apontar que esse fato decorreu da captura do Estado para responder aos interesses privados de um grupo, o que levou a uma crise estrutural do Estado Liberal. As causas variam desde a ineficiência de gestão e administração da máquina até o esgarçamento fiscal no atendimento de demandas proletárias para além de sua capacidade – instala-se uma grave crise fiscal com urgência de ser combatida. Como modelo econômico-social de desenvolvimento, propõe-se um novo modelo de Estado para o século XXI, que, em vez de ser protecionista da economia nacional, possa ser agente de estímulo para que ela seja internacionalmente competitiva.

Ora, tomando em conta na análise que o Estado se constrói historicamente como estrutura organizadora da unidade das frações e das lutas burguesas, ele atua de forma a impedir fraturas ou fissuras entre as frações de classe e contribui para manutenção da hegemonia política do bloco no poder. Nesse processo, firma laços com o poder econômico e faz com que a realidade, por ser capturável pelas consciências, seja passível de transformações pela cultura e ideologia, porque as consciências são primeiramente apossadas por um conjunto de formulações, dimensões e categorias burguesas.

Temos que a realidade objetiva possa ser lida por consciências capturadas pelo pensamento dominante burguês, pela ciência burguesa, ainda que não sejam falsas, são ressignificadas a partir de uma polissemia que não perturbe a sociabilidade do

capital e mantenha as forças dominantes como classe natural do poder ocupando o Estado. Como poder político hegemônico de posse das estruturas do Estado, implementa as diretrizes econômicas e mantém seu projeto de classe como universal a partir de consciências capturadas por sua ciência e, assim, leem o mundo.

Nesse sentido, Bresser-Pereira afirma que o “novo” modelo do Estado não será o Social-Burocrático como também não será o Estado Neoliberal, mas um Estado Social-Liberal. Há uma divergência que não se pode compatibilizar ou se solucionar entre o projeto de contrarreforma e o discurso apresentado, visto que, diferentemente do discurso de melhorar a gestão para assegurar melhores políticas sociais (para busca de apoio popular das massas despossuídas), o projeto de contrarreforma não tem essencialmente intenção e conteúdo que assegurasse ou protegesse os direitos sociais, porque busca um esvaziamento dos investimentos e políticas sociais focalizadas em nichos populacionais. O conteúdo que foi implementado não foi compatível com o discurso,

O desenvolvimento econômico em período de capital financeiro-neoliberal não é compatível com avanços de direitos sociais, tampouco não é verdade que nestes tempos o Estado, tomado pelo bloco político no poder representante das frações burguesas e submisso ao poder econômico imperialista, porá freios ao mercado ou utilizará de instrumentos de controle de mercado, porque o Estado é o promotor da competição e o garantidor da abertura ao capital imperialista.

A burguesia brasileira associada e submissa como bloco no poder e que compõe frações do poder econômico não se afasta das estruturas estatais para operar no mercado; portanto, como associada ao capital imperialista, utiliza-se do Estado e impõe um conjunto de privatizações, terceirizações e publicizações, as quais dizem respeito à transferência de responsabilidade da prestação dos serviços sociais, às ações de proteção social e da área científica do Estado para as organizações do terceiro setor ou para o denominado setor público não estatal.

O processo de privatizações no governo FHC pode ser associado a três pilares exaustivamente propalados pelo governo e pela imprensa burguesa como forma de criar as condições político-sociais, em que há uma crise e sua gênese está na ineficácia do Estado enquanto administrador e prestador de serviços à sociedade. A cultura da crise é diariamente alimentada até a criação de um consenso nacional de que de fato ela existe, portanto é preciso combatê-la. A política de privatizações estava

pautada no seguinte tripé argumentativo: 1) gerar receitas para redução da dívida pública para queda nas despesas correntes com juros; 2) atrair o capital externo para elevar a poupança e os investimentos no setor produtivo a longo prazo; e 3) provocar uma retomada com choque de investimento na infraestrutura: setor elétrico, de transportes e telecomunicações.

A condução neoliberal foi aliada aos programas de estabilização ancorada fortemente na entrada de capitais internacionais como fonte de financiamento para redução dos déficits de transações correntes. Segundo Tavares (1995), a solução encontrada pela equipe econômica para corrigir o erro da abertura comercial demasiada e da política cambial foi privatizar e operar reformas com emendas constitucionais, aprofundando o projeto neoliberal. Todos os conjuntos de propostas de privatizações, desestatizações e reformas (do Estado e das políticas sociais) mostram, sem dúvidas, que a direção a ser seguida é a do projeto neoliberal, mesmo que aos trancos e a partir de imposições de decretos.

As economias dependente-periféricas como vendáveis a distância são ideais para que o capital financeiro busque sua valorização e busque se valorizar. A partir da apropriação das riquezas naturais, o capital encontra nas privatizações brasileiras o terreno ideal, fértil para sua reprodução. Logo, operou-se a privatização das telecomunicações, Vale do Rio Doce e de grande parte do subsolo como as reservas de petróleo. É uma entrega para que o capital financeiro-especulativo se assente. Segundo Tavares (1995), são aproximadamente 30 trilhões de dólares de capital financeiro que estão pairando pelas economias procurando pouso.

A ofensiva neoliberal por meio do programa de privatizações e a atração de capital externo têm como frente de atuação a entrega, ao capital financeiro, do controle do petróleo, da mineração, das telecomunicações, da geração de energia e dos fundos de pensão estatal. Essa entrega objetiva remunerar o capital financeiro com altas taxas de juros para que não se evadissem e criassem uma crise cambial e piorasse o quadro nacional que, na metade do primeiro ano de governo de FHC, era de tendência recessiva. As privatizações, principalmente dos fundos de pensão estatais, que compõem o fundo de poupança interna, ocorrem na tentativa de esterilizar esta poupança pública para corrigir o erro e sustentar a política cambial do Plano Real e repassar ao capital especulativo garantias de liquidez.

O governo FHC esterilizou os fundos de poupança para cobrir um déficit aproximado de 18 bilhões de dólares de juros líquidos que financiavam a especulação financeira no país (TAVARES, 1995). Esse movimento não é por acaso, é estratégia: o déficit do tesouro é consequência de uma política macroeconômica *per si* adotada a fim de remunerar o capital internacional e mantê-lo no país, não no sistema produtivo, mas financeiro. Justifica-se pela ausência de poupança a entrada deste capital no país.

A fim de implantar a todo custo o “projeto do futuro” aliado ao capital monopolista-oligárquico e transnacional com as contrarreformas, o governo empreendeu um processo de desmonte do Estado nacional iniciado com sua retirada do setor estratégico e essencial para o desenvolvimento econômico interno com reflexos no desenvolvimento regional, que é o setor de infraestrutura. Os economistas do governo reclamaram aos argumentos da necessidade de atrair investimentos para impulsionar as obras necessárias, uma vez que a capacidade de investimento do país estava esgotada. Assim, os ataques direcionaram-se ao setor de infraestrutura e as privatizações tornaram-se a linha mestra de condução do plano de governo de FHC.

Dentre as sucessivas contrarreformas do Estado no período de 1990 a 1998, o país assistiu aos maiores ataques e desmontes das estruturas e base econômica do setor estratégico, como, por exemplo, a quebra de exclusividade da Petrobras na exploração de petróleo e gás natural, a matriz energética e a exploração de minérios. Como apontado por Tavares (1995), o neoliberalismo da social democracia, por meio do que Mota (1995) denomina de cultura da crise, transformou, pelos artifícios mentirosos e ideológicos desse modelo de relações sociais-econômicas a Companhia Vale do Rio Doce em empresa estatal deficitária e de baixa eficiência. Dessa forma, nas vias de atrair capital, seu leilão foi justificado e os recursos que entraram com a venda foram inversamente proporcionais ao seu valor real.

Ao contrário do que se pregava aos quatro ventos do território brasileiro, a Companhia Vale do Rio Doce, naquele momento histórico com grande capacidade de atrair investimentos internos e externos e de firmar parcerias estratégicas com as grandes indústrias internacionais para se manter em alto patamar de competitividade e inovação na exploração mineral, concorria em excelência no mercado internacional oligopolizado.

O projeto da equipe econômica liberalizante, sob a sombra de Washington, com a onda privatizante, nada debateu com o conjunto da sociedade a venda do Sistema Telebrás. Assim, o projeto de entrega ao capital estrangeiro das telecomunicações passou despercebido e livre de discussões profundas, tampouco a oposição no Parlamento conseguiu enfrentar de forma sólida e fundamentada toda essa enxurrada de pacotes neoliberais vendidos como Social-Liberal por Bresser-Pereiro, que tardiamente tenta fazer *mea culpa*.

As ações e medidas de liberalização econômica, comercial, da flexibilização do mercado de trabalho, contrarreformas das políticas sociais e do Estado, a agenda de privatizações, enfim, todas as ações e medidas foram empreendidas com grande rapidez pelo governo de FHC. Num período de menos de cinco anos, o desmonte do Estado, a precarização das relações de trabalho, o setor produtivo interno e o consumo estavam como terra arrasada (TAVARES, 2019).

Aproveitaram-se das experiências desastrosas dos outros países sul-americanos que implementaram as orientações de Washington, já a partir da década de 1970, como o caso chileno e, posteriormente, do México, Argentina, Venezuela, Peru e Equador. Como apontado por Soares (2000), o Brasil é o último país da América Latina a dar início à agenda neoliberal na década de 1990, o que não significa que suas estruturas viessem se fortalecendo e ganhando corpo. No momento oportuno, com as bases sólidas, o Brasil ataca de forma rápida e consolida-se como modelo de desenvolvimento incontestável.

A partir do Plano Real e no primeiro governo de FHC, aprofundaram-se drasticamente os preceitos do Consenso de Washington, os quais conseguiram acelerar radicalmente a abertura econômica, os planos de estabilização da moeda e dos índices inflacionários, implementar as políticas sociais focalizadas e/ou direcionadas à pobreza absoluta por corte de renda (seletividade em detrimento da universalidade), ampliar as privatizações e desnacionalizações (esta última dos bancos públicos estaduais e federais) e fortalecer os pactos das reformas neoliberais (TAVARES, 2019).

O Estado brasileiro, sob a condução de FHC e sua corrida em implementar as medidas neoliberais em marcha recorde, resultou em déficits crescentes na balança comercial, crise fiscal e desemprego estrutural que levaram a um custo social imenso. As promessas de redução do déficit fiscal, a atração de investimentos e a redução da

dívida pública não ocorreram; ao contrário, houve um progressivo endividamento com empréstimos tomados juntos ao FMI e elevação das taxas de juros, remunerando os grandes conglomerados internacionais financeiro-especulativos. Além disso, houve a desnacionalização dos bancos estatais e do setor de infraestrutura junto à desnacionalização dos parques industriais e de atividades-chave agrícolas, o que ocorreu sob as rédeas do patrimonialismo e do rentismo.

A desnacionalização e a intervenção nos bancos estaduais foram uma marca do primeiro período do governo, visto que as deficiências do plano Real em se ancorar num câmbio flutuante causaram baixa inflação, juros elevados e mudança de tratamento para com o capital financeiro internacional. A alteração da CF de 1988 por emenda votada no parlamento, objetivando uma rápida e elevada abertura do mercado, levou a uma crise bancária nacional. Esse fenômeno não apenas ocorreu no Brasil, mas também em toda América Latina e Ásia. Com as imposições neoliberais de abertura e garantias ao capital financeiro, os bancos nacionais foram levados a enxugar de maneira muito rápida os volumes gigantes de dólares considerados investimentos externos.

Decorre desse movimento um choque de capital na demanda interna associada ao crescente déficit na contracorrente, a valorização da taxa de câmbio e uma bolha especulativa que se torna prestes a estourar. Resumindo: há uma crise bancária nacional expondo as fragilidades do sistema brasileiro.

Diante desse fato, o governo atua para: 1) beneficiar um grupo ou conglomerado no setor bancário, deixando o mercado com menos instituições concorrentes; 2) favorecer, portanto, a entrada de bancos internacionais no mercado brasileiro; 3) privatizar grande parte, se não a totalidade, dos bancos estaduais, como o caso emblemático do Banco Estadual da Bahia, em negociações com os governadores dos Estados e, para tal, foi necessário 4) criar o Programa de Estímulos à Reconstrução e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) e conceder uma linha especial de assistência financeira para possibilitar o processo de reorganização societária no sistema bancário brasileiro (GIAMBIAGI, 2011).

O processo de recuperação e venda dos bancos estatais, a exemplo do Banco Estadual da Bahia e posteriormente do Banespa e do Banerj, aconteceu de maneira solitária por parte do Ministério da Fazenda e do Presidente. Isso acelerou a onda de internacionalização do sistema bancário público e privado. Para sustentar essa

internacionalização do sistema financeiro nacional, o governo apoia-se nos argumentos de que, com a entrada do capital bancário-financeiro externo, seria possível alcançar melhores índices de qualidade da prestação dos serviços e redução dos custos tarifários e de crédito.

Soma-se ao discurso uma maior concorrência bancária – o que não aconteceu; por sinal, houve uma diminuição em conglomerados – e uma atualização tecnológica do sistema bancário nacional defasado. Com a crise bancária nos estados, o governo central inclui a justificativa de privatizações ao prejuízo gerado pelos Estados, o que levou a grandes déficits com necessidade de ajuste fiscal para sanear as contas estaduais e melhorar a sua saúde financeira.

O modelo de redução do tamanho do Estado para torná-lo eficiente com administração gerencialista tornou-se uma grande falácia, pois não alterou e/ou possibilitou a expansão das forças produtivas nacionais, não criou uma rede de articulação regional do setor produtivo, potencializou as desigualdades regionais, elevou a massa de desempregados, precarizou os salários e estagnou ou piorou as condições de consumo e subconsumo das famílias, não regulou os fluxos de capitais e comprometeu a balança de pagamentos “com remessas de lucros, sem melhorar a inserção nacional do país. Não implicou, portanto, nenhum dinamismo, seja ‘para dentro’, seja ‘para fora’” (TAVARES, 2019, p. 302).

O não projeto de desenvolvimento nacional da burguesia brasileira deve-se ao processo histórico de financeirização da acumulação que se inicia por volta das décadas de 1960, ganhando expressão na década de 1970 no capitalismo central. Esse processo chega aos países dependentes que deixam de ser vistos como plataformas de investimento produtivo para se tornarem, no novo modelo de desenvolvimento do capital, como poderosas engrenagens de valorização financeira, uma nova e acentuada face da dependência. Os países subdesenvolvidos são renomeados para economias emergentes ou mercados emergentes.

As medidas liberalizantes do governo FHC na abertura da economia e na privatização bancária nacional em consonância rigorosa às condicionalidades do Banco Mundial e do FMI, de políticas ortodoxas, neoliberal da hegemonia do capital estadunidense entregaram a fração bancário-financeira nacional nas mãos do capital internacional. Assim, os bancos, fundos de pensão, corretoras, seguradoras, entre

outras atividades da fração do capital bancário passaram a ser controladas a partir dos grandes centros econômicos e tecnologicamente desenvolvidos.

A hegemonia do capital bancário-financeiro internacional instala-se definitivamente no centro do Estado brasileiro e assume a hegemonia do bloco no poder com grande influência. Ela é exercida direta ou indiretamente com sociedades ou associação ao capital especulativo, com a grande imprensa nacional e, por meio dela, é possível espriar para o conjunto da sociedade a ideologia neoliberal de uma política de austeridade e ortodoxa economicamente, como forma de crescimento econômico e justiça social.

///) As medidas neoliberais de combate à crise do capital no Brasil caminharam para a concretização de um projeto de ajuste fiscal permanente aliado à desestatizações e privatizações em setores estratégicos, com o objetivo de estimular o desenvolvimento nacional para que o governo de FHC pudesse operar a liberalização pretendida por Washington, evocando seus discursos e, no Programa de Reforma do Aparelho do Estado, aumento da governança e melhora da governabilidade. A grande mídia nacional, escrita ou televisiva, operou no sentido de criar um falso ambiente de crise do Estado e capturar o imaginário coletivo para o apoio às contrarreformas.

Em outros termos, entende-se que se buscou estabelecer o bom convívio das elites e costurar as alianças para fortalecer o pacto de governabilidade. As crises do capital causam rupturas periódicas no processo de acumulação e concentração da renda, como nos pactos de compromisso entre as oligarquias regionais e os setores produtivos industriais e financeiros. O conflito entre as oligarquias nacionais e regionais representadas no Congresso Nacional num período de crise busca satisfazer suas necessidades de reprodução e acumulação, obtendo vantagens e pactos de compromisso com o governo central, principalmente quando o tema principal é a distribuição do fundo público.

Nas economias dependente-periféricas que não fizeram uma revolução burguesa nos moldes clássicos ou que se deu pelo alto, nos termos de Florestan Fernandes, o domínio do poder das elites possui tanto sua natureza quanto dimensão de poder como fator condicionado historicamente com sua presença ou de suas hierarquias familiares nas estruturas do alto escalão estatal, em grandes empresas do complexo agroindustrial e nas organizações militares de alta patente. O poder é

estamental na periferia e é herdado. Destarte, pontuo que o poder da elite brasileira está na sua posição de mando, de senhor do lugar, que não seja do homem comum, do lugar da estrutura social que ele ocupa, dentro ou fora do Estado.

Ainda que as frações de classe dentro da burguesia tenham seus projetos e interesses pessoais quando estão no bloco do poder operando o Estado ou fora dele, há a união em torno de uma pauta, um interesse particular e geral; logo, não se tem uma hierarquia entre as frações da burguesia como bloco no poder. A unicidade está na convergência da defesa da propriedade privada dos meios de produção e a garantia de permanência da força de trabalho como mercadoria especial. Certamente, o interesse geral não invalida ou neutraliza os interesses dessas frações diante da economia política e das diretrizes macroeconômicas e sociais do Estado.

A governança e a governabilidade pretendida por FHC são a pacificação e a união dos setores/frações do capital regional em torno de um projeto maior, o qual, historicamente, está presente na gênese e no desenvolvimento da burguesia nacional com ares cosmopolita: valorização do capital particular em associação-submissão ao capital internacional. É importante ressaltar que as crises econômicas mundiais, em sua maioria com gênese no centro e transferidas à periferia, produzem, operam momentaneamente rupturas no processo de acumulação e, periodicamente, no “pacto de governabilidade das elites”, fato que não altera as relações primordiais de dominação e opressão da classe trabalhadora (TAVARES, 2011).

O pacto de governabilidade entre o governo central e os grupos regionais (dos partidos) teve como premissa fundamental frente à crise cambial e bancária barrar ou suavizar a fuga do capital internacional e cumprir as condicionalidades do FMI. Assim, o grupo do poder econômico ligado ao capital financeiro nacional e internacional obteve maior poder de condução na política econômica empreitada por FHC. Esse pacto para governança e governabilidade do PSDB que se liga umbilicalmente ao PFL e ao PTB firma o bloco no poder como expressão da conformação histórica da relação entre as classes dominantes nacionais e internacionais e os desfechos do Estado dependente brasileiro.

Para Poulantzas (1977, p. 224-225), essas relações de poder entre as classes dominantes e seus desenlaces com o Estado possuem suas especificidades históricas como fenômeno particular da formação das sociedades capitalistas. Em suas formações, há, de um lado, a relação entre o “jogo” institucional como particular nas

estruturas estatais no capitalismo e, do outro, a conformação própria das relações entre as frações das classes dominantes. O jogo institucional pode ser entendido como o funcionamento da unidade política de exercício do poder estatal, e as relações entre as classes dominantes no âmbito estatal operam na unidade política própria revestida pelo que se denomina bloco no poder.

A governabilidade das elites é a forma modelo da organização estatal e resultado da forma-configuração estabelecida pelas frações dominantes para manter sua unidade. Consagra-se, portanto, um conceito que substitui a ideia de bloco no poder. Esta unidade ganha um lugar próprio, emprega-lhe as expressões “coalizão” e “união”, mas sobretudo “fusão”. De certo modo, quando de uma análise rápida e com ausências de elementos históricos da formação social brasileira e da formação da burguesia brasileira, sua ausência de projeto de desenvolvimento e sua vinculação umbilical e quase orgânica à burguesia internacional torna muito exemplificável a persistente associação-submissão à burguesia portuguesa, mesmo sendo o Brasil Imperial economicamente superior com condições de reprodução do capital já instaladas.

Essas relações da burguesia brasileira impedem, por vezes, ou impossibilitam que a análise conceitual de bloco no poder possa evidenciar a coexistência e convivência harmônica das frações político-dominantes. Com isso, apenas se reflete e se evidencia uma das várias frações como a “exclusivamente dominante” (POULANTZAS, 1977). Essa aparência fenomênica, na verdade, trata-se da união das frações do capital, ou seja, dos setores dominantes.

A luta de classes intraburguesas, segundo Florestan Fernandes, será sempre resolvida pela conciliação entre as frações da classe. À burguesia brasileira, sendo heterogênea e estando em permanente disputa, são inevitáveis os conflitos; logo, as disputas burguesas são sempre intensas, mas terminam por serem conciliadas e se unirem com a autodefesa para garantir que as classes trabalhadores não conseguem se mobilizar e se unir em grandes blocos com o objetivo de impor derrotas à economia política do capita. Assim, esses conflitos entre as unidades são acomodados.

No Brasil e em toda América Latina e Caribe, os governos submetidos às exigências de Washington têm um ponto em comum: a hegemonia do poder está sob o comando do capital financeiro. Com o aprofundamento das contrarreformas do Estado e das políticas sociais, ajuste fiscal permanente, o bloco no poder é designado

pela hegemonia política delimitando a cena e as formas como se dará o regime de relações político-partidárias no campo da ação para valorização do capital. A ideologia burguesa é a responsável pela construção do imaginário social nesse modelo de sociabilidade; é sua função, enquanto instrumento dominante, ocultar as reais contradições e reconstruir, no plano material e imaginário dos agentes coletivos, uma representação das relações reais moldadas num discurso relativa e aparentemente conciso e coerente que oriente o modo e o horizonte da vida.

Para Gramsci (2002), a ideologia é o “cimento” que une as unidades das relações múltiplas de uma formação moldada pela classe dominante e, ao “cimentar” todos os estratos sociais, obtém sucesso na função de coesão dos homens, impondo relações “evidentes-falsas” que possibilitam a fluidez da dominação burguesa pela via dos consensos e do próprio funcionamento das atividades cotidianas e práticas da vida. Nesse sentido, há um ponto primordial no entendimento da ideologia: é necessário compreendê-la como processo de simbolização, de transposição do imaginário social e, ao mesmo tempo, como parte de elementos dispersos de conhecimento tratados em generalidade.

A ideologia burguesa confere à aliança política ou à hegemonia dominante política os elementos necessários para a transposição do imaginário social do verdadeiro debate de governança e governabilidade, como a reunião das frações dominantes, o bloco no poder, para uma ideia de que as condições de governança dependem da saúde financeira e administrativa do Estado e a governabilidade, da elevação a um novo patamar da gestão pública que consiga conjugar mecanismos de governança e governabilidade com eficiência e eficácia.

A partir dos mecanismos ideológicos do capital, muda-se o eixo da discussão, criando-se uma falsa realidade ou uma evidente farsa, para que se implementem reformas no Estado e em suas estruturas. Com isso, são atribuídas ao Estado as causas das transgressões econômicas e sociais, sabendo que essa transgressão é intrínseca ao modo de produção capitalista a quem a hegemonia do poder (capital financeiro) deve garantir sua reprodução ampliada (POULANTZAS, 1977).

Portanto,

[...] à dominação com direção hegemônica de classe das formações capitalistas, conota aqui as características específicas mencionadas da ideologia do capitalista dominante, por meio da qual uma classe ou

fração consegue representar-se como encarnando o interesse geral do povo-nação, e condicionar, por isso mesmo, uma aceitação política específica da sua dominação por parte das classes dominadas. (POULANTZAS, 1977, p. 2015)

O discurso oficial recai sobre as críticas à administração pública burocrática oriunda do período ditatorial e à necessidade da transição interrompida para a administração gerencial, uma vez que as sucessivas crises político-econômicas criaram um problema de governança. Reconhece-se que há certa estabilidade na governabilidade até a década de 1990, ainda que ela precise ser melhorada, mas os primeiros passos foram dados: o apoio político necessário para governar e implementar as diretrizes econômicas para o desenvolvimento. Contudo, há falta de governança, fato que coloca barreiras para um bom governo/administração da máquina pública (VIEIRA, 2015).

Na visão de Bresser-Pereira (1997), seria no aumento da governança (da unidade das frações burguesas em torno da agenda do capital) que três elementos seriam acionados e provocariam alterações significativas na economia: 1) aspecto financeiro com a superação da crise; 2) aspecto estratégico com a redefinição das ações intervencionistas do Estado no plano econômico e social; e, por fim, um 3) aspecto administrativo, que é a superação do Estado burocrático e o avanço para o Estado-gerencial.

Estão envolvidos no aumento da governabilidade dois fatores que merecem destaque: 1) a ideologia que captura as consciências e dão base de sustentação ao governo, portanto conferem a legitimidade das ações; e 2) a adequação das instituições políticas, uma espécie de balanceamento da distribuição do poder entre as frações burguesas para que haja conciliação de interesses. Porém, é vendido para o conjunto da sociedade que esta adequação política serviria para intermediar os interesses de classe.

A reforma do aparelho do Estado, segundo Bresser-Pereira (1997, p. 65-66), seria imprescindível para garantir tal governança a partir do “princípio econômico da eficiência” à vista de possibilitar maior espaço para o setor público não-estatal, permanecendo dentro do Estado apenas as atividades exclusivas, como setores estratégicos, agências executivas, agências reguladoras e secretarias que formulam políticas públicas. As atividades não estatais deveriam ser redirecionadas ao setor privado por meio de concessões e privatizações e seriam utilizadas para ajudar a

sanear a crise fiscal. Isto melhoraria a eficiência e a qualidade dos serviços, uma vez que o Estado não possui condições de oferta.

No meio, entre as atividades exclusivas de estado e a produção de bens e serviços para o mercado, temos hoje, dentro do Estado, uma série de atividades na área social e científica que não lhe são exclusivas, que não envolvem poder de Estado. Incluem-se nesta categoria as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatórios, os hospitais, entidades de assistência aos carentes, principalmente aos menores e aos velhos, os museus [...]. (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 65-66)

Nessa direção, ao colocar serviços fundamentais da dignidade humana que possibilitam o desenvolvimento da força de trabalho a partir das necessidades humanas básicas como não exclusivos do Estado, o que se pretende é abrir uma porta lateral para atuação do mercado na educação, saúde, previdência social e assistência social, transformando a relação da cidadania em relação de consumo e extinguindo-se a relação cidadão-Estado para uma relação comercial regida pela lei do mercado. Essa dupla-porta, para Mota (1995), é o que transforma um grupo em cidadão-pobre, dependente dos serviços do Estado, e os cidadãos-consumidores que compram no mercado sua formação profissional, proteção à saúde e bem-estar social. Trata-se da mercadorização da proteção social e da vida que usurpa a condição de cidadão perante o Estado e o transforma em consumidor, saindo da esfera do direito para o direito a comprar, ao direito do consumidor.

Diante da exposição e justificava da definição do ajuste fiscal como ponta de lança da reforma do Estado, Bresser Pereira espraia o discurso de falsa-realidade, reconstrói os fatos do real a partir da ideologia do capital apoiado pela unidade heterogênea de uma burguesia brasileira associada-submissa e sem projeto de desenvolvimento para o país. Com a condução política desses projetos e atribuição ao Estado dos males sociais pelo funcionamento caótico do neoliberalismo e da financeirização, ao obter êxito nessa condução, o Estado demonstra sua capacidade de “impor suas estratégias e objetivos mesmo sem ter de tornar-se uma classe detentora”, mas de se colocar e capturar a condução do poder dos aparelhos que detêm a capacidade de decisão, do poder efetivo.

Essas considerações sobre a hegemonia política, bloco no poder e o papel da ideologia burguesa na transposição do imaginário coletivo ajuda-nos a entender como

as privatizações e a transferência de responsabilidade para o setor público não-estatal ganham e conferem ao governo legitimidade para agilizar as contrarreformas do Estado e das políticas sociais. A legitimidade envolve o efeito essencialmente político da ideologia burguesa dominante; é por meio dela que, em regra geral, as ações e projetos políticos burgueses são aceitos pelos dominados, pois conduzem a uma impossibilidade de pensar, de uma maneira rigorosa e com capacidade crítica, o discurso político dominante.

Sabemos que a dominância desta ideologia se manifesta no fato das classes dominadas viverem as suas condições da existência política nas formas de discurso político dominante: o que significa que vivem nas formas, frequentemente, a sua *própria revolta* contra o sistema de dominação no quadro referencial de legitimidade. [...] porquanto não indicam simplesmente a possibilidade de uma ausência de “consciência de classe” por parte das classes dominadas; elas implicam em que a ideologia política “própria” destas classes seja, frequentemente, decalcada do discurso de legitimidade dominante. (POULANTZAS, 1977, p. 218).

A legitimidade conferida pelos dominados, o que não exclui a oposição e o enfrentamento de classes, conferiu ao governo de coalisão das oligarquias regionais e do grande capital o aval para condução efetivamente legal e prática para execução da contrarreforma do Estado, alicerçado sobre falsas premissas. Esse alicerce permanece ainda que malabares e pirotecnias estatísticas tenham oferecido “solidez” ou facticidade para tal e, após, terem inserido no conjunto da sociedade uma ilusão por meio de um diagnóstico positivo.

O amplo pacto das frações burguesas e do grande capital operou por meio da “socialização da ideia de que a crise afeta indistintamente *toda* a sociedade”, vinculando e promovendo uma falsa ideia de compatibilidade entre o projeto e as demandas mais prementes da classe trabalhadora, principalmente os trabalhadores organizados nos sindicatos com maior expressividade nacional, e os interesses da burguesia do complexo agroindustrial ligadas ao capital financeiro (MOTA, 1995). Com êxito, no processo de socialização da crise e captura da consciência, implementou-se um processo de contrarreformas do Estado e das políticas sociais, abertura drástica da economia, desmonte e derruição das políticas sociais. Além disso, a desnacionalização dos bancos aconteceu em acelerada velocidade.

Essa rápida velocidade com que FHC e o bloco no poder operaram foi espantosa, mas subsidiada pelas experiências latino-americanas malsucedidas ou que demoraram para que se encontrassem o *time* exato para a implementação do neoliberalismo e suas múltiplas faces, considerando as particularidades de cada país, cultura, estruturas estatais e conflito de classes. Essa velocidade com que o capital empreendeu as contrarreformas e transformou a economia brasileira num paraíso do capital financeiro, de um lado, aprofundou sobremaneira o domínio da economia nacional aos desígnios do capital financeiro internacional conduzido pelos bancos estadunidenses e, de outro, acelerou a desnacionalização do sistema bancário, explodiu com a dívida externa e impôs um controle do câmbio sob altas taxas de juros para remunerar o capital externo, implicando numa dívida impagável.

Por meio do seu aparato teórico-político, da compatibilidade entre a teoria da dependência-associada e os fundamentos neoliberais para as economias periféricas, FHC promoveu uma intensa campanha junto ao bloco político no poder e ao poder econômico para difundir a ideia do Estado ineficiente, com dificuldades fiscais e, principalmente, que abrigava em suas instituições o velho corporativismo; teve êxito junto à população, fazendo com que sua malha ideológica se ramifique na sociabilidade.

Com o poder político e econômico, conseguiu dar espaço crescente ao capital transnacional e à iniciativa privada. Seus dois mandatos (8 anos de governo) foram pautados por um ajuste fiscal rigoroso e constantes “reformas” que seguiam sem se desviar do que apontava o Consenso de Washington: privatizações, reformas pró-mercado, abertura da economia e comércio e abertura maior ao capital financeiro. Esses fatos, numa economia dependente como a brasileira, criaram uma nova forma de inserção ao mercado mundial, ainda mais subordinada à lógica das finanças.

O Brasil, nesse processo de financeirização, teve a sua capacidade de planejamento, ação e intervenção, que já eram limitadas, praticamente impossibilitadas e, junto das “reformas”, seguiu-se uma política econômica ortodoxa de contenção dos gastos correntes e altas taxas de juros.

As contrarreformas não trouxeram ao país o esperado grau de desenvolvimento prometido; ao contrário, instauraram uma nova instabilidade econômica permanente junto à fragilidade externa que constantemente é abalada pelas crises internacionais do capital financeirizado e que o governo central responde com a elevação de todos

os juros como forma de atração do capital internacional e tentativa de breca a fuga de capitais e a contenção de gastos e investimentos públicos (TAVARES, 2019).

O resultado mais latente do desastre econômico, das contrarreformas do Estado e das políticas sociais é a redução drástica na formação bruta de capital entre os anos de 1995 e 2002 – segundo período de FHC –, com altas taxas de desemprego e baixas taxas de crescimento econômico, além de pequena porcentagem do PIB acompanhado de uma deterioração fiscal pós-implementação do Real.

A inversão ou permutação da ideia de desenvolvimento dependente-associado presente na teoria de FHC de 1960-1970, dada a compatibilidade, conferiu as bases para as reformas neoliberais dos anos de 1990 que levaram o país a um novo ciclo da dependência, agora também financeira. Em outras palavras, conduziu o país a uma debilidade financeira externa e a permanentes flutuações macroeconômicas diante da face da fluidez de capitais crescentemente voláteis e expressivos (TEIXEIRA, 2012).

O processo de financeirização da economia brasileira pôde contar com as proximidades e identificações ideológicas com o pensamento teórico-político do presidente da República e do bloco no poder, fato que possibilitou, para além das identificações, o estabelecimento da solidariedade ideológica entre o mercado financeiro internacional e as frações do capital financeiro brasileiro, apoiados pelas organizações multilaterais mundiais, por exemplo, do FMI e do BM. Essas organizações impuseram à economia brasileira exigências e condicionalidades (política ortodoxa) como contrapartida exigida pelos empréstimos adquiridos pelo país.

Entre os anos de 1994 e 2000, o país tornou-se profundamente refém do capital financeiro e de suas ameaças constantes de fuga, além das frequentes crises cambiais resultantes das escolhas do plano de estabilização do Real, como resultado de um processo iniciado no Brasil no fim da década de 1980. O bloco econômico dominante e suas frações ligadas ao capital financeiro internacional ganharam grandes poderes no comando da política econômica. A direção tomada pelo governo tucano na política macroeconômica confluiu para um maior poder da fração bancária-financeira na condução dos rumos do país e na sua legitimação e hegemonia. Logo, estabeleceu-se no país uma definitiva dominação financeira com padrão rentista de acumulação de capital subordinada ao capital financeiro transnacional.

O governo FHC aprofundou a neoliberalização e financeirização da economia brasileira, promoveu a contrarreforma do Estado, precarizou as políticas públicas de proteção da classe trabalhadora e retomou as práticas da solidariedade burguesa, do voluntarismo e do patrimonialismo que imperou no Brasil historicamente como instrumento de proteção social, além de ações sociais focalizadas na extrema pobreza.

2.1.2 Os impactos sociais do Plano Real e das “reformas” administrativas do Estado: um projeto criado para ser inacabado

Ao dar continuidade e aprofundar o plano de estabilização monetária iniciado pelo governo Itamar Franco, FHC teve que enfrentar diversos problemas e revezes inerentes ao próprio plano de estabilização, tais como a crise cambial, a fuga de investimentos de capital externo, a elevação das taxas de juros e os efeitos internos. Para conseguir esse controle, não demorou para acelerar e aprofundar as contrarreformas¹² do Estado e das políticas de proteção social dos trabalhadores.

O desdobramento da ideia de moeda forte e paritária ao dólar na situação de dependência ao capital central não se sustentou por muito tempo. Com a crise inflacionária, alto grau de desemprego e subemprego, famílias se reproduzindo pelo subconsumo, crise cambial – uma das âncoras adotadas – e a elevação crescente do déficit das contas externas, todo aparato teórico e político do plano Real se estiolou. A crise da década de 1990 no país alimentou um quadro social de grande miséria, desvelando o cerne do plano Real: um produto político, ideológico e econômico guiado para assegurar a rápida abertura do mercado e, de resto, toda a economia nacional ao neoliberalismo, à financeirização e à reorganização e reestruturação produtiva.

12 Coutinho (2010) aponta que o que ocorre é uma contrarreforma, pois esse conceito de reforma denomina e significa o movimento do capital executado pelo Estado no processo de restrição de direitos, uma vez que o conceito de reforma em seu sentido histórico está organicamente vinculado às lutas do proletariado explorado com o objetivo de promover transformações nas relações sociais, assumindo, no campo político, uma conotação ideológica de cunho progressista e de esquerda. “[...] Desta maneira, estamos diante da tentativa de modificar o significado da palavra 'reforma': o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem-sucedida”. (COUTINHO, 2010, p. 35)

A tríade neoliberalismo-financeirização-reestruturação produtiva articulada e com movimento dinâmico globalmente impactou o país de forma violenta e célere; a economia política do trabalho não conseguiu se reorganizar face às investidas constantes da economia política do capital. Nesse sentido, o plano de estabilização monetária desdobra-se em duas guias argumentativas: a) o Plano Real não é uma ação isolada e, portanto, articulou-se ao projeto macro do capital para a América Latina e ao Consenso de Washington, a fim de se alinhar à nova fase do capital imperialista; e b) a estabilidade monetária foi pautada na abertura rápida e indiscriminada do mercado interno e da economia e na sobrevalorização do real frente ao dólar, o que exigiu a manutenção das altas taxas de juros como forma de assegurar a estabilidade da âncora cambial.

No primeiro ponto, é importante ressaltar o cumprimento escrupuloso do Consenso de Washington presente na gramática política do Plano Real. As estruturas de Estado foram duramente impactadas e sofreram alterações e redesenho político e operacional, o que altera sua forma de ação na economia e na proteção social por meio da formulação de políticas sociais focalizadas e de baixa cobertura. Além do mais, a legislação do trabalho é “reformada” para dar celeridade à reestruturação do mundo do trabalho no país, ou seja, é executado um grande projeto de desnacionalização de amplos setores da economia.

Após o Real, FHC promoveu a contrarreforma do Estado e das políticas sociais em tempo recorde, guiando-se pelo ideário neoliberal, pela financeirização das economias mundiais e pela reestruturação produtiva – transformações estruturais do capitalismo no século XX. Essa tríade, como mencionei, é o sustentáculo da nova lógica de produção e reprodução do capital que organiza a política nos territórios e nas relações sociais. Esses elementos constituíram-se como justificativa ideológica para o bloco no poder dar materialidade e conduzir o processo: por meio do transformismo e da cultura da crise, diluíram-se os interesses particulares de classe como interesses gerais das classes sociais, fato que elevou a expropriação, a exploração e a exclusão de um contingente ainda maior de trabalhadores.

Com dinâmicas distintas e não menos agressivas, o neoliberalismo e a financeirização possuem um ponto em comum: a acumulação flexível do capital – desregulamentação e liberdade total para o capital operar seu processo de valorização, mesmo que isso signifique aumento dos elementos que compõem a

superexploração da força de trabalho (aumento da jornada, queda dos salários dos trabalhadores). Soma-se ao aumento da exploração a flexibilização produtiva e espacial, na qual há a deslocalização das indústrias e a fragmentação da produção em áreas que ofereçam as melhores condições para produzir.

A priori, o plano de estabilização monetária, o Real, teve algum êxito, porém, com a forte dependência do capital imperialista, a crise cambial não demorou a acontecer, visto que as crises dos capitais dependente-periféricos refletem inevitavelmente com mais agudeza os processos em curso nos países centrais. Da crise cambial, brotaram flutuações das atividades econômicas, resultando num crescimento medíocre do PIB acompanhado por um elevado índice de desemprego. Vale lembrar que “zerar” a memória inflacionária por intermédio da adoção de dispositivos de ancoragens monetárias é quase sempre uma estratégia de risco, a qual, num cenário de baixo crescimento econômico, desemprego em alta e baixas taxas de inflação, pode levar a economia a uma nova crise cambial com agravamentos da crise social instalada. O certo é que, já em 1997, o Brasil experimentava um novo ciclo recessivo econômico, demonstrando as fragilidades da economia nacional e fazendo com que FHC aplicasse o novo pacote de ajuste fiscal imposto pelo FMI.

O caminho adotado para o desenvolvimento nacional é o que Figueiras (2006) denomina de “fuga para frente”, uma política econômica que produziu uma retração na renda dos trabalhadores, impôs maior flexibilização das relações trabalhistas, impingiu condições precárias e subumanas de reprodução social e elevou os níveis de pobreza e miséria. Os ajustes fiscais permanentes iniciados com Itamar Franco e aprimorados e aprofundados no governo de FHC satisfizeram e satisfazem provisoriamente o mercado. Ao passo que o “apetite” do capital cresce, é necessário adotar novas medidas de ajuste, recolocando, sempre mais à frente, as contradições e os mesmos problemas, ou seja, aprofunda-se a dependência a cada momento.

Dois pontos ficam evidentes: a) o domínio ideológico, ao pontuar diuturnamente que a inflação é fruto do excesso de gastos públicos; logo, sempre se origina no setor público e, portanto, só pode ser combatida por meio de ajustes fiscais permanentes, redução das estruturas estatais em todos os braços de atuação e acompanhados de uma rigorosa política monetária restritiva; b) a estabilidade, como fator necessário à reprodução do grande capital, pode ser alcançada por determinado tempo, porém se deu em face de posteriores recessões econômicas frente ao esgotamento das

conjunturas positivas de estabilidade – estabeleceu-se um impasse insolúvel entre promover um desenvolvimento forte e estabilizar os preços.

Um ponto de frágil controle já não era mais a inflação, visto que o Real conseguiu “zerar” a memória inflacionária, mas enfrentar e desenvolver estratégias para lidar com o capital especulativo que promove, pela volatilidade de seus interesses, fugas constantes para melhores oportunidades. Como forma de prevenir as fugas de capitais, FHC reduziu o crédito e elevou as taxas de juros: por exemplo, dois anos após o Plano Real, em 1995, a taxa de juros do mercado alcançava espantosos 58,8% (SINGER,1999), enquanto os juros reais estavam fixados à aproximadamente 17,8%. Ao manter esse modelo de política monetária, inflação baixa e juros nominais elevados, a política econômica de FHC impactou negativamente o ritmo do crescimento econômico.

Junto a esses dois elementos, soma-se a contenção do crédito, que teria, teoricamente, a função de derrubar e manter em níveis baixos a inflação e, principalmente, alavancar a atração do capital externo pela via da remuneração generosa proporcionada por taxas de juros escandalosamente elevadas e total desregulamentação dos fluxos de remessas de lucros. Segundo Singer (1999), “o ‘risco Brasil’ flutuou entre 7 e 9% ao ano, *uma vez e meia o rendimento dos aplicadores nos títulos do Tesouro dos EUA.*” (SINGER, 1999, p. 36, grifo nosso).

A realidade material e dialética que se coloca no Brasil naquele período é a utilização das altas taxas de juros como maneira de atrair esses capitais externos, o que terminou por ocasionar uma enxurrada de dinheiro especulativo que inundou a economia, levando o país a um endividamento externo de grandes proporções. A junção da moeda sobrevalorizada com os juros superelevados fez com que os déficits em conta corrente se elevassem. Criou-se, assim, uma falsa realidade da necessidade de crescentes ingressos do capital imperialista no país para o financiamento do processo gradual de desindustrialização em favor da livre importação de manufaturados, enquanto o país reprimarizava suas exportações. É exatamente a lógica da nova divisão internacional do trabalho que reforça a dependência e torna mais forte a insuficiência do desenvolvimento capitalista nos países subdesenvolvidos.

Como aponta Singer (1999), os economistas do governo faziam ouvidos moucos para toda e qualquer crítica aos planos adotados e à condução da política

monetária. O dogma a ser cantado como mantra budista foi de que a sobrevalorização do real era imprescindível para conter a inflação e mantê-la em níveis baixos; já em relação aos altos juros, alegavam sua indispensabilidade para breçar ou amenizar a sobrevalorização do câmbio acerca das contas externas. “Num ponto a equipe tinha razão: uma política errada exigia a outra política errada” (SINGER, 1999, p. 37).

Os lindes das discussões nos anos de governo FHC dentro da equipe econômica desenvolveram-se em torno dos dogmas e diretrizes do neoliberalismo; sistematicamente difundiram a ideia, no chão social, de que o desequilíbrio é proveniente do Estado e de sua ineficácia e ineficiência como gestor. Portanto, os defensores árdus do monetarismo e das ideias neoliberais justificavam incisivamente que, se existem desequilíbrios fiscais, cambiais e crise econômica, a culpa é necessariamente do Estado.

Os defensores do plano Real e do neoliberalismo como instrumento político-econômico-social de desenvolvimento alegaram que a política implementada de altos juros era de fundamental importância principalmente para angariar investimentos para serem alocados na dívida pública que estava em franca expansão, dado o propalado déficit do setor público. Dessa maneira, a justificativa para a perenidade dos altos juros está na ideia de que, sem a erradicação do déficit por meio dos ajustes fiscais, as elevadas taxas de juros não poderiam ser diminuídas.

Como aponta a teoria keynesiana, o déficit público, quando em ocasião e em processos normais, ou seja, sem colapsos, situação de hiperinflação ou crise de grande profundidade e longa, é um elemento da normalidade da demanda global. Na perspectiva keynesiana, portanto social democrata, o déficit nas contas públicas pode ser um instrumento ou uma engrenagem política anticíclica. Assim, para garantir o financiamento das políticas sociais e melhorar as condições para elevação do emprego da força de trabalho quando o desemprego sobe a níveis indesejáveis e há uma queda considerável da capacidade produtiva e de consumo, o governo deve aumentar na medida necessária o déficit público – seu endividamento. E, ao passo que se retomam os níveis desejáveis de emprego e renda, produção e consumo, reduz-se o déficit público.

O neoliberalismo e a obsessão ao ajuste fiscal para manter um equilíbrio do orçamento deu o tom da política econômica do governo. Esse feito acontece pelo trabalho cotidiano da ideologia dominante. Apesar da obsessão entre 1995 a 1998, o

déficit público eleva-se consideravelmente, ao passo que a inflação se mantém em níveis muito baixos. O déficit público operacional da União em porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) em 1995 era 1,7% e salta para 3,6% em 1998; os juros reais líquidos como porcentagem ao PIB deslocam-se, respectivamente, de 2,2% para 3,9%. Quando se somam os déficits públicos de estados e municípios, o total do déficit público que, em 1995 era de 4,9%, salta para 7,0% em 1998 (SINGER, 1999).

O governo federal em 1995 lançou como mais um instrumento de captura de maior parcela de receitas dos impostos o Fundo Social de Emergência. Esse Fundo era composto pela desvinculação de 20% dos repasses constitucionais obrigatórios de todas as contribuições e impostos para Estados e municípios, fundos de políticas sociais e fundos regionais. O fundo não possuía qualquer vinculação com políticas setoriais.

Criado junto com o Plano Real, esse instrumento acabou por transferir parcela do déficit da União para os Estados e Municípios ao retirar do orçamento público aproximadamente 17 bilhões de dólares para pagamento de despesas com a dívida pública. Esse corte impacta diretamente na execução das políticas sociais feitas na ponta, nos municípios, fato este, que potencializou a ideia de serviços públicos precários, má administração dos recursos, políticas sociais esvaziadas e a ideia de que o mercado é o melhor provedor de serviços e proteção social. Posteriormente, em 1995, o Fundo Social de Emergência passou a se chamar, corretamente, de Fundo de Estabilização Fiscal.

A transferência obrigou, de certa maneira, os níveis subnacionais do aparelho de Estado a promoverem ajustes fiscais e renegociarem suas dívidas. Houve uma forte pressão para acordos de amortizações das dívidas públicas com elevação dos repasses dos entes subnacionais, entre 10% a 15% das receitas líquidas para União. Nota-se um vigoroso esforço da parte do governo central em maquiagem o déficit da União por intermédio dessas transferências, ao mesmo tempo em que se empreendia uma pressão nas contas e investimentos dos estados e municípios sob a alegação de que esses entes deveriam sanear as finanças, o que não só repercutia nos cortes gerais de gastos públicos, do funcionalismo às políticas públicas, mas também incluíam pressões no sentido de privatizar empresas públicas municipais e estaduais num movimento de violação da autonomia dos entes federados em favor da privatização de serviços que, ao fim e ao cabo, gerariam novos custos tanto para o

poder público quanto para a sociedade, particularmente para banda mais vulnerável da população.

O que procurei argumentar até aqui é que as maiores vítimas da condução político-econômica adotada no contexto do Plano Real foi a classe trabalhadora e, mais agudamente, as frações da classe mais vulneráveis que, para se reproduzirem, necessitam das políticas sociais de proteção, serviços prestados nos estados e essencialmente nos municípios, que são a ponta de execução das políticas. Na lógica do pacto federativo brasileiro, escolas públicas de ensino primário e fundamental, prontos-socorros, unidades básicas de saúde, estratégias de saúde da família, assistência social e sua rede socioterritorial de proteção são de responsabilidade dos municípios e governos estaduais como contrapartida das transferências financeiras advindas do nível central de governo.

Com o Plano Real e as novas diretrizes originadas na Reforma do Aparelho do Estado que se desdobram em todos os níveis da administração pública, os municípios e estados tiveram suas dívidas elevadas, as receitas reduzidas e obrigações de pagamento dos restos das amortizações das dívidas que tiveram que ser forçosamente renegociadas com o governo federal. O que é evidente é que, com esse conjunto de fatores impostos aos níveis inferiores, houve precarização, esvaziamento e deterioração dos serviços públicos de proteção social dos trabalhadores, principalmente assistência social e rede socioassistencial, educação básica e saúde executados nos municípios brasileiros.

No quadriênio de 1995 a 1998, o crescimento econômico foi fraco, perto da inexistência, travando o aumento da receita fiscal com elevação dos impostos e desemprego. A situação econômico-social do Brasil na década de 1990 é de total desalento para a classe trabalhadora – o que por sua vez, fez com que a procura pelos serviços sociais públicos de proteção social fosse demandados em maior escala: trabalhadores desempregados e empregados precarizados recorreram à política de assistência social. Houve aumento nos processos de seguro-desemprego, migração de alunos das escolas particulares para as instituições de ensino públicas, aumento nos índices de serviços de saúde com ênfase na saúde mental, elevação dos índices de violência urbana, dada a crescente marginalização pelas estruturas repressoras do Estado da massa de trabalhadores politicamente destituídos, economicamente despossuídos e socialmente descartados do mundo do trabalho.

Para os economistas monetaristas, que foram educados a acreditar que o desemprego no fundo é voluntário, deve ser difícil conceber que a crise social desencadeada pelas políticas de ajuste fiscal e arrocho monetário possa agravar o déficit público. Mas, para administradores públicos sobretudo municipais, que estão em contato direto com o público ao qual prestam serviços, esta idéia nada tem de estranha, pois ela se impõe em sua prática diária. (SINGER, 1999, 41)

Os projetos de FHC e do grande capital saíram vitoriosos contra as demandas populares e contra a redemocratização; conseguiram frear os avanços e inviabilizar a luta e o projeto social que envolveu a construção da constituinte. É uma reviravolta que marca o giro da burguesia e de seus associados para a saída da autocracia e avanço em um ingresso mais vigoroso no sistema-mundo, integrando-se ao grande capital de forma laconicamente subalterna.

A elucubração diária do Plano Real para a estabilização monetária como passo para abertura desmedida do mercado brasileiro de bens e serviços ao capital imperialista dilapidou o patrimônio público e capturou em grande medida o fundo público, reduzindo o financiamento em políticas sociais de proteção aos trabalhadores. Portanto, a “reforma” do Estado, essencialmente, tem seu espírito voltado contra a luta da classe trabalhadora redigida na CF de 1988; um projeto colidente e de grande envergadura que deveria ser pensado a longo prazo. A dívida social brasileira, fruto da construção sócio-histórica, foi potencializada na década de 1990; a alternativa posta pela CF de 1988 foi cancelada e, imediatamente, pode-se observar o agravamento das expressões da questão social.

A alta taxa de desemprego e subemprego possui um efeito multiplicador no caos social. O sistema capitalista de produção com tendências de queda da taxa de lucros busca se recompor a qualquer custo: em seu projeto político-social, os elementos a serem atacados são os direitos sociais, pois eles estão expressos em políticas sociais que abarcam grande fatia de investimento do Estado que poderia ser revertida ao pagamento de juros da dívida pública e oneram o capital, como, por exemplo, as contribuições trabalhistas e previdenciárias; logo, é preciso desregularar esse conjunto de direitos.

O governo FHC, obcecado pela política monetária, empreendeu grandes esforços para flexibilizar as leis de proteção ao trabalhador. A justificativa reiterada consistia na ideia de retirada de empecilhos para modernização do país e impulsão à

competitividade da indústria. O fato que se impõe é a tentativa do governo em reduzir os custos do trabalho para que os investimentos estrangeiros fossem atraídos ao país, principalmente no setor produtivo, reduzindo os encargos para as empresas. Contudo, a desregulamentação da legislação não atraiu capital na forma de investimento produtivo. Portanto, no fim do segundo mandato de FHC, apenas 45% dos trabalhadores possuíam carteira de trabalho assinada.

Pochmann (2000) assinala que:

Apesar de o Produto Interno Bruto ter registrado uma variação positiva acumulada de 41% de 1989 a 1997, o nível nacional de emprego regular e regulamentado caiu 6,7% e a taxa de procura por emprego aumentou 77,3%. (POCHMANN, 2000, p. 84).

O modelo de desenvolvimento econômico-social conduzido pelo Estado demonstrou sua falácia e sua exploração ideológica, visto que cresceu o desemprego e o subemprego, houve retração ou estagnação dos salários e redução do poder de compra da classe trabalhadora. Os novos postos de trabalho criados são majoritariamente no setor informal com os níveis mais altos de precariedade e exploração do trabalhador. Portanto, a ideologia dominante precisa se refinar e adensar seu corpo de ideia para se sustentar frente à realidade dos dados nacionais (VILAS, 1994).

O aumento dos níveis de produtividade e das reformas para retomada do crescimento econômico não criaram um aumento equivalente no nível de emprego e melhores condições de trabalho. A letargia do mercado aprofunda as marcas da extrema desigualdade social e a polarização entre as classes fundamentais. Somam-se a essa realidade os efeitos negativos que incidem sobre a capacidade do Estado em mobilizar recursos e em realizar investimentos para o desenvolvimento autodeterminado, este último impossibilitado pela dependência ao centro tecnologicamente desenvolvido e revitalizado na era do capital financeiro.

As amarras postas ao Estado pelos mecanismos de controle e determinantes macroeconômicos do Plano Real elevam-se com a reforma gerencialista. Contudo, é certo que “as reformas neoliberais jamais requerem a minimização (*do Estado*), mas sim uma reconfiguração profunda da ação do Estado em favor de novos interesses e objetivos, que resultou em ganhos extraordinários para os agentes financeiros mais globalizados” (PEREIRA, 2018, p. 2193, grifos nossos). O neoliberalismo encontrou

maior facilidade no Estado-dependente brasileiro para prosperar a ideia de Estado mínimo pelo baixo grau educacional dos trabalhadores e de conhecimento político, um campo fértil para operar nas consciências e capturá-las em sua defesa.

A partir da ideologia do capital materializada nas ações da burguesia e nas suas frações, que operam os braços do Estado, imprimiu-se e difundiu-se no chão social a ideia de que as políticas sociais eram, nos moldes constitucionais, insustentáveis de serem mantidas, eram apresentadas ao conjunto da classe trabalhadora como privilégios dos não merecedores; logo, fazia-se necessário reduzi-las e direcioná-las de forma a combater verdadeiramente as injustiças sociais. Na verdade, as políticas sociais foram, de forma grosseira, mistificadas com o objetivo de serem suprimidas ou esvaziadas, com redução do público assistido. Mais uma imposição do grande capital a partir da condução neoliberal.

Com a flexibilização dos direitos sociais e a mistificação das políticas sociais como financeiramente insustentáveis, no governo FHC o saldo é um tratamento negativo e com dupla funcionalidade: a) criar elementos que justificassem a insustentabilidade financeira para assegurar os direitos sociais nos moldes constitucionais; e b) dar condições para que as políticas sociais fossem readequadas e institucionalizadas para que respondessem ao projeto neoliberal e à acumulação do capital. Esses dois elementos unem-se para criação de um novo padrão de proteção social, de regulação social via focalização dos serviços e políticas sociais. As políticas sociais passam a ser criadas e implementadas a partir da ideia de custo/efetividade, como se o Estado operasse nas formas e moldes do mercado – o menor custo com maior impacto.

Com a obrigatoriedade de ajustes fiscais permanentes e avanço das reformas nas políticas sociais em direção ao projeto neoliberal em detrimento dos preceitos constitucionais, o governo central procurou estabelecer parcerias com o mercado, remunerando-os na forma de subsídios fiscais, repasses diretos e ação autônoma para produzir serviços sociais. Outra maneira encontrada para estimular a abertura ao setor privado como operador das políticas sociais é a entrega da gestão das estruturas e equipamentos estatais com objetivo exclusivo, ideológico obviamente, de oferecer maior racionalidade aos serviços públicos ofertados à classe trabalhadora que, teoricamente, seria realmente necessitada, e reduzir os privilégios e desperdícios de recursos públicos.

Segundo Cohn (2000), após o Real se concretizar da agenda de FHC à combinação de reforma do Estado com a reforma administrativa, elas tornam-se sinônimos ao ponto que empurram a questão social e suas múltiplas expressões para a área técnico-burocrática e administrativa, retirando da discussão política a sua relação com a política macroeconômica adotada. A proteção social é subordinada aos cálculos econômicos da racionalidade; é retirado o seu caráter político-social e de direito. As demandas sociais são fragmentadas, bem como a dimensão das necessidades humanas básicas universais. Dessa forma, agrava-se sobremaneira os ranços históricos das políticas sociais reprodutoras da desigualdade social.

As implicações do plano Real nas políticas sociais somam-se ao que Conh (2000) aponta como os prejuízos da reforma do Estado e da reforma administrativa, que subalternizam e subordinam a implementação e execução de políticas de proteção social à esfera econômica e as implementam com caráter gerencial. Há, desse modo, um conjunto ordenado de ações por parte do Estado para operar o desfinanciamento e a resignificação dessas políticas. Cabe pontuar, nesse processo de redefinição da estrutura estatal, a desarticulação provocada entre as políticas sociais, em que um novo padrão de proteção social é constituído por meio de programas sociais de transferência monetária, fortalecimento das parcerias com o terceiro setor e propostas de novas formas de gestão dos equipamentos públicos.

O Estado-dependente, subordinado aos interesses da burguesia brasileira e do poder econômico imperialista, lançou, por meio do bloco no poder, estratégias e engrenagens macroeconômicas de estabilização e ajuste fiscal para criar as melhores condições para a reprodução ampliada do capital. O governo FHC, enquanto bloco no poder, não assumiu concretamente uma agenda de redução dos níveis elevados de extrema pobreza e pobreza por meio da expansão das políticas sociais e efetiva política de emprego e renda.

As políticas sociais são colocadas como políticas de segunda ordem e foram institucionalizadas em estruturas burocráticas para serem ajustadas. A prioridade foi a política econômica como primeiro fator de desenvolvimento nacional, de superação da crise e das condições de privação da população. Porém, por meio do controle do câmbio, de elevados juros e da política tributária, o Estado fez canalizar mais recursos para o capital imperialista, com predominância da fração financeira (PEREIRA, 2010).

O governo, para sustentar o bombardeio de renda para o capital, estabelece metas de superávit primário e, no âmbito legal, cria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), um mecanismo de engessamento da atuação estatal nas provisões de investimento, cria, também, a Desvinculação de Recursos da União (DRU), que permite a retirada de um percentual do montante dos recursos do sistema de seguridade social, e isenta de imposto de renda as remessas de lucros e dividendos ao exterior.

Partindo do Plano Real, da reforma do Estado e administrativa, da criação de barreiras legais, a atuação estatal do governo FHC amarra as estruturas, de forma a favorecer e estimular a rentabilidade do capital e sua valorização com centralidade na dívida pública – portanto, do capital portador de juros, o que implica diretamente no deslocamento de recursos que deveriam ser investidos em proteção social para o sistema da dívida e produção de superávit primário.

Diante da subalternidade das políticas sociais e de seu tratamento gerencialista pelo Estado, o governo remodelou e reestruturou o sistema de proteção social em todos os níveis e modelos. Logo, as políticas sociais desse período seguiram três diretrizes que se retroalimentavam de forma indissociável: a) políticas sociais deixam de ser pensadas como investimento em proteção social para serem difundidas como gastos, ou seja, perdem sua essência de insumo essencial direto e indireto para reprodução humana; b) retirou-se a essência universalizadora das políticas sociais e seu potencial intersetorial na proteção social e prevenção da deterioração da condição de vida da classe subalterna e, em substituição, implantaram-se políticas e programas assistencialistas, como o Programa Comunidade Solidária; c) políticas sociais absorvem, uma vez que a ideia de universalização foi subtraída, a ideia de transitoriedade e criam as “portas de saída” dos usuários para reinserção no mercado de trabalho como pequenos empreendedores ou trabalhadores melhor especializados – uma tensão convivente e indissolúvel, talvez grosseiramente simbiótica, que, ao tempo em que os programas atendem os mínimos sociais, empurram-nos para fora do programa.

Essas características afetam a capacidade da política social de cumprir a função de legitimação. Isso é bastante reduzido e consiste basicamente em uma função de combate a incêndios: atuar em situações extremas que podem se tornar fontes de tensão política, alimentando instabilidade social, criando fatores de insegurança que

afetam negativamente o fluxo de fundos financeiros externos e questionando a governabilidade do modelo. Nesse sentido, a política social está intimamente ligada à evolução das conjunturas políticas: proximidade das eleições, conflitos políticos e sociais, manifestações de descontentamento e descontentamento. (VILAS, 1994, o. 117-118, tradução nossa)

Segundo essa perspectiva, a pobreza é uma patologia inevitável no sistema capitalista, portanto ineliminável. No que tange às políticas sociais, seu objetivo é atender aos mínimos sociais por meio de políticas de transferência monetária que permitam minimizar as privações de consumo. Assim, o novo padrão de proteção social pautado nas novas formas de gestão e transferência monetária, em especial esta última, visam compensar ou mitigar os efeitos perversos do plano de estabilização monetária e das reformas administrativa e do Estado neoliberal.

A política do Estado recorrentemente a partir dos anos de 1995 tem se assentado nas ações de transferência monetária com vistas à geração de condições de consumo e, junto a esse elemento, está o incentivo ao empreendedorismo como portas de saída da política de assistência social. Em suma, a política de mínimos sociais junta-se ao ideal empreendedor e à ideologia do consumo, criando, na pobreza absoluta ou relativa, um desvirtuamento da lógica de prioridades para o desenvolvimento humano.

Nesse *modus operandi* do neoliberalismo expresso nas ações do Estado, as políticas sociais relacionam-se com a política econômica de forma passiva, mas colaborativa, dada sua natureza. Essa relação ocorre à medida que as transferências monetárias, assim como a renda gerada nas atividades informais, convertem a renda urbana em renda explosiva, o que se dá em decorrência de o setor formal ser quem, de fato, captura a renda transferida ou gerada no informal. Dessa forma é que se assiste uma inversão do essencial às necessidades humanas básicas para o aquecimento de setores do comércio não vinculados à sobrevivência imediata.

Diante do exposto, é necessário destacar que o protagonista para a construção político-intelectual do plano de desenvolvimento de combate à pobreza a partir de novos programas de transferência monetária é o Grupo Banco Mundial. Os programas estão estruturados nas ideias de eficiência e eficácia no combate à desigualdade social, como consequência, obviamente, do próprio sistema e modelo de desenvolvimento nacional que viabiliza a crescente concentração de renda e

desigualdade regional. A equidade e a justiça social são reatualizadas e ideologicamente difundidas nesses programas e ganham a aceitação da classe subalterna que tende a ocupar lugar de destaque dentro do sistema de proteção social.

Cresce, portanto, no governo FHC, a presença e a integração entre as associações voluntaristas e as ONGs para implementação e execução dos projetos financiados pelo BM por meio dos fundos sociais de investimento, acentuando o processo de neoliberalização e retirada do Estado no cumprimento das necessidades humanas. Os fundos sociais de investimento são instrumentos/mecanismos de caráter multissetorial, com capacidade de “financiar programas e projetos num arco amplo de atividades, desde a criação de empregos temporários e o fornecimento subsidiado de alimentos até organização local de populações pauperizadas” (PEREIRA, 2010, p. 273).

Esses fundos de investimentos constituem-se como peça fundamental do Estado em sua estratégia político-social de orientação de combate à pobreza; é uma forma de

[...] compensação pelos “custos” sociais da política de ajuste estrutural na América Latina. [...] Consequentemente, as medidas de promoção político-social dos fundos concentram-se principalmente nos grupos que se empobreceram e ficaram de fora da política social do Estado em decorrência dos programas de ajuste econômico. (STAHL, 1994, p. 55-56, tradução nossa)

Com base no documento elaborado a partir do financiamento do BM, difundiu-se a necessidade da agenda de reformas serem pensadas de países para países, considerando que, nas reformas, era necessário o entendimento de que todos da sociedade civil, entidades e organizações, são verdadeiros intermediários financeiros “para o fornecimento de investimentos em pequena escala e multissetoriais, visando a redução da pobreza entre os grupos específicos de pobres” (BURKI, PERRY, 1997, p. 104, tradução nossa).

Em relação aos serviços sociais prestados aos subalternos, o documento define as particularidades dos fundos de investimento para o financiamento das organizações da seguinte forma:

Os fundos investem principalmente em programas para melhorar a educação, saúde, nutrição, abastecimento de água e saneamento. [...] Todos os SIFs empregam alguma forma de mecanismo de direcionamento para garantir que os projetos que financiam ajudem os beneficiários pretendidos. Os SIFs também tiveram um grau incomum de autonomia dentro das estruturas burocráticas dos países onde foram implementados. Eles geralmente são isentos do controle dos ministérios de linha, geralmente pagam salários competitivos com os do setor privado, estão livres do ciclo orçamentário normal do governo central e, portanto, são bastante flexíveis em suas operações. (BURKI; PERRY, 1997, p. 105, tradução nossa)

Essa prestação de serviços torna-se a regra e alinha-se à lógica gerencial da reforma administrativa e do Estado, pois, como dito, a reforma do Estado foi vendida como empreendimento que reduziria a burocracia e elevaria a eficiência dos serviços, barateando a administração e exigindo um menor financiamento via impostos. Diante dessa premissa, junto à reforma administrativa, carregou-se e propagou-se a premissa de que se reduziria o preço geral das mercadorias e serviços, o que tem forte apelo popular. Há uma aceitação com poucas ressalvas, quais sejam: a) a ordem associada ao anti-Estado; e b) a outra associada ao sucateamento do aparelho de Estado com patrimonialismo, arrocho salarial e perda sensível na capacidade de intervenção que rebaixam padrões inaceitáveis.

Logo, o cimento ideológico une os elementos e a soma de causas compõe a base da convicção da população de que tudo o que provém do Estado é ruim, é insuficiente. É o campo ideal para que a tese da reforma e modernização ganhasse força e apoio. E é nessa esteira, como salienta Pereira (2010), que o país cria agências e organizações para gerir os recursos destinados à proteção social com autonomia do órgão competente pela área social do Estado, ainda que estejam subordinadas a eles. As organizações de gestão e execução além de contar com os recursos oriundos do governo federal, contam com o financiamento de organismos multinacionais, empresas privadas ou “ajuda” internacional.

Essas agências que já vinham sendo pensadas nos primeiros anos da década de 1990 consolidam-se no Brasil logo após o estudo intitulado *The Long March: a reform agenda for Latin America ante the Caribbean in the next decada*, em 1997, financiado pelo BM. Tendo preparado o terreno com o plano de estabilização monetária, ajuste fiscal permanente, leis que amarram a atuação estatal na provisão de investimentos em serviços públicos e a reforma administrativa e do Estado, o

governo brasileiro cria duas organizações que representam o processo de terceirização das funções e responsabilidade do Estado para o terceiro setor nos moldes do documento do BM:

1) criação das Organizações Sociais (OSs) por meio da Lei nº 9.637/1998, que estabeleceu os padrões e princípios das relações entre Estado (poder público) e entidades, cuja atuação está condicionada a contratos de gestão estabelecidos que conferem a essas OSs autonomia administrativa e financeira, criando a possibilidade de auferir recursos externos ao Estado. Consiste num ato tecnocrático que tem origem no pensamento da lógica da racionalidade, eficiência e eficácia. Um movimento que cria novos entes jurídicos que têm por função a prestação de serviços públicos a partir do repasse financeiro do Estado. Também é dispensada a essas organizações a aplicação de concurso público para preenchimento de vagas e processo licitatório para aquisição de insumos e serviços;

2) criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), pela Lei nº 9.790/1999, que nascem com o mesmo esboço das OSs, porém possuem maior abrangência de espaço para o desenvolvimento de suas atividades e intervenções. Em tese, ainda que sejam consideradas como entidade de direito privado com fins públicos, não substituem o Estado, mas se constituem como colaboradoras estatais na prestação de serviços de interesse público.

Essas organizações representam o grau de comprometimento do governo com os organismos multilaterais e o reforço da dependência. Criaram-se mecanismos para que, além da reforma das políticas sociais, houvesse a transformação do imaginário social para aceitação do esvaziamento do sistema de proteção social público. As organizações criadas atuam de modo ambivalente quando assumem as tarefas das políticas sociais originárias do Estado e, com isso, terminam, também, possibilitando a execução social dessas políticas quando conferem legitimidade à progressiva retirada do Estado da política social (KARIN, 1994).

Para Netto (2002),

[...] o terceiro setor tem sido posto como o espaço privilegiado da intervenção de agências expressivas da sociedade civil, tanto as que veiculam as demandas populares quanto as que servem de conduto à explicitação dos interesses do capital. Situado no próprio processo de reestruturação do Estado como instância diversa deste e da esfera mercantil, o *terceiro setor* tem se revelado um importante instrumento

do projeto capitalista de cortar ao limite as funções estatais legitimadoras, mostrando-se não só compatível, mas funcional à reestruturação comandada pelo capital, ademais de haver claros indícios sobre o papel de desmobilização democrático-popular desempenhado pelas ONGs. (NETTO, 2002, p. 74)

Todo o investimento do BM em criar uma ciência da pobreza que estivesse intrinsecamente aliada às políticas neoliberais como forma de desenvolvimento dos países latino-americanos resultou em políticas sociais transitórias e focalizadas, como apontado neste texto, uma espécie de política bombeiro, que apaziguasse as convulsões sociais. Políticas sociais que pudessem aliviar em um curto prazo as mazelas/disfunções dos ajustes fiscais macroeconômicos do plano de estabilização e das reformas estatais e administrativas que incidiram em grupos específicos da classe subalterna.

Interessante notar que a ideologia dominante que captura a consciência subalternizada tem emplacado por décadas a cultura da crise, mas a realidade concreta é que

A reativação econômica após o ajuste deixou, até agora, uma tendência de vítimas em pequenas e médias empresas, assalariados, mulheres, comunidades rurais e crianças. Pode-se argumentar que o recente crescimento da pobreza é um efeito da crise e não das políticas neoliberais; mas é difícil manter a eficácia dessas políticas para reverter essa situação, podendo-se argumentar, ao invés, sua contribuição para sua consolidação e agravamento. (VILAS, 1994, p. 133, tradução nossa)

Na ciência da pobreza do BM, para além dos novos modelos de gestão operados por organizações sociais, da reorganização do mundo do trabalho sobre as estruturas da informalidade com redução dos custos do trabalho, somam-se os programas de transferências monetárias como capazes de permitir aos usuários proteção social via renda. Programas que deveriam ser seletivos e focalizados naqueles cidadãos mais pobres, como forma de alcançar os verdadeiramente merecedores da provisão estatal e dar eficiência aos gastos sociais.

Há um apontamento a ser feito que merece destaque: é a focalização e seus componentes com o sentido de universalizar o consumo por intermédio da monetização dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. Em suma, é monetizar os sujeitos subalternizados de forma a retirá-los do subconsumo. O que

quero salientar, nesse sentido, é que não se trata de preferência ou justificativa da focalização direcionar recursos para serem melhor utilizados e alcançar os verdadeiramente necessitados. O que se objetiva é universalizar o consumo em suas duas faces de segmentos: em que o consumo era inexistente e aos que se restringiram a um nano-mínimo de consumo de comida, ou seja, das necessidades mais prementes da vida – o estômago.

Todo o processo empreendido pelo capital imperialista em seu modelo neoliberal investiu fortemente na redefinição das dimensões definitivas do Estado, colocando-o em uma condição de maior dependência e operador de garantias da reprodução ampliada do capital. O processo utilizou dos mecanismos macroeconômicos como âncoras cambiais e fiscais com manutenção do câmbio defasado e altas taxas de juros para atrair o capital externo de maneira indiscriminada e assimétrica e garantir subsídios ao capital externo para investimentos de curto prazo, tudo em nome da estabilidade econômica e superação da crise para o desenvolvimento econômico e posterior distribuição de renda, reparando as injustiças sociais.

A questão que se coloca é se essas diretrizes do modelo neoliberal-financeiro tornam-se o modelo de desenvolvimento econômico-social que ideologicamente é absorvido pelo conjunto da classe trabalhadora de forma negativa, dada as promessas e o sentimento anti-Estatal e de percepção de sucateamento dos serviços públicos e perda do poder de compra com os arrochos salariais e a volta da inflação. Porém, impacta diretamente a força de trabalho e o nível de emprego, altera o desenvolvimento do capital produtivo interno e diminui a competitividade local, o que fortalece o comportamento rentista e especulativo do empresariado. Logo, afeta a distribuição de renda, gerando um quadro agudo de “novos” pobres atendidos pelos programas de transferência monetária e serviços para satisfação dos mínimos sociais.

O caminho orientado pelo Consenso de Washington e pelo BM na busca pela retomada da hegemonia dos EUA sobre toda a América Latina intensificou a já alarmante desigualdade social, a precarização do trabalho, a violência, o processo de favelização das grandes cidades, o crescimento da miséria e da pobreza, as mortes por desnutrição e os indivíduos se reproduzindo por meio de subnutrição crônica. As diretrizes neoliberais do capital imperialista financeiro deram o tom do processo de ajustes e reformas até o fim do governo FHC com acentuadas importações de crises,

como característica da dependência, o que levou a um empobrecimento de milhões de pessoas, trabalhadores formais ao desemprego e os informais com baixa qualificação para o grupo dos inempregáveis.

São estes os resultados das políticas de desenvolvimento econômico adotadas desde a década de 1960 e aprofundadas na década de 1990: um caos social em todo país e no continente, oriundo de variações e associações entre o pífio crescimento da economia, a elevação do desemprego, do subemprego e da informalidade e lumpesinato, a queda de salário e do poder de compra dos trabalhadores e a importação e explosão de crises financeiras entre 1995 e 2000, fato que gerou e alimentou um descontentamento da classe trabalhadora com as políticas neoliberais.

É nesse contexto de expansão da pobreza e miséria que surge o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001, intitulado “Luta contra a pobreza”, o qual apresentou ideias heterodoxas e que, em certa medida, responsabilizou o processo de liberalização e desregulamentação acelerada das economias e contos de capitais como as responsáveis pela crise financeira. Porém, apesar do raso reconhecimento das mazelas geradas, reafirmou com veemência que o combate à pobreza só poderia ser alcançado por meio de políticas para o crescimento econômico.

Assim, o relatório reformulou algumas incongruências e repensou pontos mais sensíveis do desastre social da década de 1990, mantendo a mesma direção e reforçando os programas de transferência de renda como fator positivo na focalização e elevação da renda dos mais pobres ao lhes permitir poder de compra.

Há com o reforço das transferências monetárias, uma migração da pobreza absoluta para a pobreza relativa, ou seja, não se reduz a pobreza, reduz-se a miséria, e, aos “novos” pobres, tiram-se as privações de consumo, retira-os do subconsumo e da subcidadania. Com os programas de garantia mínima de renda e as ações assistenciais, criou-se uma rede de proteção social, sufocando a universalização das políticas com verdadeira capacidade de suprir as necessidades humanas básicas.

É nessas condições que as transferências de renda servirão de expediente para superação das privações de consumo da classe trabalhadora que se reproduz na extrema-pobreza. Será elevado de maneira político-ideológica o programa de proteção social por meio da hipertrofia da política de assistência social e se constituirá como engrenagem auxiliar da acumulação de capital, seja na alteração das curvas de

consumo, seja pela passivização dos conflitos sociais. Processo capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores.

PARTE III – AS POLÍTICAS SOCIAIS NOS ANOS 2000 E O SURGIMENTO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA

Dos anos 2000 em diante, o Banco Mundial centrou suas atenções e esforços na promoção de uma agenda de recuperação do consumo para os países latino-americanos. Empreendeu uma empreitada na busca de uma agenda que congregasse a liberalização financeira e econômica dos países dependente-periféricos e a recuperação do consumo com elevação do nível de subconsumo para melhor consumo de bens e mercadorias. Cabe ressaltar que, ao debruçar o olhar e os esforços para estabelecer uma agenda de melhoria do consumo das famílias, como a agenda de combate à pobreza na América Latina nos anos 2000, o BM atesta o fracasso da década de 1990 com as políticas neoliberais e, nessa tentativa, busca conferir uma nova dimensão ao conceito de pobreza, ou seja, a pobreza como incapacidade de consumo.

Essa novidade está presente no Relatório sobre Desenvolvimento Mundial dos anos 2000, mas a principal novidade é a incorporação da pobreza como conceito multidimensional e que não deve ser pensada apenas pela ausência de renda. Portanto, para o novo milênio, a agenda de combate à pobreza deveria conter a promoção da "segurança", da "autonomia" e das "oportunidades". Esses três conceitos que devem ser garantidos no modo de produção capitalista remetem à assunção da meritocracia revestida de engenho e arte, ou seja, é como um requerimento para que os miseráveis troquem a situação de miserabilidade pela oportunidade de viverem na pobreza, agora com melhores condições de consumo e não subconsumo. A miserabilidade ou a pobreza é intensidade, nada mais que isso, mantendo a assimetria de poder.

Os Documentos Estratégicos de Redução da Pobreza apontam que os países endividados devem se comprometer e ter como prioridade nacional a luta contra a pobreza, devendo, o BM e o FMI, prestarem assessoramento para o processo de reparação social ocasionada pelos ajustes. Esses relatórios dos anos 2000-2001 contribuíram, mais uma vez, logo após a crise financeira e dentro do alto comando dos organismos internacionais em relação a catástrofe social gerada, para que o Banco Mundial impusesse ou reforçasse o modelo em curso de privatização dos serviços sociais, ajustes fiscal e contrarreforma do Estado e das políticas sociais.

Os programas de transferência de renda foram disseminados pelo chão social dos países periféricos como um novo modelo de programas sociais e, ainda, como proteção social e combate à pobreza e à fome. O Banco Mundial sustenta esses programas como necessários aos países subdesenvolvidos por "terem melhor focalização, custos administrativos mais baixos e combaterem as causas da transmissão inter-geracional da pobreza" (PEREIRA, 2016, p. 263).

Para tal defesa, apresentam-se três argumentos:

- ✓ Primeiro, na maioria dos países em desenvolvimento, os gastos públicos em infraestrutura e serviços públicos – do tipo que acabamos de advogar – geralmente não alcançam os muito pobres [...] Nesse contexto, se for possível demonstrar que as transferências de renda são mais direcionadas aos pobres do que outras formas de gasto público, elas podem contribuir para a redução da pobreza de maneiras que o investimento público direto não.
- ✓ Segundo, os mercados raramente funcionam perfeitamente na prática e, às vezes, fracassam de maneira a impedir que as pessoas pobres sejam tão produtivas quanto poderiam ser. Se as causas principais de algumas dessas falhas forem muito caras para corrigir, a redistribuição simples de recursos atuais poderá reduzir os custos de eficiência.
- ✓ Finalmente, o fato de muitas das desigualdades observadas no mundo em desenvolvimento serem herdadas dos pais pode torná-las eticamente censuráveis. As diferenças associadas a circunstâncias sobre as quais os indivíduos não têm controle (como raça, gênero ou origem familiar) são frequentemente consideradas como "desigualdade de oportunidades", que o Estado tem a obrigação moral de corrigir. (BANCO MUNDIAL, 2009, p. 47-48, tradução nossa)

Os argumentos apresentados apontam para a necessidade de os Estados promoverem uma política de "segurança dos pobres", uma política que seja capaz de reduzir os danos do ajuste fiscal imposto, desastres naturais, choques econômicos e as demais expressões da questão social, como, por exemplo: as desigualdades étnicas e de gênero que são impeditivos estruturais de ingresso desses grupos efetivamente nos mercados, principalmente no mercado de consumo.

A partir das orientações e finalidades da transferência de renda nos países dependentes e periféricos, pergunta-se: como e qual estratégia foi/é adotada para responder a tais expectativas do Banco Mundial e dos mercados e reduzir a pobreza e a extrema pobreza? Como tratado nas seções anteriores, que buscaram desvelar o processo de criação do lumpesinato no Brasil e o processo de ajuste fiscal permanente neoliberal desde o final da década de 1980, encontramos como resposta para tal

pergunta três momentos que acontecem conjuntamente e que, para Pereira (2016, p. 261), apresentam-se do seguinte modo:

1) aos Estados e seus governos e no Brasil, tanto a centro-direita quanto a centro-esquerda cabem criar um cenário e um ambiente político-social-econômico que seja favorável e facilite o desenvolvimento das práticas de mercado e negócios. De que maneira: ajuste macroeconômico, controle da inflação, estabilidade da moeda;

2) a necessidade de investimento em recursos variados para que os pobres pudessem desenvolver suas "capacidades e potencialidades" inerentes ao "desenvolvimento humano". Esse tipo de investimento, na visão do BM, do FMI e do BID, possibilitaria que o público-alvo desenvolvesse atividades mercantis para melhorar os rendimentos e ultrapassar certas privações. Ou seja, investimentos que recomponham as mínimas condições humanas, financeiras e sociais desses trabalhadores inempregáveis para que retornem ao mercado pela via do trabalho informal, do subemprego ou dos postos formais precarizados ou, ainda, como apontam os documentos, produtores diretos (microempreendedor individual, no caso brasileiro);

3) os sistemas de proteção social dos países que tomaram empréstimos devem incorporar uma abordagem de "gestão de riscos". Isso significa que as políticas sociais estatais implementadas atuam na atenção dos comprovadamente pobres e promovem uma política em que os instrumentos de proteção social público se mesclam com o mercado no atendimento dos cidadãos. De um lado, o atendimento público em saúde como prevenção dos riscos aos mais pobres; e, de outro, o seguro saúde para aqueles que possam adquirir no mercado. Cabe ao Estado, neste momento, ofertar aos comprovadamente pobres: "assistência e pensões para idosos, seguro-desemprego, frentes temporárias de trabalho, [...] microcrédito e transferência de dinheiro." (PEREIRA, 2016, p. 261).

Pontua-se que a oferta de microcrédito e a transferência monetária estão conectadas ao investimento em recursos de promoção das capacidades, visando a garantir que os usuários tenham as portas de saída – que deixem as provisões estatais – para serem expostos aos imperativos do mercado. As portas de saída constituem-se como instrumento que busca oferecer aos usuários o investimento em capital humano para que se insira em futuros empregos remunerados, ao mesmo tempo em que rebate as críticas contrárias à existência da transferência monetária.

Para emplacar socialmente a necessidade da transferência de renda e fiel implementação das estratégias acima apresentadas, o Banco Mundial vai defender que os países periféricos, por não possuírem projeto e metas de redistribuição de renda como política que melhore e incentive as famílias, devem investir em capital humano dos seus filhos; deve, desse modo, utilizar da transferência monetária como um bom instrumento. Nessa visão, as famílias são as melhores gestoras da renda transferida e vão alocar os recursos em áreas sensíveis à sua manutenção. Forçam-se as famílias a gerenciar recursos e dívidas ao mesmo tempo em que se vêem na possibilidade de melhorar as condições do subconsumo e de ultrapassar as barreiras da insegurança alimentar.

O BM também auxiliaria as famílias com restrição de crédito que não possuem condições financeiras para realizar investimentos lucrativos na educação dos filhos ou qualquer outro projeto comercial, fazendo da transferência de renda um instrumento equitativo, ao melhorar uma pessoa pobre, e eficiente, por injetar/alocar melhor o capital na economia (BANCO MUNDIAL, 2009). Certamente, consideraram que a transferência de renda se converteria em um arsenal político contra a pobreza e, principalmente, junto ao conjunto da classe subalternizada miserável que veria sua condição de reprodução melhorar.

Assim, a política de transferência monetária condicionada cumpre o papel de inserir crescentemente os mais pobres no consumo, com base na ideia de que cabe ao Estado desempenhar papel ativo no fortalecimento do mercado, configurando o que alguns denominam de "neoliberalismo inclusivo". (PEREIRA, 2016, p. 263)

Esse modelo de proteção social pautado na estrutura e nas reformas neoliberais, segundo Craig e Poter (2006), apesar de seus fracassos, redefiniu as formas com que o Estado se relaciona com o mercado e como o governo se relaciona com o cidadão. Isto ocorre, pois, os Relatórios do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento reforçaram e subsidiaram as políticas neoliberais na direção de uma proteção social focalizada, na privatização dos serviços públicos e na redução da concepção de pobreza como carência material, excluindo do debate sua face política que, todavia, é sempre mais violenta.

As políticas sociais e, principalmente, os programas de transferência de renda tornaram-se, com o processo de neoliberalização e financeirização, instrumentos

auxiliares na inserção no mercado e do mercado, contribuindo com o afastamento da discussão do elemento estrutural e, mais grave: o desemprego e a informalidade como padrão latino-americano, que, por sua vez, não é objeto de discussão nos relatórios do BID e do BM.

Esse processo fortaleceu ainda mais a vulgar construção das "democracias de mercado", que, para Dowbor (1998), restringem o aprofundamento democrático e participação popular ao simples funcionamento institucional de mercado, desprezando ou não conferindo o real valor da necessidade do controle democrático das ações de governo e das políticas de Estado. A "democracia de mercado" tornou-se categoria capaz de conferir, frente à comunidade internacional, uma condição de "reconhecimento e parâmetro de avaliação da qualidade do regime político e da engenharia institucional dos países da periferia" (PEREIRA, 2016, p. 258).

As transferências de renda associadas ao modelo de dominação ideológica tomam a capacidade de capturar o imaginário social de forma que, ao melhorar as condições de consumo e ascender da miserabilidade para a pobreza, essa população beneficiária adota o padrão dos serviços do mercado como modelo e necessidade, ao passo que, da tamanha alienação, apoia as contrarreformas das políticas sociais e esvazia os espaços de participação democrática. Essa associação opera no imaginário social de forma a exponenciar o fetiche da mercadoria, e ela, como necessidade universal, oculta os processos de exploração do trabalho, da degradação da vida, da luta de classes e do real entendimento de necessidades humanas básicas como mínimos sociais.

Com a disseminação para a América Latina da agenda de "best practices" de combate à pobreza pela via das transferências de renda, a orientação aos países periféricos é a de que se deveria montar equipes técnicas preparadas e blindadas contra as demandas e pressões de partidos políticos, sindicatos e demandas classistas (classe subalterna) e frações do pequeno empresariado nacional – o sentido é o isolamento da política macroeconômica dos debates democráticos e das demandas populares –, afastar os trabalhadores dos mecanismos de controle e participação e arrefecer os conflitos de classes e minar um projeto alternativo com demandas que verdadeiramente atendessem à classe trabalhadora para além dos mínimos sociais.

O contexto dos anos 2000 é da pujante hegemonia do projeto neoliberal e da financeirização diante da luta contra-hegemônica da economia do trabalho. As políticas sociais, em sua forma e significado, passam por um processo de "reconversão", orientada por objetivos que buscam, por um lado: 1) amenizar/reduzir os efeitos catastróficos do ajuste fiscal estrutural para reprodução da classe subalterna, de forma compensatória, atuando nos índices micro e macroeconômicos; e, doutro lado, dado seu caráter contraditório: 2) as políticas sociais também atuaram na direção do estabelecimento do não-direito, concebendo-o como direito de cidadania e universal, alicerçado pelo processo de focalização das políticas públicas e impondo restrições/condicionalidades de acesso e permanência nos programas sociais, de modo a se estruturar às margens da institucionalidade e legalidade que regem o campo da proteção social como direito social.

Em outras palavras, a proteção social pela via das políticas sociais historicamente possui uma natureza flexível, moldável aos interesses do capital e, ao mesmo tempo, respondendo à tensão permanente com a política do trabalho. Em tempos neoliberais, esvazia-se por completo da sua forma e significado, afastando-se da concepção de direito social para se tornar uma mercadoria disponível no mercado, com graus de complexidade e variedade para atender aos diferentes níveis de renda.

A perspectiva defendida das "best practices" de combate à pobreza ou da "gestão da pobreza", "gestão do pauperismo", divide-se nestes dois polos que caminham conjuntamente: 1) por meio da distribuição de renda num tratamento compensatório pela via das transferências, transforma a cidadania no ato do consumo de bens e mercadorias; e, 2) acompanhada do deslocamento da subjetividade ou da representação cognitiva enquanto representação da criação de um modelo do real, da organização do conhecimento assentada sob as bases do individualismo, identidades específicas e substituição da ideia de classe social, separando os sujeitos dos seus verdadeiros lugares no sistema produtivo do capital.

Esses elementos, além de melhorarem as condições de consumo da classe subalterna e possibilitar um melhoramento nos níveis mínimos de sobrevivência, também aceleram, dentro das complexas relações sociais, a inversão de responsabilidades, ou seja: a responsabilidade pública estatal pela proteção social transforma-se em responsabilidade individual ou social-familiar. Há o esvaziamento do significado real do direito para uma ideia de merecimento ou conquista que auxilia

o capital na destituição e derruição dos direitos sociais para melhorar o processo de acumulação.

Para Ivo (2004), o tratamento da questão social no Brasil (e podemos tomar a análise em âmbito ampliado) passou por um processo de rompimento estrutural entre os planos econômico-político-social. As análises são fragmentadas e subordinadas ao plano econômico, da capacidade interventiva estatal. Esse é um produto ideológico do modelo neoliberal que encara a questão social e suas múltiplas expressões sob o alicerce do novo modelo de gestão das políticas sociais: a focalização.

Esse processo de ressignificação do qual estamos nos empenhando em analisar é constituído em dois processos: 1) "processo de *desconstrução (retórica da crise) simbólica e ideológica dos sistemas de seguridade*", por meio da segmentação e seletividade dos trabalhadores mercedores e do mecanismo de eficiência e efetividade dos gastos públicos no combate à extrema pobreza e à pobreza. É a metamorfose dos direitos sociais para ações governamentais de assistência social à pobreza assegurada pela gestão técnica da questão social; 2) "a centralidade do tratamento da inserção dos indivíduos no mercado, através de *transferências monetárias*" estimuladoras do consumo de bens, produtos e mercadorias mínimas de reprodução da classe trabalhadora (IVO, 2004, p. 61, grifo nosso).

As transferências de renda carregam consigo o elemento político-ideológico que se une ao social de maneira a reorientar as políticas sociais de combate à pobreza. A eficiência e a racionalidade dos gastos públicos, expressas nas transferências monetárias sob a hegemonia do mercado, promovem e estimulam as condições básicas da integração social do indivíduo ao mercado – seja por serem reconhecidos como novos consumidores (cidadania pelo consumo) e/ou microempreendedores individuais.

A política social estabelecida de forma mais contundente a partir dos anos 2000 tem reconhecido o impacto de sua contribuição na reprodução social-física dos trabalhadores, do alívio que oferecem às famílias marginalizadas, desempregadas, subempregadas – há implicações importantes e significativas a serem analisadas. Nesse sentido de dar ênfase aos impactos positivos das transferências de renda, o BM lança o estudo "Conditional Cash Transfer" (2009), afirmando que as transferências de renda podem ser um instrumento para auxiliar e compensar os

indivíduos de circunstâncias históricas e que eles não possuem o controle, como a questão racial, de gênero, de origem familiar, da pobreza.

Asseburg e Gaiger (2007) assinalam que:

Melhoras na renda dos pobres geram aumentos sensíveis em seus gastos com a preservação e formação do seu capital humano, mediante despesas em nutrição, saúde e educação do núcleo familiar, as quais representam as bases mínimas para a elevação durável de sua inserção econômica e seu nível de vida. (ASSEBURG; GAIGER, 2007, p. 506)

Para endossar os aspectos positivos das transferências de renda na melhoria dos gastos familiares e justificar os repasses monetários na forma de proteção social e combate à fome, os organismos multilaterais e governos evocam a propensão marginal para consumir e, assim, explicar a destinação de renda transferida. Nesse caminho, coloca-se que em todos os escalões de renda o consumo é latente. Porém, num país dependente de um mercado restrito, percebe-se que, entre os pobres, a propensão marginal para consumir alimentos, gastos com educação e saúde é elevada, o que se torna decisivo e necessário aos repasses (KLIKSBURG, 2002). A diminuição da instabilidade de rendimentos e da insegurança econômica das famílias pobres produz o mesmo efeito.

Há que se dizer que a análise marginalista preconiza ajustes em torno das necessidades eleitas como prioritárias para o universo das famílias beneficiárias que são contempladas com aportes extras de renda. A questão que se coloca é a prioridade e direcionamento de gastos para as prioridades eleitas como essenciais à reprodução social. O que se deve observar no centro da análise, ao contrário do apontado pela análise equivocada da propensão marginal, é que, ao aumentarem a renda ou adquirirem uma renda extra, as famílias ampliam suas prioridades para além das necessidades mínimas. Amplia-se o escopo das possibilidades de consumo determinados pelas necessidades em termos de qualidade e quantidade, mas para produtos acessórios, eletroeletrônicos que conferem maior praticidade e melhor qualidade de vida.

Conforme dados da pesquisa do IBGE (2010), no Brasil, a participação da renda na despesa com alimentação neste período, no estrato mais baixo de renda (pobreza e extrema pobreza), é de 51,2%; nos estratos médios, é de 33%; e, na classe mais alta, é de 24,5%; há, porém, uma queda vertiginosa na classe mais rica, que tem

sua renda comprometida com alimentação em apenas 5,5%. Quando aumentada a renda das classes, o estudo aponta que, dos estratos sociais baixos para o médio, há um aumento no percentual com consumo alimentício e uma redução nos estratos mais ricos. Isso ocorre, pois há uma alteração na natureza e qualidade das despesas; o que deve se observar é a distribuição da renda transferida pelos gastos e analisar *a posteriori* o impacto marginal em cada um dos itens considerados prioritários.

Há, certamente, uma alteração no comportamento das famílias beneficiárias, pois passam a consumir mais à medida em que veem sua renda aumentar ou ser complementada pelas transferências de renda. Assim, passam a ter uma renda constante: seja ela advinda do trabalho informal, seja das transferências e, em sua maioria, uma soma dos dois. O que não se pode afirmar com clareza uma vez que a renda da informalidade se torna uma variável de difícil identificação, considerando que a renda real não aparece.

No caso brasileiro, há uma dificuldade grande em identificar a situação laboral dos beneficiários. Pesquisadores como Kerstenetzky e Brito, Cobo, Sant'Ana, identificaram dificuldades em comparar as características de mercado de trabalho dos beneficiários do Programa Bolsa Família, devido à baixa qualidade das informações levantadas sobre a ocupação do cadastro, com ênfase na variável "situação no mercado de trabalho" que aparece de forma ampla e genérica, abarcando aposentados, pensionistas, autônomos, enfim, uma categoria de não trabalha.

Segundo Cobo (2012),

A variável trata ao mesmo tempo, de ativos, inativos, desempregados, misturando atividades exclusivas da área rural com atividades mais gerais, como, por exemplo, assalariados que podem trabalhar tanto no campo como na cidade. (COBO, 2012, p. 216)

A partir dessa colocação, o fato de o fator da variável renda da informalidade e da colocação de trabalho estar esfumado e pouco visível pode derivar de dois pontos que devem ser considerados: 1) uma pergunta mal formulada pelo cadastro único dos programas sociais; ou, 2) o temor das famílias de não se tornarem elegíveis pela armadilha do desemprego eventual.

As transferências de renda para informais, desempregados, subempregados ou assalariados precários, independentemente da condição, no caso da intensidade das privações, enfim, o consumo imediato das famílias vai operar em três dimensões:

i) da vida em sua existência física; ii) no seu sentido enquanto sujeito inserido ao meio; e iii) de autoproteção, o que provoca uma espécie de equilíbrio e melhoramento econômico em nível geral e local.

Na América Latina, os efeitos da monetarização da assistência social podem ser avaliados percebendo-se a redução da pobreza de consumo de alimentos e melhoria das condições nutricionais dos beneficiários e de bens e serviços nas economias domésticas. O relatório do Banco Mundial sobre as transferências de renda aponta que essas transferências permitiram às famílias a investirem em capital humano-social (educação e saúde) não só pela imposição das condicionalidades de permanência nos programas, mas também pela recomposição orçamentária familiar ou única renda, permitindo a aquisição de mercadorias anteriormente mais sofisticadas, de maior valor e qualidade.

Tem-se uma melhora diária no consumo das famílias e indivíduos que, mantidos junto às políticas redistributivas, com enfoque no regime previdenciário, melhoram o consumo doméstico no longo prazo, alterando o fluxo da produção/distribuição/venda das mercadorias e o tempo de produção e reprodução do capital. Em países como a Nicarágua, com o programa de transferência de renda chamado Red de Protección Social implementado no ano 2000, possibilitou-se que o índice de participação na renda total do país do quintil mais pobre da população subisse de 3,7% em 2001 para 5,6% em 2009, considerando que o consumo *per capita* desse quintil variou positivamente para US\$ 0,52 por dia, pouco expressivo se comparado com outros países de igual situação, mas suficientemente expressivo para promover uma mudança sensível (CEPAL, 2013; BANCO MUNDIAL, 2009).

Na Colômbia, o consumo médio *per capita* variou positivamente para US\$ 1,19 por dia. Contudo, diferentemente da Nicarágua, a participação na renda total do país do quintil mais pobre variou de 4,2% em 2002 para 4,6% em 2009, uma oscilação muito tímida. Comparando com a Venezuela, um país da mesma região e com níveis de indigência próximos, o quintil mais baixo de renda teve participação de 4,3% em 2002 e foi elevado a 6,8% na renda total do país.

O quadro social da América Latina como um todo apresentou uma tendência de melhora, ainda que tímida em alguns países. Segundo CEPAL (2013), em pelo menos oito países latino-americanos aconteceu um incremento de ao menos 1 (um) ponto percentual na participação do quintil mais pobre na renda total desses países.

Voltando ao exemplo da Nicarágua, a transferência de renda em relação ao consumo médio das famílias representou cerca de 30% do consumo. Outros programas, como o Oportunidades (2002-2014) no México, o PRAF (1990-2009) em Honduras e o Bolsa-Família (2003) no Brasil, impactaram de forma significativa o consumo *per capita* de seus beneficiários, variando de 7% a 10% (BANCO MUNDIAL, 2009).

No caso brasileiro do programa bolsa-família, quando aplicamos um zoom na realidade social, encontramos aproximadamente 100 milhões de pessoas que pouco ou mal participam da economia, as quais, pela condição de empregabilidade e renda, gravitam em torno dela. Logo, quando o dinheiro é transferido para essas famílias, ele converte-se em consumo imediato; essas famílias não aplicam no mercado financeiro, tampouco fazem viagens internacionais. As transferências de renda e a renda da informalidade são convertidas em renda urbana explosiva, transformam-se em demanda, em consumo, estimulando o mercado interno, gerando pequenos negócios, mas intensificando os grandes que se apropriam de uma maior fatia, aumento do emprego e gerando mais demanda. Cria-se um círculo virtuoso para o capital e um círculo vicioso via consumo para as famílias com endividamento pelo crédito rápido e crediário.

Portanto, os programas de transferência de renda em seus efeitos de segunda ordem, já que o efeito de primeira ordem é o imediato alívio das privações causadas pela pobreza, podem melhorar ou contribuir de modo indireto para a elevação da renda nacional, por meio da dinamização da economia nos níveis locais e regionais. O aumento da renda de milhões de famílias beneficiárias pode acelerar o processo de produção, distribuição e consumo de mercadorias dentro dos mercados locais, regionais e nacional, pois os beneficiários da transferência de renda possuem maior propensão relativa ao consumo, o que impulsiona a dinâmica do fluxo circular da renda urbana.

Esses impactos na renda *per capita*, além de promover alteração significativa na composição do consumo de itens específicos de alimentação e apontar que o aumento das despesas com alimentos geralmente é direcionado ao aumento da qualidade, alteram o consumo agregado das famílias: moradia, lazer, alimentação. Acrescenta-se que as transferências, ao se tornarem a renda e/ou servirem de renda de recomposição do orçamento familiar, permitem que os trabalhadores desobriguem

o Estado e desonerem o capital ao fomentar a autoproteção pela via do consumo e a autoconstrução nas regiões periféricas dos centros urbanos utilizando o tempo de não trabalho, o que barateia os custos da reprodução do trabalhador. Esse é o papel da ideologia na captura da consciência, no estabelecimento de padrões sociais pelo consumo pautando as dimensões da vida pela sua mercadorização.

Outra forma de análise do consumo está em estudo promovido Hoffmann (2010), que buscou determinar a elasticidade-renda em várias categorias de despesas presentes nas Pesquisas de Orçamento Familiar (POF). O autor deu ênfase no consumo de variados tipos de alimentos a partir da renda *per capita* e agrupou os segmentos de renda em três grandes grupos. Logo, desenvolveu uma análise comparativa das principais características presentes no processo de distribuição de renda e consumo com alimentação, tendo esta última como prioridade.

A partir de sua análise, tem-se que a propensão de comprar alimentos da cesta básica no primeiro extrato de renda, que é composto por pessoas sem renda até aquelas que percebem um salário-mínimo mensal, é sempre maior. A quantidade de arroz, feijão, açúcar, mandioca, batata inglesa, café, macarrão, sal refinado, farinha de trigo, carne bovina e carne de frango é consideravelmente maior nessa faixa de renda quando comparada ao extrato médio da renda e aos mais elevados. Quando aumentada a renda, o valor gasto com a compra desses produtos também se eleva e migra para novos produtos, como: legumes, temperos, mortadela e refrigerantes, promovendo uma diversificação alimentar, fato que não é importante apenas para uma condição saudável do corpo; é importante, na mesma medida, para a dimensão econômica.

Portanto, a pesquisa de Almeida *et al.* (2016) aponta que, de maneira geral, a medida que a renda dos quintis mais baixos (1º quintil com renda *per capita* máxima R\$ 161,52 e média de R\$ 110,52; 2º quintil, renda *per capita* máxima de R\$ 246,17 e média de R\$ 204,84¹³) sofre alteração positiva, ainda que leve; a tendência é que haja um crescimento do consumo e diversificação de alimentos. Ademais, as Pesquisas de Orçamento Familiar dos anos de 2002-2003 e 2008-2009 permitem verificar e comparar as alterações de renda e consumo nos quintis mais baixos, grupo que enquadram as famílias beneficiárias PBF, e perceber que há uma relação entre o

13 Valores referentes ao ano de 2016.

incremento de renda proporcionado pelo programa de transferência de renda e o aumento na quantidade e diversificação de diferentes itens alimentares. Portanto, as famílias de menor renda localizadas nos estratos mais baixos acabam por possuir uma maior elasticidade-renda quando o aspecto é o consumo de alimentos¹⁴ dentro de uma padronização alimentar, especialmente os ultraprocessados¹⁵.

Resgatando o que anteriormente foi posto, essas famílias, como gestoras dos recursos transferidos, tendo recursos escassos frente às privações, vão gerenciar de forma a dar conta do maior número de obrigações, como energia elétrica, botijão de gás, vestuário, itens domésticos, alimentação, transporte, alimentação etc. O aumento e melhora relativa da alimentação via excedente vai aparecer, conforme mostra a POF, subdividido em essencial e ultraprocessados. Ao final, a fome se reduz, mas, com isso, dá-se um problema mais adiante: adoecimento não mais por falta de nutrientes, mas pelo excesso de sais e gorduras. Diante dessa realidade, a porcentagem da renda recebida tende a permanecer a mesma, com pouca elevação dos gastos em consumo de alimentos; como vimos, há uma diversificação e subdivisão das prioridades.

Os efeitos diretos das transferências de renda sobre os componentes do consumo que nos trazem à literatura apresentada e aos dados retirados das POFs de 2002-2003 e 2008-2009, fornecem-nos elementos e valores que sugerem que a maior parte da renda transferida recebida é direcionada para a alimentação e, nesse caso, conforme Resende e Oliveira (2008), estaria por volta de 60% do valor das transferências. O restante (40%) estaria destinado à despesa de vestuário e outros itens diversos, verificando uma crescente positiva para os quintis mais baixos de renda e também consumo de artigos de higiene e bens duráveis: geladeira, fogão, micro-ondas e aparelho de telecomunicação móvel.

Outros elementos que compõem as necessidades humanas, como habitação, transporte, cultura, lazer e recreação, não sofreram mudança considerável ou mesmo

14 Para mais informações, ver: MENEZES et al., 2008; RODRIGUÊS et al., 2008; HOFFMANN, 2010.

15 Nessa direção, ver os estudos de Menezes Silveira e Azzoni (2008); Coelho, Aguiar e Eales; Almeida, Mesquita e Silva (2016). Em síntese, os autores sustentam que o incremento de renda proporcionado pela transferência de renda do PBF implica em um aumento na demanda por bens alimentares com predominância dos bens da cesta básica de alimentação, afetando positivamente a estrutura de consumo desses elementos. Contudo, observam que, junto a esse processo de diversificação da alimentação decorrente do aumento da renda, há diferentes implicações no teor nutricional da cesta consumida.

sensível, sendo praticamente nula quando comparada com as famílias não beneficiárias. Pode-se concluir de forma primária, a partir dos elementos apontados, que, dentre os diversos componentes do consumo, a alimentação, vestuário, produtos de higiene e alguns bens duráveis são prioritários para os beneficiários das transferências de renda.

As transferências de renda como mecanismos de compensação para o consumo, de alívio das privações de consumo ou como apontam os mecanismos multilaterais: instrumento de diminuição da pobreza de consumo, na verdade têm um arranjo/arcação de ação estruturada na concepção de provisão dos mínimos sociais, em outras palavras, de oferecer os requerimentos essenciais à reprodução da força de trabalho. Portanto, toma para seu significado e entendimento de que, garantindo a sobrevivência biológica dos homens, está se garantindo o direito à vida “conseguida por intermédio de intervenções que [...] beiram a desproteção” (GOMES JUNIOR, 2015, p. 48).

Ao se colocar como engrenagem que possibilita a complementação da renda ou mesmo se pôr como única renda, as famílias em situação de pobreza e miserabilidade trarão, dentro da ordem do capital, uma melhora na condição de alimentação e, portanto, uma garantia mínima de reprodução social do ser. Afinal, esses sujeitos não possuíam garantias de manter uma alimentação constante e seguiam nessa incerteza diária, fato que significa que as pessoas irão melhorar sua condição de renda e permitir que comam mais e melhor.

A urgência que costuma acompanhar as iniciativas que têm essa interpretação do que seria o direito à vida, grosso modo, é identificada como intervenção emergencial, incorporando ao significado do vocábulo a imagem de algo transitório, só mesmo empregado para dar conta de uma situação radicalizada e que, entre a sua solução pela superação das causas que a geraram e o momento presente, exige uma ação que assegure os requisitos mínimos de modo a deter ou reduzir o risco de ruptura. Ocorre, contudo, que essas abordagens marcadas pelo signo da emergência, amiúde, são adotadas a partir da interpretação do risco para a vida, tomadas no seu sentido mais imediato. (GOMES JUNIOR, 2015, p. 49-50)

As transferências de renda condicionadas ao se assentarem como uma rede de proteção social de caráter emergencial para socorro imediato e de caráter excepcional, dado o elevado índice de pobreza, miséria e fome nos países latino-

americanos, ocorrem por meio de um conjunto de ações e intervenções compensatórias de forma focalizada nesse nicho social.

O papel das transferências de renda, nesse contexto de refluxo neoliberal no continente, pode ser considerado como instrumento estratégico com alta potencialidade de produzir efeitos imediatos no combate à pobreza de consumo e redução da fome, maquiando ou recompensando, em pequena medida, o grande estrago social fruto da reestruturação produtiva e reorganização do mundo do trabalho na América Latina, reorganizando suas funções na divisão internacional do trabalho e aprofundando a dependência econômica.

Os programas de transferência de renda, ao se transformarem numa rede de proteção social por meio de ações e atividades realizadas de modo transversal entre a política de saúde, assistência social e educação, auxiliam a ideologia neoliberal por meio da formação de um consenso social que fragiliza e fragmenta as lutas da classe trabalhadora, promove uma contrarreforma nas políticas de proteção social e altera o seu sentido e conteúdo enquanto direito conquistado pelo conjunto da sociedade; assim, em seu lugar, incorpora-se uma proteção centrada na focalização da proteção aos mais pobres.

Em outra observação, se abstraída a ideologia neoliberal que domina o Estado, a transferência de renda condicionada ou não ainda assim seria destinada a assegurar os mínimos sociais como forma de preservação da força de trabalho excedente. Contudo, a ausência de disputa política na superestrutura fomenta em qualquer um dos casos o isolamento, uma conversão do eu/meu em detrimento do nós/todos. Assim, sem disputa política com ela enfraquecida, as ações de distribuição de renda cooperam para o enfraquecimento da percepção da situação de cada um dentro um contexto de luta de classes.

Para além de colocar em condições biológicas e nutricionais essa força de trabalho excluída do setor produtivo e em prontidão para as demandas do mercado, permitiram que os pauperizados pudessem suprir as necessidades essenciais para a reprodução social e da vida. Supre-se a falta de proteção pela via do trabalho como os benefícios previdenciários e contribui-se para a “dinamização das economias locais em razão do incremento do consumo, mesmo que marginal, de milhões de famílias praticamente à margem do mercado de consumidores” (SILVA, 2014, p. 111).

É nesse contexto de crise do capital dos anos de 1990 e do refluxo neoliberal na América Latina que as transferências monetárias ganham a atenção política e no orçamento para o enfrentamento à pobreza. Em cada país e em cada período do desenvolvimento do capital e das forças produtivas nacionais, tem-se uma expansão dos programas e outros uma retração, respondendo às demandas do capital político-ideológico e econômico. Contudo, essas transferências monetárias são destaques durante as últimas décadas e é um instrumento com grande apelo social que, ao longo das contrarreformas das políticas sociais, por imposição do ajuste fiscal permanente, foi alçado como modelo de proteção social aos cidadãos.

Logo, no início dos anos 2000 a grande maioria dos países latino-americanos implementaram algum tipo/modelo de programa de transferência monetária, cada um com suas especificidades, particularidades nacionais. Como mencionado anteriormente, é o caso da Nicarágua, México e Brasil.

| Quadro 1 – Programas de Transferência de Renda nos Países da América Latina | | |
|--|--|-----------------------|
| País | Programa de Transferência de Renda | Ano de Criação |
| Argentina | Plan Nacional Familias | 2002 – 2003 |
| | Programas Familias por la Inclusión Social | 2003 – Atual |
| Brasil | Benefício de Prestação Continuada (BPC) | 1996 – Atual |
| | Bolsa Escola/ Bolsa Alimentação | 2001 – 2003 |
| | Bolsa Família | 2003 – 2021 |
| | Auxílio Brasil | 2021 – Atual |
| Costa Rica | Régimen no contributivo de pensiones por monto básico | 1974 – Atual |
| | Avancemos | 2006 – Atual |
| | | |
| Chile | Pensión Básica Solidariedad (ex-PASIS) | 2008 – Atual |
| | Chile Solidário | 2002 – 2017 |
| Colômbia | Programa Colombia Mayor | 2003 – Atual |
| | Más Familias em Acción | 2001 – Atual |
| Equador | Pensión para Adultos Mayores e Pensión personas com Discapacidad | 2003 – Atual |
| | Bono Solidário | 1998 – 2003 |
| | Bono Desarrollo Humano | 2003 – Atual |
| El Salvador | Programa de Apoyo a Comunidades Solidarias | 2005 – Atual |

| | | |
|--|---|-----------------------------|
| Jmaica | PATH | 2001 – Atual |
| México | Pensión para Adultos Mayores (ex-Programa 70 y más) | 2007 – Atual 1989 – 1994 |
| | Programa Nacional de Solidariedad (Pronasol) | 1997 – 2002 |
| | Programa de Educacion, Salud y Alimentación Oportunidades | 2002 –Atual |
| Paraguai | Pensión Alimntaria para Adultos Mayores em Situación de Pobreza | 2009 – Atual |
| | Abrazo | 2005 – Atual |
| | Teoporâ | 2005 – Atual |
| Peru | Programa Nacional de Assistencia Solidaria “Pensión 65” Contigo (Discapacidad Severa) | 2011 – Atual |
| | Juntos | 2005 – Atual |
| Uruguai | Pensiones no contributivas por vejez e invalidez | 1919 – Atual |
| | Panes | 2005 – 2007 |
| | Tarjeta Uruguai Social | 2006 – Atual |
| | Asignaciones Familiares - Plan Equidaded | 2008 – Atual |
| Fonte: CEPAL, 2018. (Atualizada pelo autor em 11/2021) | | |

Todos os países presentes no quadro acima podem ser considerados verdadeiros barris de pólvora ao fim da década de 1990, dado o elevado índice de pobreza, extrema pobreza e desemprego. Trata-se de um ambiente em que as convulsões sociais eram iminentes pelo grau de insatisfação da população, além do que esse cenário econômico-social se soma à estagnação econômica por consequência da crise cíclica do capital que, em sua maioria, é importada dos centros imperialistas.

Nesse compósito histórico latino-americano de superexploração da força de trabalho, a privação do consumo com reprodução social dos trabalhadores pelo subconsumo e consumo interno voltado para as elites (consumo conspícuo) em detrimentos das classes populares, a precariedade do Estado Social promotor de proteção social por sua submissão aos interesses do bloco no poder e a condição de assalariamento precário que inviabiliza a satisfação das necessidades humanas básicas permitem, com mais facilidade, ao capital adentrar o fundo de vida do trabalhador sem se preocupar com a reprodução da força de trabalho, tendo em vista a abundância de trabalhadores no exército industrial.

Esse modelo de proteção, que tem na base principal do discurso o combate à pobreza e a melhora dos níveis de educação e saúde com ações integradas, a fim de melhorar o capital humano dos países dependente-periféricos e capacitar os trabalhadores para o mercado de trabalho, “novos” trabalhadores, tem dentro do sistema de proteção um papel dual, ou seja, com a expansão dos repasses monetários focalizados nos mais pobres, como o programa da política de assistência social não contributiva de enfrentamento da miséria e a fome que delimita o acesso a essa política, ao passo que também coloca limites para que um contingente da população seja coberto pelo seguro social de caráter contributivo.

Entendo que, nesse processo de focalização, o que as análises têm desconsiderado ou pouco abordado é que, na realidade, ela tem sentido de universalizar o consumo, ou seja, minimizar as privações e retirar grande parcela da população do subconsumo, elevando sua renda.

Soma-se a esse fato a mercadorização dos direitos sociais, como: saúde, educação, previdência e outros instrumentos de proteção social privados. Isso na esteira das raias da nova concepção e do consenso social criado para quem deve moralmente ser coberto pela proteção pública do Estado. Além de sua estratégia de combater as privações de consumo, as transferências monetárias influem diretamente no modelo e no padrão do sistema de proteção social dos países e, como estratégia do capital, reformulam e reconfiguram a ideia de Seguridade Social. Assim, visam a estabelecer uma nova rede de políticas e ações para Seguridade Pública e a abrir espaço para atuação do mercado.

Desse modo, as necessidades humanas básicas ficam subordinadas à prestação dos mínimos sociais e aos interesses e necessidades do capital em sua fase mais selvagem.

Os movimentos privatizantes e de “mercadorização” de direitos – a adoção da ortodoxia econômica a privilegiar os fluxos de capitais especulativos em detrimento dos gastos sociais exatamente pela “conversão” à ideia de que nada existe fora do arranjo neoliberal eu possa permitir o progresso e a liberdade do indivíduo – ganharam explícita, ou dissimuladamente, a adesão de amplos segmentos da intelectualidade e de políticos tomados como progressistas, ou de esquerda, ressuscitando, como no caso do Brasil, a ideia de um crescimento a ocorrer no futuro, para o qual antes é exigido “suor e lágrimas”, como sempre vertidos pelas classes populares. (GOMES JUNIOR, 2015, p. 60)

Nesse viés, deriva-se de processo de neoliberalização e financeirização das economias o entendimento de que o Estado, enquanto agente provedor da proteção social, deve atender ou se restringir a garantir a subsistência dos grupos sociais mais pauperizados. Gomes Junior (2015) é cirúrgico ao dizer que essa visão “retroage às dimensões dos mínimos de subsistência dos primórdios do capitalismo” e, doutro lado, os conceitos que surgem neste marco se realiza a partir “de seus significados mais imediatos e estreitos, que normalmente só dão conta de situação extremas” (GOMES JUNIOR, 2015, p. 61).

As transferências de renda, num contexto de crise do capital na América Latina e de avanço das pautas de ajuste fiscal guiado pelo ideal neoliberal como modelo capaz de superar crises e proporcionar bem-estar, tiveram um papel fundamental – político, ideológico e econômico –, pois atacaram uma deficiência crônica nesses países dependentes: a privação de consumo, a precária alimentação e a fome, uma vez que o traço característico das economias dependentes é o fraco ou inexistente Estado Social incapaz de assegurar uma proteção social robusta e garantir além dos mínimos sociais. A satisfação dos mínimos sociais por meio de uma política seletiva e focalizada torna-se a regra da proteção pública e esvazia o significado de direito e das necessidades humanas básicas como elementos potencializadores da cidadania plena: capacidade de agência, autonomia crítica e saúde plena.

CAPÍTULO 3 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL NOS GOVERNOS PETISTAS DE 2003-2015: PROTEÇÃO SOCIAL, COMBATE ÀS PRIVAÇÕES DE CONSUMO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Chego a este ponto depois de traçar as características e fundamentos do desenvolvimento histórico do Brasil enquanto país dependente-periférico, pontuando como características estruturantes a ausência do Estado Social, a superexploração da força de trabalho, os planos de desenvolvimento econômico e de estabilização que concentraram renda e potencializaram o desemprego, o subemprego, a informalidade e alargaram as franjas do exército industrial de reserva com ênfase ao lumpesinato. Ademais, venho construindo ao longo do trabalho as características do consumo nacional que se caracterizam no espaço-tempo pela divisão da baixa esfera em que se localiza a classe trabalhadora, reproduzindo-se pelo subconsumo, e pela alta esfera em que se aloca a burguesia, reproduzindo-se pelo consumo conspícuo.

Logo, o mercado de consumo é restritivo por fatores, como: produção voltada para o consumo conspícuo; planos de tributação de bens considerados supérfluos sem nenhuma clareza como forma de desestimular/conter o consumo interno; planos de arrocho salarial e aumentos históricos abaixo da inflação, corroendo o poder de compra da classe trabalhadora; e superexploração da força de trabalho, que é elemento fundante da reprodução periférica, a qual é constituído por uma tríade: intensificação do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho e diminuição do consumo da massa trabalhadora para além do usual. Essas características constituem fatores limitantes à participação da classe trabalhadora brasileira no mercado interno, empobrecendo sobremaneira os assalariados formais, subempregados e desempregados e empurrando para o descarte humano o lumpesinato.

A desigualdade social abissal brasileira e em todo continente latino-americano, salvaguardado suas especificidades, possui o mesmo alicerce, que vai se diferenciando no processo de desenvolvimento econômico-industrial, porém com mesmo fundamento: os papéis na divisão internacional do trabalho mantêm-se com certa flexibilização, conforme a necessidade e momento conjuntural do capital e da acumulação. Dado o mesmo fundamento, esses países também vão possuir características próximas no que se trata da construção do mercado de trabalho e do consumo, unindo-se pela condição da superexploração da força de trabalho como

forma de atenuar a transferência de valor ao centro e dos níveis alarmantes de pobreza e miséria com grande contingente de trabalhadores economicamente marginalizados, politicamente destituídos e socialmente descartados.

Em todos os países latino-americanos e Caribe, em maior ou menor medida, verifica-se um Estado Social ou inexistente, ou incipiente que não construiu um sistema de proteção social. Frisa-se que não estamos falando da robustez de um Estado Social nos moldes europeu, mas de um Estado que minimamente constituísse um sistema de proteção social com garantias mínimas de sobrevivência. Portanto, não se trata de medidas pontuais e desconexas, ainda que importantes para sobrevivência da classe trabalho como, no caso brasileiro, o Consolidação das Leis do Trabalho e a Previdência Social que regulam o mercado de trabalho e a proteção social pela via trabalho, mas não protege o informal, o desempregado, o subempregado – a característica da reprodução dos trabalhadores nas economias dependentes é a informalidade.

Há um mantra que diuturnamente é cantado pelo empresariado: o desemprego brasileiro é fruto da falta de capacitação dos trabalhadores e da rigidez e excessiva regulação do mercado de trabalho. Contudo, há que se observar que, na concepção estruturalista de tempos pretéritos, a política de geração de emprego constituía-se como política complementar ao crescimento econômico; agora, para os neoestruturalistas, as políticas de emprego conformam-se como políticas substitutivas do próprio crescimento. Ocorre, assim, uma contraposição/incompatibilidade entre política econômica e política de geração de emprego. A solução proposta pela ortodoxia e seguida pelo neodesenvolvimentismo foi qualificar os trabalhadores para induzir a empregabilidade.

Com a crise estrutural do capital da década de 1970, expressa fenomenicamente na crise do keynesianismo-fordismo, dado que o quadro, por sua vez, era mais complexo e crítico, os traços constitutivos da essência podem ser caracterizados, como bem aponta Antunes (2009, p. 31): 1) pelo esgotamento do padrão de acumulação do capital pautado sob as bases keynesianas e do fordismo, que se torna incapaz de responder à retração do consumo e ao crescente desemprego; 2) pela hipertrofia do capital financeiro imperialista, que torna relativamente autônomo o capital industrial, bancário e produtivo; 3) pela crise fiscal do Estado, havendo a imposição de retração dos investimentos públicos e a utilização

do fundo público para recompor a taxa de lucro do capital privado, por meio de financiamento, subsídios e desonerações; e 4) pelo impulsionamento das privatizações, desregulamentações e flexibilização da produção, forçando um processo de deslocalização das indústrias.

Trata-se de trações da crise estrutural do capital que vão ser amplamente difundidos e aprofundados na periferia do capital, com o agravante do avançado processo de reestruturação produtiva e reorganização do mundo do trabalho, que vão potencializar os velhos mecanismos de acumulação e redefinir e reconfigurar em definitivo o combalido Estado brasileiro e demais latino-americanos que entram num quadro crítico de crise e recessão econômica, aliando-se e ampliando a alta taxa de inflação e de juros, de modo a agudizar o quadro caótico social.

A partir da década de 1980, há um quadro persistente de semiestagnação, intercalado com pequenos períodos de crescimento, miniciclos de crescimento: decorre que a não geração de emprego e piora do quadro estrutural se localiza na política macroeconômica de estabilização forçada, que vai se dar em detrimento dos investimentos sociais em serviços públicos e políticas sociais (SALM, 2005).

O quadro histórico da economia dependente, que vai ser aprofundado com a financeirização iniciada na década de 1980 com explosão da crise que exige, por parte do capital, um plano de ajuste fiscal, saneamento das contas públicas para melhorar a saúde fiscal do Estado, retração dos investimentos, contenção do consumo e melhora na balança de pagamentos, faz com se torne ineficaz a política de emprego, uma vez que ela se orienta pela oferta, enquanto o problema está no seu oposto, na demanda. É preciso ter claro que “a regulação de nossa demanda agregada deixa de estar submetida a decisões autônomas sobre o nível de liquidez e passa a depender dos humores e da volatilidade do sistema financeiro” (SALM, 2005, p. 191).

Nessas condições macroeconômicas, a geração de emprego e renda se limita a políticas de emprego na ótica microeconômica, fator incapacitante de promoção e sustentação do crescimento econômico com geração de empregos e equidade. Logo, os níveis indecentes de desemprego, subemprego e informalidade são de uma realidade socioeconômica anunciada e inevitável, tendo em vista o comportamento e a decisão esquizofrênica do poder político submisso-associado ao poder econômico imperialista-financeiro. Esse modelo de desenvolvimento pós-1970, de acumulação flexível e ideias neoliberais, aliado às ideias do Consenso de Washington, produziu

no Brasil e em toda América Latina e Caribe sucessivas recessões, como, por exemplo, no México, na Argentina e na crise bancária brasileira em 1995, com agravamento da pobreza e da extrema pobreza e a consolidação de uma extensa massa de precariado.

O Brasil chega aos anos 2000 como terra arrasada socialmente, pois, no fim dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, para além de modelo de desenvolvimento econômico-social, denominado de neoliberalismo, implanta-se no país uma forma de desenvolvimento pautado numa política de choque que tem em sua essência o fim dos padrões mínimos de solidariedade social, fim das funções obrigatórias do Estado no cumprimento da proteção social. Para Frei Beto (2010), esse processo nada mais é do que uma doutrina econômica de resultados miseráveis, e acrescento: geradora de miseráveis; e tem bases no discurso moral com capacidade de fundamentar novas formas de sujeição social.

Os anos de 1990 e início dos anos 2000 podem ser resumidos a partir dos dizeres de Francisco de Oliveira (2018) como um período em que se impuseram as formas de uma política econômica conservadora sob a égide da financeirização do capital, ajuste fiscal severo por conta de uma política fiscal ortodoxa e políticas monetárias recessivas. E, para Oliveira, o neoliberalismo marcou de maneira única na história brasileira o plano social com “antirreformas sociais, antirregulacionismo, antidireitos do trabalho e direitos sociais” (OLIVEIRA, 2018, p. 66).

O Banco Mundial, ente financiador e idealizador das políticas econômicas e sociais para os países periféricos, impõe, pelo lugar que ocupa nas instituições do capital, o modelo de enfrentamento da questão social e as formas como devem ser implementadas nos territórios, como se fossem meras mesas vazias de seus escritórios. Para tanto, conforme mencionado, como forma de impor seu poder nesses territórios, lança os relatórios anuais em que discute e aponta os caminhos a serem percorridos em cada período histórico para certamente melhorar o processo de acumulação de capital e sua reprodução.

Houve uma grande piora até os anos 2000 no Brasil e em toda América Latina do quadro crônico de extrema desigualdade social, mortes por desnutrição, desnutrição crônica, alto índice de desemprego, empregos no mercado informal (precário e insalubre), consumo limitado de bens essenciais para reprodução de sobrevivência, crise econômica, arrocho do ajuste fiscal dada a política econômica

ortodoxa, desfinanciamento das políticas públicas e sociais de proteção dos trabalhadores, desigualdade regional. Com isso, conduziu-se um novo processo de precarização dos contratos de trabalho e assalariamento no país.

Para o enfrentamento desses efeitos colaterais do neoliberalismo nos países periféricos e como forma de encarar o aumento exponencial do número de pobres e miseráveis, os organismos financeiros multilaterais buscaram explicitamente reverter a queda tendencial da taxa de lucro, criando-se, assim, as transferências diretas de renda para aqueles que estavam pairando ou alheios à vida econômica dos países, vivendo e reproduzindo o ciclo da miséria e da ignorância que o capital os subordina diuturnamente.

A transferência de renda, além de ser um mecanismo capaz de amenizar as mazelas vividas e pacificar a potência do trabalhador numa possível convulsão social, tendo em vista o descontentamento no período, tem como principal objetivo reduzir ou eliminar as privações de consumo dos trabalhadores e, assim, aumentar o potencial de compra da classe subalterna, fazendo com que o fluxo de acumulação de capital fosse acelerado pelo consumo de massa e do aumento da produtividade que não se converte em aumento do pagamento do valor da força de trabalho – em evolução salarial.

3.1 Políticas de proteção social e transferência de renda: do Programa Fome Zero ao Programa Bolsa Família – o ajuste das velas

A partir dos anos 2000 no Brasil e no conjunto de países latino-americanos, há um descontentamento da massa proletária com o produto do neoliberalismo da década anterior e, desse processo de insatisfação social, inicia-se uma série de discussões em torno da questão social com ênfase em uma definição conceitual da fome e da miséria. Com isso, promovem-se ações para combatê-las ou erradicá-las, como se isso fosse possível sem que se alterem os seus fundamentos, o modo de produção capitalista.

Do mesmo modo, foi criado um projeto de gestão e controle da vida da população empobrecida. Nos programas de transferência de renda, foram introduzidas as condicionalidades a partir da ideia de que os subalternos pudessem ter acesso aos benefícios e, também, direito de permanência. Contudo, esse elemento

limitador de acesso relaciona-se melhor com a necessidade de controle e vigilância dos *paupers*. Como esse modelo se tornou sinônimo de direito social aos mais pobres, pode-se afirmar que há condicionalidades para se acessar os direitos sociais e que elas carregam traços de moralidade.

O Partido dos Trabalhadores, em suas diferentes alas ideológicas, já discutia direções para promoção da “justiça social” e do combate à fome no Brasil. Havia a disputa interna de recuperar as ideias do projeto da economia solidária que fosse capaz de potencializar o exercício da cidadania e solidariedade como valores fundamentais e essenciais para o desenvolvimento social. Porém, a ala que propunha a retomada das ideias de economia solidária de organização popular foi vencida pelo projeto que discutia a fome numa outra perspectiva e que via os ganhos políticos como caminho a ser tomado pelo partido.

O percurso traçado pelo Partido dos Trabalhadores e pelas alianças programáticas alçou Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República em 2002 e, com esse acontecimento, os movimentos e mobilizações sociais deslocaram-se do campo das ações políticas populares e de base à ação institucionalizada partícipe das estruturas do Estado. Vale ressaltar que a figura de Lula ganhou força política e social ao se tornar o representante e/ou figura do combate à fome e à miséria no país.

A representação que se tornou Lula vinha sendo amplamente difundida na pré-campanha e campanha quando insistentemente afirmava que seu compromisso, se eleito, era garantir que todos os brasileiros fizessem as três refeições diárias: café da manhã, almoço e jantar, ou seja, manterem-se vivos. Aliás, o direito à alimentação nutritiva de qualidade deveria ser o primeiro direito humano básico garantido em qualquer hipótese, mas, no modo de produção capitalista, não há nenhum compromisso com a vida, podendo homens, mulheres, crianças e idosos serem descartados da existência de forma indecente sem qualquer pudor.

O petista, na posse presidencial em 2003, destacou em seu discurso no plenário do Congresso Nacional o Programa Fome Zero (PFZ), convocando toda a sociedade para erradicar a fome no país, uma espécie de “luta de todos sem distinção de classe, partido, ideologia¹⁶”. Essa ideia de união nacional e luta coletiva

16 BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Discurso do Presidente da República. Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003, p. 04.

independentemente de classe social exprime ideias confluentes de alguns movimentos sociais, movimentos ligados à Igreja Católica e à ala do Partido dos Trabalhadores de centro. Essas articulações representavam o apelo popular para a garantia de alimentação e sobrevivência dos miseráveis.

Então, a garantia alimentar do Fome Zero se configurou como a via responsável para aglutinar as massas e as mobilizações sociais em torno do desenvolvimento social. Já o desenvolvimento econômico seria potencializado por meio da reforma agrária, uma das bandeiras históricas do partido. Há de se registrar uma questão colidente em relação à reforma agrária, porque a linha que conduziria os assentamentos em sua produção numa economia de mercado, conforme a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO), não é compatível com o fortalecimento da agricultura empresarial ou, em outros termos: o agronegócio.

Ou seja, os incentivos à agricultura familiar colidem com os incentivos e estímulos à agricultura empresarial. Desse modo, José Graziano da Silva (2004) registrou que o desenvolvimento da agricultura poderia se dar por meio da inserção “de uma demanda adicional por alimentos” que se tornaria um “instrumento de inclusão econômica e produtiva”. Com o PFZ, o governo petista pretendia favorecer as históricas solicitações dos movimentos sociais do campo.

Para os seus idealizadores, o Programa Fome Zero seria um projeto que teria capacidade de modificar *per si* a ideia de que primeiro se estabiliza, depois se cresce economicamente para, então, dividir ou, ainda, primeiro cresce o bolo para depois distribuir a riqueza construída socialmente e, enfim, aliviar gradualmente as mazelas da pobreza.

Para os movimentos sociais (de operários, de defesa da reforma agrária, de base), o desafio maior do governo Lula seria aquecer o mercado interno, o que, para eles, aconteceria com associação muito próxima da reforma agrária; porém, isso não ocorreu. O fomento ao mercado viria pelas transferências de renda e acesso ao crédito e crediário facilitado, operando a despolitização da classe trabalhadora enquanto classe subalternizada e explorada e, em seu lugar, a ideia abstrata e favorável ao capital de cidadania pelo consumo.

O núcleo de criação do PFZ entendeu que a fome no Brasil estava fincada em três dimensões estruturais: 1) insuficiência de demanda – fruto da concentração de

renda, alarmante índice de desemprego e baixo poder de compra; 2) distorção de preços – incompatibilidade dos preços de alimentos com o poder de compra da classe trabalhadora; e 3) os excluídos do mercado de alimentos – trabalhadores desempregados, subempregados, mulheres, idosos, crianças que sofriam com a fome e que necessitavam de atendimento emergencial (SILVA; BELIK; TAKAGI, 2010).

A partir dessas três dimensões fundamentais que compõem a problemática da fome no país, a resposta que o Fome Zero oferecia também se dividia em 3 eixos conectados: 1) aumentar a demanda efetiva de alimentos; 2) diminuir o preço no comércio dos alimentos aliado; e 3) criar programas que resgatasse as pessoas excluídas do mercado de alimentos e de produtos populares (Ibidem).

As três dimensões estruturais nas quais a fome, a pobreza e a miséria estão fincadas é produto da dependência estrutural ao capital central que impõe, pelos modelos e ideários, o modo de produção, consumo, organização do mundo do trabalho, os níveis de desenvolvimento técnico-científico, econômico-social e das relações de poder. Essa é uma conclusão não muito difícil de se chegar para o Partido dos Trabalhadores que continha e ainda contém um quadro de intelectuais respeitados que compreendem a totalidade e as particularidades da formação sócio histórica brasileira de forma crítica. As respostas que o Fome Zero oferece em seu arcabouço consistem em destravar a demanda reprimida, distribuir renda para as famílias com privações severas do consumo e operar uma política de controle efetivo dos preços.

O Programa Fome Zero era certamente ambicioso; aglomeravam propostas de políticas exclusivas de auxílio à alimentação correlacionadas com as políticas estruturais de geração de emprego e renda, políticas de amparo para a expansão e fortalecimento da agricultura familiar, reforma agrária consistente, política de reajuste real do salário-mínimo e expansão da previdência social (SILVA; BELIK; TAKAGI, 2010). Foi na fase de transição de governo que o programa ganhou corpo, desenho institucional e ações programáticas definidas, fato que permitiu a sua instituição logo no primeiro ano de governo.

Como já apontado anteriormente, uma das indicações aos países denominados “em desenvolvimento” para combater a fome era a criação de um ministério ou pasta responsável por gerenciar os programas e projetos. Assim, logo na reforma ministerial,

cria-se o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, responsável em gerir e coordenar as ações do Fome Zero.

Vejamos, abaixo, no quadro 2, o desenho inicial do Programa Fome Zero e as prioridades para o primeiro ano de governo do Partido dos Trabalhadores – 2003.

| Quadro 2 – Desenho Inicial do Programa Fome Zero – 2003 | |
|--|--|
| Programas Estruturais | |
| 1. Reforma Agrária | <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Plano emergencial de assentamento de 600 mil famílias acampadas. - Recuperação de assentamentos em situação precária, beneficiando 40 mil famílias. |
| 2. Fortalecimento da Agricultura Familiar | <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do atendimento do Pronaf B para 200 mil famílias. - Financiamento para agricultura familiar na safrinha. |
| 3. Projeto Emergencial de Convivência com o Semiárido | <ul style="list-style-type: none"> - Seguro-Safra - Abastecimento Emergencial - Construção de pequenas obras hídricas: cisternas e barragens subterrâneas |
| 4. Programa de Superação do Analfabetismo | <ul style="list-style-type: none"> - Pré-alfabetização nos municípios atendidos pelo Programa Fome Zero. - Programa de educação de jovens e adultos em áreas de reforma agrária. |
| 5. Programa de Geração de Emprego | <ul style="list-style-type: none"> - Financiamento para habitação e saneamento |
| Programas específicos | |
| | <ol style="list-style-type: none"> 1. Restaurantes Populares 2. Banco de Alimentos 4. Ampliação da Alimentação Escolar 5. Programa Cartão de Alimentação Emergencial 6. Educação Alimentar |

Fonte: TAKAGI, 2010, p. 56.

Segundo Takagi (2010, p. 56-57), esse primeiro desenho do programa propunha uma ação integrada no nível local: “Cartão Alimentação, alfabetização de

adultos, educação alimentar, incentivo à produção agrícola familiar, reforma agrária, programas de geração de emprego e renda, construção de cisternas etc”. Essa articulação das ações e benefícios deveria ser executada nas macrorregiões e nos municípios de maneira que fomentassem a produção de alimentos e a geração de emprego e renda. Fato que difere o programa das demais transferências de renda que possuem objetivo específico, como, por exemplo, Benefício de Prestação Continuada, Bolsa-Escola e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Dentre esses programas sociais, a prioridade do início do mandato de Lula consistiu na proposta de expandir o Programa Cartão Alimentação (PCA) para inclusão de novas famílias com a regularização e atualização dos cadastros das famílias nos municípios que aderiram ao programa. O PCA funcionaria no modelo de parcerias: União, Estados e Municípios interessados em aderir ao programa; assim, haveria um compartilhamento dos gastos.

A princípio, foi pensado para o desenvolvimento do programa que as famílias recebessem um tipo de “cupom alimentação” e, com ele, poderiam comprar alimentos em lojas varejistas cadastradas. A proposta evoluiu para os moldes dos pagamentos dos benefícios já existentes: Bolsa-Escola, PETI e BPC, ou seja, o pagamento pela Caixa Econômica Federal atribuiu ao PCA outra forma de ser, uma nova sistemática de transferência renda, agora por operações financeiras e cartões magnéticos.

Contudo, o governo petista analisou que, para não perder a sua essência de vincular o repasse financeiro no Cartão Alimentação para compra de alimentos, os beneficiários deveriam cumprir algumas condicionalidades, como: “vinculação dos gastos à compra de alimentos com comprovação por meio da apresentação de documentos como notas fiscais, recibos, ou simples papel atestando o local da compra a um Comitê Gestor local [...]” (TAKAGI, 2010, p. 58), mas segundo Silva (2010), essa proposição não foi adiante.

Silva (2010, p. 103) fala dessa proposta e aponta que o Cartão Alimentação teve inspiração do programa *food stamps*, dos Estados Unidos, em que se exigia dos beneficiários algum tipo de comprovação da compra de alimentos. A ideia é repassar renda por meio de um cartão eletrônico para que os usuários fizessem suas compras em supermercados, adquirindo os itens que julgassem pertinentes. Contudo, apenas debitaria o saldo do cartão o que se enquadrasse no item classificado como alimento.

Essa ideia não prosperou no Brasil, segundo Silva, devido à ausência de instrumentos necessários na época.

O autor argumenta ainda que na fase inicial das formulações e debates do projeto Fome Zero encontrou algumas diferenças e dificuldades principalmente para o estabelecimento da melhor diretriz ao programa, mas que tinham consciência de que era preciso criar uma forma para solucionar a problemática da fome e da vontade de comer em um país em que há um contingente enorme de pessoas passando fome por serem consumidores sem dinheiro e, ao mesmo tempo, um enorme volume de alimentos esperando para serem consumidos. Para tal, a discussão pairou sob os meios de como criar uma ponte entre os beneficiários e o acesso à alimentação a partir das muitas iniciativas que se pensara para a política de segurança alimentar desenvolvida no país.

Para Silva (2010), a ponte que une beneficiário e acesso à alimentação é o poder do dinheiro. Esse pensamento explica-se pela ideia de o dinheiro criar mercado, demanda, lição básica dos economistas clássicos.

O dinheiro tem que ser dado nas mãos das pessoas e o problema era como fazer o dinheiro chegar às mãos das pessoas sem intermediação clientelista e/ou política. Tínhamos também a consciência de que dar o dinheiro nas mãos de pessoas podia não dar certo. Uma coisa é ter uma caderneta de crédito que é utilizada para quitar suas contas, mas ter dinheiro vivo para o fazer podia não dar certo. Fizemos um debate longo no início do programa sobre como fazer essa transferência – se condicionada, não condicionada, com ou sem restrições de produtos para comprar. [...] Toda proposta sujeita a debate público é de difícil administração, pois ganha autonomia em função dos interesses dos atores sociais. (SILVA, 2010, p. 98)

Como representante da ala petista a favor da Renda Básica de Cidadania, Eduardo Suplicy, que defendeu a autonomia dos sujeitos enquanto seres dotados de vontades e desejos, contrapunha à ideia de comprovação da compra de alimentos pensada nas primeiras propostas do PFZ com o PCA com os argumentos de que, se a intenção fundamental do programa seria a erradicação da fome e da miséria, fazia-se necessário compreender que homens, mulheres e crianças necessitam de muitas outras coisas para além de só matar a fome. Então, para Suplicy (2002, *apud* SORDI, 2019, p. 92-93), é preciso ultrapassar o pensamento de que a pessoa pobre só necessita matar a fome, pois

Se está fazendo frio, precisa comprar um agasalho ou um cobertor. Se a telha ou a porta de sua casa estão avariadas, é preciso consertá-las. Se um filho ficou doente, é preciso comprar remédio com urgência. Se é o dia do aniversário de uma filha, é possível que a mãe queira lhe dar de presente um par de sapatos. Se a vizinhança está vendendo um tipo de alimento muito barato, é bom comprar, porque vai sobrar mais para outras coisas. (SUPLICY, 2002, *apud* SORDI, 2019, p. 92-93)

Diante das discussões empreendidas em torno da forma de ser do PCA que compreenderia uma das ações do PFZ, como demonstrado no quadro 1 desta seção, o saldo final do embate político e teórico-metodológico dentro das alas petistas foi de que, ante a imprecisão e a incerteza da necessidade da condição de prestar contas para o uso do repasse financeiro e pela falta de instrumentos técnicos avançados para esse acompanhamento, abandonou-se essa ideia.

Takagi (2010, p. 58) e Silva (2010, p. 103) divergem sobre essa inexistência de condicionalidade, como apontado anteriormente, pois, para o primeiro autor, a ideia permaneceu presente no PCA para que não se perdesse o objetivo principal de vincular os recursos ao acesso à alimentação, enquanto o último autor, em entrevista dada, afirma que “essa exigência nunca existiu! Foi uma das ideias iniciais, logo descartada por ser inexecutável”.

O que se coloca em torno do Cartão Alimentação é o direito do indivíduo de comprar e consumir o que bem desejar ou não, tendo condicionalidades que determinem o que é permitido a partir de uma lista de produtos classificados ou não. A princípio, essa questão envolveu algumas discussões e polêmicas em torno da lista de produtos que seriam permitidos e que seriam barrados para o consumo das famílias beneficiárias do Cartão Alimentação. Esse fato levou a questionamentos e manifestações a favor do direito de decidir dos beneficiários, sobre onde alocariam a renda transferida: em produtos não alimentícios, itens supérfluos de alimentação ou outros que melhor aprover.

Conforme salienta Gomes Junior (2009),

[...] é inaceitável pressupor que os pobres não detêm condições objetivas para orientar as suas aquisições de alimentos – conforme um padrão que reúna qualidade e importância dos itens na alimentação – quanto é insustentável partir do pressuposto de que o direito de escolha é soberano, e que não caberia outra disputa em torno dessa escolha que não aquelas formas empregadas pela propaganda no mercado. (GOMES JUNIOR, 2009, p. 149)

Complementa, o autor, que tanto uma quanto outra opção encontraria defensores e críticos na mesma intensidade. É importante nos debruçarmos nesta temática, pois há nuances que não são percebidas e que merecem destaque pela importância analítica que pode conduzir a equívocos. Vejamos. Gomes Junior (2009) reúne um conjunto argumentativo robusto para orientar a discussão do consumo de alimentos pelas famílias beneficiárias. Primeiro aponta que a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) possibilita observar no setor dedicado à Aquisição Alimentar Domiciliar *per capita* que existe uma convergência entre todos os quintis de renda no que diz respeito ao gasto e consumo com a alimentação básica: arroz, feijão, açúcar, óleo, farinha de trigo, batata-inglesa, ovos, carne de frango e bovina, pão francês. No que diz respeito à base alimentar, o consumo de produtos da cesta básica de alimentos em todas as faixas de renda possui similaridade no consumo e nos gastos: aproximam-se. Nesse quesito, há o entendimento universal das necessidades primárias do consumo em alimentação.

Outro ponto a ser compreendido nessa esteira é que algumas marcas de produtos alimentícios, de higiene pessoal e limpeza possuem preferência de consumo em todas as faixas de renda, portanto apresentam uma liderança efetiva na capacidade e quantidade de vendas, fato que nos permite afirmar que há claras opções por tais marcas e produtos independentemente da renda dos consumidores.

Em relação ao consumo de alimentos, produtos de higiene pessoal, limpeza e outros itens que fazem parte da compreensão de bem-estar, os consumidores de baixa renda possuem o mesmo conhecimento que os estratos mais altos de renda que tem melhor e maior acesso às informações e conhecimentos específicos sobre os produtos consumidos. Para Gomes Junior (2009), a razão explicativa é de dupla natureza.

Primeiro fator explicativo: as tradições e práticas gastronômicas – a existência de uma matriz histórica e cultural de cada região e país, ou seja, um padrão. Nesse quesito, explica-se o fator de confluência do consumo de itens de alimentação independentemente do quintil de renda que o consumidor ocupa, ajudando, no mesmo momento, a compreender a preferência pelos itens básicos de melhor qualidade de determinadas marcas mesmo que os preços sejam fatores limitadores ao consumo de quantidades ideais ao abastecimento total das famílias mais pobres. Assim, há uma ligação “com a ideia de rendimento e apresentação do prato, decisivos para manter

razoável equilíbrio a combinação entre comida sempre em maior quantidade e ‘mistura’” (GOMES JUNIOR, 2009, p. 151).

Segundo fator explicativo: o papel primordial que a propaganda exerce sobre as escolhas dos consumidores, sobre o imaginário social. Esse bombardeio propagandístico estabelece e cultiva permanentemente imagens indutoras e propulsoras de consumo. Isso está ligado às vivências, percepções e sensações com a ansiedade e excitação do campo dos desejos, da vontade de consumir.

Nesse campo, ocorrem dois movimentos: 1) reforço do sentimento de pertencimento pelo consumo de determinadas mercadorias de marcas referenciadas socialmente, ou seja, há um comportamento de consumo que situa o sujeito em sua subjetividade enquanto cidadão pertencente à sociabilidade; 2) alteração da curva de consumo de alimentos perante a adição/aumento de renda para produtos mais refinados ou processados; logo, de maior custo. Nesse espaço, o consumidor, de qualquer quintil de renda, não é o centro da questão, não se preocupa com as propriedades nutricionais e de quão saudável são esses alimentos; a questão é ter a imagem associada ao seu padrão de consumo.

Faz-se necessário pontuar que a ideia de pertencimento pelo comportamento ou consumo de determinados produtos e marcas decorre da posse de determinada mercadoria ou do gozo do consumo de marcas determinadas que são reiteradamente relacionadas à sofisticação, poder, classe social abastadas. É aceitável assumir que essa representação afeta todos os quintis de renda, dos mais ricos aos mais pobres: os primeiros, enquanto expressão e sinalização de sua riqueza e poder; os últimos, pela posse e propriedade de se tornarem iguais pelo consumo.

Como aponta Benjamim (2013), o sistema social do capitalismo reproduz-se como uma celebração, um culto “sem trégua e sem piedade”; todos os dias são dias de culto, de festividade no sentido da ostentação. No capitalismo contemporâneo, a devoção e o culto ocorrem diariamente de forma ininterrupta em todos os espaços da vida e em todo o tempo: nas ruas, no tempo de lazer, no descanso, no trabalho, nas relações sociais, nos shoppings centers e em tudo que possa servir de instrumento contemplativo. Isso ocorre para atender às inquietações do campo dos desejos e das sensações, fruto do apelo ao consumo que, contemporaneamente, adquire o lugar de um dever de regozijo, uma devoção necessária e contínua do deleito.

Nesse contexto que Gomes Junior (2009) e Benjamim (2013) trazem nas relações de consumo e suas nuances no capitalismo e retomando PCA, pode-se afirmar que, mesmo a proposta e a implementação de ações direcionadas para o exercício da educação alimentar e para o consumo para os beneficiários que, pelo conteúdo apresentado, advertissem ou despertassem cautela para a importância da aquisição de alimentos direcionados para uma dieta mais saudável, enfrentaria as resistências de membros do partido dos trabalhadores na forma do entendimento que essas ações seriam intromissões inaceitáveis, ferindo o direito da liberdade do beneficiário-consumidor adquirir os produtos que julgasse necessários e nos locais (supermercados, hipermercados, minimercado do bairro) que melhor lhe aprouvesse.

A questão é que, em meio a tantas discussões, o que se firmou de entendimento é que os recursos deveriam ser transferidos diretamente para os beneficiários, seja na forma de dinheiro em espécie, seja de cartão magnético. Fechada a proposta, como bem exposto por Silva – é o dinheiro que tem poder e cria demanda –, o programa não ultrapassou o modelo de política social da década de 1990, mas perseguiu o mesmo objetivo, que foi o de consolidar as transferências de renda como meio de “proteção social” por meio de um valor único para as famílias. O Programa Fome Zero possuía, na sua proposta inicial, uma potencialidade universalizadora para as políticas sociais integradas. Mas foi abortada ou desidratada pelo partido, obedecendo: o jogo de disputas políticas; sinais do poder econômico, diluindo as desconfianças em relação ao governo; adoção plena das diretrizes dos organismos multilaterais que orienta os programas de transferência de renda e, ao mesmo tempo, cumpre com o compromisso de alimentar a população três vezes ao dia e inseri-la ao consumo.

Como percebemos, o PFZ possuía objetivos ambiciosos que logo encontraram as resistências do capital. O projeto, por mais que gerasse expectativas para o conjunto da sociedade, necessitava de ajustes para ser posto em marcha, pois precisava se adequar às exigências da burguesia brasileira (poder político e frações do poder econômico local) e dos organismos internacionais e, ainda, emprestar forças à acumulação do capital. Nesse movimento de renovação e reorganização das políticas e programas sociais petistas, o PFZ não teve uma vida institucional prolongada enquanto programa que daria as diretrizes para as ações do governo na área do desenvolvimento econômico-social.

Essa mudança na perspectiva petista de política social fica mais evidente na fala de Frei Beto (2010) quando aborda a logomarca do PFZ. Parece irrelevante e sem contribuições esses apontamentos, porém os detalhes importam e ganham relevância por contribuir com o desvelamento da realidade do que não é só acessório. Assim, a observação de Beto é interessante para entendermos a sutileza da transformação e o modo como se atenua o discurso efetivamente progressista (que possui capacidade de alterar as percepções e representações cognitivas enquanto representação da criação de um modelo do real) e procura trazer para o campo de pacificação e conciliação das classes. Vejamos:

No decorrer de janeiro de 2003, o ministro Graziano, Oded Graje e eu aguardávamos a convocação da SECOM (Secretaria de Comunicação) para tratar da publicidade do Fome Zero. [...] Graziano, Oded e eu ficamos boquiabertos. Todo o material pronto sem que tivéssemos sido consultados. E o mais grave: O Fome Zero saído da cabeça do publicitário-mor não coincidia com o que havíamos elaborado. Os clipes me pareciam inadequados, inclusive o lema gravado sob o desenho de um prato vazio com talheres dentro: O Brasil que come ajudando o Brasil que tem fome. Em matéria de comunicação identifiquei alguns equívocos, como o verbo ajudar, de ressonância caritativa, assistencialista, quando propúnhamos solidariedade e participação social. (BETO, 2010, p. 138)

A questão simbólica é fundamental para o processo de captura do imaginário social e da ideia de solidariedade entre as classes como se isso fosse possível no modo de produção capitalista – é propor uma trégua entre as costas e o chicote, ou melhor, propõe-se que se diminua o número de chicotadas e que sejam dadas com menor intensidade; assim, as costas e a percepção do chicoteado é alterada, visto que se reduziu a intensidade do sofrimento. E, como vimos, no capitalismo há um culto diário ao gozo de consumir e se sentir pertencente ao mundo. Portanto, o que se tentado demonstrar aqui é como o PFZ perdeu sua essência enquanto um projeto popular, de mobilização da sociedade civil que criou comitês organizadores de forma democrática para promoção da cidadania por meio da efetiva participação popular.

Havia, nas primeiras pretensões do programa, uma linha de pensar as políticas sociais da assistência social como um instrumento de ampliação democrática e da instauração de uma gestão verdadeiramente popular, vinda de baixo, por isso se autodenominaram de governo democrático popular.

Contudo, a agenda do desenvolvimento social por meio da participação popular, ampliação dos espaços democráticos e expansão dos programas sociais a níveis mais profundos, a exemplo da reforma agrária e dos incentivos à agricultura familiar pretendidos no projeto político petista, é incompatível com a agenda do capital e da burguesia nacional e internacional. Essa incompatibilidade ocorre uma vez que a dominação pela dependência ao centro, e como mostrou a história, colocou-se divergente ao modelo de mercado que não andou, não aprofundou; a reforma agrária esteve submissa ou atrelada ao agronegócio. Assim, decidiu-se não fazer em terras onde o agronegócio domina e executar a reforma agrária¹⁷ em áreas que auxiliariam o agronegócio.

Como exemplo do enfraquecimento da ala petista que defendia o modelo do PFZ de políticas intersetoriais, que criava pela primeira vez um sistema de proteção social mais amplo dentro do combalido Estado Social brasileiro e que possuía conexões com as necessidades humanas básicas, ultrapassando a visão de mínimos sociais, uma reforma estrutural, o governo apresentou em 2008 a Medida Provisória nº 458 que, posteriormente, foi transformada em lei. A MP implicou em entrega para grileiros, que se autodenominam como empresários rurais, de aproximadamente 67,4 milhões de hectares de terras públicas que estavam ocupadas ilegalmente (CARVALHO FILHO, 2009).

Retomando os reveses ao PFZ, Frei Beto (2010), aponta que:

Nem os Comitês Gestores do Fome Zero – a mais revolucionária iniciativa do governo Lula em matéria de mobilização social – sobreviveram ao primeiro ano de vida, em 2003. Eram eleitos em assembleias populares, que muitas vezes reuniam mais de mil pessoas nas praças das cidades, e cuidavam da fiscalização do cadastro das famílias beneficiárias e do andamento do programa de combate à fome. Tivessem os petistas no governo conservado uma visão estratégica voltada à mudança social e ao protagonismo do povo organizado, teriam destinado recursos financeiros e políticos aos movimentos populares que, ainda hoje, padecem da falta de apoio para levarem adiante suas bandeiras e conquistas. Eles deveriam ter

17 Segundo Oliveira (2009, p. 33-34), “Até 2008, depois de efetuados os expurgos e a reclassificação dos mesmos, chegam-se aos seguintes resultados: - reassentamento fundiário: 2.061 famílias; - reordenação fundiária: 195.502 famílias; - regularização fundiária: 138.240 famílias e; - reforma agrária (Meta 1 do II PNRA): 185.308 famílias. Portanto, o MDA/INCRA não fez 519 mil assentamentos novos até 2008, mas, sim, apenas 183 mil. [...] A realidade ‘nua e crua’ que os movimentos sociais e sindicais de luta pela terra têm que acreditar é que apenas pouco mais de um terço da reforma agrária prometida foi feita no primeiro mandato do governo PT.”

sido o sujeito político, por excelência, do governo Lula. (BETO, 2010, p. 138)

A virada petista mostra qual seria a agenda política e econômica que guiaria as políticas sociais: é expressivo o abandono das organizações gestoras populares e a extinção de conselhos gestores de controle social para passar a se guiar pela visão institucional burocrática de gestão da pobreza. É a compatibilização da agenda nacional com a agenda dos organismos internacionais baseada numa difusão de solidariedade social da política de conciliação de classes na base do governo.

Para além do afastamento da participação democrática popular nos processos decisórios e de fiscalização que sustentariam as políticas sociais mais progressistas com capacidade de fazer avançar a economia política do trabalho, o partido contribuiu para a despolitização ou não educação política do proletariado e seu reconhecimento enquanto classe, enfraquecendo a construção de um programa da classe trabalhadora.

O PFZ não conseguiu suportar mais de um ano sob duros embates políticos e pressão do capital. As tensões ficaram mais fortes e fizeram com que a proposta sucumbisse o mais rápido, frustrando as expectativas em torno da forma política que conduziu a organização e a gestão das políticas sociais e do desenvolvimento econômico-social do país. Compatibilizadas as agendas do governo à agenda do capital, a sucumbência do PFZ consagrou as novas diretrizes na forma de entender as políticas sociais de assistência social e do combate à pobreza no país.

Essa transformação materializou-se com o lançamento do Programa Bolsa Família (PBF), um programa de transferência de renda nos modelos dos relatórios do BM que unificou todos os programas de renda mínima existentes: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, como uma das ações do PFZ. É oportuno lembrar que em nada o PBF tem a ver com o PFZ, nem na forma nem no conteúdo, ainda que sejam considerados sinônimos e, principalmente, que o fracasso do PFZ seja decorrência da “subordinação imposta pelas diretrizes econômicas do governo sobre as metas sociais anunciadas” (GOMES JUNIOR, 2009, p. 26).

A sucumbência do projeto de desenvolvimento econômico e social do PT que foi gestado desde a década de 1980 foi definitivamente materializada com o anúncio do PBF como principal política de combate à fome e à pobreza, atribuindo à política de assistência social um papel amplo que não lhe cabe por suas características e

limitações e não é responsabilidade de uma única política social exterminar a miséria e a fome, eliminar a intersetorialidade e a multicausalidade dos fenômenos e seu tratamento dentro da sociabilidade do capital, pois é desse ponto que se faz a análise. Ademais, esse movimento de transição do PFZ para o PBF consolidou novas diretrizes dentro do partido, as quais já vinham ganhando forças desde 2002 quando o então presidente Lula lança a “Carta ao Povo Brasileiro” e dos movimentos do governo para institucionalizar e absorver para as travas burocráticas do Estado as conquistas e lutas sociais.

O PBF, como toda e qualquer transferência de renda, condiciona um caráter compensatório para promover ações de combate à fome nos países considerados pelo centro capitalista e organismos internacionais como: “periféricos” ou “subdesenvolvidos”. Subdesenvolvimento não é sinônimo de não desenvolvimento, mas de desenvolvimento insuficiente técnico-científico, da produção de tecnologia e das forças produtivas, isso devido à dependência ao centro que impõe essas limitações.

As transferências de renda do PBF ganham um significado para além do caráter compensatório com o governo do petista, um programa que, na sua essência, visa a transferir renda para minimizar ou aliviar as privações de consumo de parcela específica da população por meio de sua inserção no mercado e, desse modo, destravar setores do consumo e da produção. Torna-se a via de combate à pobreza e à fome, de proteção social e garantia do exercício pleno da cidadania. Como se fosse possível exclusivamente por meio do repasse monetário assegurar todos esses elementos que por certo é papel de políticas sociais interligadas: política de emprego e renda, saúde, previdência, habitação, assistência social etc. O PBF representa não uma política de governo, mas a noção de direito de cidadania.

Segundo a Exposição de Motivos nº 47 de outubro de 2003, o PBF nasce com o objetivo *básico* de

[...] combater a fome e a pobreza, dando condições para que as famílias atendidas enfrentem sua situação de vulnerabilidade, tanto por meio de um benefício monetário que visa ao atendimento das necessidades básicas, quanto pelo estabelecimento de condicionalidades que induzem o acesso aos direitos sociais de segurança alimentar, saúde, educação e assistência social. O programa pretende, também, contribuir para a emancipação dessas famílias, criando oportunidades de inclusão social, isto é, fornecendo

meios para que possam sair da situação em que se encontram e, ainda, provocar impacto no plano local. (BRASIL, 2003, s/p)

Todo esse processo de mutação petista levou à saída de quadros importantes do partido. Os conflitos entre as alas ultrapassaram as paredes internas do PT e caíram na imprensa. Os conflitos e divergências levados para o conhecimento público por meio da imprensa se davam “entre os ministros e assessores de Lula, em especial, entre Buarque, Silva e Betto sobre as formas das políticas sociais no novo governo, incluídos os temas de focalização, unificação e fiscalização” (SORDI, 2019, p. 109).

O PBF, diferentemente do PFZ que previa de forma organizada e articulada diversas ações em diferentes níveis de proteção social e que tinha como eixo principal a efetiva participação popular no processo decisório, teve sua estrutura de funcionamento e ações dirigida pela centralização de sua gestão de maneira institucional, não rompendo com o modelo de política social de caráter compensatório dos governos anteriores.

A autora Amélia Cohn aponta que, diferentemente do PFZ, o PBF não buscou incorporar a participação popular nos setores de gestão e fiscalização, o que tornaria o governo petista efetivamente democrático popular, além do que o financiamento desse programa ficaria a cargo única e exclusivamente do orçamento fiscal com a "parceria" do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que firmaram essa cooperação com o governo brasileiro. A parceria demonstra o grau de subserviência dos rumos da política social brasileira aos ditames da economia neoliberal e evidencia o alinhamento ideológico às diretrizes e princípios da ortodoxia neoliberal.

Na visão da ala governista majoritária ao apoio do PBF, entendia-se ser possível promover um alívio imediato da pobreza e das privações de alimentação básica e, ao se articular com as demais ações da política de assistência social, impulsionariam-se em médio e longo prazo as famílias beneficiárias a avançarem para superação das mais graves mazelas oriundas da pobreza e da miséria, fato que, junto às condicionalidades do acesso à educação e à frequência aos postos de saúde, interromperia-se um ciclo histórico intergeracional da pobreza (aqui reside a ideia de investimento em capital humano como elemento para superação das privações de forma individualizada, melhorando o nível educacional e de saúde, permitindo,

também, potencializar as capacidades, conceito advindo da terceira via do economista Amartya Sen). Essa era a ideia colocada pelos formuladores desse programa.

O que está posta é a ideia de estabelecer um padrão mínimo de proteção social ou “bem-estar social” por meio de um programa de transferência de renda que opera como um complementador de renda ou única renda para amenizar os efeitos da questão social e de suas expressões mais visíveis e gritantes como a fome, a miséria e a mortalidade infantil por desnutrição e subnutrição. É o estabelecimento do atendimento dos mínimos sociais de sobrevivência. Ainda que o PBF seja colocado pelo governo como o programa responsável por eliminar a extrema pobreza, este não é o seu propósito e tampouco tem condições de ser.

Há, na verdade, a criação de uma narrativa político-filosófica em torno do PBF de que ele provocaria uma cisão/interrupção do ciclo da ignorância e da pobreza, que buscou estabelecer, guiado pelo matiz econômico neoliberal adotado por Lula e sua equipe econômica, uma associação entre bem-estar/consumo/trabalho. Para tal, absorveram-se que as políticas sociais no modelo de transferência monetária devem tutelar o comportamento, a reprodução social das famílias e os ganhos de renda.

Para Mauriel (2008, p. 208), ao utilizar conceitos que influenciam o pensamento social de que os pobres necessitam de auxílio ou provisão estatal para que consigam ultrapassar as barreiras da pobreza e se tornar sujeitos com autossuficiência, faz com que a noção de cidadania seja compreendida por quem recebe e pelo conjunto da sociedade como uma ação de determinado *status*, pertencente às individualidades (consumidor, civil), e a chamada justiça social vai ser definida pela ideia de promoção das capacidades e das liberdades (individuais).

Os programas de transferência de renda possuem grande influência de conceitos que criam uma cortina de fumaça na realidade, deturpa o que é estrutural do fenômeno da pobreza, enquanto coisa intrínseca ao modo de produção capitalista, e a transforma como privações de capacidades. Portanto, essa ideia vincula a renda como meio importante de obter as capacidades. Ou seja, obter é adquirir, comprar, tornar-se mais produtivo para aumentar ainda mais a renda.

As capacidades humanas, nessa perspectiva, alicerçam-se na ideia de que os sujeitos pauperizados precisam ter condições de agir e escolher por meio de seus atos e procurar a efetivação dos objetivos pretendidos, isso aliado à ideia de liberdade individual plena. Na teoria do desenvolvimento como liberdade, Amartya Sen (2010)

afirma que as capacidades exprimem a liberdade substantiva do sujeito em suas dimensões fundamentais para sua realização individual e ingresso ou (re)inserção nas atividades e processos do ornamento social, ou seja, na ordem do capital.

Em relação aos programas de transferência de renda e à própria política de assistência social, que incorporam sem análises cuidadosas e trabalham com conceitos que influenciam o imaginário social, Perry Andersen (2011) argumenta que essas mensagens simbólicas que contêm o PBF fez com que se espraiasse no chão social e criasse o entendimento de que, com a governo Lula, o “Estado se preocupa com as condições de todos os brasileiros, não importa o quão miseráveis e oprimidos, como cidadãos com direitos sociais em seu país” (ANDERSEN, 2011, p. 29). Isso fez com que a classe subalterna olhasse para Lula e estabelecesse de modo mais íntimo e forte uma identificação a ele e ao seu modo de governar, “com essa mudança o mais inabalável de seus trunfos políticos” (Ibid, p. 29).

A operacionalização do PBF ocorreu pelo processo de focalização nos miseráveis e pobres. Fato que muitas vezes se confirma é a frequente separação ou diferenciação do sujeito individual do ser político, o que nega ou elimina, nesse processo mutativo, o ser-histórico e pertencente a uma classe social, fazendo desaparecer da cena social os seus antagonismos entre ser individual e coletivo. A (re)inserção dos sujeitos de forma individualizada no mercado de consumo por meio dos repasses monetários constantes que minimizem as privações de consumo auxiliou tanto para o processo de despolitização quanto de individualização das demandas coletivas fundamentais à classe trabalhadora, servindo de ferramenta para o não reconhecimento do ser-coletivo e, por meio dos conceitos frívolos, permitindo uma ressignificação da cidadania para cidadania de consumo.

Isso melhorou as condições políticas para se redefinir a direção dos programas e políticas sociais, associando o combate à pobreza e a miséria à transferência de dinheiro para um cartão magnético operado por um banco público, com sujeitos se sentindo pertencentes das relações capitalistas mais sofisticadas, de modo a satisfazer os desejos e inquietações provocados pelo processo de marginalização sócio-histórica e da reprodução pelo subconsumo que impossibilitou em todo o processo de reprodução da vida adquirir produtos e mercadorias de melhor qualidade e que conferiam aos sujeitos *status* da ciranda do consumo.

Como vimos, os desejos e inquietações aliam-se às propagandas que relacionam devidas marcas e produtos à condição de melhor qualidade de vida, maior poder, melhor posição na estratificação social. Por exemplo, a função básica do sabão em pó é lavar roupas, deixá-las limpa; porém, existe um sabão em pó da marca X que perfuma, reaviva as cores, amacia, deixa as roupas com cheiro de lavanda e ajuda na hora de passá-las. Nesse caso, o que é essencial, limpar roupas, torna-se algo secundário, e os adereços tomam o seu lugar no grau de importância do consumo.

A focalização nos pobres e extremamente pobres junto à ideia de ampliação da cidadania é nesta análise empreendida, uma universalização do consumo e ampliação da cidadania de consumo pela focalização; é trazer existência para os inexistentes e dar-lhes a sensação de transformação estrutural na reprodução da vida, fato que confronta o projeto mais universalista que pretendia o PFZ. Os critérios de elegibilidade do público-alvo do PBF contribuíram para que as tensões e demandas para novas formas de políticas sociais e ampliação dos direitos sociais fossem subsumidas, uma vez que se pretendia resgatar a dignidade e combater o mal da fome dos sujeitos, ainda que, de forma fragmentada, seletiva e com condicionalidades.

Como salientado por Anderson (2011), Lula havia se comprometido com os pobres e, como vimos anteriormente, com proposições iniciais ambiciosas. Mas, para que isso fosse possível dentro das relações com o poder político e com o poder econômico, precisaria de um acordo com os ricos e poderosos. Costurado o acordo, estabeleceu-se uma linha de pobreza para identificar os sujeitos da classe subalterna que poderiam acessar o programa.

Concluiu-se, em primeiro momento, em: *i)* necessidades nutricionais; *ii)* diferenciar pobres de não-pobres e/ou indigentes de não-indigentes; *iii)* renda familiar. Resignificou-se a pobreza, a extrema pobreza, a miséria, a classe média para serem utilizadas como instrumentos classificatórios vazios, porque o pensamento focalizador trabalha com a ideia da estratificação das classes em: classe A, B, C, D e E, colocando uma cortina de fumaça ou “jogando água” na luta de classes e no sentimento de pertencimento dos sujeitos enquanto trabalhadores, classe historicamente subalternizada.

Essa é uma das mais consideráveis transformações dos petistas, pois, ao abandonarem sua agenda verdadeiramente popular-democrática com radical

compromisso com os trabalhadores para adotarem o projeto hegemônico da burguesia brasileira submissa-associada ao capital imperialista sem compromisso com o desenvolvimento nacional, criam uma "nova cultura institucional", redefinindo e ressignificando seu projeto original de desenvolvimento econômico e das políticas sociais de emancipação dos sujeitos e associando-se à agenda neoliberal de distribuição focalizada de recursos monetários nos mais pobres, destravando setores de consumo e criando um círculo virtuoso para o capital (analisado o contexto geral da economia mundial de aumento do valor das commodities) e um círculo vicioso de consumo para a classe trabalhadora pauperizada.

O PBF incorporou em sua forma e significado um entendimento de dignidade humana assentado sobre as bases da dignidade de possuir uma renda. Em outras palavras, incorporou no pensamento da malha social dos subalternos a mensagem de que, com o acesso ao repasse monetário e o ingresso ao consumo de bens e serviços, eles teriam sua dignidade retomada, teriam formas dignas de se relacionar, viver e se reproduzir. Ao passo que se vendeu a possibilidade de inserção da classe trabalhadora mais precarizada a relações de dignidade intermediada pelo dinheiro (lembrando que, segundo Silva (2010), o dinheiro seria a ponte que ligaria os beneficiários à aquisição de mercadorias e que dinheiro é quem gera demanda), os critérios de elegibilidade colocavam os primeiros empecilhos ao acesso, pois a linha estabelecida de 89 reais para o atendimento das famílias prioritárias foi a da extrema pobreza, em que figurou como caracterização da pobreza absoluta a ausência de renda.

Como já mencionado, a focalização nos pobres dos mais pobres (além de universalizar o consumo na esfera mais baixa de renda), como indicam os estudos e diretrizes do Banco Mundial, oferecia credibilidade ao programa, uma vez que iria atuar na direção daqueles verdadeiramente necessitados que precisam da “ajuda” estatal e atacaria a pobreza de consumo dessa população que orbitava essa esfera da economia. Portanto, ao passo que o PBF coloca a ausência de renda como critério de elegibilidade ao acesso para os pobres-miseráveis dos não tão pobres, introduz a ideia de melhor alocação dos recursos e, de maneira sutil, aponta que as necessidades básicas de sobrevivência e de proteção social devem ser acessadas no mercado, pela via do consumo, do qual o Estado responde pelos mínimos sociais.

O presidente Lula e sua base petista autodenominaram-se de neodesenvolvimentistas. Diferenciava-se do desenvolvimentismo clássico pela ênfase no desenvolvimento social sem abandonar um projeto estrutural nacional, que teve como carro chefe no social o combate à pobreza com o PBF na ponta da lança. Por que pontuar isso? Segundo Pfeifer (2013), esse modelo de desenvolvimento social inserido no chamado “Pacto Neodesenvolvimentista” teve uma agenda bastante nítida para as políticas sociais que foram postas atrás de uma cortina de fumaça com o discurso personalístico na pessoa do presidente Lula de combate à pobreza, inclusão social, alimentação e moradia dignas e superação da desigualdade, afinal se trata de um governante do povo, popular que experimentou as privações da desigualdade social e regional.

Para Pfeifer (2014, p. 747), o que conformou no chamado “pacto neodesenvolvimentista” foi uma nova modalidade de política social, orientada, de um lado, com medidas restritivas pelas condicionalidades de acesso e que incluem os sujeitos mais pauperizados ao consumo de massa e, de outro lado, implementada por um modelo de política social “com fator de crescimento econômico”.

Na concepção de teóricos ligados ao governo, o programa neodesenvolvimentista funda uma nova estrutura estatal, um novo Estado, que concilia desenvolvimento econômico com inclusão social. Essa associação entre econômico e social realizado por meio das transferências monetárias institui um “Estado mediador consumidor”: não se trata de mediar os conflitos de classe, não há a mínima folga do capital para tal; trata-se de mediar as relações mercantis, de consumo, um motor que impulsiona e, ao mesmo tempo, consome serviços sociais mercantilizados.

O que nos importa neste momento é o entendimento que ela nos oferece de que as políticas sociais no denominado governo democrático-popular petista, que vinha de um projeto de certo modo ambicioso de universalidade e transversalidade das políticas públicas de proteção social, reconfiguraram sua rota de ação e implementaram, com o PBF, um processo de desconstrução do conceito crítico de pobreza defendido pelo partido até meados dos anos de 1990, de desigualdade social que foi reduzida ao nível de desigualdade de renda e o insistente e reiterante discurso de inclusão social daqueles mais precarizados.

Contrariando os neodesenvolvimentistas, não se trata de fundar um novo Estado em novos moldes, mas a atualização das estruturas e funções de sua atuação frente à nova forma de dependência advinda do processo de financeirização que monetariza todas as esferas da vida. Há uma readaptação das estruturas patrimonialistas e burocráticas históricas do Estado brasileiro, a fim de atender às novas demandas do capital e operar um processo de recomposição da renda e alívio das mazelas da primeira fase neoliberal, contudo sob as mesmas bases econômicas e diversas em sua atuação filosófica e política com novas formas de atuar junto ao imaginário social.

Isso porque, o mercado é colocado no centro das demandas, considerado o espaço das liberdades humanas como meio de acesso a bens e serviços que, por meio do consumo, estabelece relações mais dignas aos homens – ou seja, demanda por proteção social, por mercadorias, por itens de reprodução da vida. Partindo dessa premissa, concordo com a ideia de um Estado que vai mediar e fomentar o consumo, rompendo com os ciclos passados de desenvolvimento que sempre marginalizou as classes subalternas do consumo de mercadorias, restando o subconsumo precário e de pouca qualidade.

Nesse movimento operado nas políticas sociais, com a monetarização do combate à pobreza pela via do PBF, desloca-se a compreensão de um Estado provedor ou Estado Garante de condições de bem-estar para a ideia de um Estado provedor e mediador do consumo de massas, inclusive do bem-estar pelo consumo. Reconfiguram-se, além desse entendimento do papel do Estado na prestação de bem-estar, os conceitos de política social e cidadania. Abre-se mão do entendimento pactuado na CF de 1988 e do próprio PT em tempos pretéritos de universalidade do acesso, ampliação dos direitos, gratuidade dos serviços e direito do povo. Adota-se o sentido mais micro, mais neoliberal, que é a de política propulsora do consumo que dará nova cara à cidadania e a deixa mais próxima e intimamente ligada à responsabilidade e à individualidade dos homens em acessar o bem-estar mercantilizado.

As políticas sociais possuem um caráter contraditório na ordem do capital, pois atuam para preservação da ordem e da acumulação, mas também para suprir algumas necessidades dos trabalhadores indispensáveis para sua reprodução. As transferências de renda, ao serem alçadas socialmente como política de proteção

social e garantidora de bem-estar alinhada aos princípios neoliberais, desvelam o seu caráter de engrenagem funcional ao capital. Seja quando propagam, seja quando contribuem para uma alienação do sentido do direito e/ou promovem uma ressignificação de conceitos historicamente entendidos no campo progressista com repercussão prática e ideológica destrutiva à classe subalterna, fragilizando os debates políticos, a formação da classe trabalhadora e passivizando o confronto entre as classes fundamentais.

3.2 Lulismo e as transferências de renda: reorganização e realinhamento político da classe subalterna

Após a ascensão ao poder, o PT e suas disputas internas evidenciaram as contradições teórico-políticas, posicionando duas alas: uma de tendência crítica e teórico-ideologicamente vinculada ao socialismo e ao marxismo e outra ala de tendência democrática de perfil social democrata e humanista cristão; esta última foi majoritária. Acontece que, após a vitória eleitoral, o campo majoritário do PT distanciou-se das propostas originárias do partido, anunciadas na Carta de Princípios (1979), O Partido e as Tendências (1986), A Um Partido Para a Vida Inteira (1987). Em 1990, já inicia a mudança de rumos com a publicação de Um Partido Pluralista (1990) e toma a liderança da condução de sua agenda, costurando arranjos e rearranjos para que se pudesse estabelecer uma conciliação nas relações entre Estado, burguesia brasileira e mercado, com mediação do governo. Faz-se uma conversão de sentido para um novo horizonte, assumindo o projeto da burguesia brasileira submissa-associada ao capital imperialista e apostando no seu poder mediador (pluralista) para conduzir o país ao novo ciclo de desenvolvimento.

O PT, sem sua crítica radical da sociedade capitalista, sem se autodenominar de socialista e revolucionário, cria um projeto de desenvolvimento econômico e social que denomina de neodesenvolvimentismo. Pareceu “desprezar esta nova realidade do capitalismo ao propor uma nova edição da estratégia de colaboração de classes para retomar o desenvolvimento com base na expansão do mercado interno e distribuição de renda” (COELHO, 2005, p. 515) – que mais tarde ficaria conhecido como círculo virtuoso do PT e de Lula, do consumo de massas e inserção social pelo consumo e o combate à pobreza (privações de consumo). Lula e o PT, para

implementar seu programa de governo e conseguir governar, buscam a via da conciliação de classes, pacificação social das classes subalternas, dado o transformismo operado, e dão um choque de capitalismo com continuidade neoliberal – um movimento antagônico ao projeto político de 1989.

Lula e o PT, para além de conferir novas características ao neoliberalismo que não é apenas um projeto econômico, mas de relações sociais, político-teórico-filosóficas complexas e que se modificam ao calor das conjunturas, consolidam o Brasil como país subimperialista. O que podemos afirmar, partindo da economia periférica, é que o subimperialismo brasileiro possui íntima relação com um problema estrutural dos países dependente-periféricos pouco industrializados, que é a realização de mercadorias. Na impossibilidade de alargar o mercado interno, a burguesia brasileira desloca-se para um eixo de compensação, que é a absorção ou incorporação dos mercados de consumo já formados.

O subimperialismo foi uma forma encontrada pelo poder econômico local para dar respostas ao crescimento econômico que encontrou barreiras estruturais internas e que exigiam reformas profundas e avança sem que as problemáticas internas fossem resolvidas. O Partido rompe com o projeto de superação ou limitação da dependência econômica ao centro pela via da diminuição do saque imperialista e equalização do valor no comércio periferia-centro.

Todo o ajustamento das velas petistas desde 1990, pós-eleição de 1989, veio se flexibilizando, incorporando novos entendimentos de fazer política em um partido denominado plural, ao ponto que, no documento Partido (1991), vai indicar a necessidade de transformações internas, como segue:

Diante desta nova época, diante das novas tarefas que esta época propõe ao Partido dos Trabalhadores, faz-se necessário repensar e alterar as estruturas organizativas, o método de funcionamento e de direção, os mecanismos e a maneira pela qual o PT se relaciona com a sociedade brasileira, com os movimentos sociais, com os outros partidos, com os trabalhadores e com o povo. 3. Nossa estrutura orgânica não apresenta correspondência com a nossa força real e representatividade social. Embora nosso Partido continue sendo, entre os partidos brasileiros, aquele que possui maior militância, a vida interna mais efetiva e a maior dose de democracia interna, a verdade é que é preciso superar a nossa atual política de organização. A atual forma de organização do Partido está inadequada e até mesmo caduca. (1º Congresso Nacional do PT, 2018, p. 188-189)

O processo de ajustamento das velas petistas buscou tornar o partido mais competitivo politicamente, vender uma imagem menos radical e mais palatável aos olhos dos demais partidos de centro e das instituições do capital. O abrandamento do discurso e das posições políticas com alteração das relações com os sindicatos, movimentos sociais e aproximação a partidos políticos de centro foi moldando e construindo o projeto político eleitoral para um eventual governo. Quando chega ao poder central, Lula é a imagem mais expressiva do PT e da mudança social. Junto do governo, promove uma institucionalização dos movimentos sociais e sindical para dentro das estruturas e lógica estatal e concretiza o transformismo de suas pautas de luta, estabelecendo em definitivo o que intelectuais denominaram de lulismo.

Para que houvesse sucesso, o lulismo se apoiou na hipertrofia da Assistência Social como política responsável pelo combate à pobreza, por meio das transferências de renda, de modo que a menina dos olhos se tornou o PBF. Não só promoveu uma falsa noção da expansão da proteção social e de sua efetividade, como também buscou se fazer acreditar numa ideia fantasiosa da possibilidade de um Estado de Bem-Estar Social nos moldes brasileiros de colaboração e cooperação entre as classes sociais. Essa visão idílica, para Coelho (2005, p. 516), está sustentada em pilares frágeis e instáveis, na perspectiva de distribuição de renda pela via das transferências monetárias como aceno político-ideológico e como resposta às demandas da classe trabalhadora, característica da esquerda do capital que almeja granjear os trabalhadores que aguardam pelo aumento da oferta de emprego, mas também a dita classe média e parcela da pequena burguesia descontente com os efeitos do neoliberalismo no seu padrão de vida.

Constroem-se miragens sedutoras, atraentes, principalmente quando comparadas ao legado das décadas de desastre neoliberal, “e vimos que a esquerda do capital soube encontrar um lugar a partir do qual pode pleitear a condição de força hegemônica entre os grupos dominantes” (COELHO, 2005, p. 516). O projeto programático do PT, que antes tinha na concentração de renda e riqueza socialmente construída o fator principal da desigualdade social e do antagonismo entre as classes, foi subsumido e, desaparecendo a partir da segunda metade dos anos de 1990, deu lugar ao novo entendimento de que era preciso estabelecer e fortalecer a governabilidade para se chegar nos objetivos pretendidos.

A ideia de cidadania absorvida foi a da cidadania formal, que figurou de modo muito simbólico no conjunto de ações e na gestão do PBF. Essa ideia de cidadania resgatada pelo PBF foi reproduzida rapidamente e ganhou força e espaço no sentimento de pertencimento da vida social do país por aqueles que estavam historicamente apartados do mercado de consumo, equiparando a cidadania ao acesso dos “excluídos” ao mercado de mercadorias no *status* do cidadão-consumidor, do consumidor de serviços, do consumidor de proteção social.

A desigualdade social foi sublevada da esfera do embate entre as classes, ou seja, da arena do conflito político, para gestão e organização administrativa, para a esfera da governabilidade. Logo, as políticas sociais e a questão social são tratadas nos gabinetes com supervisão do poder político e do poder econômico e as transferências de renda tornam-se o meio político de controle objetivo e subjetivo da pobreza de forma barata e com retorno econômico e político gigante. A era da reestruturação produtiva e reorganização do trabalho, acumulação flexível e a financeirização do capital não transformaram apenas a economia e a produção, mas também as relações sociais, a produção técnico-científica, a política, a ideologia e as teorias sociais.

Desse contexto de transformações é que surgem as ideias da democracia pós-moderna que operam a redução dos diferentes, dos opostos pela condição de classe a igualdade formal ao tornar como semelhantes e iguais na condição individual de cidadania indivíduos que são, absolutamente, diferentes. A problemática é que grande parcela das “diferenças” é fruto de “desigualdades” e, ao reduzir e delimitar o diferente ao igual, oculta as desigualdades, eliminando-as do campo da luta política e do terreno da política institucionalizada. “A partir da concepção de democracia como pactuado de resolução dos conflitos entre as ‘diferenças’ defrontadas em condição de suposta ‘igualdade’, não há como enfrentar politicamente o problema da desigualdade” (COELHO, 2005, p. 384).

Portanto, as políticas sociais da esquerda no poder, com centralidade nas transferências de renda, consolidaram-se como aquelas que garantiriam aos trabalhadores uma renda ou uma renda complementar, sem discutir o grau de alienação política que poderia ocorrer, uma vez que possuem condicionalidades e ceifam a ideia de direito e cidadania. O PBF e as concepções do lulismo para as políticas sociais tiveram um impacto bastante caro à classe trabalhadora, pois

incorporaram as leis e normativas econômicas do pensamento neoliberal e da pós-modernidade junto às suas proposições para o desenvolvimento social, anulando ou enfraquecendo a disputa de projetos societários opostos e minando a força proletária e a possibilidade de um avanço democrático popular.

Francisco de Oliveira, Braga e Rizek (2010) vão apontar que o PBF se torna um desastre à medida que cria o fenômeno do lulismo, que se mostra como uma nova forma de dominação que não é semelhante às formas de dominação que se tem na história brasileira, já conhecidas e demonstradas; é uma hegemonia às avessas. Trata-se de um novo fenômeno que necessita de esforços reflexivos para sua compreensão enquanto fator que permeia as relações sociais, da captura do imaginário social, do sentimento de poder e da direção social. Como hegemonia às avessas, ela se expressa por meio das vitórias políticas, morais e intelectuais dos subalternos, dos “de baixo”, mas que, na realidade, fortalecem, de maneira contraditória, as relações sociais de exploração em favor das classes dominantes (dos “de cima”). O lulismo é um fenômeno curioso em que parte dos “de baixo” conduz o Estado por meio do programa dos “de cima”.

Apesar de ser uma nova forma de dominação, o lulismo não é um fenômeno que possa ser caracterizado como populismo, como a direita sugere em sua crítica e alguns setores da esquerda também. Lula e seu governo não podem ser caracterizados como populistas, no rigor da categoria, por não possuírem nenhum traço de autoritarismo e dominação clássica; não se trata disso quando se diz que o lulismo é uma nova forma de dominação. Há um lugar central para a adesão passiva no lulismo. Não se trata, todavia, dos subalternizados aceitarem que burguesia brasileira representante do capital governe o país, mas, ao contrário, é o capital que permite que os ilusórios representantes do trabalho governem em seu nome, dando-lhes a sensação de comando e poder, uma miragem. O consentimento é transformado em seu avesso, pois

Não são os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes [...] que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a ‘direção moral’ não questione a forma de exploração capitalista. (OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK, 2010, p. 27).

Outros intelectuais debruçaram-se para entender melhor o lulismo enquanto um fenômeno novo que seguiu com um projeto que propunha atender todas as classes, assentado prioritariamente no crescimento da economia nacional e aproveitando o *boom* das *commodities*, mas, também, na construção e implementação de políticas sociais focalizadas para suprir os mínimos necessários dos considerados pobres dos pobres. Como mencionado aqui, o exemplo maior é o PBF, transferência de renda condicionada que alcança em números aproximados de 13 milhões de famílias, 50 milhões de sujeitos. O que, junto com as outras formas de transferência monetária, aglutinam um contingente sem medida, gigantesco.

O criador do conceito analítico do lulismo como chave que auxilia na compreensão da política hegemônica e o modo de governar de Lula e do PT foi André Singer. Para ele, esse fenômeno consolidou-se no realinhamento e reorganização política das eleições de 2006 para presidente. Um realinhamento consistente e permanente, não casual ou de circunstâncias, pois, de um lado, implementou uma política social (transferência de renda) que atraiu grandemente o eleitorado mais pobre que guardava resistências com a candidatura de Lula e, do lado oposto, uma fuga de parte da classe média que votava no PT por conta do escândalo do “mensalão”.

Na visão de Singer (2012), o lulismo pode ser comparado ao bonapartismo, dado que

Retirou o subproletariado da influência da burguesia, elevou-o à condição de principal força no poder governamental e realizou aquele que seria o programa político dessa fração da classe trabalhadora – um reformismo fraco, isto é, de ritmo lento, e sem ruptura com a ordem. (SINGER, 2012, p. 44)

O desafio do governo petista consistia em equalizar e encontrar uma zona de equilíbrio entre o proletariado e os capitalistas, certo que seu êxito dependeria de que ambos os grupos estivessem passivizados para não tentarem impor seus projetos e anseios, ou seja: pelo lado proletário, um reformismo forte por igualdade rápida e, dos capitalistas neoliberais, uma imposição de perdas severas à classe trabalhadora num ritmo moderado, mas constante.

Para Cláudio Katz (2016), o governo petista aprofundou durante os seus mandatos a desmobilização social. O lulismo, sob as bases do que chamado

neodesenvolvimentista, apostou suas fichas no “comportamento produtivo da burguesia brasileira”, ignorando os artifícios utilizados por ela para promover a fuga de capitais para valorização rápida, contínuo desinvestimento e manobras para influenciar a inflação. Os governos latino-americanos da centro-esquerda dos primeiros anos do século XXI, com raras exceções, confiaram e confiam suas expectativas no setor produtivo burguês nacional para operar mudanças em seus quadros nacionais e terminam com decepções esmagadoras.

Na visão de Giovanni Alves (2014), o lulismo tornou-se a estratégia política dos governos petistas, o que possibilitou um “reformismo fraco”, resistindo, conseqüentemente, não somente o confronto direto com o capital financeiro internacional que domina e lidera o bloco de poder do capital, como também evitou confrontar a burguesia brasileira que integrava a frente política, o bloco no poder, do governo de Lula e posteriormente de Dilma.

O grande artifício do lulismo foi delinear estratégias políticas que pudessem demover politicamente a burguesia interna para seu projeto político de governo com o apoio do subproletariado pauperizado e de frações da classe trabalhadora em assalariamento precário e informal. Esse projeto político sustentou as bases neoliberais na macroeconomia com o intuito principal de arrefecer os ânimos com o mercado financeiro, com o capital portador de juros. Como evidenciado, o PT e seu projeto “neodesenvolvimentista” não possuíam mais os “devaneios” socialistas e revolucionários, não sobreviveram ao jogo eleitoral as inspirações anticapitalistas; ao contrário, estiveram em consonância com o projeto hegemônico neoliberal.

Não poderíamos deixar de trazer os escritos e apontamentos de Carlos Nelson Coutinho (2010) sobre esse fenômeno político do lulismo, pois há ricas contribuições que nos ajudam a não só detalhar os processos de transformismo e captura do imaginário social, como, também, esse modo de governança trouxe uma despolitização e desmobilização da classe subalterna.

Coutinho (2010) demonstra que o lulismo se estabelece com o predomínio da “hegemonia da pequena política” em razão, sobretudo, da fuga e abandono das propostas de reformas defendidas na criação do PT. De mais a mais, frisa-se que, ao chegar ao poder em 2003, Lula e o PT não contribuíram para a superação da hegemonia neoliberal; aliás, não passaram nem perto das expectativas da massa de eleitores pobres, dos militantes, dos movimentos sociais que esperavam por

mudanças profundas. O governo petista reforçou o projeto neoliberal de maneira significativa ao adotar uma política macroeconômica de produção de superávit primário, controle da inflação, manteve a política de juros e acentuou a forma subimperialista.

Na busca pelo equilíbrio das contradições entre política econômica e social, o governo fez a tentativa de promover a participação da sociedade como ente copartícipe das formulações de políticas públicas e de fiscalização das ações do seu governo. Entretanto, nesse movimento de inclusão à dinâmica das estruturas do Estado, o governo realiza um transformismo das pautas de luta, fazendo do processo de participação e representação da classe trabalhadora um instrumento esvaziado do seu real significado.

O transformismo, nos termos de Gramsci, “*acontece através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, buscando excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social*” (COUTINHO, 2012, p. 124, grifos nossos). O Estado incorpora em seu aparato e estruturas as forças sindicais, as forças sociais em disputa, o projeto da classe trabalhadora operando um transformismo e cooptação e, ao absorver as forças antagônicas dentro das instituições e estruturas estatais associadas ao lulismo, assume a função de passivizar as organizações dos movimentos sociais e operários.

Concluo que a cooptação das lideranças mais relevantes nas disputas de classe e contra-hegemônica para dentro da estrutura patrimonialista e burocrática do Estado torna-os operadores ativos do projeto político do governo, neutralizando e desarmando as resistências ao modelo de desenvolvimento, o que possibilitou um caminho mais livre e mais estável para os avanços da agenda do capital financeiro-neoliberal sobre os direitos sociais e do trabalho. O fato é que a “nova” esquerda petista aceitou a desigualdade social como uma condição natural, permanente, o que é o discurso liberal do capital, e, com isso, tanto o PT quanto os movimentos cooptados deixaram de constituir um sólido obstáculo à democracia liberal, posição ocupada anteriormente e já transformada, tornando-se uma das engrenagens do jogo do capital para sua expansão.

A reconciliação com o mercado e a propriedade privada e o abandono do propósito de eliminação das classes sociais são as facetas mais evidentes dos elos de pertencimento dos projetos da *esquerda nova*

ao campo burguês da luta de classes. Aquilo que representa o limite objetivo da própria ordem do capital, as condições de sua reprodução, é aceito e internalizado como limite inultrapassável pela *esquerda nova*, tornando-se o limite dos seus próprios projetos. (COELHO, 2005, p. 384)

Ao se tornar uma das peças do jogo, o lulismo que nasce com as políticas de transferência de renda e cooptação de alguns movimentos sociais para dentro do governo e das estruturas estatais, o projeto político petista nas vésperas do processo eleitoral de 2006 e a eleição de Lula para um segundo mandato eram indiferente para os banqueiros e para o capital: para eles Lula ou Alckmin (PSDB) não tinha diferenças. Com a falsa sensação do subproletariado no poder, o PBF tornou-se intocável. Para Singer (2012), há um risco de morte política que pode ser confirmado nas eleições de 2010 quando todos os presidenciáveis – de centro-esquerda ou centro-direita – deram prioridade ao programa de transferência de renda condicionada, encampando-o em suas plataformas.

O projeto de desenvolvimento nacional, com a distribuição de renda pela via das transferências monetárias diretas e do fortalecimento da democracia formal liberal, trilhou seu caminho conduzido por velhas pegadas, tentou vender a ideia de “um outro” capitalismo, atualizando parcialmente o chamado nacional-desenvolvimentismo (COELHO, 2005). A “nova esquerda” petista deslocou seu projeto político histórico para as raias da visão e pensamento burguês de mundo e realidade, o que deu o título ou a pecha aos governos petistas de esquerda do capital, em que a disputa estratégica se moveu para o campo da discussão de “qual capitalismo”, abandonando a perspectiva do socialismo.

Nessas conversões e reconversões em que “o PT teve que deixar de ser petista” (ARCARY, 2010), o partido ampliou sua base no subproletariado ao promover junto ao PBF um controle do preço da cesta básica, aumento do salário-mínimo, aliado à ampliação e facilitação do acesso ao crédito pelos trabalhadores, aumento dos postos de trabalho no setor de serviços formal, mas altamente rotativo, e ampliou outros programas de transferência de renda condicionada, como o BPC que possui o valor indexado ao salário mínimo. Esse conjunto de fatores respondeu positivamente às transformações no quadro eleitoral do partido. Contudo, há que se observar que as famílias beneficiárias tiveram impactos importantes em sua reprodução social com esse conjunto de medidas; porém, o que deve ser elevado à discussão neste momento

do lulismo/PBF e captura do imaginário social dos trabalhadores é a ideia de ascensão social na estratificação de classes. Qual elevação? De que forma?

A ascensão de classes no estrato social foi uma das tônicas dos governos petistas como demonstrativo do sucesso das políticas econômicas e sociais com as transferências de renda focalizada, um discurso ideológico, pois, ainda que se observe a mobilidade social, ela se deu com a redução da classe E e a migração em massa para a classe C. Dentro da classe C, temos os substratos de renda com uma larga base mais próxima aos ganhos familiares mensais de 1.338,00, que possivelmente foram os absorvidos pelos novos empregos que remuneravam até 1,5 salário-mínimo e uma parcela que conseguiu auferir maior renda pelo aumento real de salário que estava estagnado: “os salários reais cresceram 4,2% ao ano entre 2003 e 2012, e o salário-mínimo cresceu 72% entre 2005 e 2012, impactando tanto o mercado de trabalho quanto as transferências federais” (SAAD FILHO, 2015, p. 171)

A franja da classe C beneficiada com o aumento real dos salários estagnados até o início dos anos 2000, controle de preços dos alimentos que compõem a cesta básica, acesso facilitado ao crédito, valorização do real com controle inflacionário dando poder de compra, ingressos no funcionalismo público federal, estadual e municipal que estavam extremamente defasados, tornou-se a “nova classe média” com caráter totalmente proletariado, com renda familiar de até 4.590,00 reais. Logo, para Singer (2012, p. 135), parece inadequado denominar essa classe C, ainda que a mais baixa na renda *per capita*, de “nova classe média”,

se é verdadeiro o fato de que há um número crescente de cidadãos que está transitando a um nível de renda e consumo que os afasta da “classe baixa”, dos “pobres”, pode-se supor que uma parte deles esteja a formar [...] o “novo proletariado.” (SINGER, 2012, p. 135)

Noutra concepção da ascensão de classes, Ricci (2010), quando analisa o fenômeno do lulismo e da ascensão da “nova classe média”, afirma que essa configuração imprensa e propagada na sociedade de transição no estamento social para classe C foi uma estratégia ou projeto que integrou a massa urbana e rural que antes orbitava o mercado de bens e mercadorias pela via da tutela do Estado. Criaram e fomentaram um cenário, em grande medida ilusório, que foi absorvido pela classe C como conquista de participação do mercado de consumo típico das classes mais abastadas. Na pauta política petista, o PBF figurou e figura sempre no centro do

cenário político, fato que mina as possibilidades de organização e formação política dos subalternos, ao passo que integra ao consumo os pobres e miseráveis sem bases em uma educação política, permitindo que o projeto do capital fosse absorvido sem reações contrárias.

Essas mudanças ocasionadas com a centralidade nas transferências de renda na proteção social e inclusão da classe trabalhadora ao consumo fizeram com que se aprofundasse a vigilância socioeconômica e a assistência da política de assistência social em detrimento do controle social e participação popular. O que a história nos revela é que o PBF nasce e é adequado no processo diário do jogo político sob as mãos do capital e da burguesia neoliberal para criação de um ciclo econômico virtuoso e uma pacificação do confronto entre as classes para liberar os meios, instrumentos e empecilhos da reprodução ampliada do capital e da acumulação. O PT depositou grande expectativa dentro do pacto de classes de que a burguesia brasileira encamparia o projeto de internalização das fontes de crescimento, o que não ocorreu e ficou demonstrado com a crise global de 2009.

Nesse sentido, o tom do lulismo, da inclusão social pela via da transferência de renda pelo PBF – o primeiro programa nacional com números e abrangência tão expressivos [...] também atribuiu o tom interpretativo sobre a pobreza no país. Interessa observar os impactos dessa definição na medida dos princípios que organizaram as políticas sociais na dimensão de valores sociais, já que tais formas de lidar com a questão da pobreza também foram prioritariamente, determinantes das formas de intervenção na vida dos pobres e da circunscrição de um tipo de cidadania. (SORDI, 2019, p. 140)

O PBF, com sua capacidade de equilibrar o jogo político, também conciliou os valores morais para atender todos os projetos políticos em que se revisitou e ressignificou a ideia de cidadania. Os requisitos de acesso e as condicionalidades estabeleceu a ideia do mérito social que, logicamente, agradou a burguesia e o capital e que levou às mãos das famílias extremamente pobres e consideradas pobres uma quantia em dinheiro. Ampliou-se para as camadas mais subalternizadas que historicamente estiveram à parte das demandas do capital – do consumo. A cidadania ganhou um algo a mais, incluiu-se a ela o direito a participação no mercado de bens e mercadorias, o direito de consumo, um valioso instrumento da vida social nessa sociabilidade que “inclui” os homens e lhes dão visibilidade social, *status* de pertencimento social e dignidade.

O então presidente Lula, na ocasião do lançamento do Cartão Bolsa-Família, fez questão de frisar que:

As famílias beneficiadas vão poder utilizá-lo também como um cartão de débito, pagando compras, passando a fazer parte do mundo dos que têm acesso aos bancos. [...] aumentando a sua autonomia e criando condições para que as famílias obtenham a própria renda ou se integrem ao mercado de trabalho. À medida em que consigam isso, essas famílias contarão também com o conjunto de programas já adotado pelo governo para beneficiar os setores populares: microcrédito, apoio à agricultura familiar, conta bancária simplificada, facilidade para formação de cooperativas, dentre muitas outras iniciativas. (BRASIL, 2003, p. 7-8)

O petista em seu discurso aponta para uma completa imersão dos “excluídos” nas relações de financeirização e das relações do capital bancário, inserindo-as nas engrenagens de acumulação do capital. Lula tinha consciência desse impacto na economia nacional, mesmo que as transferências de renda fossem de pequeno valor no caso do PBF e PETI, mas que, por sua vez, provocariam um impacto significativo e nada desprezível no cotidiano das famílias e na circulação de mercadorias em níveis locais e regionais. As transferências de renda otimizam a circulação de mercadorias e o fluxo de capitais graças a uma combinação de fatores ideológicos, morais e econômicos que conciliaram a cidadania ao acesso ao dinheiro para que o consumo fosse estimulado e vinculado ao sentimento de desenvolvimento, pertencimento e ascensão social e dignidade. O consumo passou a ser carimbador do *status* de dignidade; o padrão dos mínimos sociais torna-se o referencial de satisfação das necessidades e, com isso, as políticas garantidoras das necessidades humanas básicas são sucateadas e esvaziadas.

A exemplo disso, temos o seguinte trecho do discurso do presidente na entrega dos Cartões do Bolsa Família:

É por isso que nós tomamos algumas decisões para colocar dinheiro em circulação. [...] fizemos um acordo [...] para que os trabalhadores de uma fábrica possam tomar dinheiro emprestado no banco, em qualquer banco, a juros de 1,75% ao mês, a juros de 2% ao mês [...] É por isso que vamos anunciar para os 19 milhões de aposentados brasileiros a possibilidade deles tomarem dinheiro emprestado a juros de 1,5%, a 2% nos bancos [...] Mas, enquanto as pessoas não tiverem essa possibilidade, nós temos que fazer isso que estamos fazendo. Nós temos que garantir que as pessoas possam levar para casa o mínimo necessário. E, aqui, tem gente que sabe o que é passar uma semana inteira sem ver uma nota de um real na mão. [...] Essa é a

razão pela qual nós vamos atingir todas as pessoas que são mais pobres no nosso país. (BRASIL, 2004, p. 9)

Há algumas imprecisões ou, como podemos chamar, incoerências, pois, quando confrontamos a tendência de queda das desigualdades sociais com a concentração de renda oriunda da riqueza socialmente produzida, temos um horizonte que é ameaçador à classe trabalhadora. As transferências de renda aliviam os aspectos mais imediatos da pobreza e, ao mesmo tempo, permitem a acumulação de capital aumentar. É razoável concluir que a desigualdade está estável e que apresenta ligeiras quedas, pois a mobilidade social está entre a classe E e a C. A pobreza retrocedeu e a distribuição de renda melhorou: pelo coeficiente de Gini, caiu de 0,60 no início dos anos 2000 para 0,540 em 2012. O índice de Gini, para a concentração de terra em 2003, era igual a 0,802; no fim do primeiro mandato de Lula, o índice estava em 0,872 e, em 2010, no fim de seu segundo mandato, 0,820; no que diz respeito à concentração fundiária, não houve alterações. Vejamos a tabela 2 que demonstra a evolução da extrema pobreza e pobreza no Brasil.

Tabela 2 - Evolução temporal da extrema pobreza e pobreza no Brasil em %

| Ano | Extrema Pobreza | Pobreza |
|------|-----------------|---------|
| 2003 | 9,0 | 38,8 |
| 2004 | 7,6 | 36,8 |
| 2005 | 7,0 | 34,4 |
| 2006 | 5,7 | 29,1 |
| 2007 | 5,7 | 27,8 |
| 2008 | 4,8 | 25,3 |
| 2009 | 4,6 | 23,8 |
| 2010 | 4,5 | 22,1 |
| 2011 | 4,4 | 21,0 |
| 2012 | 3,9 | 18,5 |
| 2013 | 4,5 | 18,1 |
| 2014 | 3,3 | 16,5 |
| 2015 | 4,0 | 18,8 |

Fonte: CEPAL, 2019.

O que provavelmente puxou o índice de Gini para baixo não foram os planos de reformas agrária ou uma política tributária regressiva com melhor distribuição de renda, foi o conjunto de políticas que, em uma conjuntura internacional favorável do *boom* das *commodities*, impulsionou a economia, permitindo expandir as políticas distributivas, especialmente o alargamento dos benefícios sociais, o aumento do salário-mínimo e a formalização do trabalho primordialmente no setor de serviços.

Mas essa conjuntura interna, para se manter, necessitou de maior apoio das áreas com vantagens competitivas de curto prazo, caso da agroindústria e da agropecuária, petróleo, mineração e matérias-primas. Esse conjunto de ações serviu de sustentáculo para o círculo virtuoso e garantiu, por tempo determinado, que a renda dos 10% dos trabalhadores mais pobres crescesse aproximadamente 6,3% entre 2001 e 2011 (IBGE, 2015).

Mesmo que haja uma transformação nas suas características, o Estado assume o papel de promotor do desenvolvimento com face social (neodesenvolvimentismo). É nos anos 2000 que se evidenciam com maior clareza as principais determinações da nova condição salarial e da reorganização do mundo do trabalho brasileiro. A dinâmica neoliberal-financeirizada constituiu um novo e precário mundo do trabalho com nova forma de ser. E essa nova conformação do mundo do trabalho caracterizado por novas formas de se organizar e de se estruturar, combinada com as demandas neoliberais de informalização e desemprego aberto, na década de 2000, assume a forma flexível do emprego e organização do trabalho em tempos de expansão capitalista. No Brasil, a partir de 2003/2004, há um processo de expansão capitalista com impactos diretos e indiretos no mercado de trabalho brasileiro, criando-se uma situação de precariedade salarial devido à intermitência e rotatividade dos postos de trabalho.

Tabela 3 - Taxa anual de crescimento do PIB brasileiro (%) 1996 – 2009

| Ano | 96 | 97 | 98 | 99 | 00 | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 |
|-----|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| PIB | 2,15 | 3,38 | 0,04 | 0,25 | 4,31 | 1,31 | 2,66 | 1,15 | 5,71 | 3,16 | 3,97 | 5,67 | 5,08 | -0,2 |

Fonte: IPEADATA

É possível observar cruzando alguns dados que, a partir de 2004, há, conforme a tabela 3, uma forte retomada do crescimento do PIB com recuperação dos postos de trabalho em alguns setores da economia brasileira, como:

1) *Indústria de transformação*: até 2003, estava em tendência declinante no número de postos de trabalho. O saldo entre admitidos e demitidos era de 128.791. Com o crescimento do PIB em 2004, esse quadro se projeta numa crescente: o saldo desse setor se eleva para 504.610 postos de trabalho, o que reflete o crescimento do PIB de 1,15% para 5,71%, como mostra a tabela 3. À medida que o PIB cai em 2005, também cai o saldo do setor para 177.584 e volta a crescer em 2006 e 2007 quando

o PIB também cresce de 1,7 pp, fazendo com que a balança ficasse em 394.584. A indústria de transformações, como pode ser constatado, possui grande sensibilidade em relação às oscilações do PIB, o que se reflete prontamente no número de empregos;

2) *Comércio*: Saldo de trabalhadores efetivamente empregados: em 2003, 225.908; em 2004, 403.940; em 2005, 389.415; e em 2007, 405.091, maior índice de trabalhadores efetivamente empregados, impulsionados pelo consumo de massas, crédito facilitado, programas de transferências de renda. Passa-se a oscilar para cima, até meados da crise financeira de 2008 das hipotecas que suprime, e, em sequência, oscila para baixo, com saldo no mesmo ano de 382.218;

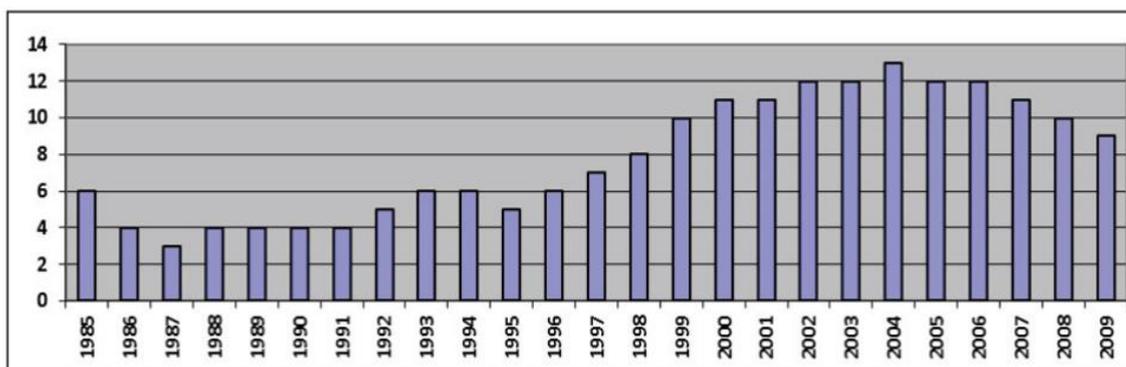
3) *Serviços*: Saldo de trabalhadores efetivamente empregados: nesse setor, há um crescimento exponencial. Esse é um setor que, mesmo com as oscilações do PIB, manteve-se resistente às quedas: em 2003, 260.265; em 2004, 460.123; e em 2005, 579.705, seguindo em níveis sustentáveis até a crise de 2008. Não aconteceram, neste setor, quedas e/ou redução do saldo final de empregados por conta da crise financeira mundial, como igualmente aconteceu com a construção civil, setor amparado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);

4) *Construção Civil*: é o setor mais bem amparado pelo PAC e é o setor que mais sofre com os impactos positivos da política petista para o setor, no que concerne ao número efetivo de trabalhadores empregados: em 2003, -48.155; em 2004, 50.763; em 2007, 176.755; e em 2008, 197.868 – esse setor manteve-se em crescente em todos os anos, tendo saldos consideráveis.

É preciso fazer uma observação: tanto no comércio quanto na construção civil, esses foram os setores que se caracterizaram como os setores da economia com o mais alto índice de rotatividade da força de trabalho. Contudo, apesar dessa característica, a década de 2000 é marcada pelo crescimento e geração de novos postos de trabalho, com saldo positivo nesses setores junto com outros setores, promovendo um expressivo crescimento na atividade econômica nacional. Esse quadro nos mostra um processo de recuperação do mercado de trabalho, devido à retomada do crescimento econômico. No entanto, é importante salientar que ter um saldo positivo de trabalhadores efetivamente empregados não representa essencialmente que ocorreram, no mesmo sentido, alterações significativas na qualidade dos postos de trabalho. Ao contrário, o que se apresentou foi um aumento

da taxa de rotatividade da força de trabalho, precarização das relações de trabalho e queda no rendimento médio mensal dos trabalhadores assalariados; tendência que obedece aos princípios neoliberais e da acumulação flexível em uma nova fase do capital mundial.

**Gráfico 1 – Tempo Médio Despendido na Procura de Trabalho (em meses) – 1985-2009
Região Metropolitana de São Paulo**

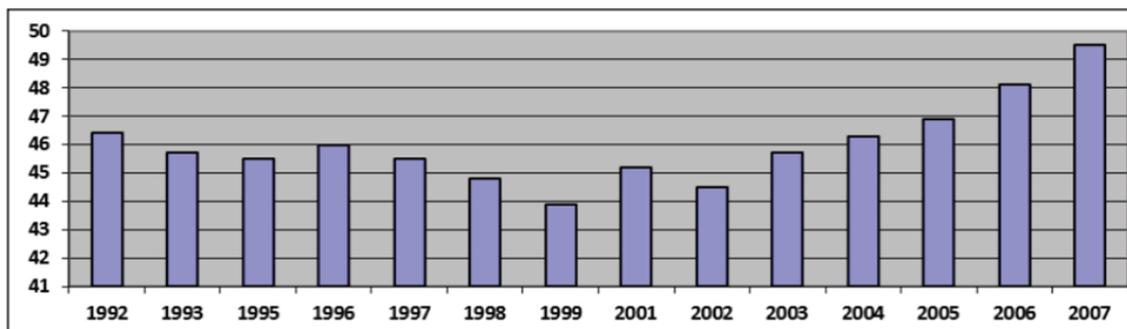


Fonte: IBGE (apud ANTUNES, 2011)

O Gráfico 1 nos apresenta uma realidade que necessita ser analisada e compreendida como efeito do lulismo e das políticas de emprego e renda do chamado “neodesenvolvimentismo”, uma vez que o quadro que se forma é de agudização da precarização do trabalho, que é estrutural e estruturante, como consequência da intermitência e da alta rotatividade, que são características de postos de trabalho precários e de baixos salários. Na década de 1980, o tempo médio despendido na procura de emprego variou sem oscilações na faixa de 4 meses; na década seguinte, em 1995 a procura durava aproximadamente 5 meses, saltando significativamente para 10 meses no fim da década. Os anos 2000 iniciam-se com uma procura média no tempo de 11 meses e, em 2004, alcança o topo com tempo médio de 13 meses. Depois, inicia-se um processo constante de quedas, mas se mantendo ainda em patamares elevados: em 2005 e em 2006, 12 meses; em 2007, 11 meses; em 2008, 10 meses; e em 2009, 9 meses – uma queda constante e obedecendo um certo padrão.

Esses dados chocam-se quando analisada a taxa de formalidade. Vejamos o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de Formalidade (16 A 64 ANOS) Em %



Fonte: IBGE/PNAD (apud ANTUNES, 2011)

Em contra tendência ao Gráfico 1, o Gráfico 2 nos mostra o crescimento da taxa de formalidade na série histórica de 1992 a 2007. Nesse período, a formalidade do emprego de 2003 a 2007 pode ser explicada por alguns fatores que, a rigor, não representam mudanças consideráveis/significativas na estrutura e dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. O desemprego caiu nos setores mais baixos de renda, principalmente na contratação no setor de serviços. Esse elemento pode ser explicado pela Lei nº 11.324/2006 que garantiu emprego de carteira assinada às empregadas domésticas (das 7 milhões de empregadas domésticas no Brasil, apenas 27% possuíam carteira assinada), pelo crescimento do número de empregados públicos, principalmente a partir de 2004 com crescimento de 3,63% de 2003 a 2007, pelo movimento de formalização dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria (Pejotização), que passaram a contribuir para a previdência social, pelo aumento da taxa de formalidade alavancada, principalmente, pelos setores da indústria metalúrgica (indústria de transformação), bancos, *call center* e comércio (setor de serviços) (ALVES, 2011).

Entre os anos de 2005 e 2012, o padrão com todos os limites evidenciados da dependência, da financeirização, do neoliberalismo, do pacto de poder com a burguesia nacional foi distributivo. Na primeira década de 2000, foram criados 21 milhões de empregos, enquanto, na década de 1990, foram criados aproximadamente 11 milhões. Contudo, 90% desses novos postos de trabalho pagavam mensalmente cerca de R\$ 1.500,00 reais; o nível de formalização saltou de 45% para 51% da força de trabalho (SAAD FILHO, 2016). De 2010 até 2014, a taxa média de desemprego estava próxima a 4,5%. Para um país de economia dependente-periférica, assemelha-

se à situação de pleno emprego, em que a máxima capacidade produtiva das fábricas estava acionada.

O crescimento econômico foi alimentado pelo motor externo das exportações de *commodities*, mas internamente limitado pela condução neoliberal na política industrial, o que aprofundou a sobrevalorização cambial, a desindustrialização e a reprimarização da economia. Vejamos a tabela 4:

Tabela 4 - Exportação Brasileira por Fator Agregado – 2003 a 2014

| Ano | Produto – participação em % | | |
|------|-----------------------------|------------------|--------------|
| | Básico | Semimanufaturado | Manufaturado |
| 2003 | 26% | 17% | 55% |
| 2004 | 30% | 16% | 53% |
| 2005 | 24% | 15% | 59% |
| 2006 | 27% | 16% | 57% |
| 2007 | 29% | 15% | 55% |
| 2008 | 30% | 14% | 53% |
| 2009 | 37% | 14% | 47% |
| 2010 | 39% | 14% | 44% |
| 2011 | 45% | 14% | 39% |
| 2012 | 45% | 14% | 39% |
| 2013 | 44% | 14% | 39% |
| 2014 | 47% | 13% | 37% |

Fonte: Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Séries Históricas

A participação na exportação dos produtos básicos (matérias primas, alimentos e congêneres) teve um crescimento considerável na série histórica acima apresentada. De 2005 a 2014, a participação dos produtos básicos teve um aumento de 22 pontos percentuais nas exportações, fato bastante significativo. Do lado oposto, a participação dos produtos manufaturados (industrializados) caiu proporcionalmente ao aumento dos produtos básicos: a queda foi de 18 pontos percentuais, o que demonstra uma inversão dos pesos na balança de exportações. Esse fato deixa claro o processo de reprimarização da economia e um processo de retração da produção industrial para exportação, o que acentua a dependência em novos moldes e, obrigatoriamente, faz com que se eleve o grau de superexploração da força de trabalho em todos os seus componentes para amenizar a transferência de valor ao centro.

Como demonstrado anteriormente, no capítulo 1, essa configuração faz com que se eleve os níveis de pobreza, porém com novas características do neoliberalismo e da acumulação flexível. Logo, é necessário criar e aumentar programas de

transferência de renda compensatória associados a controle inflacionário, controle de preços da cesta básica de alimentos e possibilitar acesso ao crédito. Assim, como se desenha a conjuntura nacional de crescimento do PIB, aumento nos postos de trabalho em vários setores, salário-mínimo com aumento real e capacidade produtiva pujante, o número de famílias beneficiárias do PFB neste mesmo período histórico esteve, em média simples, na casa dos 13,65 milhões de famílias e 65 milhões de pessoas.

Em relação à política de controle dos preços dos itens que compõem a cesta básica, é necessária e fundamental uma breve análise. Para tanto, pego como referência o gasto mensal total da cesta básica de alimentos praticado em São Paulo, que foram os maiores valores operacionalizados no mercado. Assim, podemos concluir que a cesta básica ao longo dos governos petistas manteve preços estáveis sem elevações abruptas e, principalmente, foram diminuindo o seu custo dentro do salário-mínimo. O gasto com cesta básica em relação ao salário-mínimo teve tendência decrescente e, na maior parte do tempo, esteve abaixo de 50% em relação ao salário.

Esses resultados nos levam a acreditar que a transferência monetária como única renda ou *plus* de renda, que permitiu uma constância na programação das famílias em relação ao seu consumo, permitiu que essas famílias consumissem os itens básicos, mas que melhorassem a quantidade e a qualidade do consumo, permitindo-se deixar conduzir pelas preferências e sentimentos da propaganda das marcas. Ao mesmo tempo, os gastos com alimentação foram compartilhados com outros elementos do mercado de consumo, visto que, com a constância de uma política de preços, aliado a controle dos preços de energia elétrica e investimento em infraestrutura, subsídios a linha branca permitiram às famílias diversificar o consumo para bens duráveis adquiridos nas grandes lojas de departamentos no crediário facilitado.

Tabela 5 - Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos – Gasto Mensal* – Total da Cesta (em R\$)

| Período | Valor Total da Cesta | Salário Mínimo | Porcentagem Cesta/SM | Salário Necessário |
|----------------|-----------------------------|-----------------------|-----------------------------|---------------------------|
| 2004 | 172,20 | 260,00 | 66,42% | 1.468,08 |
| 2005 | 183,09 | 300,00 | 61,03% | 1.607,11 |
| 2006 | 171,49 | 350,00 | 48,99% | 4.564,52 |
| 2007 | 214,63 | 380,00 | 56,48% | 1.803,11 |

| | | | | |
|-------------|--------|--------|--------|----------|
| 2008 | 230,00 | 415,00 | 55,42% | 2.141,08 |
| 2009 | 228,19 | 465,00 | 49,07% | 1.995,91 |
| 2010 | 242,67 | 510,00 | 47,58% | 2.227,53 |
| 2011 | 277,27 | 545,00 | 50,87% | 2.329,35 |
| 2012 | 304,90 | 622,00 | 49,01% | 2.561,47 |
| 2013 | 327,24 | 678,00 | 48,26% | 2.765,44 |
| 2014 | 354,19 | 724,00 | 48,92% | 2.975,55 |
| 2015 | 418,13 | 788,00 | 50,04% | 3.518,51 |

Fonte: DIEESE, Banco de Dados. *Valores da cesta básica de alimentos praticada na cidade de SP.

As transferências monetárias diretas comportaram-se como um complemento de renda para o consumo ou, como aponta o BM, para alívio da pobreza de consumo, não somente atua nas taxas de extrema pobreza e pobreza, como também ultrapassa as fronteiras do lumpesinato. Assim, as transferências vão alcançar o desemprego temporário, os subempregados, os trabalhadores informais ou, como sustento até o momento, ser um instrumento que se torna única renda ou complemento de renda para os baixos salários dos empregados formais que estão em condições degradantes de reprodução social.

Como aponta Serapião (2018), a transferência monetária direta para milhões de famílias promove alterações significativas, fato que nos permite entender como o PBF ganhou centralidade na realidade em que essas famílias estão se reproduzindo. Logo, foram incorporadas, junto ao lulismo e suas faces ideológicas da possibilidade de proteção social, as incontingências da vida e de mobilidade social na esfera do consumo. A ala monetarista do Partido dos Trabalhadores, alinhada aos organismos multilaterais financiadores dos programas de alívio à pobreza na América Latina, contribuiu para popularizar e, assim, a classe subalterna absorver que as necessidades humanas poderiam ser adquiridas no mercado.

Introduziu-se uma linha fixa com base na ausência de renda como fator principal para determinar a extrema pobreza, trabalhando com a ideia de que a pobreza dos indivíduos pode ser superada com um *plus* na renda ou pelo consumo das famílias. É essa visão monetarista (ainda que heterodoxa) que orienta as políticas sociais petistas. Essa visão também orienta as bases para o desenvolvimento econômico, defendendo, sobretudo, sua atuação para o desenvolvimento social pela via do crescimento econômico.

O BPF conseguiu realizar um impacto macro – seja macroeconômico, seja macrossocial. Pesquisas como a de Serapião (2018) mostram-nos que o programa não é a primeira fonte de renda familiar ou a única fonte e também não se mostra como a mais importante. Porém, as transferências monetárias mensais é a única renda constante; simboliza a estabilidade de renda familiar diante das vicissitudes da vida. É a renda complementar em alguns períodos, mas única em outros, que possibilita que as famílias possam realizar um planejamento mínimo; é a renda com que se pode contar.

Esse concreto da vida, da imediaticidade, da sobrevivência e da satisfação das necessidades básicas fez das transferências de renda um instrumento da assistência social para hipertrofia; simbolicamente, como sinônimo de proteção social e combate à pobreza. Interfere na autoidentificação como sujeito coletivo, da sua condição de classe e do entendimento de direito para significar a cidadania pelo consumo que supre as expectativas dos indivíduos na relação com o mercado, na sua relação com as mercadorias.

As transferências de renda trazem junto de si o ar primaveril de dignidade, sobre toda e qualquer política de proteção social pública: saúde, previdência social, educação, transporte etc. O PBF (bem mais que o benefício de prestação continuada – BPC) tornou-se o portador da dignidade dos subalternos, tendo seu papel definido ideologicamente, pois altera a percepção da condição de vida das pessoas, tem sensação de melhora no capitalismo, embora seja a melhora no consumo e não de acesso à proteção social pública e de qualidade, de acesso a postos de trabalho protegidos e dignos. Essa noção de cidadania pelo consumo, da dignidade da pessoa humana pela renda que pode comprar proteção social, possuir bens e mercadorias que deem qualidade de vida, fica bem expressa quando Lula, no lançamento do Bolsa Família, diz:

Nós, que estamos entre os que têm cidadania, sabemos que se o Brasil incluir socialmente essa grande parte da população secularmente excluída, o nosso país vai melhorar e, não tenho dúvida, melhorar muito. É preciso construir uma ponte para estes dois mundos. E o nome dessa ponte se chama oportunidade. Toda nação vai se beneficiar com isso. Essas pessoas que sobrevivem abaixo da linha da pobreza - quase 50 milhões - têm direito a uma vida digna. [...] E nós sabemos que as obrigações estabelecidas pelo Bolsa Família, na verdade, são direitos de cidadania: alimentação, educação, saúde básica; saúde preventiva. (BRASIL, 2003, 5-8)

O sentido de alargamento da cidadania a todos os sujeitos sociais está construído sob as bases do aprofundamento da emancipação política dos homens e da sua condição de cidadãos perante o Estado, mas isso não quer dizer que o PBF e as demais transferências de renda com exceção do aumento real e sistemático dos salários atinjam esse fim. Essa cidadania, em última questão, significa que os homens cidadãos podem desfrutar de todos os direitos civis, políticos e sociais conquistados por meio da organização da sociedade civil ou cedidos pelo Estado moderno, agora mediador do consumo. Eis, dessa forma, os limites da cidadania nas relações da sociabilidade do capital e que, por sua vez, é o modelo adotado pela perspectiva reformista.

O discurso de Lula é claro ao igualar as condicionalidades de permanência ao PBF com os direitos de cidadania. Vai além, ao dizer que há dois grupos no país: aqueles que têm cidadania (porque consomem) e aqueles que não têm. Cabe ressaltar que os excluídos secularmente estiveram apartados do mercado de bens e mercadorias, mas jamais de serem explorados pelo capital e de comporem as franjas do lumpesinato. Com isso, o lulismo e as transferências monetárias diretas, para alívio das privações de consumo, reiteram a noção de cidadania na esfera do domínio burguês, liberal, da sociedade de classes. É dessa forma que o projeto político petista, pelas vias das transferências de renda, busca anular a contradição central da sociedade burguesa: a desigualdade dos homens na democracia.

Um processo que decorre quando

O Estado anula, a seu modo, as diferenças de nascimento, de status social, a cultura e a ocupação do homem como diferenças não-políticas, ao proclamar todo membro do povo, sem atender a estas diferenças, co-participante da soberania popular em base de igualdade, ao abordar todos os elementos da vida real do povo do ponto de vista do Estado. Contudo, o Estado deixa que a propriedade privada, a cultura, [o nascimento] e a ocupação atuem a seu modo, isto é, como propriedade privada, como cultura, [como nascimento] e como ocupação, e façam valer sua natureza especial. Longe de acabar com estas diferenças de fato, o Estado político e só faz valer sua generalidade em contraposição a estes elementos seus (MARX, 2005, p. 22)

Portanto, como bem analisado por Marx (2005), o Estado democrático, em especial no modo popular-democrático do lulismo, replicou o modelo de relações burguesas que suprime politicamente as desigualdades entre os homens,

abandonando o universo da vida concreta dos homens; exerce, portanto, sua natureza genérica – igualitária. O que há é o notório compromisso com a conciliação entre as classes e, principalmente, com a noção de cidadania emancipadora que o PT debatia nos anos de 1980 e 1990, que passou para uma ideia de cidadania nos moldes reformistas e fraco reformismo. Percebemos esse reformismo fraco quando, por meio das transferências de renda, o Estado reconhece a cidadania dos “excluídos”, operando a anulação das diferenças entre os homens, retirando-as do cenário político e econômico e colocando-as na esfera do cenário cotidiano.

Cêpeda (2012, p. 84), argumenta que esse modelo de desenvolvimento, denominado de neodesenvolvimentismo é a união de estratégias e que "combina políticas de crescimento com políticas de distribuição" de renda. A autora faz um alerta: chama a atenção para o lugar que tomou as políticas distributivas de renda; para a autora supracitada, está no "epicentro do projeto" com associação indissociável de uma política de estímulo produtivo. Logo, os entraves estruturais para produção de mercadorias são neutralizados, dado o fortalecimento da cadeia produtiva com as políticas monetaristas (transferência monetária e acesso fácil ao crédito).

O outro lado das políticas petistas mira no papel estratégico dessas políticas para o aumento da renda e consumo popular como uma das engrenagens do desenvolvimento econômico-social. Ao se empenhar em promover esse desenvolvimento pelo consumo de massa, transferência monetária direta, política de crédito popular facilitado e economia social de controle de preços da cesta básica, o que se está fazendo é estimular a economia pelo “lado da demanda” – é a acepção das teses do mercado interno (acreditando no compromisso de expansão produtiva da burguesia brasileira e de investimento) e a inovação pelo caminho do empreendedorismo popular, dos microempreendedores individuais, presentes nas portas de saída da política de assistência social, as chamadas políticas de ativação para o trabalho.

As transferências de renda produzem forte impacto nos âmbitos locais e regionais, por atuarem na inclusão dos historicamente “excluídos” no universo de uma economia monetarizada e, também, pela associação das políticas sociais de transferência indireta de renda: acesso a serviços com Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, subsídios à linha branca de bens de consumo duráveis com tecnologia avançada que possui menor consumo de eletricidade e gás – fator que, no final do

mês, as famílias tenham redução destas despesas e liberação de parcela da renda. Produziu-se para os subalternizados uma maior apropriação de cotas de bem-estar e ampliou-se a consciência coletiva dos sujeitos políticos.

Desse modo, vista em sua totalidade dentro do modo de produção *per capita* e de suas relações sociais estabelecidas, as políticas de transferência de renda direta ou indireta contém múltiplas funcionalidades: 1) *Econômica*: uma vez que aquece o mercado, sendo instrumento dinamizador e estimulante da produção interna, do setor de serviços e comércio – via do consumo de massas; 2) *Política*: na medida em que permitia que os trabalhadores migrassem do subconsumo para o consumo, uma lógica, *a priori*, econômica, está sustentada pela inserção como direito e cidadania, “[...] como parcela do contrato social que possibilita requerer a promoção do bem-estar como uma das tarefas do Estado” (CÊPEDA, 2012, p. 86). Em relação às teses econômicas, tenho convergências. Porém, ao tomar o acesso aos direitos e bem-estar possibilitados pela transferência de renda como algo que impõe ao Estado operacionalizar e promover bem-estar, é, para mim, uma visão distorcida que se limita à visão pouco dialética de um quadro complexo e da apropriação do discurso de uma melhora social generalizada graças à inclusão dos subalternos ao consumo de massa, conferindo direito de cidadania.

Essa transformação e ressignificação das políticas sociais de bem-estar, do direito e da cidadania, não somente trabalha no campo ideológico da captura do imaginário social e da difusão de um novo modelo de proteção social em favor do capital, mas esse modelo também oculta o processo de derruição dos direitos sociais conquistados pelas políticas neoliberais. O acesso às políticas públicas, bens e serviços sociais que respondam às demandas da classe subalterna para o suprimento de suas necessidades humanas e da cidadania em sua forma emancipadora (autonomia crítica, capacidade de ação e saúde plena) sai das responsabilidades da operacionalização do Estado, ou seja, da esfera pública, gratuita, com qualidade e universal acesso.

Na realidade, como vim tentando demonstrar até aqui, essa reconversão de rota no projeto programático do PT, a emergência do lulismo impulsionado pelas transferências de renda, a política de conciliação de classes (com a falsa sensação do subproletariado no poder) e a adesão ao projeto hegemônico da burguesia verificam que as políticas sociais passaram a ser engrenagens na melhoria da

acumulação de capital ao facilitar/oportunizar o acesso aos bens, serviços e proteção social com utilização dos recursos públicos na compra desses serviços no setor privado, como leitos de hospitais, financiamento educacional, subsídios habitacionais etc. Logo, entra em ação o Estado mediador consumidor.

O lulismo nos governos petistas utilizou-se das políticas sociais de transferência de renda, mas não somente delas, como também crédito e subsídios, como instrumentos dinamizadores da economia e do mercado interno e da produção de mercadorias, influenciando no aumento da produtividade, da demanda e dos salários. Essa tendência ideopolítica de incluir os excluídos é, na verdade, uma inclusão ao consumo; os subalternos precisam se tornar "cidadãos" portadores do direito de consumir e possuir propriedade. O cidadão, como demonstrei até aqui, não é mais a figura portadora de direitos e que, para sua reprodução integral, necessita que as necessidades humanas básicas sejam promovidas, pois o projeto e a leitura de projeto de desenvolvimento está sobre as bases neoliberais de um capital financeirizado que entende que a provisão estatal do bem-estar e do suprimento das necessidades humanas dos homens deve ocorrer pela via do consumo, que respondam essas demandas individuais e familiares e não pela provisão estatal pública e universal. É a visão dos mínimos sociais.

O Estado mediador consumidor deve criar as condições necessárias para que os sujeitos consumam estes serviços sociais de proteção ao trabalho e à vida nas instituições privadas ou públicas não estatais.

É nesse sentido que se vê as políticas sociais públicas dos governos petistas, tais como: política de valorização salarial e de renda mínima, isenções, subsídios fiscais e gastos públicos em serviços privados de saúde, educação, saneamento básico, habitação, entre outros. Aqui se insere também as políticas de incentivo e promoção à entrada ao mercado de trabalho, como as políticas de educação superior e capacitação profissional; afinal, na sociedade neodesenvolvimentista a inclusão social ocorre via consumo de bens e serviços sociais que satisfaçam as necessidades humanas. (PFEIFER, 2014, p. 759)

As políticas sociais seguiram as orientações dos organismos multilaterais e absorveram o modo de ser das suas ações e proteção ao trabalhador pelo princípio norteador e as seguiram finalidades designadas pelas transferências de renda para o enfrentamento das privações de consumo. Portanto, nos últimos anos, desde o início dos anos de 2000, o que ocorreu foi a criação dos meios para o acesso a esses

serviços, bens e mercadorias que supram as necessidades de reprodução. Logo, elas colocaram nas "mãos da população os meios de pagamento necessários para tal – o dinheiro" (Ibid, p. 759).

As políticas sociais com centralidade na política de assistência social (transferência de renda) acabam por despolitizar a classe trabalhadora, anula as conquistas sócio-históricas dos subalternos e o real significado de direito e proteção social de provisão do Estado Social. Além do que, ao vender a ideia da inclusão dos excluídos historicamente no país e de que todo brasileiro seria um cidadão que pudesse levar o mínimo de mercadorias para sua casa, dá-se ênfase ao consumo de massa pela via das políticas sociais de transferência de renda, em que, pelo transformismo petista, as demandas dos subalternos foram absorvidas nas estruturas do Estado mediador consumidor, ressignificando-as e conferindo um novo entendimento da construção social da cidadania apoiada no direito ao consumo.

Prontamente, a noção de cidadania firmada na provisão da proteção social ampla pelo Estado, gratuita, de qualidade, que supra as necessidades humanas é enfraquecida a ponto de inanição com a aceitação e aprovação do conjunto da sociedade, dos seus mais diversos estratos sociais, que é fator que contribui para o enfraquecimento, apassivamento e inércia dos movimentos sociais e populares mais ativos. Firmou-se "um novo pacto social" legitimado pela "suposta" mobilidade social na esfera do consumo e propriedade.

Este modelo de "*cash transfer*", em que a forma de dinheiro é direcionada aos mais pobres do que outras formas de investimentos públicos, faz com que o consumo de massa popular se torne uma engrenagem auxiliar na melhoria de acumulação do capital, seja por seu viés ideológico de apassivamento, ressignificação das políticas sociais, do direito e da cidadania pelo direito ao consumo e mobilidade de classes esvaziando a luta de classes, seja, por outro lado, na transformação da cultura proletária e seu pertencimento de classe promovendo a cultura do empreendedorismo. Conseqüentemente, responsabiliza os sujeitos pauperizados, que possuem uma transferência mensal de dinheiro, a acessar o bem-estar no mercado, transformando a questão social em caso de "direito do consumidor", transferindo-a para o âmbito privado das famílias e desassociando-a da sua gênese, em outras palavras, do processo de produção e reprodução do capital, de suas formas de expropriação e concentração da riqueza socialmente produzida.

CONCLUSÕES

É correto afirmar que, a partir dos anos 2000, a política de assistência social dentro do conjunto de políticas do sistema de seguridade social e demais políticas que conferem proteção social ganhou importância e relevância; passou de uma política subalterna e “menor” para se tornar a ponta da lança do combate às privações de consumo, seja de alimentos, seja de bens duráveis. A partir das transferências de renda condicionada, a política de assistência social ocupou um papel relevante na reprodução da força de trabalho, dada a ausência histórica de um estruturado Estado Social.

Como demonstrado, diferentemente do centro capitalista tecnologicamente desenvolvido, que experimentou um Estado Social com políticas de proteção social ampliadas e pleno emprego, no período do segundo pós-guerra, a periferia do capital possui uma dinâmica particular para o desenvolvimento econômico-político e social. Ela guarda em sua formação sócio-histórica as marcas das moedas de homens, ou seja, um mundo do trabalho precário e, em muitos casos, subumanos, com a presença majoritária do desemprego em níveis elevados e a informalidade conformando o caráter estrutural. No capitalismo dependente-periférico, forma-se um largo bolsão de trabalhadores pertencentes ao exército industrial de reserva e, dentro dele, franjas consideráveis de lumpens, determinando a lógica e a essência de ser do mercado de trabalho. Há, por parte desse bolsão, um papel determinado: rebaixar o valor da força de trabalho.

O exército industrial de reserva é essencialmente um fenômeno intrinsecamente associado ao processo de produção e reprodução ampliada do capital, do seu processo de acumulação e, no capitalismo dependente-periférico, essa lógica e dinâmica vão apresentar as particularidades e especificidades que pertencem e são determinantes do modo de produção capitalista na América Latina, observando os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas.

É ponto pacífico que esse exército é fruto dos processos de acumulação, nos quais se eleva o capital constante com redução do capital variável no processo produtivo. Isso se deve pelo aumento da produtividade decorrente do progresso técnico-científico na produção. Logo, a elevação da produtividade social do trabalho pelo progresso tecnológico condenou o trabalhador a jornadas extensivas de trabalho

com redução de suas necessidades humanas para a produção em vez de libertá-lo desse processo.

Essa dinâmica do capital faz com que a cada dia aumente o contingente populacional dos trabalhadores impelidos do processo produtivo, do mercado de trabalho formal. Todo esse movimento que conforma a valorização do capital em todos os seus processos induz à redução do valor da força de trabalho. Nos países dependente-periféricos, é esse movimento dinâmico do capital que alicerça a superexploração da força de trabalho, sendo, ela, como elemento estruturante para o desenvolvimento do modo de produção capitalista e como forma de compensação da burguesia agroexportadora na troca desigual com o centro que burla a lei do valor.

Na periferia, o exército industrial de reserva e o lumpemproletariado foram aprofundados pela participação do capital imperialista no processo de industrialização nacional no período de substituição das exportações com maquinaria poupadora de força de trabalho e no pátio industrial formado por transnacionais. Como tratado no Capítulo 1 desta tese, o ciclo do capital brasileiro em seu desenvolvimento sempre esteve na condição de dependência do capital imperialista, principalmente no seu processo de realização. Esse conjunto de fatores aliado à ausência de um Estado Social, à ideologia burguesa e à submissão-associação da burguesia brasileira ao capital imperialista possibilitaram um modelo em que a elevação da produtividade aprofunda e alarga o bolsão do exército industrial de reserva, de trabalhadores, reproduzindo-se pelo subconsumo. Logo, agrava de forma significativa as próprias contradições do capital.

A conclusão desse processo é que o aumento da produtividade na economia dependente brasileira agrava, ainda que lentamente, os elementos da superexploração da força de trabalho dos trabalhadores em assalariamento formal e aumento rápido dos trabalhadores desempregados, subempregados, informais – ou seja, aumenta o exército de reserva e provoca maior rotatividade nos postos de trabalho. A superexploração da força de trabalho como condição estrutural do desenvolvimento e organização do mundo do trabalho periférico é elemento central da manutenção da extração da mais valia absoluta na relação entre capital/trabalho.

O capitalismo dependente-periférico, no seu processo de produção e reprodução, não visa pura e simplesmente à redução da força de trabalho, ao contrário, tem como objetivo primeiro a elevação da massa de valor produzida, uma

vez que o resultado da cadeia produtiva historicamente não teve como destino o consumo interno, não houve um estímulo à demanda interna dos trabalhadores como nos países imperialistas. Aqui, colocam-se duas questões a serem analisadas: 1) o processo de popularização e massificação dos bens de consumo duráveis e da diversificação da alimentação vai ocorrer após os anos 2000, apoiado a múltiplos fatores: aumento sistemático do salário-mínimo, subsídios à linha branca (eletrodomésticos e eletroeletrônicos), controle de preços dos itens da cesta básica de alimentos, valorização do real frente ao dólar e transferências monetárias diretas como engrenagem de melhora das privações de consumo das famílias que se reproduziam pelo subconsumo; e 2) o aumento da produtividade interna se deu em setores específicos, principalmente de alimentos e derivados, embutidos e enlatados. A valorização do real permitiu aos trabalhadores acesso a produtos importados da China, produtos de toda a sorte a preços muito baixos com que a indústria brasileira não pode concorrer; isenção de tributos de produtos de tecnologia importados. Essas são duas questões que, do meu ponto de vista possibilitaram um consumo de massas no país.

Retomando, mas mantendo as conexões pertinentes, da elevação dos níveis de produtividade, decorre o barateamento dos bens-salários, dos componentes da cesta básica de alimentos; logo, há uma queda na remuneração do trabalho. Na economia dependente brasileira, é este ponto que faz com que aconteça uma permanente extração de mais valia extraordinária e, nessa direção, elevação da produtividade e intensidade do trabalho, sem que, necessariamente, exista produção de mais valia relativa.

O bolsão de trabalhadores desempregados e do lumpesinato possuem um papel político de extrema relevância no processo de acumulação por manter rebaixados os salários e a maior extração de mais valia pelo prolongamento da jornada e intensificação do trabalho, permitindo alta rotatividade e contribui para o arrefecimento da potência da classe trabalhadora. O processo reivindicativo se fragmenta pela atuação da ideologia, captura da consciência e da individualidade imperante nas relações.

O aumento da população relativa e dela o lumpemproletariado coloca um número extraordinário de trabalhadores disponíveis ao capital, produzindo efeitos e consequências para o conjunto da classe trabalhadora e também para o próprio

capital, em que, do lado do capital, há efeitos positivos nas diversas esferas que conformam a produção global total do capital, posto que se impulsionam os cursos de rotação do capital como $D-M-P = M'-D'$, disponibilizando elevado número de força de trabalho a ser renovada. Além disso, acontece o barateamento do custo da força de trabalho aliado à elevação da produtividade decorrente da intensificação e extensão da jornada, logrando maior extração de mais valia relativa e absoluta e obrigando o conjunto dos trabalhadores a se fiscalizarem, fiscais de si e dos companheiros, e empregarem maior ritmo e constância (LARA; MARANHÃO, 2019).

Ao se utilizar dos mecanismos de valorização do capital, o preço da força de trabalho, o salário, como qualquer outro bem ou mercadoria produzida nesse sistema de coisas e de coisificação, são manipulados e sofrem variações e instabilidades do mercado; portanto, sempre estão abaixo do valor real da força de trabalho. No cenário em que o trabalhador receba o salário correspondente ao valor do trabalho, sua exploração e expropriação persistiria pelo motivo de que o valor se refere ao pagamento pelo dispêndio da força de trabalho, que corresponde à compra da "cesta de consumo".

É a remuneração e/ou o acesso à renda que permite a participação no consumo de bens, serviços e mercadorias indispensáveis para a reprodução da força de trabalho dos trabalhadores e a reprodução de sua vida. Então a "cesta de consumo" terá um valor sempre abaixo daquilo que o trabalhador produz na totalidade de sua jornada de trabalho; se assim não fosse, os industriais não contratariam. Essas inconstâncias do valor da força de trabalho e de seu distanciamento cada vez maior do valor dos salários pagos sempre abaixo da cesta de consumo tem, dentro da lei geral da acumulação capitalista, a determinação da pobreza relativa e da pobreza absoluta.

Assim sendo, a extrema pobreza (pobreza absoluta) corresponde à depreciação, desvalorização das condições concretas de sobrevivência do trabalhador e de sua família. É o capital adentrando no seu fundo de vida e de do fundo de consumo, esgotando-o. Na condição de extrema pobreza, o aviltamento da vida está mediado pela forma ou maneira que adquirem a renda para sua reprodução, seja pela renda do trabalho, seja renda familiar *per capita*, ou seja, em que medida estes sujeitos que compõem o último estrato da classe trabalhadora obtém a "cesta

básica de consumo" para sua reprodução e de sua família, suprir as necessidades imediatas da vida.

No Brasil, a pobreza absoluta e relativa, historicamente, sempre esteve em altos patamares e pode ser observada nos altos índices de desemprego, subemprego e informalização do trabalho que atingem os trabalhadores de forma mais violenta. Isso ocorre em todas as economias dependente-periféricas, em que o Estado Social não é um elemento fortemente presente no desenvolvimento desses países. A construção do mercado de trabalho brasileiro foi sustentada pela superexploração da força de trabalho com bases escravocratas; fez-se pela expansão dos postos informais – os pauperizados absolutos.

Na esteira desse entendimento, tem-se que as condições econômicas e sociais da realidade dependente brasileira são o estabelecimento de baixíssimos salários, desemprego e constituição de um mercado de trabalho informal, extensas jornadas de trabalho com intensificação do trabalho e a constante aliança de classes e decisões "pelo alto". É a partir deste quadro oriundo da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho que é possível entender e desvelar os novos processos de acumulação recente do capital e, também, da formatação e ação das políticas sociais brasileiras dos anos 2000.

A condição da classe trabalhadora brasileira é, na contemporaneidade, o signo de viver sob os índices de pobreza absoluta e, basicamente, o predomínio da pobreza relativa que afasta a ideia e as concepções mais atuais sobre a criação de uma nova classe média, principalmente no Brasil lulista. O que há, na realidade, não é criação de uma nova classe média; é a subida de um contingente de pauperizados e trabalhadores precarizados dos estratos E e D para o C e de trabalhadores da classe C se acomodando nas bordas mais bem remuneradas.

É possível afirmar que, por meio da formação de um mercado de trabalho informal e de um alto índice de desemprego, é que o Brasil se integra à dinâmica do capital. Há uma falsificação da realidade quando são apresentadas à sociedade, aos sindicatos e aos movimentos sociais elevações dos índices de emprego quando, na verdade, o modelo global do mundo do trabalho nos anos 2000 está na geração de postos de trabalho precarizados, alta rotatividade, desregulamentado e em setores com baixa remuneração, como apontado no Capítulo 3.

Analisando os dados da Organização Internacional do Trabalho, o mercado de trabalho latino-americano era composto, considerando 16 países no fim da primeira década dos anos 2000, por 50% de trabalho informal. Isso quer dizer que há uma prevalência histórica de uma estrutura informal do emprego total e um setor informal de empresas (OIT, 2011) com trabalhadores sem proteção social e sem direitos, trabalhando com jornadas alongadas e baixíssimos rendimentos. A informalidade isenta o capital de custos, ao mesmo tempo em que captura, com a ideia do empreendedorismo, o imaginário social de ser patrão de si mesmo, de não ser simples trabalhador; para o capital essa informalidade é vital. É vital porque a renda gerada no setor é sempre carregada para a economia formal e não necessariamente para os setores menos lucrativos. Não ocorre uma dispersão dessa renda para distintos ramos de consumo que, não raro, convergem para o endividamento que as possibilidades do crédito facilitado oferece.

É importante resgatar e reafirmar esse entendimento e, a partir dele, conclusões do processo periférico de reprodução do capital e da classe trabalhadora, visto que são esses trabalhadores pobres e miseráveis, a população sobrando, que é o público-alvo, os elegíveis para o recebimento das transferências de renda. Dentro desse universo, há também um pequeno, mas existente, número de trabalhadores assalariados, dada a tamanha precarização do trabalho. Como já visto nos Capítulos 2 e 3, as transferências de renda, que estão fincadas na provisão dos mínimos sociais, vestidas com o manto do combate à pobreza e fome, surgem na periferia por volta do meio da década de 1990 e expriam-se a partir dos anos 2000.

Essas transferências foram pensadas pelos organismos multilaterais, FMI e MB, para serem alternativas de atendimento das necessidades de reprodução da vida dos trabalhadores. Mas, como toda política ou programa, dentro da ordem capitalista devem responder às necessidades da acumulação de capital; e seu outro lado é destruir ou minimizar as privações de consumo de um enorme contingente populacional que historicamente se reproduzia pelo subconsumo, dadas as particularidades da produção industrial nacional e sua inserção na divisão internacional do trabalho.

As transferências de renda primeiramente têm o objetivo político por parte dos organismos internacionais. Com a crise do capital da década de 1980 em toda América Latina, a intensificação das medidas neoliberais de ajuste fiscal, abertura

econômica, desregulamentação do câmbio, privatizações e aumento dos níveis de pobreza e miséria, desemprego e subemprego, as transferências de renda tornaram-se elementos de contenção dos efeitos políticos ocasionados pelo ajuste estrutural, da condução macroeconômica e do processo de reorganização e reestruturação produtiva.

As transferências monetárias contêm os efeitos políticos e, do mesmo modo, ao inserir os sujeitos no consumo, minimizam as tensões e revoltas sociais, fator que é fundamental para a reprodução ampliada do capital. As transferências de renda são engrenagens garantidoras da sociabilidade do capital, pois é fato que respondem às necessidades mínimas da classe trabalhadora pela via do consumo sem modificar a dinâmica social e econômica, sem promover uma educação política permanente e, tampouco, potencializar os espaços de participação e discussão dos rumos e objetivos dos programas de transferência monetária. É um processo de inclusão com alienação.

O PT de Lula e Dilma propôs um novo projeto de desenvolvimento para o país, mas o que se pôde perceber foi a manutenção das bases macroeconômicas do neoliberalismo de seus antecessores, um movimento de afago ao mercado financeiro e à burguesia brasileira associada-submissa ao capital imperialista em um pacto de governabilidade. Para tanto, manteve-se o compromisso do pagamento da dívida que alimenta o capital financeiro pela remuneração dos títulos públicos a altas taxas de juros, que alimenta o capital fictício, que é capital que não se destina ao setor produtivo, portanto não gera valor novo.

O objetivo do governo petista mostrou-se mais evidente em sua tentativa de reorganização ou promoção de "um novo choque de capitalismo" no país. Um modelo de desenvolvimento capitalista que teve a condução do grande capital oligopolizado transnacional. O lulismo, como um projeto de caráter burguês, promoveu um reformismo fraco e tornou-se um Estado mediador consumidor em um modelo e condições de um mercado oligopolizado.

Frente ao reformismo fraco, o lulismo, como base ideológica que estabeleceu um comportamento de conciliação entre as classes sociais por falsamente ser um governo do subproletariado, porque esteve sob a orientação dos conglomerados e oligopólios, perpetuou com a retirada do fundo público para injetar dinheiro na construção civil, a exemplo do Minha Casa, Minha Vida e da modernização dos portos que eram áreas de franca expansão do capital. Isso, apoiado numa relação de

depósito de confiança na burguesia brasileira industrial, agroindustrial e financeira de que elas fariam investimentos em grande volume de capital para acelerar o desenvolvimento nacional.

Para dar conta de responder, essas múltiplas demandas, quais sejam: proletárias, ao demandar melhores condições de emprego e renda, e capitalistas, para valorização de capital e abertura de novos nichos de acumulação de capital, os governos petistas mantiveram a condução macroeconômica, aprofundaram a orientação econômica neoliberal e tentaram fazer Lula e Dilma darem novas roupas ao velho manequim do modelo neoliberal, chamando-o de desenvolvimentista quando, na realidade, o que se mostrou foi uma “segunda variante ideológica do neoliberalismo”, conforme aponta Castelo (2013, p. 247). Há, no modelo empregado para o desenvolvimento econômico e social, um “sincretismo entre mercado e o Estado, imaginariamente capaz de instaurar a justiça social” (Ibid, p. 247).

A ação de mesclar esses elementos de desenvolvimento tem como fundamento basilar potencializar o consumo da massa subalterna que se reproduzia pelo subconsumo e que influenciou e conduziu ao aumento dos investimentos no setor de mercadorias, o que fez acelerar o fluxo de capital e ocasionou um círculo virtuoso de desenvolvimento do capital pautado na ampliação do mercado interno. Portanto, o realinhamento político-ideológico do PT e a ascensão do lulismo como forma de governar junto ao subproletariado e não mais o conjunto do proletariado diminuíram as pretensões históricas de mudanças sociais do partido.

Dessa maneira, entendo que, ao implementar políticas sociais distributivas de renda e junto a elas promover uma política redistributiva de elevação sistemática do salário-mínimo, que também impacta no valor da hora de trabalho numa sociedade em que o trabalho é historicamente informal e desprotegido e a manutenção macroeconômica das diretrizes neoliberais, manteve-se a luta de classes num patamar mínimo de conflitos e possibilitou-se um aumento da produtividade de mercadorias populares e de necessidade básica do subproletariado.

Ou seja, essa condução econômica e social como modelo de desenvolvimento nacional respondeu muito mais às demandas e necessidades históricas do subproletariado e operariado pauperizado (pobreza absoluta) do que às demandas do conjunto da classe trabalhadora organizada e da classe média emergente, imersos nas misérias modernas. O PT pretendeu dar um choque de modernização capitalista

ao atender às demandas do subproletariado e inseri-las ao circuito do consumo de produtos e mercadorias populares, induzindo o aumento da produtividade e competitividade nacional. O governo ampliou e melhorou os processos de acumulação do capital. Essa não é uma necessidade contemporânea, mas histórica da formação do capital brasileiro, de uma economia dependente com raiz colonial-escravista e de revoluções pelo alto.

O que assombra o Brasil é seu histórico ajuste fiscal, política de arrocho salarial com grave e profunda perda salarial e poder de compra que não se recompôs, agravando a desigualdade de renda em nível nacional e, essencialmente, regional. Trata-se de uma condução da produção pautada pela perspectiva inflacionária e, principalmente, excluindo os subalternos do consumo, que modulou e delimitou, até meados dos anos de 1990, o perfil do mercado de consumo no país por meio da taxaço dos produtos de primeira necessidade e de bens considerados “supérfluos” que afetam a vida do proletariado, restringendo o consumo de bens e serviços. É importante destacar que a alta taxaço incluía produtos de ordem básica: eletrodomésticos em geral, bebidas e itens alimentícios.

A forma e a fórmula encontradas para espantar esse fantasma que se apoderava e se apodera do desenvolvimento nacional que impõe barreiras e amarras para seu acontecimento é a de estabelecer um nível de acumulação de valor com a presença do Estado mediador-consumidor na garantia das condições macroeconômicas de reprodução do capital e, associado a ela, a dinamização e expansão do mercado interno, rompendo com as barreiras históricas do consumo nacional das classes subalternas como meio de reduzir a pobreza de renda pela via das transferências de renda focalizada com sentido de universalizar o consumo.

É preciso que reconheçamos que o PT de Lula e de Dilma assumiu uma tarefa histórica e complexa, dando uma resposta modesta, porém significativa, de combater a pobreza e ampliar o mercado interno, absorvendo o bolsão do exército industrial de reserva, lumpemproletariado e parte dos trabalhadores assalariados precarizados. Esse continua sendo um problema no capitalismo híper-tardio brasileiro. A alternativa essencial do desenvolvimento nacional em curto e médio prazo esteve centrada no mercado interno de consumo das famílias, políticas sociais de transferência de renda e investimentos públicos em infraestrutura.

A demanda histórica do subproletariado tornou-se o “motor de arranque” da economia, porque estas demandas das famílias historicamente excluídas estimularam setores industriais, atividades fins, produção alimentícia de arroz, feijão, farinha, produtos higiênicos de melhor qualidade e de marcas socialmente referenciadas pelas classes abastadas.

Dentro de uma análise econômica clássica, quando a demanda está em repouso, o interesse dos empresários em investir nesses ramos torna-se desinteressante ou inexistente, dando lugar para a fuga de seu capital para setores mais rentáveis, como o financeiro. Porém, quando essa demanda é fortalecida e se estabelecem instrumentos e mecanismos que deem segurança aos investimentos, como exemplo das transferências de renda se constituírem um *plus* nos salários ou na renda *per capita* das famílias serem renda constante, dinamiza-se a economia e, então, haverá investimento para responder tal demanda nos mais variados setores.

Dentro da análise clássica, é possível supor que a distribuição de renda por meio das transferências monetárias, os aumentos crescentes no salário-mínimo, a chamada inclusão produtiva e o acesso facilitado ao crédito e ao crediário fizeram crescer e se aperfeiçoar a base de consumo popular, o que acarretou um processo de forte crescimento econômico, acelerou o fluxo de capital e permitiu um autofinanciamento dos programas de transferência de renda. Essa dinâmica criou um círculo virtuoso para o capital e um círculo vicioso para os trabalhadores.

No curto prazo, as transferências monetárias do PBF e do BPC são capazes de reduzir a desigualdade de renda e as provações de consumo, ou pobreza de consumo conforme o BM, inserindo a massa marginalizada no consumo de bens, serviços, mercadorias populares e itens essenciais à sobrevivência. No médio e longo prazo, propiciam o aumento do consumo das famílias, que se traduz, em grande parcela, em investimentos na produção e no aumento da capacidade produtiva de setores industriais nacionais.

O esquema básico traduz-se da seguinte forma: as transferências de renda são a renda total de grande parte da pobreza absoluta e um *plus* de renda para os trabalhadores informais e assalariados precarizados, pobreza relativa. Esses estratos, ao possuírem renda, destravam suas limitações de consumo, aumentam e diversificam o consumo de mercadorias. Portanto, essa renda, em sua maior parcela ou em sua totalidade, entra no fluxo circular da renda urbana, é direcionada para os

setores mais lucrativos. Esse impulso ao consumo estimulou/estimula a produção das variedades de mercado e, como forma de responder à demanda elevada, aumenta a produtividade e amplia seus lucros, dos quais parte retorna como capital produtivo.

Também não é possível ao capitalista absorver a mais-valia transformando-a em lucro sem comprar a força de trabalho (para o que precisa ter comprado ou comprar também os meios de produção), e é necessário que as mercadorias produzidas pelo trabalhador sejam vendidas para que a mais-valia seja convertida em lucro, realizando-o. Tudo isso só se faz na circulação. Assim, o próprio processo de exploração só pode ser compreendido na articulação entre produção e circulação (MOLLO, 2013, p. 47).

Com o fomento ao consumo de massas e impulso à produtividade, acelera-se o processo de produção e circulação, tornando mais rápida a realização da mercadoria e da apropriação da mais-valia. Quatro instrumentos foram utilizados pelo governo para servirem de motor do crescimento econômico, tendo efeitos macroeconômicos na produção-circulação-consumo que fizeram acelerar o fluxo circular da renda. Como elementos pertencentes a esse ciclo virtuoso do capital criado nos governos petistas de 2004 a meados de 2013, destacam-se os quatro: 1) *oferta de benefícios monetários* – há o entendimento que parte das transferências de renda se tornam consumo imediato das famílias, portanto, decorre na mesma medida, o estímulo do investimento das empresas, da ocupação e do consumo; 2) *oferta de bens e serviços* – saúde, educação, habitação são considerados rendimentos indiretos; esses serviços provocam o que se denomina de “efeito-deslocamento” relevante, ou seja, a parte da renda que seria despendida nesses gastos se desloca para o consumo de outros bens e mercadorias; 3) *contratação de trabalhadores para prestação de serviços* – postos de trabalho altamente rotativos, mal remunerados, em sua maioria terceirizados ou *part-time*; 4) *contratação de obras, bens e serviços instrumentais* – são usualmente prestados pelo setor privado; fica claro que, neste ponto, há nichos de oferta que impactam positivamente os investimentos privados, a geração de empregos e renda, elevação do consumo e arrecadação tributária. (IPEA, 2010).

Abrindo um parêntese, é possível afirmar hoje que, nesse círculo virtuoso para o capital e vicioso para classe trabalhadora (vicioso no consumo e pelo endividamento), estão as raízes dos eventos populares de 2013, a chamada jornada de junho. Essa jornada não foi, em sua gênese, um movimento da direita, mas sim do

subproletariado jovem que sonhava com consumos prometidos a partir de mais e melhores condições na oferta de bens como saúde, educação, mobilidade e transporte, habitação e proteção social. A frustração do ingresso e permanência nos segmentos superiores da curva de consumo associada ao estalão da renda C ou o aumento da distância entre o topo dessa curva e os primeiros trechos da renda B explicam muito melhor o que queriam os jovens em 2013.

Ruy Braga (2017), no livro “A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global”, pontua que os movimentos sociais insurgentes com a condução do precariado urbano expressaram a relação conflituosa entre a regulação política e o modelo de desenvolvimento de acumulação neoliberal-financeiro. Os jovens trabalhadores desempregados ou subempregados denunciaram publicamente suas insatisfações com os limites do modelo de desenvolvimento petista.

Há, neste período, um processo de fadiga do modelo de desenvolvimento econômico-social empreendido pelos governos petistas assentado no consumo, acesso ao crédito, geração de postos de trabalho com baixa remuneração, distribuição de renda (programas de transferência de renda), aceleração do crescimento pelo *boom* de *commodities* e aumento dos gastos sociais. Está claro que essa política por um período de tempo permitiu aos governos petistas se sustentarem politicamente e manterem seu eleitorado nos setores mais empobrecidos dos trabalhadores. Porém, ao entrar em esgotamento, provocou um descontentamento massivo no precariado pela retração do consumo individual e familiar e seu declínio no estamento de renda regredindo às posições anteriores.

Dessas mobilizações, recorto um quadro em que o jovem precariado urbano, diferentemente do que acredita Ruy Braga (2013), não se aproxima da tradição de mobilizações da classe subalterna. Não há uma aproximação desse setor com os sindicatos, tampouco vislumbro uma aliança com o trabalho organizado, pois, como mencionado, os objetivos a serem conquistados ou retomados estão pautados sob as condições de consumo, de declínio na curva de consumo. Ocorre uma frustração e nela reside o padrão da “classe média” como topo do monte. Nos 10 anos de governo, o que imperou foi a captura do imaginário social pela ascensão social via consumo de mercadorias, individualização e liberdade, despolitização dos trabalhadores beneficiários de transferência de renda.

É correto afirmar que as condições de produção do trabalho são absolutamente desiguais, que as condições de miséria estão dadas pela condição de vida e, desse modo, é tão correto quanto fundamental não restar dúvidas de que o capital não é homogeneizante das condições de vida, do progresso técnico-científico, do avanço das forças produtivas; ele é universalizante na mercadoria e no seu consumo, é preciso haver a realização da mercadoria. O capital manipulatório ressignifica, unifica e esvazia sentidos, principalmente daqueles que o fazem oposição; logo, molda os trabalhadores e todas as relações sociais para preservação da ordem: naturaliza e cristaliza suas contradições – pobreza, desigualdade, fome, doenças do trabalho –, à medida que individualiza essas contradições como fracasso dos indivíduos.

O modo de produção capitalista, em qualquer que seja seu modelo de reprodução, universaliza o sucesso como forma de felicidade. Logo, consumir determinados produtos, além de trazer felicidade, coloca o indivíduo em outro patamar no estrato social, ainda que ilusoriamente ou verdadeiramente com parcial maquiagem, e reduz os sentimentos humanos à qualidade de sua reprodução física e mental ao dinheiro, à capacidade de comprar inclusive bem-estar e proteção social. O valor-fetichismo do sucesso, da felicidade, da alegria, do poder e *status* social, da capacidade de consumir aparece como cobrança permanente na sociedade.

Os trabalhadores empregam todas as suas capacidades produtivas para obter mercadorias, muitas delas inalcançáveis, buscam suprir as ilusões vendidas como possíveis, mesmo que seja pelo endividamento do crediário ou do acesso ao crédito facilitado. O capital, em meio a todas as suas contradições latentes, tem que acentuar na mesma medida ou ainda mais profundamente a manipulação dos sentidos, dos desejos e da subjetividade dos trabalhadores.

Retomando, as transferências de renda em seu compósito atuam como engrenagem auxiliar do capital nesses processos, como também atuam para passivização das massas e para garantia da reprodução alienada dos trabalhadores. Do mesmo modo que o fetichismo da mercadoria oculta os processos de criação e desigualdade, o fetichismo social oculta as contradições do sistema de relações capitalistas de produção do valor para busca de novas formas e dinâmicas para expansão da produção e da acumulação de capital. Essa falsa realidade é tomada como verdade pela classe trabalhadora e é um dos elementos que ajuda na explicação da subordinação dos trabalhadores a um projeto que é alheio aos seus interesses e

que permite ao capital imperialista se expandir, retirando direitos pelas contrarreformas sociais e do Estado, operando um processo de retração dos salários médios, ainda que o salário não caia ou cresça, e estabelecendo padrões mínimos de sobrevivência em detrimento das necessidades humanas básicas. A produção de mercadorias determinada por suas leis e pelo valor moral burguês colonizam a vida social.

Essa combinação de “motores do crescimento” junto a outros elementos propiciaram a recuperação e transformação econômica logo nos primeiros anos do governo Lula, que se deu pelo alargamento do mercado interno de consumo e incentivo ao investimento em obras e serviços. A maioria das transferências monetárias foi focalizadas no estrato mais baixo da renda, o que alterou a dinâmica não somente dos grandes centros urbanos, mas também das pequenas cidades dos interiores, influenciando toda regionalidade, permitindo que o PIB tenha um padrão mais inclusivo em seu crescimento, segundo o IPEA (2013).

De 2003 a 2011, pôde-se verificar alterações importantes na conformação da renda total das famílias em situação tanto de pobreza absoluta quanto de pobreza relativa. A partir de 2003, a composição relativa da renda começa a se modificar, desloca-se de grande parte da renda advinda do trabalho, mesmo que com grande peso de remunerações baixíssimas, sempre inferiores ou iguais ao salário-mínimo, para ser composta principalmente por programas de transferência de renda, primordialmente os repasses monetários do PBF. Em 2011, já se tem claramente as transferências de renda sendo a fonte mais importante de renda dos estratos mais baixos de renda com declínio significativo da participação da renda do trabalho. Vejamos na Tabela 6 abaixo:

Tabela 6 – Composição relativa da renda dos estratos – Brasil (2003 e 2011) (Em%)

| <i>Fontes de renda</i> | Extremamente pobres | | Pobres | | Vulneráveis | | Não pobres | | Total | |
|------------------------|----------------------------|------|---------------|------|--------------------|------|-------------------|------|--------------|------|
| | 2003 | 2011 | 2003 | 2011 | 2003 | 2011 | 2003 | 2011 | 2003 | 2011 |
| Trabalho | 75,6 | 33,2 | 77,4 | 66,9 | 76,0 | 72,5 | 76,0 | 78,0 | 76,1 | 76,6 |
| <1 SM | 56,8 | 31,6 | 22,7 | 38,7 | 5,8 | 8,7 | 0,3 | 0,8 | 2,9 | 2,9 |
| =1 SM | 9,8 | 0,9 | 18,3 | 16,8 | 6,8 | 11,6 | 0,4 | 1,2 | 2,8 | 3,5 |
| >1 SM | 8,9 | 0,8 | 36,4 | 11,4 | 63,4 | 52,2 | 75,3 | 76,0 | 70,4 | 70,2 |
| Previd. | 5,8 | 1,2 | 13,8 | 9,3 | 19,1 | 19,9 | 18,3 | 17,6 | 18,3 | 18,0 |
| <=1 SM | 5,3 | 1,1 | 12,3 | 7,9 | 12,0 | 15,5 | 1,4 | 3,0 | 4,6 | 5,7 |
| >1 SM | 0,5 | 0,1 | 1,5 | 1,4 | 7,2 | 4,4 | 17,0 | 14,6 | 13,7 | 12,3 |

| | | | | | | | | | | |
|-------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|--------------|
| BPC | 0,5 | 0,1 | 0,7 | 1,6 | 0,3 | 1,8 | 0,0 | 0,2 | 0,1 | 0,6 |
| PBF | 10,5 | 60,9 | 3,1 | 17,6 | 0,4 | 2,5 | 0,1 | 0,1 | 0,3 | 0,9 |
| Outros | 7,7 | 4,6 | 5,1 | 4,7 | 4,2 | 3,2 | 5,5 | 4,1 | 5,2 | 3,9 |
| Total | 100 | 100 |
| <i>Renda per capita</i> | 42,9 | 98,7 | 104,4 | 109,8 | 301,3 | 338,3 | 1.415,3 | 1.443,9 | 546,6 | 770,4 |

Fonte: PNAD/IBGE (apud IPEA, 2013, p. 145). Nota: Em R\$ de 2011.

Desses números, podemos retirar 3 ideias fundamentais: 1) os reajustes do salário-mínimo tornaram-se um elemento contra a pobreza extrema para os trabalhadores assalariados, diaristas e autônomos e parte do precariado, exceto do subproletariado. Isso está associado, também, à linha de pobreza e miséria. Nesse sentido, bastava que um membro da família tivesse proventos iguais ao salário-mínimo para garantir que esta família não se encaixaria no estrato da extrema pobreza; 2) há o elemento dos postos de trabalho no setor de serviços, construção civil e telemarketing que são postos altamente rotativos, mas que, em certa medida, contribuem para retirar da extrema pobreza um grande contingente de trabalhadores, ainda que os laços com o mundo do trabalho fossem precários; e 3) por fim, é certo que os repasses monetários médios no período de 2003 a 2011 do PBF foram sendo elevados a ponto do benefício social se tornar a principal fonte de renda e sustento dos pobres absolutos e parte considerável dos pobres relativos (IPEA, 2013).

A tabela 7, que segue abaixo, evidencia o percentual da população por cada fonte de renda em cada estrato de renda. O trabalho em 2003 mostrou-se como rendimento fundamental em todos os estratos de renda. Contudo, o que os diferenciava era a qualidade do posto de trabalho, refletindo na participação dos benefícios da previdência social. Já em 2011, há, seguindo as tendências da tabela 6, uma alteração no quadro nacional, em que o percentual dos trabalhadores em pobreza absoluta que possuía algum rendimento proveniente do trabalho declina substancialmente, caindo para a metade. O trabalhador em situação de pobreza relativa flutuou entre pobreza relativa e absoluta; a questão posta é que esse estrato social tem um perfil predominante informal, com diminuição dos salários médios e benefícios associados ao salário-mínimo.

Em sentido oposto da participação dos proventos advindos do trabalho, a participação do PBF cresceu. Também há um aumento da cobertura que, em 2003, era aproximadamente 50% dos trabalhadores em pobreza absoluta para uma

cobertura de 80%. Em 2011, houve um redesenho no PBF e isso permitiu o aumento médio do valor dos repasses monetários e da abrangência, provocando impactos significativos na extrema pobreza e pobreza. Como exemplo, temos o aumento de 21,3 pontos percentuais na participação da renda PBF na população vulnerável em 2011 (Ibidem).

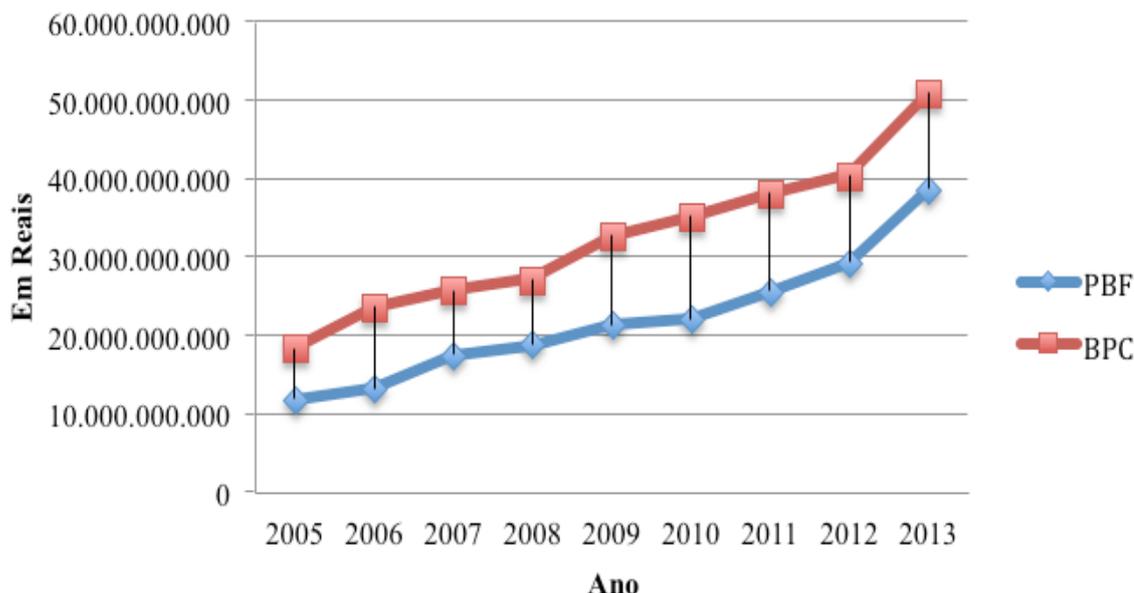
Tabela 7 – População de cada estrato que vive em famílias que recebem cada fonte de rendimentos – Brasil (2003 e 2011) (Em %)

| Fontes de renda | Extremamente pobres | | Pobres | | Vulneráveis | | Não pobres | | Total | |
|-----------------|---------------------|-------------|------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2003 | 2011 | 2003 | 2011 | 2003 | 2011 | 2003 | 2011 | 2003 | 2011 |
| Trabalho | 81,8 | 41,0 | 89,8 | 86,2 | 90,1 | 87,9 | 91,5 | 92,0 | 89,8 | 87,9 |
| <1 SM | 69,6 | 40,0 | 44,3 | 59,7 | 27,4 | 29,8 | 6,7 | 10,2 | 28,1 | 23,9 |
| =1 SM | 8,4 | 0,6 | 24,3 | 17,8 | 19,2 | 23,1 | 5,5 | 9,0 | 15,6 | 16,2 |
| >1 SM | 6,9 | 0,5 | 40,0 | 12,3 | 75,3 | 62,6 | 90,0 | 89,3 | 68,0 | 68,4 |
| Previd. | 5,5 | 0,9 | 19,6 | 11,0 | 32,8 | 27,9 | 38,1 | 36,4 | 29,9 | 29,4 |
| <=1 SM | 5,0 | 0,9 | 17,8 | 9,3 | 24,3 | 22,2 | 11,2 | 15,6 | 18,3 | 18,0 |
| >1 SM | 0,5 | 0,1 | 1,9 | 1,8 | 10,2 | 6,4 | 31,0 | 24,8 | 13,5 | 13,5 |
| BPC | 0,5 | 0,1 | 1,0 | 1,9 | 0,8 | 3,9 | 0,2 | 1,6 | 0,7 | 2,7 |
| PBF | 47,3 | 80,1 | 32,2 | 68,1 | 11,4 | 32,7 | 4,4 | 3,6 | 15,8 | 24,5 |
| Outros | 11,7 | 5,9 | 10,3 | 9,0 | 11,0 | 9,5 | 16,9 | 12,0 | 12,5 | 10,4 |
| Total | 97,0 | 92,8 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 99,8 | 99,8 | 100 |

Fonte: PNAD/IBGE (apud IPEA, 2013, p. 146). Nota: Em R\$ de 2011. Obs: os percentuais totais do Trabalho e da Previdência são inferiores às somas de duas subfontes, porque uma mesma família pode ter rendimentos de mais de uma subfonte.

Nos governos petistas de 2005 a 2010, a injeção de recursos no PBF foi multiplicada 1,86 vezes, saindo da ordem de aproximadamente 12 bilhões para 22 bilhões de reais (aumento de 154,80%), e o BPC multiplicado em 1,91 vezes, elevando-se de 18,3 bilhões para 35,1 bilhões de reais (aumento de 159,15%). As transferências de renda juntas no ano de 2010 somaram 57,2 bilhões de reais (os valores são referentes a 2018). Vejamos a evolução dos números em reais das transferências de renda no gráfico 3:

Gráfico 3. Série histórica valores das transferências de renda (PBF e BPC) 2005 a 2013



FONTE: Siga Brasil. Elaboração Própria – Valores Deflacionados pelo IGP-DI para o ano de 2018.

O Programa Bolsa Família de 2005 a 2013 cresceu em recursos aproximadamente 325,8%, totalizando, nesse período, uma injeção de recursos na ordem de 198,2 bilhões de reais. O Benefício de Prestação Continuada teve um aumento percentual de 277,2%, o que significa aproximadamente 292,1 bilhões de reais transferidos às famílias. Quando somados, os valores das duas transferências de renda, PBF e BPC, verifica-se que o governo investiu cerca de 490 bilhões de reais, dentre os quais grande parte ou quase sua totalidade foram inseridos no circuito da compra de mercadorias e fluxo de capital interno, impulsionando os setores e atividades econômicas.

É certo que o acesso de bens duráveis, serviços e mercadorias diversas pelos trabalhadores, que historicamente se reproduziam pelo subconsumo, são componentes do bem-estar e de melhoria na qualidade de vida. Esses fatores dependiam exclusivamente da renda do trabalho em vez das políticas públicas implementadas pelo Estado dependente. Com as transferências de renda sendo a maior porcentagem da renda das famílias extremamente pobres, pobres e vulneráveis e constituindo-se como renda constante, a partir dos anos 2000, mas potencializadas em 2004 com o PBF, as famílias organizaram seu orçamento, ajustaram as despesas, direcionaram e modificaram seu padrão de consumo. Quando as privações de consumo começaram a ser superadas, essas famílias começaram a adquirir um

conjunto de bens que podem ser classificados em dois tipos: 1) básicos: fogão, geladeira, televisão, aparelho celular, rádio; e 2) completos: roupas, internet, máquina de lavar. A tabela 8 mostra um panorama do acesso a bens de consumo duráveis por estratos de renda. Analisemos:

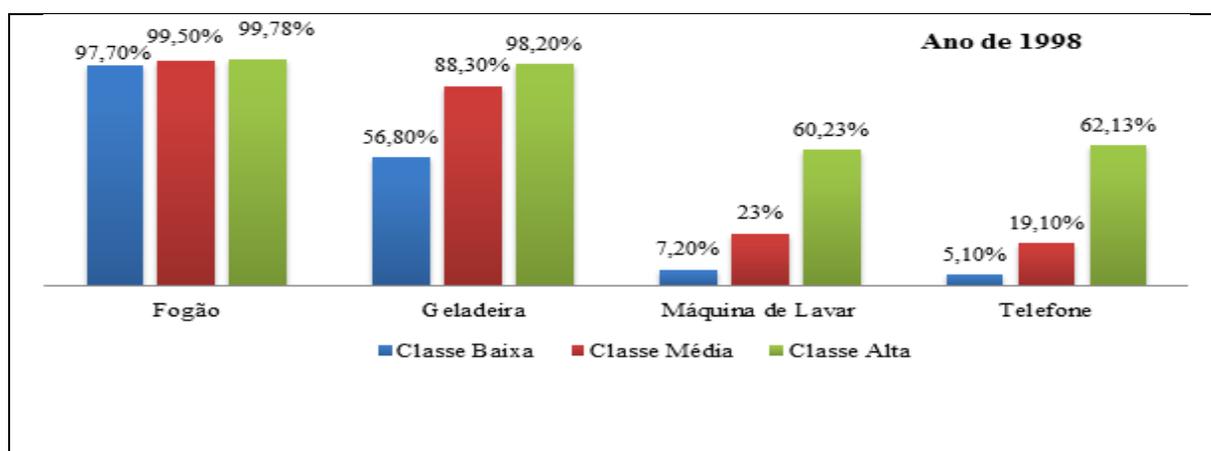
Tabela 8 – Indicadores de acesso das famílias a bens de consumo duráveis por estrato de renda – Brasil (2003 – 2011) (Em %)

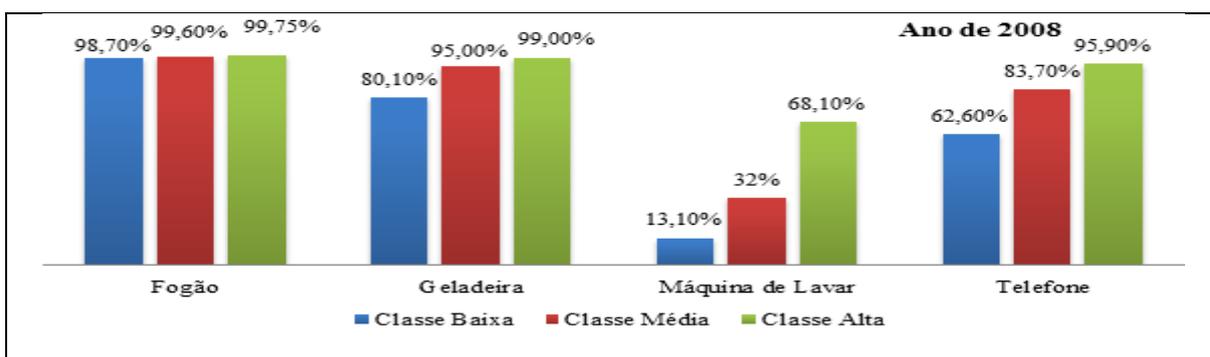
| Estratos de renda | Conjunto básico de bens | | Conjunto completo de bens | |
|---------------------|-------------------------|-------------|---------------------------|-------------|
| | 2003 | 2011 | 2003 | 2011 |
| Extremamente pobres | 9,1 | 38,5 | 0,1 | 1,7 |
| Pobres | 21,0 | 51,7 | 0,2 | 2,2 |
| Vulneráveis | 49,9 | 69,9 | 2,0 | 12,2 |
| Não pobres | 84,3 | 83,7 | 25,6 | 42,4 |
| Total | 55,1 | 74,6 | 9,2 | 26,1 |

Fonte: PNAD/IBGE (apud IPEA, 2013, p. 152)

Ao reinserir ou inserir essa massa de trabalhadores no consumo de bens de primeira ordem e das mercadorias consideradas, até a década de 1980, “supérfluas”, como máquinas de lavar, telefone e outros itens que afetavam parte da classe média mais baixa e principalmente os pobres, notamos, por meio dos dados da POF de 1998 e 2008 trazidos por Pochmann (2011), o quanto a realidade social do consumo foi alterada, o quanto a realidade da pirâmide social e sua relação com o consumo foi ressignificada. Vejamos os dados no gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4 – Distribuição de Pessoas por Posse de Bens – 1998/2008





Fonte: POCHMANN, 2011, p. 26 (Elaboração Ipea)

Como podemos notar nos gráficos acima, o fogão não mostrou disparidade entre as classes em ambos os cenários, porém o mesmo não pode ser dito em relação à posse da geladeira, máquina de lavar e telefone, que, de 1998 para 2008, mostraram avanço significativo. A geladeira, de 1998 para 2008, na classe baixa, registrou um aumento de 23,3 pp. e, na classe média, de 6,7 pp.; a máquina de lavar foi elevada à posse na classe mais baixa de consumo em 5,9 pp. e, na classe média, de 8,8 pp.; o telefone foi o item de consumo que teve percentual extraordinariamente elevado tanto na classe mais baixa quanto na classe média em 57,5 e 64,6 pp. respectivamente.

Essas elevações do consumo de bens duráveis consolidam a interpretação de aumento da demanda de bens e itens do lar, fora os itens alimentícios – logo, da inserção dessa massa mais baixa que pairava sobre o mercado, fez-se com que os setores econômicos fossem demandados a investissem na produção interna para responder ao processo em marcha, elevando a produtividade industrial. A venda de mercadorias no mercado brasileiro nesse período para esse setor de classe pôde ser realizada pela compra no crediário e acesso ao crédito bancário facilitado, uma vez que, apesar de a renda transferida ser de valores baixos ou médios, constituía-se uma renda ou *plus* de renda constante, controlada a partir de um cartão magnético, dando segurança para as famílias.

Ao passo que as transferências de renda possibilitaram o acesso das famílias das classes D e E e a parcela mais baixa da classe C ao crédito e à compra no crediário, o mercado rapidamente compreendeu a necessidade de capturar a potencialidade de compra da classe subalterna, que recentemente modificou seu padrão de consumo, e de adquirir maior quantidade de bens no circuito da compra de mercadoria. Ao mesmo tempo, fez desse processo de drenagem da capacidade de

consumo um elemento chave para potencializar o capital financeiro pela via da elevada taxa de juros do crediário praticada no comércio.

A Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC) compilou os dados sobre as taxas de juros do crediário por setor no ano de 2018 e, frente ao amplo estudo, pinçamos os números referentes aos setores de atividade dos bens acima analisados: geladeira, máquina de lavar, telefone/tecnologia.

O setor de eletrodomésticos, em fevereiro de 2018, praticava uma taxa mensal de juros de 5,35% e taxa anual de 86,90%; o setor de artigos do lar possuía, no mesmo período, taxa mensal de 7,16% e anual de 129,29%; celulares, taxa mensal de 4,82% e anual de 75,93%; e informática com taxa de juros mensal de 5,15% e anual de 82,69%. A taxa de juros brasileira representa um abuso do poder econômico, uma forma de mostrar os juros, de modo a confundir os consumidores, uma vez que nenhum cidadão calcula as taxas de juros anuais antes de efetuar a compra e, ainda, mentalmente, além do que foge da regra mundial de que é necessário apresentar o juro anual.

Nos dados coletados pela ANEFAC (2018), a taxa média de juros anual praticada pelo comércio brasileiro é de 88,83%. Isso mostra o quanto esse setor intermediário entre o consumidor e a produção se tornou uma espécie de banco com superlucros, financerizando o setor. As grandes lojas de departamento, hipermercados e lojas de móveis e eletrodomésticos aproveitam do fato dos consumidores não possuírem nenhum entendimento de cálculo de juros, contabilidade financeira, e disporem de uma pequena quantidade em dinheiro à vista, para vender uma boa ilusão de que cabe no bolso do consumidor, uma vez que esse consumidor está preocupado se a parcela cabe ou não dentro do seu apertado orçamento.

Acontece uma forma de extorsão consentida pela falta de conhecimento para suprir um desejo e as inquietações que uma vida vivida no subconsumo causa, principalmente quando se é bombardeado pela propaganda de mercadorias e marcas outrora inalcançáveis. Essas lojas asseguram para esses estratos de renda uma promessa de facilitar a compra e acesso a bens duráveis, roupas e eletroportáteis já que facilitam o crediário. Porém, como apontado pela ANEFAC (2018), essa promessa ocorre a custas de juros exorbitantes, e esses setores mantêm entre eles a mesma

taxa de juros com poucas variações, de modo que os consumidores são levados a acreditar que tudo está em uma condição de normalidade.

Desse modo, a inclusão dos marginalizados no consumo de massa foi um dos motores que possibilitou sustentar o modelo de crescimento econômico voltado para o mercado interno, tomando em conta a maior propensão de consumo dos trabalhadores beneficiários das transferências de renda e sua quantidade numérica medida na casa dos milhões. As políticas sociais de transferência de renda serviram como engrenagem propulsora para revitalização do capitalismo nacional e de reestruturação dos setores mais baixos de renda, garantindo que os trabalhadores e suas famílias pudessem adquirir bens e serviços que trouxessem um grau maior de satisfação das suas necessidades básicas.

Retomando Furtado (1992), um dos problemas estruturais dos países “subdesenvolvidos” é a exclusão de grande parcela da população do consumo e das oportunidades; são relações que desprotegem amplos setores da sociedade e reproduzem a pobreza como ciclo da ignorância. Desse modo, há uma circunstância de “privação original” do acesso aos direitos que tem como consequência direta a emergência de um círculo vicioso que perpetua a pobreza de geração em geração. Nessa perspectiva, para romper com esse ciclo da ignorância e da pobreza, o Estado deve agir de modo ativo para eliminar as privações dos sujeitos. Por conseguinte, a perspectiva petista parte de uma análise dos pontos elencados de Furtado e aplica uma política social do direito a consumir pela ação de repasse direto do dinheiro às famílias.

Apostou-se num modelo de desenvolvimento que aliasse o crescimento econômico ao aumento da renda das famílias (valorização do salário-mínimo e transferências monetárias) com a ampliação do poder aquisitivo e o estímulo do mercado de massa. Em tempos de capital neoliberal-financeirizado, esse modelo de política social universalizadora do consumo, além de colaborar para a realização de mais valia por meio do consumo das mercadorias, bens e serviços, também movimentou recursos nas operações bancárias, principalmente da Caixa Econômica Federal, um banco público, ajudando a rentabilidade do capital portador de juros e completando seu papel na dinâmica econômica dependente.

As transferências monetárias vão atender as necessidades imediatas dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, como é da essência das políticas sociais no

capitalismo, corroboram o processo de acumulação de capital. Os cidadãos tornam-se cidadãos-consumidores, tendo como justificativa eficaz na moral e na ideologia burguesa a ideia de que os beneficiários teriam seu *status* de cidadanias alterados quando se impõe um projeto de combate à fome e à pobreza, focando no quesito renda, sem que se considerem a pobreza em seus múltiplos determinantes na lógica própria do funcionamento do modo de produção capitalista.

Essa mudança de *status* de cidadania, que passa a ser a cidadania do consumo, colabora para a conformação de políticas sociais alternativas, mercantilizadas. A oferta pública nesse processo é sucateada, permitindo, de forma sutil, a abertura de novos nichos de mercado para uma população que tem suas privações de consumo destravadas e tem capturado seu imaginário social, não percebendo o esvaziamento da proteção social pública, pois, com renda, tudo se pode adquirir. Impõe-se um desmonte das demais políticas sociais, com ênfase na política de saúde e na previdência social, as quais compõem, junto à política de assistência social, o sistema de seguridade social, associado à elevação da oferta desses serviços no setor privado, chamado complementar.

Por fim, no decorrer deste longo estudo, concluímos que os PTR, em uma economia dependente-periférica, associados aos serviços bancários, uma vez que esses programas são geridos por bancos públicos com cartão magnético, tendem a facilitar o acesso ao crédito e ao crediário, permitindo que os trabalhadores historicamente excluídos do mercado de bens e mercadorias sejam reinseridos ao consumo e, assim, tendem a estabelecer um círculo virtuoso do consumo, alterando o padrão de produção-circulação-consumo nacional.

Em seu papel ideológico, os PTR atuam no sentido de criar um falso quadro de proteção social pelo consumo, enquanto o bloco no poder e o poder econômico atuam na precarização das políticas sociais e na sua ressignificação, alteram o sentido de necessidades humanas e trabalham com a ideia de mínimos sociais. Portanto, esses programas se constituem como engrenagem auxiliar do capital no processo de acumulação, seja no aumento do consumo de massa, seja no seu potencial ideológico de captura da consciência social e apassivamento dos conflitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2003 – 2013). In: *Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social*. (orgs) MACÁRIO, E; VALE, E. S.; RODRIGUÊS JUNIOR, N. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

_____. A nova morfologia do Trabalho no Brasil na década de 2000. *Perspectiva*, v. 39, p. 155-177, janeiro / junho, São Paulo: 2011.

AMARAL, M. S. A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência. *Dissertação de mestrado em economia* - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2006.

_____. Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina? – elementos para uma investigação. *CEMARX*: 2012.

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente”. In: FERREIRA, C; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. Boitempo, São Paulo: 2012.

AMEIDA, A. T. C.; MESQUITA, S. P.; SILVA, M. V. B. Impactos do Programa Bolsa Família sobre a diversificação do consumo de alimentos no Brasil. *Pesquisa e Planejamento econômico – IPEA*, volume 46, nº 1, abril, 2016. <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1554/1217>>

ANDERSON, P. O Brasil de Lula. *London Review of Books*, volume 33, nº 7, março: 2011.

ANTUNES, R. Prefácio. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (org.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2018, páginas 9-14.

ARAÚJO, E. S. de. As condições de exploração da força de trabalho no Brasil atual do capitalismo: uma análise do período 1990-2007. *Tese de Doutorado* - Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2011.

ASSEGURG, H. B.; GAIGER, L. I. A Economia Solidária diante das Desigualdades. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, volume 50, nº 3, 2007, páginas 499 - 533. <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/03.pdf>>

BANCO MUNDIAL. *Conditional cash transfer: reducing present and future poverty*. Washington, DC, 2009. <http://siteresources.worldbank.org/INTCCT/Resources/5757608-1234228266004/PRR-CCT_web_noembargo.pdf>

BARRIENTOS, A. SANTIBÁÑES, C. New Forms of Social Assistance and the Evolution of Social Protection in Latin America. *Journal of Latin America Studies*, v. 1, nº 41, páginas 1-26: 2009.

BARUCO, G. C. C. Do consenso keynesiano ao pós-Consenso de Washington. Uberlândia, 2005. *Dissertação* (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.

BEHRING, E. Crise do capital, fundo público e valor. In: BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; SALVADOR, E.; et al. (Orgs). *Financeirização, fundo público e política social*. Cortez Editora, São Paulo: 2012.

_____. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2ª edição, Cortez Editora, São Paulo: 2008.

_____. Política Social no contexto da crise capitalista. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*, 2009.

BELLUZZO, L. G. M. O declínio de Bretton Woods e a Emergência dos Mercados Globalizados. *Economia e Sociedade*, v. 4, n. 1, páginas 11-20, junho, Campinas: 1995.

BENJAMIM, W. 1892 – 1940. *O capitalismo como religião* [recurso eletrônico] / Walter Benjamim; [organização Michel Lowvy; Tradução Nélio Schneider, Renato Ribeiro Pompeu]. 1. Ed. – Editora Boitempo, São Paulo: 2013.

BETTO, Frei. Fome Zero: Ganhos e Perdas. In: *Fome Zero: Uma História Brasileira*. Org.: Adriana Veiga Aranha. – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, volume 1, Brasília: 2010.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade*, v. 21, Número Especial, páginas 729-747, dezembro: 2012.

BRAGA, L. *Classe em Farrapos. Acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. Pedro & João Editores, São Carlos: 2013.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Discurso do Presidente da República. *Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional*. Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003, p. 04.

_____. Biblioteca da Presidência da República. Presidente da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Discurso do Presidente da República. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa Bolsa Família, de transferência de renda*. Palácio do Planalto, 20 de outubro de 2003.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – IBGE, Rio de Janeiro: 2016.

_____. Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Discurso do Presidente da República. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia oficial de entrega do cartão Bolsa Família*. Auditório do Palácio das Artes. Belo Horizonte – MG, 18 de março de 2004.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. *Temporalis*, Brasília, ano 17, nº 34, julho/ dezembro, Brasília: 2017.

BRUNO, M. Crescimento econômico, mudanças estruturais e distribuição: as transformações do regime de acumulação no Brasil. *Tese (Doutorado)*, Rio de Janeiro: IE/UFRJ e Paris: EHESS, 2005.

BURGINSKI, V. M. O “novo” desenvolvimentismo da CEPAL: contrarreforma do Estado, empregabilidade e redução de direitos no Século XXI. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília, Brasília: 2016.

CABRERA, C. C. Características e tendências dos Programas de Transferência de Renda na América Latina: destaque às experiências, brasileira e peruana. *Tese*. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília – DF: 2015.

CASTELO, R. O Social-liberalismo auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1. Ed. Expressão Popular, São Paulo: 2013.

CARDOSO, F. H. “Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos”. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4, p. 148-155, São Paulo: 1995.

_____. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1975.

CARDOSO, F. H; FALLETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Ensaio de Interpretação Sociológica. 7ª ed. Rio de Janeiro, Zahar: 1975.

CASTELO, R. *O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. 1ª edição, Expressão Popular, São Paulo: 2013.

CÊPEDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico. *Revista Estudos Avançados*, vol. 75, nº 26, ano 2012.

CHESNAIS, F. A 'Nova Economia': uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense". In: CHESNAIS, F. et. al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* Xamã, São Paulo: 2003.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Les Temps Modernes*, 607, 2000.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada*. Xamã, São Paulo: 2005.

COBO, B. *Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios*/ Barbara Cobo. Cortez, São Paulo: 2012.

COELHO, E. Uma Esquerda para o Capital: crise do marxismo nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979 – 1998). *Tese (Doutorado)*. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro: 2005.

COHN, A. As políticas sociais no governo FHC. *Tempo Social*, Revista Sociologia USP, v. 2, n. 11, páginas 173-197, outubro, São Paulo: 1999 (editado em fevereiro 2000).

COSTA, E. S. A política salarial no Brasil, 1964 – 1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória. *Tese (Doutorado)*. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, São Paulo: 1996. <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286012>>

COUTINHO, C. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F. [et al] (Orgs). *Hegemonia às avessas: economia, política, na era da servidão financeira*. Boitempo, São Paulo: 2010. Páginas 29 - 43.

_____. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? *Novos Rumos*, volume 49, nº 1, páginas 117-126, janeiro/ junho, Marília: 2012.

COUTO, B. R. [et al.]. (Orgs.). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. 2ª edição, Cortez Editora, São Paulo: 2014.

DEMO, P. Impasse Neoliberal. *Ser Social*, nº 13, páginas 0 - 52, julho/ dezembro, Brasília: 2003.

DIEESE. *Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos*. Departamento intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Banco de Dados. Gasto Mensal – Total da Cesta. 2016. <<https://www.dieese.org.br/cesta/produto>>

DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. 2ª edição, Editora Autonomia Literária, São Paulo: 2018.

_____. Em defesa dos “Territórios da Cidadania”. *Le Monde Diplomatique*, Brasil: 2008. <<https://diplomatique.org.br/em-defesa-dos-territorios-da-cidadania/>>

DUMÉNIL, G; LÉVY, D. Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo. In: CHESNAIS, F. et. al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* Xamã, São Paulo: 2003.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Edições Afrontamento, Porto: 1975. <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/02/Trabalhadores-Friedrich-Engels.-A-situa%C3%A7%C3%A3o-da-Classe-Oper%C3%A1ria-em-Inglaterra.pdf>>

ESPING-ANDERSEN, G. *Fundamentos sociales de las economias postindustriales*. Ariel, Barcelona: 2000.

ESTENSSORO, L. Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina. Tese. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: 2003. <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102003-072125/publico/TeseLuisEstenssoro.pdf>>

FALEIROS, V. P. Fome, pobreza e exclusão social: desafios para o governo e a sociedade. *Ser Social*, nº 13, páginas 109 - 130, julho/ dezembro, Brasília: 2003

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e Classes sociais na América Latina*. Editora Zahar. Rio de Janeiro: 1972.

FIGUEIRAS, L. Superávit Versus Redução da Dívida. *Jornal dos Economistas*, nº. 197. Órgão Oficial do CORECON-RJ e SINDECON-RJ, Rio de Janeiro: 2005.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. UEC, Fortaleza: 2002.

FURTADO, C. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 2ª edição. Nacional, São Paulo: 1978.

_____. *Análise do “modelo” brasileiro*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1972.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. 2ª edição, Editora Paz e Terra, São Paulo: 1992.

GIANNAZI, C. *A doutrina de segurança nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)*. Editora Cortez, São Paulo: 2013.

GOMES JUNIOR, N. N. *Segurança alimentar e nutricional e necessidades humanas*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo: 2015.

GONÇALVES, R. A dominação do capital financeiro no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº. 19, dezembro, páginas 25-43, Rio de Janeiro: 2006.

_____. Crise, Vulnerabilidade e Dívida externa: América Latina e Brasil. *Pesquisa*, páginas 39 – 64, São Paulo: 1999.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 5.

_____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRANEMANN, S. Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho. *Revista Em Pauta*, volume 20, UERJ, Rio de Janeiro: 2007.

HADLER, J. P. T. C. Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado. *Dissertação*. Programa de Pós-Graduação e, Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas: 2009.

_____. Dependência e superexploração: os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a polêmica do desenvolvimento dependente. *Tese*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas: 2013.

HOFFMANN, R. Estimativas das elasticidades-renda de várias categorias de despesa e de consumo, especialmente alimentos, no Brasil, com base na POF de 2008 – 2009. *Revista de Economia Agrícola*, vol. 57, nº 2, páginas 49 – 62, julho – dezembro, São Paulo: 2010. <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/rea/2010/rea2-4-2010.pdf>>

IANNI, O. A construção da categoria. *Revista HISTEDBR On-Line*, número especial, p. 397 – 416, abril, Campinas – SP: 2011. <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/ianni-201804131230457141340.pdf>>

IASI, M. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora in SALVADOR et all (org) *Financeirização, Fundo Público e Política Social*, Cortez Editora, São Paulo: 2012.

IVO, A. B. L. A Reconversão do Social: dilemas da redistribuição no tratamento focalizado. *São Paulo em Perspectiva*, volume 2, nº 18, páginas 57 – 67, abril/ junho, São Paulo: 2004.

KOSIK, K. Dialética do concreto. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAPAVITSAS, C. Financialised Capitalism: Direct Exploitation and Periodic Bubbles. Departamento of Economics. Eschool of Oriental and African Studies. Univerity od London. London: 2008. <Microsoft Word - fincap.doc (soas.ac.uk)>

_____. Teorização da Financeirização. *Sage Journals. Trabalho, Emprego e Sociedade*. 30 de dezembro de 2011.

LARA, R.; MARANHÃO, C. Fundamentos do trabalho, "questão social" e Serviço Social. In: *Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital*. Org. Edvânia A. de Souza, Maria Liduína de Oliveira e Silva (orgs). Cortez Editora, São Paulo: 2019.

LAUTIER, B. Amérique Latine: les reformes de marché em question. *Revue Internationale de Politique Comparée*, v. 17, Éditeur: De Boeck Supérieur, 2010/3.

_____. Universalisation de la protection sociale et protecion des plus vulnérables. *Revue Tiers Monde*, nº 214, páginas 187 – 217, 2/2013.

LEITE, F. P. Como o grau de desigualdade afeta a propensão marginal a consumir? Distribuição de renda e consumo das famílias no Brasil a partir dos dados das POF 2002 – 2002 e 2009 – 2009. *Economia e Sociedade*, volume 24, nº 3, páginas 61 – 650, dezembro, UNICAMP, Campinas: 2015. <<https://www.scielo.br/pdf/ecos/v24n3/0104-0618-ecos-24-03-00617.pdf>>

LIMA, P. G. C.; AMADO, A. M.; MOLLO, M. L. R. Fundamentos macroeconômicos nas perpectivas de Marx e Keynes: contribuições para a heterodoxia. *Revista de Economia Política*, volume 36, nº 3, páginas 603 – 621, julho – setembro, 2016. <<https://www.scielo.br/pdf/rep/v36n3/1809-4538-rep-36-03-00603.pdf>>

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, volume 10, número especial, páginas 37 – 45, Florianópolis: 2007.

LIMA, V. F. S. A; REIS, C. N; ARREGUI, C. C; TRIPIANA, J. Contextualização socioeconômica e política dos PTRC na América Latina e Caribe. In: *Programas de transferência de rena na América Latina e Caribe*. SILVA, M. O. S. (coord.). Cortez Editora, São Paulo: 2014.

LOWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen*. São Paulo: Cortez, 1989.

LUCE, M. S. Teoria Marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica. 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUPATINI, M. Crise do capital e dívida pública. In: SALVADOR, E. et al. (Orgs.). *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. Cortez Editora, São Paulo: 2012.

MACÊDO, M. A. Necessidades Humanas e Mínimos Sociais: uma reflexão crítica. *O Social em Questão*. Ano III, nº 4, julho/ dezembro: 1999.

MARCH, C. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Universidades Públicas e Autonomia: Ampliação da Subordinação à Lógica do Capital. *Universidade e Sociedade*, nº 49, janeiro, 2012.

MARTINE G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 23, março, São Paulo: 1991.
<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000100003#tx04>

MARTINS, C. E. A conjuntura contemporânea e o sistema mundial: os desafios da América Latina no século XXI. In: *Estudo e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo*. MARTINS, P. E. M; PIERANTI, O. P. (org.). Editora FGV, Rio de Janeiro: 2006.

_____. Superexploração do Trabalho e Acumulação de Capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº. 5, dezembro, páginas 121-138. Rio de Janeiro: 1999.

MARX, K. *A questão Judaica*. Centauro, São Paulo: 2005.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, volume 1 e 2, 2013 - online.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, volume 2, Nova Cultura, São Paulo: 1996.

MAURIEL, A. P. O. Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade. *Tese (Doutorado)*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo: 2018.
<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281025>>

MEIRELLES, G. L. de. Pauperização Relativa, Desigualdade Social e a "Questão Social" Contemporânea. *Temporalis*, ano 15, nº 29, janeiro/ junho, Brasília: 2015.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. Editora Brasiliense, São Paulo: 1982.

MÉSZÁROS, I, *Para Além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Editora da Unicamp: Editora Boitempo, São Paulo: 2002.

MINAYO, M. C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, HUCITEC/ ABRASCO, 1996.

_____. *Pesquisa Social, Teoria, Método e Criatividade*. 18ª edição. Vozes, Petrópolis: 2001.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, volume 9, nº 3, páginas 239 – 262, julho/ setembro, Rio de Janeiro: 1993. <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>

MOLLO, M. L. R. A teoria do valor-trabalho: divergências e convergências. *Revista Crítica Marxista*, n. 37, p. 47 – 66, 2013.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, A. E. (Org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. Cortez Editora, São Paulo: 2008.

_____. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. *Revista Em Pauta*, nº 20, páginas 127 – 139, 2007.

MOURA, R. Crédito para trabalhadores e sua funcionalidade para o capital. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 15, nº 30, julho/ dezembro, 2015.

Naciones Unidas. *Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Focalización y Pobreza*. Santiago de Chile, Chile: 1995.

NERI, M. Bolsa Família e Inclusão Financeira. In: *O Brasil sem miséria*. CAMPELLO, T. F; COSTA, P. V. (coord.). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília-DF: 2014. <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_s_em_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf>

NERI, M. C.; VAZ, F. M.; SOUZA, P. H. G. F. de. Efeitos Econômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Organizadores: CAMPELLO, T.; NERI, M. – IPEA, Brasília: 2013.

NETTO, J. P. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, I. (Org.). *O desmonte da Nação – Balanço do governo FCH*. Vozes, Rio de Janeiro: 1999.

_____. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2010)

_____. O projeto Ético-Político do serviço social brasileiro. *Lusfada*. Intervenção Social, nº 42/45, 2º semestre de 2013 a 1º semestre de 2015), Lisboa: 2015.

OLIVA, A. M. As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010). *Tese (doutorado)* - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, São Paulo: 2010.

OLIVEIRA, A. M. H. C.; RESENDE, A. C. C. Avaliando resultados de um programa de transferência de renda: o impacto do Bolsa-Escola sobre os gastos das famílias brasileiras. *Revista Estudos Econômicos*, volume 38, nº 2, São Paulo: 2008. <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612008000200002>

OLIVEIRA, A. U. A política da reforma agrária no Brasil. In: *Direitos Humanos no Brasil 2009. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. (orgs.) Evanize Sydow e Maria Luisa Mendonça. São Paulo: 2009.

OLIVEIRA, F. BRAGA, R. RIZEK, C. *Hegemonia às avessas: economia e política na era de servidão financeira*. Editora Boitempo, São Paulo: 2010.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. Editora Boitempo, São Paulo: 2003.

OSÓRIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C. OSÓRIO, J. LUCE, M. (orgs). *Padrão de Reprodução do Capital*. Editora Boitempo, São Paulo: 2012.

_____. Dependência e superexploração. In: MARTINS, C. E.; SOTELO, A. *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Boitempo, São Paulo: 2009.

OSÓRIO, R. G.; SOUZA, P. H. G. F. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. In: *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. IPEA, Brasília: 2013.

PAIVA, B. A. A enigmática contradição entre trabalho e política de assistência social. In: PAIVA, B. A. (org.). *Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração*. Veras Editora, São Paulo: 2014.

PANDOLFI, A, F. Reflexões críticas sobre as políticas de geração de trabalho e renda no Brasil. *Temporalis*, ano 15, nº 30, julho/ dezembro, Brasília: 2015.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. 1º Congresso Nacional do PT, 1991. Partido. In: *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979 – 2002*. Diretório Nacional do PT. Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/ Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2018.

PAULANI L. M. A Experiência Brasileira entre 2003-2014: neodesenvolvimentismo? *Cadernos do Desenvolvimento*, volume 12, páginas 135 – 155, Rio de Janeiro: 2017.

_____. *Brasil Delivery: Servidão Financeira e Estado de Emergência Econômica*. Editora Boitempo, São Paulo: 2010.

_____. Não há saída sem a reversão da financeirização. *Estudos Avançados*, volume 31, nº 89, páginas 20 – 35, 2017. <www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0029.pdf>

PEREIRA, J. M. M. Assaltando a pobreza: política e doutrina econômica na História do Banco Mundial (1944 – 2014). *Revista História*, nº 174, páginas 235 - 265, janeiro/ junho, São Paulo: 2016. <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.115380>>

_____. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. *Ciência & Saúde Coletiva*, volume 7, nº 23, páginas 2187 - 2196, Rio de Janeiro: 2018.

_____. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. *Ciência & Saúde Coletiva*, volume 7, nº 23, páginas 2187 - 2196, Rio de Janeiro: 2018.

_____. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do combate à pobreza. *Topoi*, volume 11, nº 21, julho/ dezembro, páginas 260 – 282, Rio de Janeiro: 2010.

_____. Service de los pobres: el Banco Mundial y la guerra contra la pobreza. *Estudios Críticos del Desarrollo*, volume 2, nº 2, páginas 107 – 146, primer semestre de 2012.

PEREIRA, P. A. *Necessidades Humanas Básicas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 6. Ed. Editora Cortez, São Paulo: 2011.

PFEIFER, M. O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 120, páginas 746 – 766, outubro/ dezembro, São Paulo: 2014.

POCHMANN, M. Políticas sociais e padrão de mudança no Brasil durante o governo Lula. *SER Social*, volume 13, nº 28, páginas 28 – 40, janeiro/ junho, Brasília: 2011.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/ RDH. *Relatório do Desenvolvimento Humano: desenvolvimento humano para erradicar a pobreza*. Nova York: 1997.

ROSDOLSKI, R. *Gênese e estrutura de “O Capital” de Karl Marx*. Contraponto, Rio de Janeiro: 2001.

SAAD FILHO, A. Avanços, contradições e limites dos governos petistas. *Crítica Marxista*, nº. 42, p. 171 – 177, 2016.

SADER, E. Uma democracia sin alma social. In: SADER, E. (comp). *El ajuste estructural em América Latina: costos sociales y alternativas*. CLACSO, Buenos Aires: 2001.

SALAMA, P; VALIER, J. Medidas de pobreza e de empobrecimento. *Ensaio FEE*, nº 17, páginas 74 – 102, Porto Alegre: 1996.

SALM. C. Estagnação econômica, desemprego e exclusão social. In: SICSÚ, J. (et al), (orgs.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro: 2005.

SANT´ANA, R. S.; SILVA, J. F. S. O Método na Teoria Social de Marx: e o Serviço Social? *Temporalis*, ano 1, nº 1, janeiro/ junho, Brasília: 2013.

SANTAGADA, S. A situação do Brasil nos anos 80. *Revistas Indicadores Econômicos FEE*, volume 17, nº 4, Porto Alegre: 1990.
<<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/179/389>>

SANTOS, M. J. Reforma Agrária Popular: tática necessária para um posicionamento concreto na atualidade da questão agrária brasileira. GT 1: Dilemas e Perspectivas da Luta pela Terra: reforma agrária e reforma agrária popular. *Jornada de Estudos Agrários*. UNESP, Marília: 2014.
<https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/jornadadeestudosagrarios/santos_marcio-jos.pdf>

SANTOS, T. 40 Anos da Teoria da Dependência. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

_____. A estrutura da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, volume 30, páginas 01 - 10, 2011.

_____. Em busca de uma aliança política para o desenvolvimento. In: *Estudo e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo*. MARTINS, P. E. M; PIERANTI, O. P. (org.). Editora FGV, Rio de Janeiro: 2006.

SANTOS, W. G. A Trágica Condição da Política Social. In: ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. *Política social e combate à pobreza*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro: 1987.

SCHWARTZMAN, S. Education-oriented social programs in Brazil: the impact of Bolsa Escola. *Global Conference on Education Research in Developing Countries*, march/ april, Prague: 2005. http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/bolsa_escola_eng.pdf

_____. *Redução da Desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda*. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). Versão 3. Fevereiro/2006. <http://www.schwartzman.org.br/simon/2006_desig.pdf>

SEM, A. *Desenvolvimento como liberdade*. / Amartya Sem; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. – Companhia das Letras, São Paulo: 2010.

SERAPIÃO, M. D. O Bolsa Família no Cotidiano: conexões e desconexões em um território vulnerável. *Dissertação* (CMAPG) - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: 2018.

SICSÚ, J. Governos Lula: a era do consumo? *Revista de Economia Política*, v. 39. Nº 1, páginas 128-151, janeiro/ março: 2019.

SILVA, J. F. S.; CARMO, O. A. Sociabilidade Burguesa, Violência e Serviço Social. In: SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. S; SOUZA, E. A. (org). *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social*. 1ª edição, Editora Lumens Juris, Rio de Janeiro: 2013.

SILVA, J. G. A agricultura contra a fome. In: *Fome Zero: textos fundamentais*/ Frei Betto (org). Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. A Industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira. *São Paulo em Perspectiva*, volume 7, nº 3, páginas 2 – 10, julho/setembro, 1993. <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03_01.pdf>

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. Ed. UNICAMP, São Paulo: 1998. <<http://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/anovadinamicadaagriculturabrasileira.pdf>>

_____. Entrevista In: *Fome Zero: Uma História Brasileira*. Org: ARANHA, A. V. – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, volume I, páginas 96 – 104, Brasília: 2010.

SILVA, J. G.; BELIK, W.; TAKAGI, M. Para os Críticos do Fome Zero. In: SILVA, J. G. *Fome Zero: A experiência Brasileira*. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) Brasília: 2010.

SILVA, M. O. S. Caracterização e problematização dos programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) na América Latina e Caribe. In: *Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe*. SILVA, M. O. S. (coord.). Cortez Editora, São Paulo: 2014.

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. *A política brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. Cortez Editora, São Paulo: 2007.

SINGER, A. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. 1ª edição, Companhia das Letras, São Paulo: 2012.

_____. *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*. *Novos Estudos Cebrap*, n. 85, nov. 2009.

SINGER, P. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, I. (org.). *O desmonte da nação. Balanço do governo FHC*. Vozes, Petrópolis: 1999.

SOARES, L. T. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. Coleção Questões da Nossa Época, volume 78, Cortez Editora, São Paulo: 2000.

SODI, D. N. Reformas nos Programas Sociais brasileiros: solidariedade, pobreza e controle social (1990 – 2014). *Tese (Doutorado)*. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia: 2019. <<http://dx.doi.org/10.12394/ufu.te.2019.615>>

STEIN, R. H. Concepções de desenvolvimento que referenciam as políticas sociais na América Latina. Trabalho apresentado ao *XVII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social*; Lima, Peru: 2001. <www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets-017-077.pdf>

_____. Pobreza e desigualdade na América Latina sob o olhar dos organismos internacionais. *Revista Ser Social*, nº 18, páginas 79 – 125, janeiro/ junho, Brasília: 2006. <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12990/11342>

STHAL, K. Política Social em América Latina: la privatización de la crisis. *Nueva Sociedad*, nº 131, páginas 48 – 71, mayo/ junio, 1994. <https://nuso.org/media/article/downloads2332_1.pdf>

TAVARES, M. C. Alternativas para o desenvolvimento brasileiro. M. V. Chiliatto Leite (org.), *Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade (LC/TS.2019/27)*, Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019.

_____. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. 11ª edição, Zahar, Rio de Janeiro: 1975.

_____. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Zahar, Rio de Janeiro: 1972.

TEIXEIRA, R. A; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dezembro, Campinas: 2012.

THORSTENSEN, V. A OMC – Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre o comércio, meio ambiente e padrões sociais. *Revista Brasileira de Política*

Internacional. Volume 41, nº. 2, julho/ dezembro, Brasília: 1998.
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200003

TRANSPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. Expressão Popular, São Paulo: 2011.

TRASPADINI, R. S. Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. *Tese (doutorado)*. Universidade Federal de Minas Gerais/ FAE, Belo Horizonte: 2016.

VILAS, C. De ambulancias, bomberos y policías: la política social del neoliberalismo (notas para uma perspectiva macro). Versión revisada del documento presentado em el Seminario "Las políticas sociales de México em los noventa", UNAM, 4 – 5 de julio de 1994.

_____. La reforma del Estado como cuestión política. *Revista Política y Cultura*, vol. 8, p. 147-185, 1997.

YASBEK, M. C. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. *Serviço Social em Revista*, volume 21, nº 1, v. 21, páginas 183 – 194, julho/ dezembro, Londrina: 2018.